

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

OSVALDO DALBERIO

OS DESAFIOS ÉTICOS DA PESQUISA SOCIAL

**FRANCA
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

OSVALDO DALBERIO

OS DESAFIOS ÉTICOS DA PESQUISA SOCIAL

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de DOUTOR em Serviço Social – Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Mário José Filho

**FRANCA
2008**

Dalberio, Osvaldo

Os desafios éticos da pesquisa social / Osvaldo Dalberio.
–Franca : UNESP, 2008.

Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de
História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Pesquisa social – Ética. 2. Pesquisadores sociais – Com-
promisso social.

CDD – 001.42

OSVALDO DALBERIO

OS DESAFIOS ÉTICOS DA PESQUISA SOCIAL

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de DOUTOR em Serviço Social – Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Pe. Mário José Filho (orientador)

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, 10 de dezembro de 2008

*Dedico este trabalho a:
meus filhos: Bruno e Lucas
minha esposa e companheira: Maria Célia
meus pais: José e Luzia
Sem apoio e compreensão deles eu não
teria ousadia para fazer esta pesquisa e
escrever esta tese.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeira e especialmente ao meu orientador, pela paciência em me ouvir, ler os meus originais e sugerir termos, conceitos e idéias mais consistentes dando corpo a esta tese; orientando os meus caminhos intelectuais para apresentar este trabalho como resultado do processo de investigação.

Agradeço ao professor Dr. Antonio Russo, co-orientador que me acompanhou em meu estágio de doutorando em Trieste na Itália, oferecendo oportunidade para que eu crescesse na maneira de ver, julgar e agir na realidade, especialmente a partir da pesquisa científica.

Agradeço a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), através do Departamento de Enfermagem e Educação Coletiva (DEESC) e da Divisão de Apoio Técnico Pedagógico (DATP) que num ato de confiança me dispensaram das atividades acadêmicas e burocráticas para que eu pudesse realizar um curso com qualidade e dedicação em tempo integral.

Agradeço ao Centro de Ensino Superior de Uberaba (CESUBE), onde atuando como professor e coordenador do curso de Ciências Sociais, proporcionou-me condições para avivarem as questões éticas na formação do pesquisador.

Agradeço aos meus colegas de curso que me ajudaram com suas observações críticas nas aulas e me ajudaram compreender os desafios teóricos que me meti.

Agradeço especialmente ao colega de curso e amigo Wladimir Porreca, porque nesse período desde 2005, trocamos confidências, angústias, sonhos, esperanças e crises... e nos apoiamos um no outro, principalmente na ocasião do Estágio de Doutorado na Itália, ele em Bologna e eu em Trieste. Obrigado por ter paciência em me ouvir e me dar dicas italianas...

Agradeço aos meus professores do programa de pós-graduação em Serviço Social, da UNESP, campus de França, que me ajudaram a pensar a realidade de maneira

mais profunda e ampla, contribuindo com suas aulas para minha compreensão de realidade.

Agradeço especialmente o carinho da prof^a. Maria Ângela (Prof^a Lolô) e do prof. Ubaldo pelas considerações no exame de qualificação, mostrando-me caminhos a serem seguidos na minha investigação.

Agradeço ao grupo de pesquisa Prática de Pesquisa (PRAPES), que me incentivou na caminhada intelectual, fazendo as suas observações às minhas idéias em construção.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por proporcionar incentivo através de bolsa de doutorado modalidade - Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) e, depois, na Itália Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), sem as quais não teria possibilidade de realizar este curso e fazer esta tese.

Agradeço a Regina Celi Santos Gomes (Gigi), ao Mauro, e as bibliotecárias da Universidade Estadual Paulista (UNESP) que me ajudaram na caminhada do curso de pós-graduação com orientações precisas sobre procedimentos burocráticos.

Agradeço ao professor Eurípides Umberto Borges, professor de Italiano que não desistiu de mim durante as aulas, com paciência e persistência durante três anos seguidos conseguiu fazer com que eu aprendesse a língua italiana preparando-me para fazer o Estágio de Doutorando em Trieste, na Itália.

Agradeço a todos (não nomeados aqui) que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa e construção desta tese.

MEU MUITO OBRIGADO A TODOS VOCÊS!

“O ponto de vista do antigo materialismo é a sociedade “civil”; o ponto de vista do novo materialismo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada”.

“Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*”.

Karl MARX

DALBERIO, Osvaldo. **Os desafios éticos da pesquisa social**, 2008. 275 f. Tese (Doutorado em serviço social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita filho”, 2008.

RESUMO

Neste trabalho investigativo definimos como temas norteadores a Ética e a Pesquisa Social. Para tanto, tornou-se fundamental compreendermos os parâmetros da Pesquisa Social visto que há diversas abordagens sobre o ser humano nos contextos sócio-político-culturais que podem ser estudados por este tipo de pesquisa. Para realizarmos esta discussão estabelecemos como problema de pesquisa: em quais circunstâncias as questões éticas sustentam as pesquisas sociais, evidenciando o compromisso do pesquisador com a devolutividade dos resultados obtidos, como benefícios para o homem situado em um contexto existencial pessoal e coletivo? Na tentativa de buscar respostas efetivas para esta indagação estabelecemos como objetivo principal: conhecer, compreender e explicar a relação entre Ética e Pesquisa Social. Para atingirmos a este objetivo elencamos os objetivos específicos: identificar as diversas concepções teórico-metodológicas das Ciências Sociais e suas aplicações na pesquisa social; demonstrar as características da moral e da ética no aspecto filosófico e identificar na Resolução 196/96, do Ministério da Saúde brasileiro, as suas implicações para a Pesquisa Social; analisar o compromisso social do pesquisador quanto à socialização dos resultados obtidos com a pesquisa. Realizamos esta investigação a partir de pesquisa documental e bibliográfica sobre os temas norteadores. Realizamos seleção, leitura e análise de dez teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação *sticto sensu*, sendo cinco da PUC/SP e cinco da UNESP/campus de Franca. Destacamos fundamentalmente as questões pertinentes aos Desafios Éticos na Pesquisa Social evidenciadas nas referidas teses. Também buscamos informações sobre as pesquisas envolvendo a temática ética e filosofia em Trieste, na Itália. Através de contatos e conversas amistosas com pesquisadores, professores, pais, jovens, alunos da Universidade de Trieste, sacerdotes católicos e imigrantes foi possível percebermos que os desafios éticos da pesquisa social ainda estão evidentes no que diz respeito à formação filosófica e ética dos pesquisadores sociais.

Palavras-chave: Ética e Pesquisa Social, compromisso social do pesquisador, formação filosófica do pesquisador social.

DALBERIO, Osvaldo. **The ethical challenges of social research**, 2008. 275 f. Thesis (Ph.D. in social service) - Faculty of History, Law and Social Service, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho, 2008.

ABSTRACT

In this investigative work we defined as guiding themes the Ethics and the Social Research. To that end, it has become essential to understand the parameters of Social Research since there are several approaches on human beings in the socio-political-cultural that can be studied by this type of Search: in which circumstances the ethical issues reinforce the social studies, demonstrating the investigator's commitment with the results feedback obtained, and benefits for humans at a personal and collective existential context? In an attempt to seek effective answers to this question set as its main objective: to analyze, understand and explain the relationship between Ethics and Social Research. To achieve this objective we listed the specific goals: identify the various theoretical and methodological conceptions of Psychology and its applications in social research, demonstrate the features of morality and ethics in the philosophical aspect and identify the Resolution 196/96, from Brazilian Health Ministry, its implications for Social Research, to analyze the social commitment of the researcher about the socialization of the results obtained with the search. We accomplish this investigation from documental and bibliographical research on the guiding themes. We conducted selection, reading and analysis from ten defended theses in the Strict Sense Post-Graduate Programs, being five from PUC / SP and five from UNESP / campus of Franca. We highlight mainly the issues relevant to Ethical Challenges in Social Research evidenced in the referred theses. We also seek information on the researches involving the ethics and philosophy in Trieste, Italy. Through contacts and friendly conversations with researchers, teachers parents, youth, students at the University of Trieste, Catholic priests, immigrants, it was possible to realize that the ethical challenges of social research are still evident with regard to the philosophical training and ethics of social researchers.

Keywords: Ethics and Social Research, social commitment of the researcher, philosophical training of social researcher.

DALBERIO, Osvaldo. **Le sfide etiche della ricerca sociale**, 2008. 275 f. Tesi (Dottorato di ricerca in servizio sociale) - Facoltà di Storia, legale e servizio sociale, Universidade estadual paulista "Julio de Mesquita Filho", 2008.

RIASSUNTO

In questo lavoro investigativo abbiamo fatto una scelta sui temi: l'Etica e la Ricerca Sociale. La comprensione dei parametri della ricerca sociale è fondamentale visto che coinvolge il suo processo al fine di ottenere i dati sull'essere umano in un contesto socio-politico-culturale. Da questo punto di vista, per realizzare una discussione più profonda e più consistente fu stabilito come problema principale della ricerca: come le questioni etiche sostengono le ricerche sociali? Come il risultato della ricerca può essere socializzato come tornaconto per l'uomo sito nel contesto personale e collettivo? Nel tentativo di cercare risposte effettive per queste indagini abbiamo stabilito come obiettivo Principale: conoscere, capire e spiegare il rapporto fra Etica e Ricerca Sociale; come obiettivi Specifici: identificare i diversi concetti teorico-metodologico delle Scienze Sociali e sue applicazioni nella ricerca; dimostrare le caratteristiche della morale e dell'etica nell'aspetto filosofico ed identificate nella Risoluzione 196/96, del Ministero della Salute brasiliana, le sue implicazioni con la Ricerca Sociale; presentare le tesi della PUC/SP e dell'UNESP, campus di Franca; analizzare il risultato della inchiesta del ricercatore e la sua implicazione nella comunità. Questa indagine si è realizzata a partire da una ricerca documentale e bibliografica nella letteratura sui temi principali: l'Etica e la Ricerca Sociale. Selezione, lettura e analisi degli dieci tesi discusse nei Programmi di Post-Laurea essendo cinque della PUC/SP e cinque dell'UNESP/campus di Franca. Discutendo fondamentalmente le questioni appartenenti alle sfide Etiche nella Ricerca Sociale, sono state fatte anche indagini con gli italiani sugli problemi sociali in quel paese. Come risultato di questa indagine, si è capito che le sfide etiche della ricerca sociale sono chiare e che hanno bisogno di essere riprese nella formazione filosofica ed etica dei ricercatori sociali.

Parole-chiave: l'etica e Ricerca Sociale, compromesso sociale del ricercatore, formazione filosofica del ricercatore sociale.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Teses produzidas na PUC/SP.....	101
QUADRO 02 – Critério de seleção das teses.....	101
QUADRO 03 – Teses da PUC/SP.....	104
QUADRO 04 - Teses produzidas na UNESP/Franca.....	106
QUADRO 05 – Critério de seleção das teses.....	107
QUADRO 06 – Teses da UNESP.....	109
QUADRO 07 –Temas de pesquisa nas teses da PUC/SP e da UNESP/Franca.....	112
QUADRO 08 – Objetivos nas teses da PUC/SP e da UNESP/Franca.....	115
QUADRO 09 – Objeto de pesquisa nas teses da PUC/SP e da UNESP/Franca.....	116
QUADRO 10 – Títulos das teses da PUC/SP e da UNESP/Franca.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 O Tema e algumas considerações preliminares.....	19
2 Procedimentos Metodológicos.....	23
3 Estrutura da tese.....	25
CAPÍTULO 1 A PESQUISA SOCIAL E SEUS PARÂMETROS METODOLÓGICOS, EPISTEMOLÓGICOS E ÉTICOS.....	27
1.1 A pesquisa social e suas implicações teórico-metodológicas no conhecimento da realidade.....	28
1.1.1 Ciências políticas.....	28
1.1.2 Ciências antropológicas.....	32
1.1.3 Sociologia.....	39
1.1.4 O serviço social.....	41
1.1.5 A pesquisa científica e a pesquisa social na produção do conhecimento.....	47
1.1.5.1 <i>A produção do conhecimento.....</i>	<i>49</i>
1.1.5.2 <i>Pesquisa social.....</i>	<i>54</i>
1.1.5.3 <i>O compromisso social do pesquisador social.....</i>	<i>57</i>
1.1.5.3.1 <i>Formação do pesquisador: teoria e prática com foco na ética.....</i>	<i>59</i>
1.1.5.3.2 <i>A ética e os entraves da discussão teórico-filosófica voltada para a formação do pesquisador social.....</i>	<i>63</i>
1.1.5.3.3 <i>O pesquisador e a pesquisa: benefícios para o homem em seus aspectos existenciais de sobrevivência pessoal e coletiva.....</i>	<i>64</i>
1.1.5.4 <i>Reversão dos resultados da pesquisa aos sujeitos da pesquisa – desafios do pesquisador.....</i>	<i>65</i>
CAPÍTULO 2 ÉTICA, PESQUISA E COMPROMISSO SOCIAL.....	69
2.1 Ética e filosofia. Moral e Filosofia. Aproximações.....	70
2.1.1 Definições de ética e de moral.....	73
2.1.2 Moral burguesa e suas conseqüências para o homem do século XXI.....	79
2.2 Analisando a resolução 196/1996-CNS sob a égide da pesquisa social.....	88

CAPÍTULO 3 PESQUISAS NO SERVIÇO SOCIAL.....	99
3.1 Sobre as teses da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).....	100
3.2 Teses da Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho) UNESP campus de Franca.....	106
3.2.1 Procedimento para seleção e escolha das teses na UNESP, campus de Franca, SP.....	106
3.3 Considerações sobre as teses.....	112
3.3.1 Retomando algumas idéias das teses da PUC/SP e das teses da UNESP/campus de Franca.....	112
3.3.2 Impactos das pesquisas manifestas nas teses da UNESP/PUC-SP na realidade investigada.....	112
3.3.3 Contribuições teóricas e práticas evidenciadas nas teses da UNESP e da PUC/SP.....	115
3.3.4 Possibilidade de transformação da realidade objetiva expressas nas teses da UNESP e da PUC/SP.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICES:	
APENDICE A: RESENHAS DAS TESES DA PUC/SP.....	146
A.1 Primeira tese.....	147
TORRES, Andréa Almeida. Para além da prisão: experiências significativas do Serviço Social na Penitenciária Feminina da Capital/SP (1978-1983). 2005. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2005.	
A.2 Segunda tese.....	158
BOURGUIGON, Jussara Ayres. A Particularidade Histórica da Pesquisa no Serviço Social. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em serviço social).Faculdade de serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.	

A.3 Terceira tese.....167

NOGUEIRA, Claudia Maria França Mazzei. **O Trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing. 2005. 226 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de serviço social. Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2005.

A.4 Quarta tese.....177

BLANES, Denise Neri. **Mitos e apostas no enfrentamento da pobreza brasileira.** 2004. 207 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2004.

A.5 Quinta tese.....188

BRITO, Maria Argenice de Sousa. **Platão social:** de prática institucional para serviço público de direito; contribuições para a gestão do SUAS: Sistema Único de Assistência Social. 2005. 258f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

APENDICE B: RESENHAS DAS TESES DA UNESP - Campus de Franca, SP..197

B.1 Primeira tese.....198

OLIVEIRA, Josiani Julião Alves de. **O Trabalho do Professor Universitário:** percepções e sentimentos de assistentes sociais. 2004. 100 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca. 2004.

B.2 Segunda tese.....206

PACHECO, Edna Aparecida de Carvalho. **Movimento social urbano Estrela da Vitória:** percepções e interpretações – 2002 – 2003. 2004. 152 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, 2004.

B.3 Terceira tese.....216

REZENDE, Regina Maura. **Mulher, cuidado e felicidade: fragmentos de autobiografia?** Franca, 2004. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, 2004.

B.4 Quarta tese.....222

GIAQUETO. Adriana. **Caminhos para a Proteção Integral da Criança e do Adolescente:** o caso de Franca. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, 2004.

B.5 Quinta tese.....	231
MUSTAFA, Patrícia Soraya. Política social: um estudo dos programas de transferência de renda no município de são José do Rio Preto. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, 2005.	
ANEXO A.....	243
ANEXO B.....	248
ANEXO C.....	261

INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela ética na pesquisa se consolidou ao longo do percurso como estudioso e principalmente na atividade de docente da disciplina Filosofia e Ética Profissional ministrada para o Curso de Graduação em Enfermagem na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Foi tomando corpo de problema para investigação com base nos vários acontecimentos relacionados à ética. Entretanto, o ponto forte de impulsão foram as conversas com investigadores sobre pesquisa e sobre ética. Constatamos o anseio deles por retornar para a comunidade investigada o resultado de suas pesquisas. Também, é fruto da nossa participação no comitê de ética na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (hoje, Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM) analisando projetos de pesquisa, dando pareceres segundo os padrões oficiais do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Foi decisiva a convivência por vários anos com pesquisadores em orientações de monografias de graduação e de pós-graduação *lato sensu*. Participando ativamente como membro do grupo de Prática de Pesquisa (PRAPES) na UNESP-Franca. O convite para proferir palestras com temas sobre Relacionamento humano e ética profissional para várias áreas do conhecimento: Pedagogia, Psicologia, Filosofia, Serviço Social, Antropologia, encontros de jovens católicos, seminário de iniciação à pesquisa, seminário de conclusão de curso dentre outros. E, por fim, o convite para coordenar o Curso de Ciências Sociais do Centro de Ensino Superior de Uberaba (CESUBE). Esta última atividade avivou ainda mais a preocupação com as questões da ética na pesquisa social. Principalmente, porque estaríamos coordenando a formação de cientistas sociais, portanto, pesquisadores da questão social nas áreas da política, da sociologia e da antropologia, respectivamente. E para coroar essa preocupação epistemológica aventuramos realizar “estágio doutorando” em Trieste, na Itália, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para buscar informações sobre esta temática, permanecendo ali por seis meses. Todas essas razões fizeram com que a idéia de estudar esse assunto e elaborá-lo em forma de reflexão consistente, tomasse corpo de projeto de pesquisa. Assim, esses fatos fizeram evidenciar a questão que há muito vimos estudando: *a ética e a pesquisa social*. Aqui estão, portanto, algumas idéias tomando forma de texto no modelo “tese de doutorado”.

1 Temática e algumas considerações preliminares

Nas leituras sobre a questão ética nos deparamos, a partir do contexto exposto, com a necessidade da discussão também sobre a pesquisa acadêmico-científica. Nessa tarefa foram surgindo algumas preocupações teóricas e práticas que podemos expressar como sendo a base deste projeto intitulado: *Os desafios éticos na pesquisa social*.

Primeiramente, apresentaremos a concepção tomada emprestada de Vazquez como parâmetro inicial de nossa discussão acerca da ética. Para ele, ética “[...] é a ciência do comportamento do homem em sociedade.” (VAZQUEZ, 2006, p. 36). Isso significa que a ética trata das teorias sobre as relações entre homens e que essas mesmas teorias se estabelecem em determinado tempo e espaço. Assim, é imprescindível, na discussão sobre a ética, levar em conta os valores culturais porque são os seus elementos fundantes.

Em cada época histórica há significados sociais para os comportamentos humanos. Há, também, princípios que se fundamentam na ideologia vigente. É isso que move, sustenta e solidifica as relações humanas.

O pesquisador por estar também numa circunstância social carrega consigo uma bagagem de conhecimentos e vivências elaborados socialmente. Essa bagagem o impulsiona e o sustenta no exercício da pesquisa, representando ou manifestando as concepções das ideologias, os valores culturais manifestos pelos sujeitos investigados. Esses elementos lhe proporcionam condições para construir conhecimentos. A sua prática de pesquisa é sustentada quase sempre por uma ou por várias ideologias dominantes. Chizzotti (1991, p. 18) afirma que “[...] o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais.”

Outra situação problemática é aquela que expressa a realidade cotidiana da população pesquisada. Realidade na qual são observadas características que expressam a postura ética de alguns pesquisadores. Esta é a idéia básica que norteará o percurso neste trabalho de elaboração desta tese.

Assim, a intenção com o presente trabalho é a de discutir o compromisso social do pesquisador, destacando o comprometimento ético que ele tem ao produzir um conhecimento a partir do contato com a realidade existencial dos sujeitos. É

importante que estes aspectos sejam observados durante a realização das discussões.

Nessa análise, abordamos alguns aspectos importantes no que tange à postura ética do pesquisador social. Evidentemente há pesquisadores com perfis e interesses diferentes, entretanto cada um a seu modo busca suas informações na realidade dos sujeitos situados. Cada qual carrega consigo os valores pessoais frutos de sua história pessoal e social, do seu tempo e do seu espaço existencial. Daí a necessidade que vislumbramos de também se verificar o comportamento social do pesquisador durante e após o término de sua pesquisa. Essa atitude é importante, visto que há dificuldades de se evidenciar a questão ética no comportamento social, principalmente, de alguns pesquisadores. Em determinados casos eles, os pesquisadores, esquivam-se dos compromissos sociais, pautados na “ética do corporativismo”. Diante disso, é imprescindível não se perder de vista

[...] que a ética se relaciona estreitamente com as ciências produzidas pelo homem, ou ciências humanas ou sociais,[e que] [...] não é outra coisa senão uma forma específica do comportamento do homem que se manifesta em diversos planos: psicológico, social, prático-utilitário, jurídico, religioso ou estético (VASQUEZ, 2006. p.34).

Esses aspectos estão vinculados, de uma forma ou de outra, ao processo de pesquisa realizado pelo homem na relação com os outros, portanto, social. Social está sendo entendido como interação cultural, inter-relação de conhecimentos e de experiências, construção de paradigmas de comportamento em comunidade, elaboração de regras morais, disseminação e solidificação de ideologias. Enfim, interação entre homens.

Diante desse panorama para reflexão, como ponto de partida, há a preocupação em elaborar uma análise profunda e sistemática dos pressupostos éticos para e da pesquisa. Temos consciência de que este trabalho vai assumindo dimensões cada vez mais abrangentes, na medida em que avançamos nas leituras e na investigação porque trata dos dois aspectos extremamente importantes, amplos e profundos: a ética e a pesquisa social.

A idéia de que o homem faz a sociedade e ao mesmo tempo é feito por ela nos estimula o raciocínio no sentido de entender como se manifesta o fenômeno humano, cultural, social, histórico, científico. Graças à capacidade racional, própria do homem, ele re-elabora, reorganiza as informações provindas da circunstância, e as estrutura de forma manifesta: escrita, oral, mímica, plástica dentre outras. Assim, elabora a linguagem e, com isso, ele se faz humano.

Ao elaborar a linguagem, elabora, concomitantemente, a sociedade. O homem vive com os outros e, juntos, se humanizam. Assim sendo, ele se forma e se estabelece no social. Esta afirmação nos oferece condições para entender várias dimensões de análise. Uma dimensão é a vinculada à maneira pela qual o homem se comporta socialmente em um grupo. Outra é a forma como ele age socialmente a partir da bagagem de informações pessoais, diante dos outros. Outra, ainda, é a manifestação do comportamento moral forjado na formação do homem, e a partir da qual ele age e reage no contato pessoa-sociedade. Outro ainda, é a maneira como os pesquisadores, sendo seres sociais, enfrentam a realidade (sua e dos sujeitos informantes) durante e após a realização de sua pesquisa no meio social.

Diante do exposto, somos remetidos, necessariamente, às questões da ética na pesquisa social, visto que é com esta que também são produzidos (ou organizados) conhecimentos da e sobre a realidade. Tais conhecimentos podem e, freqüentemente, fornecem subsídios para que seja construída uma sociedade mais justa e despertando a consciência da cidadania. A ciência tem um papel importante nessa construção. Por conseqüência, a pesquisa social exerce uma importante contribuição tanto teórica, quanto prática, com função de formar opiniões, proporcionar o surgimento de valores, criarem as condições para que se possa repensar o conjunto de valores. Assim, a pesquisa social poderá avançar não somente na discussão sobre o comportamento do homem em sociedade, mas principalmente orientar, dar caminhos, mostrar por onde se devem construir novos valores.

Representando ou divulgando a ideologia dominante, alguns cientistas se sustentam na ingenuidade da grande massa da população. Por causa disso, suas pesquisas não oferecem contribuições significativas levando-se em conta a construção teórica produzida sobre a realidade. Todavia, é necessária uma investigação sistemática para aclarar quais são os compromissos sociais dos pesquisadores quanto aos resultados de suas pesquisas. Obviamente que estamos destacando principalmente o investigador social, isso porque ele tem um papel importante na caracterização social da população e tem como responsabilidade humana e social dar subsídios para que o Estado e as instituições públicas possam orientar, dirigir, oferecer condições para sanar as possíveis necessidades da população/comunidade, detectadas nas pesquisas. Isso significa que

[...] a pesquisa social não só orienta a ação, lançando luz e maior compreensão sobre a realidade social, como também nos auxilia na definição e seleção de diretrizes de atuação e avaliação do desenvolvimento de programas procurando medir impactos e os seus resultados significativos. (LEHFELD, 2004. p.11).

O grande desafio social está posto: cada pessoa carrega em si os valores pessoais construídos socialmente. Ao mesmo tempo o grupo é estabelecido pelos vários perfis morais elaborados e em elaboração. É justamente aí que está o grande problema: o que se pode valorar como certo ou errado? Quais valores éticos serviriam como parâmetros para o pesquisador social, pessoalmente enquanto fruto de várias relações antecedentes? Passa também, por essa idéia, a preocupação com a formação do pesquisador.

Parece que uma forma de estabelecer análise mais profunda do perfil do pesquisador está relacionada ao comportamento humano. Humano, não no sentido platônico, ou existencialista, ou teológico, mas, sobretudo, naquilo que faz dele um ser de relações, situado. "O homem não é uma coisa entre coisas ou formado por coisas [...] é uma qualidade, um modo de ser, experienciável, descritível, um feixe flácido de qualidades definidas." (MORAIS,1992, p. 68). Para tanto, é necessário observar o homem todo e todos os homens nos aspectos: psicológico, racional e, fundamentalmente, social abarcando os aspectos político, moral, cultural, religioso e econômico. Esses são desafios da pesquisa social.

Estamos entendendo, assim, pela concepção de homem, um ser que se constitui de sentimentos, de desejos, de emoções e se socializa, utilizando a razão para elaborar cultura, forjar valores e normas de conduta social. O pesquisador, obviamente sendo um homem, pode assumir a postura de evidenciador das ações necessárias para formação da consciência nos outros homens (população investigada). Nesse sentido, observar e reconhecer a sua condição e situação de cidadão.

Acreditamos que com os resultados das investigações realizadas sobre ética e pesquisa podemos contribuir para uma reflexão sobre o papel do pesquisador social. Principalmente no que se refere ao compromisso social, proporcionar condições para que se possa pensar e repensar os paradigmas sociais, principalmente destacando as questões relativas à cidadania.

2 Procedimentos metodológicos

Primeiramente foi realizada pesquisa bibliográfica na literatura sobre as questões pertinentes ao tema: Ética e pesquisa social. Buscamos também as teses apresentadas na PUC/SP e na UNESP/Campus de Franca no período de avaliação da CAPES (2004-2006). Para obtermos as informações contidas nessas fontes realizamos “leitura analítica” (SEVERINO, 2000) comparativa das principais idéias encontradas. Fizemos um estágio de doutorado, em Trieste, onde sob a orientação do professor Dr. Antonio Russo, mantivemos contato com as questões teóricas sobre filosofia moral e ética. Com os resultados obtidos, elaboramos a tese.

Seguimos nossa investigação, inspirados em Ludke e André (1986) Martins e Bicudo (1989), Chizzotti (1991), Minayo (1999); Demo (2001); José Filho e Dalberio (2004); Lehfeld (2004). Minayo apresenta-nos um roteiro denominado de *Ciclo da Pesquisa*. Nele, devem ser seguidos os passos: “fase exploratória da pesquisa”, “trabalho de campo ou recorte empírico”, “tratamento do material”, “construção de um conjunto de categorias descritivas” e “classificação e organização”.

Na primeira etapa – fase exploratória - investigamos sobre os objetos de pesquisa: ética e pesquisa social. Buscamos seus pressupostos teóricos e práticos. Conhecemos as teorias que sustentam cada uma dessas idéias. Fizemos uma vasta busca na literatura, tentando encontrar definições, teorias, autores, discussões teóricas e impactos do tema. Com o resultado desse trabalho foi possível sistematizar algumas idéias dando corpo para esta tese.

Em seguida, para obter as informações sobre as questões pertinentes ao tema *ética na pesquisa social* nas pesquisas realizadas pelo Serviço Social, selecionamos cinco teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e cinco no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca.

Assim, estabelecemos como critérios para seleção e leitura: a) as teses construídas no período entre 2004 e 2006. Período em que os programas de pós-graduação brasileiros foram avaliados pela CAPES; b) pesquisadores registrados na Plataforma *Lattes*; c) pesquisadores com formação: graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social, cursados nas respectivas instituições de ensino, ou

seja, PUC/SP e UNESP; d) teses cujas pesquisas tiveram envolvimento com sujeitos situados. Isto é, com sujeitos que estão envolvidos e vivenciando a sua realidade existencial num dado contexto pessoal ou coletivo. Com estes critérios acreditamos fazer um recorte viável para a pesquisa proposta.

No contato com a literatura sobre o tema e com as teses selecionadas utilizamo-nos dos procedimentos normais de leitura analítica. Ou seja, a técnica de apontamentos, bem como anotações críticas e avaliativas do material consultado. Por fim, resenhamos cada uma das teses e demonstramos o conteúdo expresso de maneira mais fiel possível ao que os autores escreveram. Para visualizar o conjunto das idéias das referidas teses, organizamos um quadro demonstrativo indicando as análises dos autores.

Fizemos, na segunda etapa, o trabalho de campo ou recorte empírico. A partir das leituras sobre a temática desta investigação constatamos que em Trieste na Itália há um grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Russo cujo foco é filosofia moral. Solicitamos uma bolsa à CAPES e nos foi concedida para um estágio doutorando na Universidade de Trieste. Elaboramos um projeto de trabalho que foi aprovado pelo referido professor e pelo orientador brasileiro para ser realizado num período de seis meses. Assim, fomos conhecer os trabalhos de pesquisa realizados pelo grupo do Professor Russo. Tivemos oportunidade de conversar com vários membros do grupo de pesquisa em suas reuniões e verificar como são realizadas as pesquisas sobre ética e filosofia. Os dados e as informações foram obtidos junto aos pesquisadores e também, de maneira amistosa, nas conversas com pessoas que moram na cidade de Trieste. Assim, seguimos, despretensiosamente, um caminho para obtermos as informações necessárias à nossa preocupação com a temática desta tese. Buscamos na literatura italiana, em sites oficiais dos governos italianos locais e nacional, conversamos com professores, pesquisadores, sacerdotes católicos, alunos da universidade de Trieste, pais, jovens trabalhadores dos setores: restaurantes, bares, porto, órgãos públicos. Também tivemos contatos com vendedores ambulantes, os denominados imigrantes clandestinos. Visitamos alguns dos setores da Universidade de Trieste para observar como são formados os pesquisadores sociais e como fazem as suas pesquisas.

Fizemos na etapa seguinte, conforme Minayo (1999), o tratamento do material recolhido no campo efetivando a ordenação, a classificação e a análise

propriamente dita. Isso consistiu em elaborar “[...] um conjunto de categorias descritivas” e a par disso, “[...] classificar e organizar” os dados para análise. Estes foram evidenciados a partir das idéias apresentadas tanto na bibliografia consultada desde o início deste trabalho investigativo quanto nas leituras das teses e no contato *in loco* com setores da Universidade de Trieste. Nesse processo, discutimos a idéia sobre os desafios éticos na pesquisa social.

Assim, tivemos as condições necessárias para efetivar uma análise consistente das informações arregimentadas no percurso desta pesquisa. Mediados por esta análise, elaboramos o trabalho final denominado tese.

3 Estrutura da tese

Organizamos o texto, resultado de nossa investigação, em forma de capítulos. Cada um com sua própria discussão, mas ligados uns aos outros de maneira a estabelecer uma coerência lógica.

No primeiro capítulo, discutimos as características das Ciências Sociais. Indicamos as especificidades de cada área dentro delas. Ou seja, apresentamos de maneira sucinta as ciências políticas, a sociologia, a antropologia, o serviço social convergindo para a formação ética do pesquisador e seu compromisso social. Também foram apontados aspectos sobre a pesquisa científica e a pesquisa social e quais as implicações destas na produção do conhecimento.

No segundo capítulo, desenvolvemos a relação entre a pesquisa e a ética. Neste capítulo destacamos principalmente as definições dos temas propostos e suas respectivas implicações para a concepção de ética e de moral. Também analisamos a Resolução n. 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde como determinante da ética em pesquisa. Neste capítulo, portanto, tentamos responder a algumas questões fundamentais para compreensão da problemática sobre o homem: o que é a ética e a moral nas interações humanas em sociedade? O que se pode entender por moral em consonância com as reflexões filosóficas? Como podemos entender a pesquisa social sob a égide da moral e da ética? Qual (is) ideologia(s) sustenta(m) a pesquisa social? Qual fundamentação teórica sustenta a prática da moral na pesquisa social? Quais as contribuições, em sentido teórico e prático, a pesquisa social apresenta? Diante destas indagações seguimos um caminho: partimos das definições sobre ética e moral, discutimos a questão ética

presente na pesquisa social. E por fim, adentramos nas concepções da resolução n. 196/1996, CNS, destacando seus aspectos sociais.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados das leituras que fizemos das teses, sendo cinco da PUC/SP e cinco da UNESP/Franca. Buscamos o conteúdo em cada uma delas e deixando o mais explícito possível as idéias defendidas pelos seus respectivos autores. Dessa maneira, pudemos evidenciar tanto quanto possível as principais idéias expressas nas teses através dos quadros demonstrativos. Também fizemos considerações sobre cada uma delas pensando sobre as contribuições teóricas e práticas que se evidenciaram nas dez teses.

Na conclusão elucidamos de maneira clara os argumentos, apresentados em cada capítulo, que convergem para a tese principal desse trabalho. Assim, podemos dizer que nossa tese se fixa fundamentalmente na preocupação com a pesquisa social, suas implicações éticas no sentido de favorecer a cidadania. Tudo isto tem rebatimento na formação prática e teórica do pesquisador. E mais que isto, na responsabilidade da academia em específico no Serviço Social, cuja preocupação deve se inspirar na manifestação da questão social fundamental: a vida e a sobrevivência do homem pessoalmente e na sociedade. Este é o escopo de toda a pesquisa social.

CAPÍTULO 1

A PESQUISA SOCIAL E SEUS PARÂMETROS METODOLÓGICOS, EPISTEMOLÓGICOS E ÉTICOS

1.1 A pesquisa social e suas implicações teórico-metodológicas no conhecimento da realidade

A pesquisa social pressupõe compreensão dos fatos sociais. Significa que para evidenciar tal percepção, no ato mesmo de observação, o pesquisador tenha uma visão de totalidade advinda da singularidade social. Para tanto, a realidade se manifesta sob vários aspectos: político, econômico, cultural, religioso, histórico, enfim, um emaranhado de visões ideológicas conectadas umas às outras, formando uma teia de situações sociais onde o homem está imbricado existencialmente. Este exercício de formulação do conhecimento sobre realidade, aqui, é entendido como ciências sociais e é ele que será nosso ponto de discussão neste momento da investigação.

Abordaremos, dentre os vários procedimentos possíveis na produção do conhecimento científico, nas ciências sociais, quatro focos principais: a ciência política, a antropologia, a sociologia e o serviço social. Em cada uma dessas áreas há procedimentos próprios para se produzir conhecimentos. Não pretendemos esgotar as visões possíveis em cada uma delas, mas abordar fundamentalmente as contribuições que cada uma poderá oferecer para nossa discussão nesta pesquisa. Não podemos fazer uma retrospectiva histórica de cada uma destas áreas principalmente porque deixaríamos o foco de nossa investigação. Para tanto, faremos uma tentativa de síntese dos principais pontos que nos ajudarão nesta investigação. O intento aqui é buscar apoio em algumas idéias dessa área para fundamentar e demonstrar como o conhecimento científico é construído e conjugá-lo com as questões éticas.

1.1.1 Ciências políticas

Nas ciências políticas, visualizando a realidade humana e social, o pesquisador, detentor deste conhecimento, tem como parâmetro de leitura da realidade um espectro amplo da história e, em decorrência dele, apreende as ações humanas em cada momento no tempo e no espaço. Por causa disso, sua ação não é tão simplesmente a de observar regimes administrativos politicamente estabelecidos ao longo da história da humanidade, mas muito mais que isso, saber sobre os meandros da atuação política, que a organiza e a faz agir socialmente em

função do poder. Obviamente que esse processo pressupõe também entender os caminhos para se conseguir o poder e como advém dele as conseqüências para os governados.

Isso significa que, dessa maneira, a ação humana socialmente estabelecida pressupõe atuações que interagem homens num mesmo espaço físico e num tempo determinado. É fundamental perceber a política se fundamentando e promovendo a humanização do homem na sociedade. Podemos depreender disso, conforme Aristóteles, que toda ação humana é ação social. Por este fato, o homem é um animal social que promove organicidade nessa interação e a isto foi dado o nome de política. Uma das intenções da ação política é organizar a convivência entre humanos e, por conseguinte, atender às suas necessidades básicas enquanto cidadão.

Temos consciência de que nem sempre os atos humanos e as interações entre eles são pacíficos, às vezes são violentos, dependendo de quem (pessoa ou grupo) está com e no poder. Platão discute em seu diálogo "*O político*", as várias maneiras de governar: a tirania, a aristocracia, a monarquia, a democracia dentre outras formas e destaca a questão da violência como forma de exercer o poder. A visão de mundo de quem detém o poder e do que se entende por comando ou força coercitiva, ou participação na gestão do Estado, pode determinar a condução política. Já dissemos, em outro momento dessa investigação, que o Estado tem como escopo a administração a serviço de uma classe dominante, no caso atual, a burguesia. Sobre a constituição das classes sociais Leo Huberman (1986) discute em seu livro: "*A história da riqueza do homem*" as várias denominações das classes dominantes ao longo da história da humanidade.

As questões que envolvem o homem no seu contexto político dependem quase sempre da direção que o governo estabelece para a população governada. Muitos autores como Platão, Aristóteles, Rousseau, Montesquieu, Marx, Wefort, dentre outros especialistas da área política, demonstram que a política de Estado, hodiernamente, vai para uma direção e os desejos da população vão para outra. Isto é, o sistema capitalista, acoplado ao poder governamental ou vice-versa, determina sobremaneira a condução dos destinos históricos, econômicos, sociais, humanos, na direção do capital, e mais ainda na direção da classe dominante.

Por outro lado, a população governada busca mecanismos de sobrevivência digna. O Estado tem como função principal, isto definido

historicamente, amparar, cuidar, proteger e dar condições de uma vida com dignidade na saúde, na educação, na moradia, na infra-estrutura cidadina, na segurança além de outros elementos importantes. Por causa disto, há desencontro substancial dessas direções. Quando as duas se convergirem para um único foco, aí sim a política em seu sentido *lato* e *stricto* vai se manifestar de maneira clara e com objetivos também claros. Ou seja, o homem será o ponto de partida e o ponto de chegada da ação política do Estado, em detrimento do econômico e do financeiro.

Diante dessas idéias, cabe ao cientista político segundo a classificação do Código de Brasileiro de Ocupações (CBO/2002), buscar as implicações tanto da ação administrativa do governo quanto das necessidades existenciais, portanto sociais, na vida cotidiana do cidadão. Fazer esta reflexão pressupõe compreender a ideologia subjacente ao governo e desvendar o verdadeiro significado de política social. Para tanto, o cientista político faz uso de procedimentos específicos de sua área para inserir-se no conhecimento das ciências políticas e daí abstrair-se e nessa abstração, organizar as teorias e as práticas sociais da ação política do governo no Estado.

A metodologia para entender e explicar esta questão da política caracteriza-se primeiro, por obter uma visão ampla das ações humanas e em segundo lugar, obter uma compreensão da inserção das idéias humanas na realidade para organizá-la. No primeiro caso, o homem age segundo seus interesses primários: necessidades de sobrevivência. Em conseqüência disso, ele cria condições sociais para atender a estas necessidades. Explicando melhor, a ação humana cria desde comunidades de iguais para se proteger contra os predadores; constitui grupos para capturar presas para sua sobrevivência, não apenas individualmente, mas para o próprio grupo, chegando até a uma sofisticada relação de transformação da natureza para suprir as suas necessidades existenciais. Nessa trama de relações com a natureza cria inevitavelmente significados para si e para o grupo, para a comunidade na qual está inserido. Na medida em que transforma a natureza e atende aos requisitos necessários à sobrevivência cria, como conseqüência do seu ato, a cultura. Ou seja, os objetos produzidos passam a ter significados humanos quando assumem a característica de produto advindo da transformação da natureza para atender às necessidades básicas: descanso, alimentação, reprodução, proteção dentre outras.

Ocorrendo, então, a transformação da natureza e a inserção da idéia na realidade, acontece concomitantemente uma organização social às vezes simples, às vezes intrincada e extremamente complexa, formando classes sociais diferentes com poderes diversos em cada uma delas. Assim, o método utilizado nas ciências políticas consiste na utilização como objeto de compreensão e teorização a própria realidade existencial antropologizada historicamente. Pois, é nela que fruem as relações políticas. É nela também que se estabelecem as inter-relações humanas socialmente entendidas. O método, assim, é um veículo, um procedimento, um mecanismo para o pesquisador conhecer, compreender e explicitar os meandros de tais relações humanas. Mas também organizar as idéias sobre tais fenômenos. Obviamente que somente o método de pesquisa não basta para o investigador dar conta de todas as dimensões da realidade humana e social. Ele precisa também de outros componentes existenciais: o seu conhecimento de outras realidades, sua própria experiência de mundo, sua estrutura de pensamento sobre o mundo que o cerca, e daí depende sua visão política, histórica, ideológica, religiosa, enfim, a relação que faz do seu mundo com o mundo estudado. Nesse patamar, estamos colocando obviamente em xeque a neutralidade científica descrita por Hilton Japiassu (1978).

É possível ao cientista político investigar e teorizar suas idéias sobre certos fenômenos sociais a partir da compreensão das várias formas de sociedades estabelecidas pelo homem ao longo da história. Isso significa que há várias maneiras e diversos procedimentos em cada investida para compreender a realidade social. Portanto, o desafio do cientista político é penetrar na realidade de maneira completa, buscando as várias visões possíveis que se podem obter da realidade vivida, analisada, investigada e estabelecida como sociedade. Mas também, com base nessa plataforma teorizar as descobertas, sistematizar as várias visões sobre ela, enfim propor caminhos para as possíveis soluções dos problemas encontrados nesta empreitada investigativa. O papel fundamental do cientista político é o de elaborar proposições e soluções razoáveis para a sociedade humana gerida politicamente, a partir das dificuldades encontradas em sua pesquisa. Em outros termos, trazer para a comunidade investigada soluções reais para problemas reais.

1.1.2 Ciências antropológicas

Por causa da preocupação do cientista social em compreender as dimensões da sociedade humana em seus meandros, torna-se evidente que o conhecimento produzido por ele não é suficiente para dar conta de explicitar todas as dimensões humanas. Assim, pelo fato de não ser o único pesquisador a abordar as questões sobre o homem e as dimensões humanas da sociedade, há necessidade de se buscar apoio em outras áreas, das ciências humanas como a psicologia, a filosofia, a teologia, a geografia humana dentre outras.

Há, nesse panorama das ciências sociais, especificações que dependem do olhar, através do qual os cientistas antropólogos direcionam sua investigação para a realidade. Assim, na pesquisa antropológica, os investigadores definem o foco que lhes são específicos nos seus trabalhos investigativos tendo as ações existenciais humanas como ponto de referência. A antropologia por ser uma das vertentes das ciências sociais e humanas produz conhecimento científico ao estudar vários aspectos sociais do mundo humano. Nesse sentido, amplia o conhecimento na medida em que avança na compreensão do homem inserido em um contexto historicamente estabelecido como sociedade. Essa compreensão pressupõe abertura às várias maneiras de percepção da realidade. Não podemos esquecer que há na antropologia várias subdivisões segundo informações disponíveis em (*ÁREAS... Online*). Diferenciam-se das artes e das humanidades, pela preocupação metodológica. Assim, a Antropologia se divide nas dimensões: a) biológica, entendida como antropologia física; b) sociocultural, compreendida por antropologia social e/ou cultural; c) filosófica, denominada de antropologia filosófica. Estas dimensões têm uma única preocupação quando se empenham em responder à questão: o que é o homem?

Podemos observar que nenhuma outra ciência pesquisa sistematicamente todas as manifestações do ser humano e da atividade humana de maneira tão ampla. É um componente da pesquisa extremamente complexo, visto que o homem pode ser observado como expressão global – biopsico-cultural -, isto é, como ser biológico pensante, produtor de culturas, participante e construtor da sociedade.

A antropologia visa o conhecimento completo do homem, o que torna suas expectativas muito mais abrangentes. Dessa forma, uma conceituação mais

ampla a define como a ciência que estuda o homem, suas produções e seu comportamento. O seu interesse está no homem como um todo, o ser biológico e o ser cultural, preocupando-se em revelar os fatos da natureza e da cultura. Tenta compreender a existência humana em todos os seus aspectos, no espaço e no tempo, partindo do princípio da estrutura biopsíquica. Busca, também, a compreensão das manifestações culturais, do comportamento e da vida social.

Assim, é possível visualizar que a antropologia compreende os aspectos da vida humana, da formulação cultural historicamente através dos mitos, ritos, costumes, hábitos, culturas diversas, organizações tribais, enfim, o homem na interação com o outro. Mesmo assim, não consegue abarcar tudo aquilo que é necessário para entender a dimensão humana nas sociedades. Justifica-se esta assertiva pelo fato de que há na antropologia procedimentos metodológicos para compreensão de vários aspectos da história humana desde o surgimento do homem no planeta até os nossos dias. Este procedimento necessita de métodos específicos (DALBERIO, 2004 a) de outras áreas de conhecimento que podem estar disponíveis para a pesquisa antropológica. A antropologia, como ciência do biológico e do cultural, tem seu objeto de estudo definido: o homem e suas obras. Por causa disso, o espectro para o antropólogo conhecer torna-se bastante amplo ao embrenhar-se na busca de compreensão da realidade humana.

Há, conforme mencionamos em linhas anteriores, uma divisão clássica da antropologia entre física, cultural e filosófica. Na **antropologia física**, por vezes chamada "antropologia biológica", estuda os mecanismos de evolução biológica, herança genética, adaptabilidade e variabilidade humana, primatologia e o registro fóssil da evolução humana. A antropologia física surge vinculada aos estudos fisiobiológicos dos séculos XVIII e XIX, visando compreender o processo de evolução pelo qual se originaram os humanos modernos, com ênfase nos aspectos biológicos e físicos referentes a este processo. Sua metodologia se centraliza na comparação fóssil-residual além do estudo comparativo de diferentes "tipos humanos". Objetiva compreender a adaptabilidade e variabilidade observáveis na humanidade. Em grande medida a antropologia física se vincula à matriz disciplinar denominada biofísica que tem como principal matiz as teorias evolucionistas. Está também significativamente associada aos estudos arqueológicos, tanto no estudo de grupos hominídeos pré-históricos quanto em pesquisas etno-históricas. Esta tarefa visa estabelecer as diferentes trajetórias das sociedades de tradição eminentemente

oral, ou parcelas das sociedades de tradição escrita, das quais o registro escrito é pouco significativo ou inexistente. Um dos grandes desafios das pesquisas antropológicas é a compreensão desses fenômenos uma vez que os registros são escassos.

Nesse aspecto, uma dimensão para compreender o humano é buscar apoio em várias áreas teóricas e metodológicas. É certo que para a antropologia física obter todas as informações necessárias a análise da realidade humana é preciso muito trabalho investigativo. Para ela sozinha, é uma tarefa extremamente complexa para não dizer inumana. Visto que o trabalho de investigação visa conhecer, compreender e explicar o que é o homem embasado nos dados de sua própria constituição física e social, somente uma área de conhecimento não seria suficiente para completar tal façanha. Daí ser necessário utilizar apoio de outras áreas para complementar a compreensão da situação do homem neste aspecto, qual seja, o físico.

Nesse aspecto a antropologia física está, portanto, aberta às parcerias com outras áreas interessadas na questão básica: o que é o homem?

Na *antropologia cultural* a preocupação dos pesquisadores está baseada no estudo do homem e na sua constituição enquanto humanidade. Este aspecto tem por objeto o estudo do homem e das sociedades humanas na sua vertente cultural. A representação, pela palavra ou pela imagem, é uma das suas questões centrais. Assim, o estudo da natureza do signo na comunicação humana, tornou-se uma das maiores preocupações para compreender o homem em sua totalidade. O signo através da linguagem humana bem como os seus costumes, hábitos, mitos, vivências, são pontos fundamentais para compreensão da dimensão cultural do homem. Dessa maneira o conceito de antropologia cultural implica os de a) ciência social – que propõe conhecer o homem enquanto elemento integrante de grupos organizados. b) ciência humana - volta-se especificamente para o homem como um todo: sua história, suas crenças, usos e costumes, filosofia, linguagem. Sem esquecer também que o conhecimento da estrutura linguística é fundamental para o pesquisador antropológico.

A antropologia cultural tem raízes que remontem a Antiguidade Clássica, mais especificamente quando os primeiros relatos escritos sobre os povos instigaram as discussões acerca da cultura. Estas origens se desenvolveram após o período das grandes navegações, cujos registros, discutiam os povos "descobertos"

como exóticos e "estranhos" ao mundo europeu. Também conhecida como antropologia social, esta vertente surge da necessidade de compreender a alteridade sociocultural, ou seja, a apreensão da visão de mundo expressa pelos comportamentos, mitos, rituais, técnicas, saberes e práticas de sociedades de tradição não-européia. Nas primeiras décadas de sua formação enquanto disciplina a antropologia esteve ligada aos interesses de Estado. Principalmente porque visava a uma explicitação da constituição humana, social, política, histórica, ideológica dos vários governos. Por causa disso, várias empreitadas foram realizadas no intuito de compreender e explicar como o governo deveria fazer e fazia. Nesse sentido, a corrente funcionalista inglesa que considera os temas: cultura como totalidade; instituições e suas funções da totalidade cultural; sincronia x diacronia. (SILVA 1999. *online*), pensava a antropologia como uma disciplina "aplicável" ou "útil" na consolidação das ambições de seu governo, sendo utilizada, portanto, para práticas colonialistas. Visto que esta teoria apregoa que todos os fatos sociais estão interligados e coligados entre si da mesma forma como o organismo humano no qual todos os órgãos estão interligados e comprometidos pelo bem-estar do corpo como um todo.

Em uma vertente oposta, o Estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (SILVA, 1999. *online*), discute a Antropologia Cultural como ferramenta de compreensão do homem. Lévi-Strauss demonstra que os homens, em todas as culturas estabelecem processos cognitivos da mesma forma, e que a utilidade é uma consequência da busca de conhecimento, e não a sua causa, como prescrevem os funcionalistas. Dessa maneira a antropologia cultural passa a ter uma percepção globalizante do homem. Ou seja, todas as ações humanas estão de alguma maneira interligadas.

Esta discussão reflete em parte uma reação contra a noção antiga de oposição entre "cultura" e "natureza", segundo a qual alguns humanos vivem num "estado natural" (de pura natureza). Esta reflexão proporciona argumentar que a cultura é "natureza humana" e que todas as pessoas têm a capacidade de classificar experiências, codificar classificações simbolicamente e transmitir tais abstrações. A cultura é aprendida pelas pessoas. Essa apreensão se realiza pela sua vivência em diferentes lugares com diferentes especificidades culturais.

Para pensar as sociedades humanas, a antropologia se preocupa em detalhar, tanto quanto possível, os seres humanos que as compõem. Também observa como eles se relacionam, seja nos seus aspectos físicos, na sua relação

com a natureza, seja na sua especificidade cultural. Para o saber antropológico o conceito de cultura abarca diversas dimensões: universo psíquico, os mitos, os costumes e rituais, suas histórias peculiares, a linguagem, valores, crenças, leis, relações de parentesco, entre outros tópicos.

Assim, a antropologia cultural busca compreender as dimensões sociais pelas quais o homem se estabelece como humano nas ações e reações pessoais e coletivas.

Um outro aspecto considerado na antropologia é a racionalidade e em sua decorrência, encontro com a filosofia. Por isso denominada de Antropologia Filosófica. Na *Antropologia Filosófica* o foco de discussão é bem característico. Ou seja, busca compreender a maneira pela qual o homem constrói seu pensamento e com ele elabora o conhecimento de si mesmo e do mundo que o cerca. A antropologia filosófica concentra-se no estudo das estruturas fundamentais do homem. Converte-se numa ontologia, na medida em que se conduz à questão do significado do “ser”. O homem torna-se para si mesmo o tema de toda a especulação filosófica: interessa estudar o homem e estudar tudo o mais apenas em relação a ele. O que é mais significativo é o conhecimento do homem. Estuda, também, o seu caráter biopsicológico, verifica o que o homem faz com suas disposições bioquímicas no seu ambiente biológico que possa diferenciá-lo de outros animais. Diga-se, o aspecto biopsico-histórico-cultural.

A compreensão sobre a vida, a religião, as situações de existencialidade e de essencialidade do homem é uma reflexão filosófica quando parte da necessidade humana de conhecer, compreender a si mesmo, os outros como homens e o mundo que os acolhe. A introspecção se revela como absolutamente necessária ao fundamento e ponto de partida de qualquer outro recurso de natureza metodológica. A reflexão, de fato, constitui a base da antropologia filosófica. A antropologia filosófica faz uso dos dados proporcionados pelas outras formas de antropologia, por exemplo, os fornecidos pela “antropologia das características humanas”; dados proporcionados pela biologia, pela sociologia, pela psicologia, pela etnografia, pela arqueologia e pela história, mas interpreta esses dados à sua maneira e procura unificá-los numa teoria abrangente. Tendo como escopo a compreensão do homem como um ser total e totalizante, localizado em um tempo e em um espaço de relacionamentos e seus respectivos valores.

O pensamento antropológico-filosófico teve início quando o homem se sentiu jogado sobre si mesmo e precisamente sobre a concreticidade pessoal e histórica de sua vida que antecede e ultrapassa todo e qualquer conceito. Ou seja, quando o homem se deparou com as principais questões de sua existência: a vida e a morte. Com o “espanto” diante dessas duas realidades iniciou-se a busca de compreensão do que na verdade é o homem, de onde veio, o que faz, para onde vai.

O nome “Antropologia Filosófica” é relativamente recente. Difundiu-se sobretudo a partir dos trabalhos de Scheler (1873 - 1928), que considera a antropologia filosófica a ponte estendida entre as ciências positivas e a metafísica. E que tem como ponto de referência a busca da compreensão sobre o homem em sua totalidade. Para Scheler, o objetivo da antropologia filosófica é o de mostrar exatamente como a estrutura fundamental do ser humano, estendida na forma (alma, espírito, existencialidade, essencialidade, enfim, homem), explica todos os monopólios, todas as funções e obras específicas do homem: linguagem, consciência moral, as ferramentas, as armas, as idéias de justiça e de injustiça, o Estado, a administração, as funções representativas das artes, o mito, a religião e a ciência, a historicidade e a sociabilidade, a fim de ver se há algo nessas atividades, bem como em seus resultados, que seja especificamente humano. Seu objetivo é, por assim dizer, colocar no centro de sua reflexão a questão: que é o ser humano?

Como problema, a antropologia filosófica tem seus primórdios mais fecundos a partir dos debates de Sócrates e dos Sofistas até os filósofos atuais. Immanuel Kant (1724 - 1804) definiu a antropologia como ‘a’ questão filosófica por excelência, uma vez que a filosofia enquanto tal tomaria ao seu encargo quatro grandes problemáticas: a metafísica, a ética, a religião e a antropologia, considerando que todas as três primeiras não seriam senão partes da última, pois todas elas remetem, em última análise, ao problema do entendimento do humano.

A antropologia filosófica discute prioritariamente o significado que o homem atribui a si mesmo e ao seu mundo. Isto é, inicia o seu trabalho com o entendimento da realidade material onde o homem está inserido. Com base na compreensão que estabelece sobre ela é possível avançar no conhecimento das formas culturais e com isso se percebe inserido neste contexto. A primeira e mais importante tarefa da antropologia filosófica é mostrar que o homem em sua constituição física é semelhante aos animais, entretanto há algo que o difere

substancialmente daqueles: a capacidade racional. É com ela que o homem se significa. É com ela que tem capacidade de compreender-se como ser existente e, mais que isso, pode abstrair-se da realidade e vê-la, como se estivesse fora dela. Isso é possível graças a capacidade metafísica própria do homem. Para tanto, ele cria símbolos que manifestam a presença do ausente. Dessa maneira, o homem pode, através da linguagem, comunicar algo que não está presente materialmente. Essa abstração é caracterizada como elo de ligação entre os seres humanos na constituição cultural. Cassirer (1977) no seu livro: *Antropologia Filosófica* descreve a questão da função e do valor da linguagem dividindo-a em três aspectos: a mitológica, a metafísica e a pragmática.

Para compreender a dimensão humana (o homem em si mesmo) pela antropologia filosófica é fundamental que se entenda toda a dimensão da cultura. O processo de sistematização desse trabalho consiste em buscar algumas alternativas de compreensão do homem em seu contexto humano-existencial. Primeiramente, há de se fazer um estudo do externo (natureza e cultura) e ir na direção do interno (significados valorativos). Pois, quanto mais se entendem as dimensões da cultura, enquanto manifestação de interação entre homens nas diversas situações existenciais, melhor entendimento se pode obter sobre o homem e sua existencialidade (DALBERIO, 2003). Para compreender o significado de existencialidade humana pressupõe conhecer os elementos da cultura e principalmente onde ela se faz. Ou seja, a cultura proporciona condições para o homem se tornar humano através dos processos de socialização.

Desta maneira, a antropologia com suas respectivas variantes, contribui para que se possa identificar as características humanas evidenciadas no contexto social. E mais que isso, quais as contribuições que a cultura oferece à formação do homem e vice-versa. Isto é, ambos (cultura/homem) estão intimamente ligados porque é na cultura que o homem se faz, constrói e adquire os valores fundamentais à sua existencialidade. É nela também que ele aprende a abstrair-se para compreendê-la em sua essência tanto quanto atribuir significado e sentido às manifestações de costumes, hábitos, mitos, crenças, enfim a vivência cotidiana entre os homens. Por causa disso, a antropologia filosófica tem sua contribuição não só para oferecer uma compreensão da vivência do homem em sociedade, mas principalmente para mostrar os significados e os valores criados e estabelecidos pela comunidade de homens.

1.1.3 A Sociologia

A Sociologia é uma ciência que estuda o comportamento humano em função do meio e dos processos que interligam o indivíduo em associações, grupos e instituições. Estuda, principalmente, os fenômenos que ocorrem quando vários indivíduos se encontram em grupos de tamanhos diversos, e interagem no interior desses grupos. Para o sociólogo fazer este trabalho investigativo faz-se necessário buscar apoio tanto nas ciências políticas quanto na antropologia, bem como em outras áreas que darão suporte para que se possa compreender as dimensões do homem tanto pessoais quanto sociais.

Assim, podemos dizer que a Sociologia se complementa com outras áreas e por causa disso, ela se torna ampla e muito mais complexa. Visto que para compreender o homem em sociedade é necessário compreender primeiramente o que ele é, como se estabelece no meio físico, no meio social, nas interações, nas instituições mais diversas, na construção da cultura e principalmente na lida com a natureza. Sempre observado em grupo ou na relação com este.

Assim sendo, a Sociologia se pauta em teorias sociológicas, históricas e filosóficas para obter um panorama de compreensão da situação existencial do humano. Uma vez tendo domínio deste espectro ela poderá situar-se além de sua constituição teórica e da sua metodologia própria. Ou seja, para compreender o homem em seu mundo, na sua realidade, são necessários métodos adequados com técnicas próprias em cada momento de investigação. Por isso, a sociologia busca mecanismos apropriados para visualizar a realidade humana e social em contextos especificados historicamente no tempo e no espaço.

Minayo (1999, p.14) apresenta que há uma identidade entre sujeito e objeto de pesquisa, nas Ciências Sociais. Por esta razão,

[...] a pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos.

A sociologia como procedimento para compreensão do humano nas suas várias dimensões faz uma caminhada semelhante a da antropologia filosófica: compreende a realidade onde o homem está inserido e vai transitando pela cultura ao encontro do homem em si. O que ele é, como se vê, como vive, como se

estabelece em comunidade e, ainda, faz a reversão dessa caminhada demonstrando como a sociedade se estabelece por causa do homem.

Este trabalho sociológico tem um impacto importante na compreensão da realidade humana em si e no social. É com essa compreensão eficiente que o homem pode se estabelecer como conhecedor da sua existencialidade pessoal e coletiva. Isso implica ver-se no outro e ao mesmo tempo ver o outro em si para juntos formarem a comunidade humana e social.

Este trabalho que os sociólogos fazem através de investigação, oferece caminhos para a humanidade se entender como comunidade de homens. Nessa comunidade existem os componentes necessários para sobrevivência individual e coletiva. Individual, quando busca o espaço físico, profissional, mental, espiritual, de cidadania, e principalmente de humanidade. Coletivamente, quando promove, com o outro, mecanismos sociais e coletivos de convivência, principalmente na política e em decorrência dela as ações manifestas no relacionamento organizado ou organizável pelas leis entendidas aqui como normas de comportamento. Compreender as dimensões sociáveis do homem implica estudar o coletivo. E nisto, as outras áreas do saber sobre o homem se fazem presentes na sociologia. Enfim, o grande desafio da compreensão da humanidade do homem está posto para as áreas do conhecimento social.

Portanto, a sociologia fazendo uso dos mecanismos de compreensão das relações humanas em sociedade, tem como escopo explicar os meandros desse relacionamento com fulcro na constituição teórica advinda da realidade. Mas também é seu papel demonstrar as consequências das interações entre os homens desde o surgimento de grupos, sua constituição estrutural, seus valores, suas leis, seus objetivos implícitos ou explícitos, fundamentalmente na construção de instituições. São estas que dão ao homem suporte para a sociabilidade. São elas que estabelecem padrões sistematizados oficialmente e que fazem valer o controle social. Berger (1986), no capítulo 4 do seu livro: *Perspectivas Sociológicas*, faz uma discussão apontando os vários mecanismos de controle social e suas respectivas consequências. São as instituições que, embasadas nas vivências dos homens em sociedade, criam mecanismos para o surgimento de leis, normas e que submetem o homem individual e coletivamente a estas construções. Segundo Berger (1986, p.124) “[...] não é correto dizer que cada sociedade tem os homens que merece, antes porém, cada sociedade produz os homens de que necessita”. Diante disso, o

papel da sociologia é o de desvendar este emaranhado ideológico, mostrando de maneira clara e explícita o que o homem faz na sociedade e, ao mesmo tempo, o que o coletivo faz do homem para torná-lo social.

1.1.4 O serviço social

O serviço social é uma profissão com formação universitária cuja finalidade é promover análise da conjuntura social e intervenção tendo como ponto de referência as expressões da "questão social". Isso significa que o profissional dessa área tem uma formação teórica e prática amparada também nos autores clássicos da sociologia, da antropologia, da política, da história, da filosofia, da psicologia, dentre outras áreas do conhecimento. Sem deixar o aparato metodológico da intervenção na realidade humana e social, bem como as das pesquisas sociais.

A Resolução n. 15 do Conselho Federal do Serviço Social estabelece que o sujeito-agente dessa área seja um

[...] profissional que atue nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (CFSS, 2002, *online*).

Esta mesma resolução propõe que as habilidades específicas para a formação do profissional do serviço social devem ser estabelecidas da seguinte maneira:

[...] a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos da informática.

Para que estes objetivos sejam alcançados faz-se necessário, todavia, que a pesquisa esteja conjugada à formação, tanto quanto o estágio. Dessa maneira o Serviço Social, na formação de seus profissionais, atende a estes requisitos quando proporciona uma visualização teórica da realidade, mas que também organize ações para que se possa experienciar, na vivência da comunidade, as expressões da questão social. A partir daí, é possível verificar que a academia vai à

comunidade e juntas podem buscar alternativas para solucionar as dificuldades observadas. Este papel, portanto, não se restringe a observar de longe a realidade social e elaborar teorias explicativas, construindo soluções utópicas para situações reais. Assim, o Serviço Social se presta a fazer uma intervenção real, se propondo a uma crítica profunda, séria e ampla da ideologia hegemônica.

Com essa inserção social é possível levar da academia à realidade as contribuições da percepção teórica construída criticamente sobre ela. Junto dos sujeitos que estão fora da academia, vivendo o cotidiano social, tendo uma percepção concreta de seus direitos, anseios, perspectivas, sonhos e buscas, torna-se possível construir alternativas reais para dificuldades reais. Um dos grandes desafios do Serviço Social é, por assim dizer, buscar junto das populações os seus anseios existenciais e oferecer-lhes alternativas políticas. É, também, o de encontrar junto aos órgãos oficiais recursos de toda ordem para realizar a efetivação de direitos do cidadão. Para tanto, o assistente social com formação teórico-prático-metodológica está preparado para esta tarefa. Tem conhecimento dos mecanismos políticos dos governos para favorecer a sobrevivência dos cidadãos. Em outras palavras, tem conhecimento das políticas sociais e, mais que isto, sabe também quais mecanismos devem ser utilizados para fazer cumprir a legislação a favor do cidadão inserido na comunidade.

Assim sendo, a formação profissional pressupõe que haja desenvolvimento das capacidades para:

- [...] elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social. (CFESS, 2002. *Online*).

Diante do exposto podemos dizer que o Serviço Social é uma profissão cuja atividade vem atender aos direitos prementes e prioritárias das populações. Isso significa que é um trabalho que parte da teoria para a prática, mas também da prática para a teoria. É um trabalho que mescla o conhecimento teórico sobre as políticas públicas, a questão social, os acontecimentos históricos, o homem nos

seus vários aspectos existenciais e por fim, exerce uma função de direção, coordenação e organização da questão que envolve o social e o homem inserido nele.

O profissional do Serviço Social estando inserido de maneira direta na realidade humano-social pode em muitos casos, perceber com olhar crítico tal realidade. Mas por causa do seu papel social, exerce também a função de promotor de consciência. Isso quer dizer que ele pode possibilitar a transformação da sociedade, conscientizando os homens do seu papel social e interacional-transformador. “Os modos de comportamento, valores e motivações aparecem à consciência como elementos que existem e funcionam em si e por si mesmos, possibilitando que sejam tratados como relações e vínculos sociais (BARROCO, 2005, p.38). Por causa disso, um dos tantos desafios do assistente social é superar os limites da ideologia vigente. Isto acontece quando seu trabalho social implica buscar na própria ideologia, alternativas para desvencilhar-se dela e fazer os outros se desvencilharem das amarras do sistema que valoriza o financeiro em detrimento do humano.

Assim, parece que o trabalho do assistente social está intimamente vinculado à questão que diz respeito ao social. Entendendo por social, principalmente, a interação e a inter-relação entre homens em todos os níveis de existência humana. Seja na relação de aprendizagem, na relação de trabalho, na condição de moradia, nas participações políticas, nas manifestações religiosas, enfim, nas várias dimensões do humano. Nesse parâmetro, este profissional interage de forma ativa para fazer o homem ser mais homem exercendo atividade que tenha como escopo aqueles que mais necessitam de ajuda. Quando dizemos ajuda, não estamos pensando apenas nas questões relacionadas a assistencialismos gratuitos e irresponsáveis, mas muito mais que isso. Pensamos na possibilidade de oferecer condições para que a pessoa seja valorizada em sua dignidade. Para isso, o profissional do serviço social, por ter conhecimento dos meandros das políticas públicas, pode reivindicar dos órgãos competentes aquilo que lhe é de responsabilidade social. Ele tem também a responsabilidade de fazer valer seu papel de transformador. Fazer projetos, mobilizar a comunidade para que ela possa buscar a concretização do seus direitos de cidadão no lugar certo com a pessoa e no órgão certo, legalmente. Para se exercer esse papel, (diga-se, coordenador, orientador, indicador) o assistente social tem conhecimento não

apenas dos aspectos teóricos, mas principalmente dos caminhos para se chegar ao ponto onde estão as alternativas de solução dos problemas ou das dificuldades que o cidadão enfrenta no seu dia-a-dia.

É fundamental que os pesquisadores do Serviço Social tenham

[...] a preocupação com o retorno social e alcance social de nossas produções refere-se a uma intenção de fazer o caminho de volta, isto é retornar à realidade que sustentou a produção de conhecimento e mobilizar ações que transformem esta realidade, seus sujeitos e a própria profissão, alargando seus horizontes e potencializando seus objetivos, suas competências e habilidades profissionais (BOURGUIGON, 2005, p.213).

Quando destacamos as questões que envolvem os aspectos sociais detectamos a existência de uma desigualdade de condições de vida das populações, notadamente naquelas localizadas em países de terceiro mundo. Essas populações necessitam fundamentalmente de uma política voltada para sanar as suas necessidades básicas de sobrevivência. Pessoas estão numa situação de miséria e abaixo da linha da miséria em diversos países considerados pobres ou em desenvolvimento. Daí pode-se perguntar qual é o papel do profissional do serviço social? Pensamos que uma das atividades desse profissional é buscar junto aos dirigentes os elementos que venham satisfazer em cada região, os direitos sociais do cidadão em particular e da população carente.

Isso nos inquieta muito, principalmente por sabemos que enquanto poucos detêm muito, muitos não possuem nada. Aí, nos parece, está a chave da atuação do profissional do serviço social. Mas para isso é preciso primeiro desenvolver a consciência da transformação social e colocá-la a serviço da superação das desigualdades entre as pessoas.

Um papel importante desse profissional, como foi dito em linhas anteriores, é atender aos direitos das pessoas. Quanto a isso, cabe aqui uma discussão: de que papel estamos falando? Aquele que vem atender às ideologias dominantes ou aquele que as ultrapassa propondo caminhos para soluções rápidas e imediatas. Em muitos casos, as pessoas necessitam de comida para sobreviverem. O que fazer? Os governos criam mecanismos de repasse de verbas dentro dos seus orçamentos. Cabe então ao profissional dessa área, saber onde estão e como consegui-las. Daí ser necessário conhecer as políticas públicas para nelas encontrar os caminhos para satisfazer a essa necessidade premente e urgente. É preciso, portanto, avançar para na transformação dessa realidade com projetos factíveis para situações reais.

Entretanto, há outros direitos também importantes: emprego, condições de instruir-se, de viver dignamente. Nesses aspectos cabe aos governos a responsabilidade de criarem condições de estrutura social para fornecer situações reais para as pessoas buscarem seus benefícios, pelas próprias mãos. A responsabilidade do assistente social é a de conscientizar as pessoas, através de movimentos sociais, dos seus direitos junto ao poder público.

Quando pensamos na questão da dignidade humana é evidenciada uma problemática que se manifesta de forma relevante: digno a quê? Aí sim, estamos diante de uma questão puramente filosófica que tem implicação no social. Devendo ser refletida na política, englobando o econômico, o ideológico, e, fundamentalmente, o humano em suas dimensões. Quem é digno? Isso significa que alguém está devendo a outro o que lhe pertence. Essas duas vertentes nos colocam num patamar complexo e ao mesmo tempo difícil de ser desvencilhado. Mas, mesmo assim, queremos entender como isso se processa no Serviço Social. Já foi dito anteriormente que um dos papéis do assistente social é o de buscar alternativas claras e precisas para atender aos direitos humanos. Se por um lado, ele entende que quem é digno é aquele que está morrendo por falta de comida, ou por falta de abrigo, ou por falta de roupa então é percebido que aí cabe retomar a dignidade mais premente: sobrevivência. Por outro lado, entendendo a dignidade como uma atividade social para satisfazer apenas às necessidades emergentes dando condições para que o cidadão seja conduzido a outro patamar de sobrevivência social, inserção e não exclusão, aí também se evidencia a dignidade humana. Dessa forma, entendemos por dignidade humana que o homem deve ter, quando necessitado, dos órgãos públicos, os recursos fundamentais e essenciais, visto que tais órgãos foram constituídos para organizarem e coordenarem a sociedade e isso implica em dar condições de sobrevivência para a população que lhe mantém. E não o contrário. Diante disso, o profissional do Serviço Social, mas não somente ele, tem a responsabilidade de cobrar e estabelecer contato direto com os órgãos públicos para que essa tarefa seja cumprida dentro da legalidade. Assim sendo, ele assume um papel político de interlocutor entre os necessitados e os diversos órgãos gerenciadores da questão pública.

Com esta discussão podemos compreender também, ampliando um pouco mais nosso raciocínio, que várias são as possibilidades de atuação do assistente social. Este profissional tem como campos de atuação profissional: equipamentos da

rede de serviços sociais e urbanos das organizações públicas, empresas privadas e organizações não-governamentais como: hospitais, escolas, creches, clínicas, centros de convivência; administrações municipais, estaduais e federal; serviços de proteção judiciária; conselhos de direitos e de gestão; movimentos sociais; instâncias de defesa e de representação política dentre tantas alternativas de ação. Isso significa que esta profissão é de amplo espectro de conhecimento e de atuação. Por causa disto, o profissional do Serviço Social está com uma responsabilidade ilimitada: fazer o homem ser cidadão no verdadeiro sentido.

Assim, podemos dizer que o Serviço Social, enquanto profissão, tem como objetivo principal a contribuição para a construção de uma ordem social, política e econômica pelo menos diferente da atual. Reconhecendo nos determinantes estruturais e nas dificuldades da realidade social, os limites e as possibilidades do trabalho profissional, rebelando-se contra os problemas das injustiças, que afetam os desamparados socialmente.

Para esta postura ser efetivada a pesquisa social deve ser acionada de maneira eficiente. Ou seja, o Serviço Social, e mais precisamente o profissional dessa área, para efetuar ações de impacto social e humano, faz uso da pesquisa enquanto compreensão da realidade sistematizando-a em projetos de intervenção. Como as outras áreas das Ciências Sociais, o Serviço Social deve acionar outras áreas do conhecimento para estabelecer sua ação. Assim, faz uso das contribuições da sociologia, da antropologia, da história, da filosofia e fundamentalmente das ciências políticas.

Diante do exposto sobre as Ciências Sociais tratamos alguns aspectos que consideramos importantes, embora temos total consciência que não aprofundamos esse assunto com o devido merecimento que ele requer. Fizemos esta escolha porque nosso trabalho tem como base as questões da ética nas pesquisas sociais. Por causa disso não podemos nos omitir de falar, mesmo que superficialmente sobre estes temas, visto que fazem interfaces com o Serviço Social. Não podemos pensar no Serviço Social, desprezando os elementos das Ciências Sociais.

Alguns pontos ficaram bastante claros nessa discussão: as Ciências Sociais sustentadas pela ciência política oferece subsídio importante para a pesquisa social, visto que vai à raiz da realidade sóciopolítica-ideológica. E ao

desvendar a teia de relações políticas na constituição social, oferece alternativas para que possamos visualizar os meandros interligados nessa realidade.

Por outro ponto, também observamos que as Ciências Antropológicas buscam uma compreensão profunda sobre a realidade humana fundamentada na sua história de humanização e hominização. Ou seja, fica claro que as contribuições da Antropologia para a pesquisa social são imprescindíveis visto que não podemos compreender a sociedade sem compreensão do homem em suas várias dimensões. Assim, compreendendo o humano no social é possível visualizar as construções dos costumes, dos hábitos, dos mitos, dos ritos, enfim, da ética e da moral. A filosofia, nesse aspecto, oferece sua parcela de contribuição para aprofundarmos o entendimento sobre o homem e sua constituição existencial tanto quanto a coletiva.

A Sociologia nos oferece também importantes contribuições para sabermos como são as relações do indivíduo com o grupo e vice-versa. Isto é, ela nos proporciona uma compreensão dinâmica das estruturações sociais em instituições para organização dos homens na sociedade. Nos indica caminhos para entendermos os mecanismos de controle social por uma classe social ou um grupo detentor do poder.

O Serviço Social complementa a estas idéias oferecendo uma dimensão não apenas teórica de compreensão da realidade mas mostra, fundamentalmente, o compromisso de intervir na realidade para melhorar a condição de vida dos homens.

Enfim, as Ciências Sociais nos proporcionam condições para um real conhecimento teórico, prático, metodológico da questão social na qual o homem está inserido. Daí podemos visualizar, segundo Berger “o homem na sociedade e a sociedade no homem”. Ambos entrelaçados por questões políticas, econômicas, religiosas, institucionais, educacionais, hábitos, costumes, mitos, ritos, enfim ética e moral subsidiadas pela reflexão filosófica.

Faremos em seguida algumas colocações referentes à pesquisa social e como advém dela as informações teóricas para observarmos as questões éticas e suas implicações práticas.

1.1.5 A pesquisa científica e a pesquisa social na produção do conhecimento

A pesquisa pode ser interpretada como processo pelo qual há a busca de conhecimento, compreensão, explicação e demonstração dos fundamentos

essenciais da realidade objetiva. Para tanto, o pesquisador planeja suas atividades investigativas de maneira organizada e seqüencial tendo em vista o esclarecimento da verdade de maneira clara e precisa sobre fatos observados. Os fatos podem ser observados com base na evidência de um acontecimento realizado naturalmente, ou seja, sem a interferência humana. Ou, por outro lado, o fato é criado artificialmente pelo homem. Isto significa que quando um fato é observado pelo pesquisador cuja sensibilidade está aguçada para tal, uma problemática é evidenciada. Uma vez elaborada tal problemática há, conseqüentemente, um exercício para buscar resposta(s) a ela. Por outro lado, quando o fato é provocado artificialmente, em laboratório, ou em ambiente próprio para isso, o papel do pesquisador é bem mais difícil. Pois, além de ter sensibilidade para criar uma situação, ele cria um problema, nesta mesma situação, para ser respondida com o procedimento de pesquisa. Assim, a pesquisa é então, resposta a um fato-problema, artificialmente constituído, ou criado com a observação de uma realidade merecedora de investigação. Em ambas as situações cabe ao pesquisador a tarefa de desvendar a verdade escondida no fato observado ou criado.

O termo “fato” é entendido como sendo qualquer dado da experiência. Os teóricos das ciências distinguem o “fato bruto”, que corresponde à nossa percepção comum e o “fato científico”, ou seja, seu enunciado em termos científicos. Um fato histórico, com as suas particularidades de tempo e de lugar denomina “acontecimento” que se evidencia aos olhos do pesquisador de forma objetiva. É fundamental que compreendamos também que fato científico está numa conjuntura bastante ampla. Significa que ela vai determinando a ocorrência de acontecimentos que precisam ser investigados. Isto é, o pesquisador, por ser sensível e estar atento constantemente ao que acontece ao seu redor, pode perceber sem muito esforço qual situação é passível de ser investigada e o que dela pode ser desvendado de útil à humanidade. Junto com a manifestação do fato vem, evidentemente, a problemática a ser respondida e o investigador faz a sistematização dela. Também a problemática está organizada em uma estrutura que implica numa conjuntura complexa e que para respondê-la faz-se necessária uma investigação criteriosa e sistemática, portanto, científica. Por causa disso, o primeiro procedimento é estar atento para a realidade que se lhe apresenta.

Observando e compreendendo esta idéia o pesquisador elabora o conhecimento. O objetivo fundamental da pesquisa científica como foi dito em linhas

anteriores, é a produção do conhecimento. Tanto o fato manifesto quanto o fato construído provoca no pesquisador a produção de um determinado conhecimento em resposta a uma determinada problemática. Para explicitar como acontece o conhecimento faremos, a seguir, uma discussão baseando-nos em alguns aspectos da teoria do conhecimento. Nossa intenção não é aqui a de discutir os meandros teóricos e metodológicos de cada uma das correntes filosóficas mencionadas, mas mostrar como elas podem auxiliar na compreensão da realidade. Para tanto, faremos uso destas que neste momento nos parecem ser as mais convenientes nesta discussão sobre a produção do conhecimento do ponto de vista da filosofia: o *empirismo* - movimento que acredita nas experiências como únicas (ou principais) formadoras das idéias, *racionalismo* - corrente filosófica que iniciou com a definição do raciocínio que é a operação mental, discursiva e lógica, *idealismo* - corrente filosófica que emergiu apenas com ao advento da modernidade, uma vez que a posição central da subjetividade é fundamental, *fenomenologia*, apenas para citar alguns. Tentaremos ser o mais objetivo possível.

1.1.5.1 A produção do conhecimento

A idéia na qual o conhecimento se estabelece como processo de inter-relação entre sujeito e objeto, será discutida nestes próximos parágrafos.

Temos que precisar primeiramente o entendimento sobre o sujeito e sobre o objeto de conhecimento. Assim, concordamos que “[...]o sujeito só é sujeito para um objeto e o objeto só é objeto para um sujeito.” (HESSEN, 1987, p 26). O sujeito, neste contexto, está sendo entendido como homem que conhece e, por objeto, todos os elementos (fatos) conhecidos e conhecíveis. Nessa interação sujeito-objeto, há o conhecimento primário, secundário e terciário. Por conhecimento primário entendemos a utilização, pelo sujeito, dos órgãos dos sentidos como instrumentos para percepção da realidade fora dele. Por secundário, processo de relação do sujeito com idéias elaboradas pelos outros sujeitos. E, por fim, terciário como processo intencional de pesquisa para responder ao problema apresentado e colocado pelo pesquisador sobre a realidade a ser conhecida e sistematizada. Esses três aspectos são respostas à seguinte preocupação: como é produzido o conhecimento e, principalmente, através da pesquisa?

No conhecimento primário, segundo Pinto (1985), o homem capta as imagens que o objeto observado manifesta. Essas imagens são armazenadas na memória do sujeito. Na medida em que o sujeito conhece, tem contato com as diversas realidades, as imagens vão aumentando na sua memória, formando assim, como se fosse um banco de dados. Nesse contato com os objetos o homem exerce a função primária de captar aquilo que se manifesta pelo objeto. Esse processo se denomina de introjeção de imagem. Assimilação, propriamente dita. Ou seja, o processo cognitivo pelo qual uma pessoa integra (classifica) um novo dado perceptual, motor ou conceitual às estruturas cognitivas prévias. Isto é, quando uma pessoa tem novas experiências (vendo coisas novas, ou ouvindo coisas novas) ela tenta adaptar esses novos estímulos às estruturas cognitivas que já possui. Para Piaget há momentos integrados no conhecimento: a *adaptação*, a *organização*, a *assimilação* e a *acomodação*. *Para ele a adaptação é a essência do funcionamento intelectual, assim como a essência do funcionamento biológico. A organização constitui a habilidade de integrar as estruturas físicas e psicológicas em sistemas coerentes. A adaptação acontece através da organização, e assim, o organismo discrimina entre a miríade de estímulos e sensações com os quais é bombardeado e os organiza em alguma forma de estrutura. A assimilação consiste em uma integração às estruturas prévias, que podem permanecer invariáveis ou são mais ou menos modificadas por esta própria integração, mas sem descontinuidade com o estado precedente, isto é, sem serem destruídas, mas simplesmente acomodando-se à nova situação*¹.

Para Hegenberg (2002), há objetos reais (concretos) e objetos ideais (não concretos). Os primeiros são perceptíveis com os órgãos dos sentidos porque se manifestam objetivamente ao sujeito através de formas, cores, dimensões, tamanhos, dentre outras características manifestas. Os objetos ideais para serem compreendidos, exigem outros mecanismos mais precisos. Pelo fato de serem expressos pelo sujeito (como as idéias, por exemplo) não estão presentes na realidade de maneira objetiva, mas subjetiva, abstrata, metafísica. Portanto, não são captáveis pelos órgãos dos sentidos, mas por outro processo. Pinto (1985, p. 25) descreve o mecanismo de ideação significando que o homem é dotado de suficiente capacidade abstrativa para produzir idéias gerais, que transcendem a situação, não

¹ Sobre estes aspectos Piaget escreve nas obras: Epistemologia genética e a pesquisa psicológica, A epistemologia genética, A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento.

estando mais ligadas materialmente ao objeto particular que as desperta. Com a percepção do espírito segundo Hume (1711-1776), ou seja, a capacidade que o sujeito tem de elaborar intelectivamente as idéias sobre a realidade não manifesta materialmente. Nesse processo de conhecimento, é necessário que o sujeito conhecente faça uma abstração, ou seja, busque a compreensão através de associação das imagens assimiladas e armazenadas em sua memória. Construa conseqüentemente, um raciocínio metafísico.

Esse processo de primeiramente armazenar as idéias e depois, fazer associações entre elas compreendê-las, revela que somente o homem é capaz de fazê-lo. Isso caracteriza o homem como diferente entre os outros seres. Ele pode, e freqüentemente tem, consciência de sua existencialidade e da dos outros. Isso o habilita a usar símbolos para expressar-se e expressar as idéias que elabora sobre as imagens e mesmo explicitar através de símbolos escritos, orais ou mímicos as imagens que estão contidas em sua memória. Esse procedimento é o de elaboração da linguagem.

Quando estes aspectos são manifestos, o sujeito pode ter contato com as idéias de outros que também as manifestaram através de símbolos organizados na linguagem. O conhecimento denominado secundário se estabelece nesse patamar de veiculação de idéias. Isto porque é um processo contínuo, evolutivo e acumulativo de conhecimentos transmitidos entre sujeitos que aprendem e elaboram a linguagem para se comunicar. Esse aspecto do conhecimento coloca o homem numa dimensão de construção, principalmente, na relação com as idéias construídas pelos outros homens. Assim, nesse exercício, ele, juntamente com os outros homens elabora idéias a partir da relação com aquelas já elaboradas. Nesse sentido, ele se relaciona com conhecimentos produzidos em situações sociais, econômicas, históricas, políticas, ideológicas. Portanto, ele se torna nesse patamar, um ser social porque se relaciona com os outros para construir novas idéias. E mais que isso, vivenciá-las no cotidiano existencial.

Assim sendo, ele pode elaborar novas idéias a partir de idéias já elaboradas pelos outros humanos, ou pode elaborar idéias associando-as à realidade e verificando a validade e a praxidade delas. Ou seja, fundada na sua experiência pessoal pode verificar a significação das idéias no cotidiano real. São, portanto, dois processos bem distintos: em um, ele elabora idéias advindas dos outros e em outro, elabora idéias com base em sua vivência pessoal. Quando o

homem consegue fazer esta associação entre as idéias advindas dos outros com as suas próprias, constrói o conhecimento abstrato, teórico ou metafísico. É o momento em que o homem expressa o mais alto nível de humanização, porque manifesta sua capacidade intelectual absoluta e nesse aspecto diferencia-se substancialmente dos outros seres vivos.

No conhecimento entendido por terciário queremos apresentar uma discussão sobre as questões relacionadas à pesquisa e como advém dela o conhecimento. Tendo como parâmetros os processos anteriores, ou seja, primário (órgãos dos sentidos), secundário (interação de idéias) podemos dizer que mediante a pesquisa o homem constrói conhecimentos para responder pelo menos a um problema, tendo objetivos claros, estabelecendo procedimentos metódicos e técnicos. Isso significa que a produção do conhecimento, nesse aspecto, é intencional.

Para se fazer uma pesquisa, em qualquer área do saber humano, é necessário que se estabeleçam os pressupostos teóricos e metodológicos. Hegenberg (2002, p.23-24) faz a colocação de que tais pressupostos são classificados na atividade científica e demonstram que,

[...] há um mundo exterior; o mundo é constituído de coisas; as coisas se associam para formar sistemas; qualquer sistema tanto pode ser associado a outros quanto pode ser examinado, como se a nada estivesse vinculado; tudo se altera; a ciências estuda fatos; o comportamento dos objetos está sujeito a leis; o futuro assemelhar-se-á ao passado; indeterminado é apenas aquilo que ainda não chegou a ser colocado em alguma teoria apropriada; as leis são mutáveis; sensações, percepções, expectativas, memórias, delineiam o que se entende por observação; há um discurso apropriado para discorrer a respeito do conhecimento produzido.

Obviamente que há diversos tipos de procedimentos de pesquisa e que cada um traz as suas contribuições econômicas, sociais, políticas, ideológicas e humanas. Podemos citar a classificação feita por Gil (1996): a pesquisa quanto aos seus objetivos e quanto aos procedimentos. A classificação das pesquisas baseada nos objetivos, enuncia ele, são as exploratórias, as descritivas e as explicativas. A classificação das pesquisas com base nos procedimentos técnicos se manifesta como sendo a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post-facto*, a pesquisa-ação, a pesquisa participante, o levantamento, o estudo de corte, o estudo de campo, o estudo de caso. Cada uma traz características próprias e que podem eventualmente fazer uso de uma ou mais de uma, no mesmo procedimento investigativo.

Há também outras tantas denominações para classificar e expressar o processo de produção de conhecimento mediante pesquisa. A pesquisa quantitativa para Chizzotti (1991) tem como escopo buscar informações nos fenômenos e os apresentar de forma quantificável através de gráficos, tabelas e outros tipos, conjugando-os e confrontando-os com as informações (idéias) registradas na literatura. A pesquisa qualitativa também busca informações nos fenômenos embora com procedimentos diferentes da anterior. Esta tem como objeto de estudo o que é qualificável nos fenômenos. Assim, enquanto na pesquisa de características quantitativa o pesquisador se preocupa em buscar os dados constatados, experimentados, na pesquisa qualitativa o pesquisador busca aquilo que o fenômeno manifesta, revela, apresenta. Daí a discussão da cientificidade de uma e de outra. Mas, de qualquer maneira, os conhecimentos são produzidos a partir do contato do pesquisador com a realidade investigada, entendida como objeto de investigação.

Outra classificação é aquela que apresenta a pesquisa como processos sociais, históricos e/ou ideológicos. Há pesquisas de vertentes teóricas que se manifestam nos tipos: materialismo histórico dialético; fenomenológico e positivismo², classificação feita por Triviños (1987). Ambas têm papéis fundamentais no processo de produção do conhecimento. Cada uma possui características específicas e contribuem na produção de idéias sobre os fenômenos da realidade. (real e/ou ideal).

Na esteira desse processo de construção de conhecimento, seja pelos órgãos dos sentidos, seja pela capacidade racional de associar idéias, seja pela construção mediante a pesquisa, evidencia-se que tal sistematização não pode e nem deve ficar apenas com o sujeito que conhece. É necessário que esses conhecimentos elaborados sejam comunicados aos outros para manifestar e mostrar a humanidade do sujeito. Assim é estabelecido um processo de comunicação elaborando e solidificando a linguagem. Diante do exposto queremos dizer que no processo de relação entre homem e realidade pode e freqüentemente acontece a construção e a comunicação de conhecimentos.

Assim, no processo de conhecimento, o homem assume posturas sociais e nelas se insere às vezes como expectador, às vezes como construtor da realidade

² Serão trabalhadas mais profundamente na conclusão

na interação com ela e com os outros homens. Assim, a pesquisa aparece como coroamento e manifestação de um patamar humano racional de alto nível, isso porque é produzido com intenção de responder problemas comprovados pela realidade no pesquisador e pelo pesquisador sobre a realidade. Nesse aspecto, a pesquisa contribui para demonstrar a percepção que alguns cientistas têm da realidade. A partir das contribuições apresentadas pelas pesquisas o homem pode elaborar novas maneiras de ver e de viver a sua própria realidade, conhecendo e comunicando o conhecimento seja no senso comum, na ciência, na credence, seja nos vários aspectos das ideologias. O parâmetro básico é a produção humana do próprio homem na relação com os outros homens. Juntos fazem uma rede de conhecimentos que os coloca no patamar de humanização.

Portanto, pesquisa é o processo pelo qual o homem busca na realidade a explicação dos princípios norteadores dos movimentos intrínsecos a ela. Ou seja, a observação sistemática e organizada dessa realidade natural ou social converge para uma postura consistente de produção do conhecimento que poderá trazer benefícios para a humanidade. Dessa maneira, pode melhorar, em última instância, a condição de vida no planeta.

1.1.5.2 Pesquisa social

A partir da apresentação anterior sobre a produção do conhecimento passaremos a discorrer sobre as características e algumas compreensões sobre o Cientista Social e seu papel na pesquisa social.

A pesquisa social é o procedimento no qual o cientista social cuja Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) define como atividades que englobam: Antropólogo – Paleontólogo, Arqueólogo, Cientista político - Cientista social, Sociólogo, Assistente Social. E que em suas atividades principais realizam estudos e pesquisas sociais, econômicas e políticas; participam da gestão territorial e sócioambiental; estudam o patrimônio arqueológico; gerem patrimônio histórico e cultural. Realizam pesquisa de mercado. Participam da elaboração, implementação e avaliação de políticas e programas públicos; organizam informações sociais, culturais e políticas. Elaboram documentos técnico-científicos. (MTE, CBO, 2007). Assim sendo, o cientista social busca informações no contexto social e a partir daí produz conhecimentos. E por causa disso, está em constante interação com o

humano situado. Pois, como abordamos anteriormente, o homem é um ser social e por esta razão tudo que se refere ao humano é necessariamente social, visto que ele faz e é feito pelo social. As áreas de classificação das Ciências Sociais abordam em suas percepções as várias facetas da sociedade. E cada uma delas faz uso de métodos específicos de atividades investigativas, segundo seu foco de percepção da realidade. Assim, tentaremos mostrar alguns aspectos relativos ao papel do cientista social, principalmente destacando-o enquanto pesquisador, para demonstrar a importância para nosso trabalho, das questões que impulsionam as pesquisas sociais.

A pesquisa social, na sociologia, visa realizar estudos e pesquisas econômicas e políticas observando os aspectos, segundo a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasileiro:

- Definir metodologias de pesquisa
 - Estudar organizações sociais
 - Elaborar estudos etnográficos
 - Investigar instituições políticas
- Realizar estudos sócioeconômicos
 - Levantar informações documentais e orais
 - Sistematizar dados primários e secundários
 - Elaborar instrumentos de coleta de dados
 - Caracterizar condições de vida da população
 - Pesquisar segmentos sociais (jovens, mulheres, e/ou segmentos sociais específicos)
 - Pesquisar comportamento eleitoral
 - Pesquisar participação política da sociedade
- Estudar identidade de grupos sociais
 - Identificar perfil sócioeconômico de usuários de programas públicos
 - Participar na definição de estratégia de campanhas políticas
 - Investigar atitudes, valores e motivações de grupos sociais
 - Realizar pesquisas de opinião pública
 - Analisar processos de mudança político-social
- Realizar análise institucional
 - Realizar pesquisa comportamental
 - Participar de estudos etno-ambientais
 - Estudar processos migratórios
 - Participar de estudos demográficos
 - Elaborar matérias temáticas para meios de comunicação

Diante destas informações as atividades de pesquisa recomendadas para o sociólogo enquanto componentes de atividades nas ciências sociais estão precisas e explícitas.

Seguindo a mesma CBO, os cientistas políticos e os antropólogos estão no mesmo patamar de classificação dos sociólogos. As atividades são praticamente as mesmas. Assim,

[...] realizam estudos e pesquisas sociais, econômicas e políticas; participam da gestão territorial e sócioambiental; estudam o patrimônio arqueológico; gerem patrimônio histórico e cultural. Realizam pesquisa de

mercado. Participam da elaboração, implementação e avaliação de políticas e programas públicos; organizam informações sociais, culturais e políticas. Elaboram documentos técnico-científicos. (MTE, Classificação Brasileira de Ocupações, 2007, *online*).

Nas atividades de pesquisa também não diferem das citadas anteriormente.

Quanto aos assistentes sociais a Classificação Brasileira de Ocupação expressa que as principais funções são: orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições; planejar políticas sociais; executar procedimentos técnicos; monitorar as ações em desenvolvimento; promover eventos técnicos e sociais; articular recursos disponíveis; coordenar equipes e atividades; desempenhar tarefas administrativas; demonstrar competências pessoais. Quanto à pesquisa sugere que sejam realizados procedimentos, tais como:

- Realizar estudo sócioeconômico
 - Pesquisar interesses da população
 - Pesquisar o perfil do usuário
 - Pesquisar características da área de atuação
 - Pesquisar informações *in loco*
 - Pesquisar entidades e instituições
- Realizar pesquisas bibliográficas e documentais
 - Estudar viabilidade de projetos propostos
 - Levantar número de usuários
 - Coletar dados
 - Organizar dados coletados
 - Compilar dados
- Tabular dados
 - Difundir resultados da pesquisa
 - Buscar parceiros
 - Pesquisar a satisfação do usuário

Diante dessas informações podemos analisar as sugestões e verificar que em apenas um momento é apresentado que os resultados das pesquisas devam ser difundidos. Queremos entender com isso que é uma maneira de se oferecer um retorno qualitativo e/ou quantitativo para a população. A preocupação, pelo que parece nesse aspecto, está em viabilizar a socialização dos resultados das pesquisas em forma de benefício. Por isso, é mencionada a difusão dos resultados da pesquisa. Esta expressão fica ainda vaga. Pois, difundir pode ser interpretado como processo de divulgação dos resultados, sem o compromisso de viabilização de benefícios. Mas também podemos, diríamos forçar um pouco e entender que esse “difundir resultados da pesquisa” tem um objetivo precípua de implantação de determinadas ações advindas destes resultados.

As pesquisas sociais até agora estudadas deixam de expressar esta questão que nos parece fundamental. Isto é, o compromisso social do pesquisador em socializar as informações sobre o conhecimento produzido em suas pesquisas. Pelo fato de as pesquisas sociais buscarem a essencialidade da rede social e suas interfaces, tendo o homem como elemento coadjuvante nesse processo, a preocupação está vinculada à maneira pela qual há os comportamentos nas instâncias sociais. Dessa maneira o foco sobre as questões morais, é difuso. Percebem-se os vários aspectos que envolvem o ser humano em suas relações, deixam o essencial fora desta percepção. Assim, o principal ponto a ser discutido é o compromisso social do pesquisador no que se refere à valorização do homem no sentido pleno. A essencialidade humana, a singularidade, a individualidade, a sociabilidade, precisam ser recuperadas. As pesquisas sociais são responsáveis por viabilizar também esta dimensão fundante da sociedade: o homem em si, para si, para o outro. Ou seja, a alteridade muito discutida em todo o século XX pela filosofia nos remete a esta questão fundamental. Pouco discutida em algumas vertentes da pesquisa social.

Deste ponto de vista é fundamental que façamos agora uma discussão sobre o compromisso do pesquisador social tentando demonstrar os impactos da ação devolutiva.

1.1.5.3 O compromisso social do pesquisador social

Discutimos nas páginas anteriores as várias possibilidades de se conhecer, compreender e explicar a realidade do ponto de vista das ciências sociais. Faremos agora, um raciocínio voltado para o compromisso social do pesquisador. Discutiremos as contribuições da pesquisa nas áreas: Ciência Política, Antropologia, Sociologia e Serviço Social. Pretendemos tratar estas ciências indicando alguns aspectos pertinentes a cada uma delas, quando necessário, para ilustrar nosso argumento. O objetivo em apresentar a idéia sobre estes pontos de vista nas Ciências Sociais pode se caracterizar como: descrever a atuação teórica e prática do pesquisador social apontando seu compromisso ético na produção e socialização do conhecimento.

Apresentamos anteriormente a idéia de que os pesquisadores na área de Ciências Sociais têm características específicas no trato da realidade. O cientista

político e o sociólogo vão ao encontro da realidade, tendo como pressuposto a teoria que embasa a leitura das situações de interação entre indivíduos no contexto social. Ou seja, lêem a realidade com base em um referencial teórico-metodológico. Após esse contato com a realidade retornam para a academia e ampliam a teoria. A preocupação nesse caso é que este tipo de pesquisa parte de um patamar teórico, vai ao encontro da realidade, e volta para o início do processo de compreensão, novamente para a academia e aí permanecendo. Queremos compreender a possibilidade de a comunidade (eventualmente, sujeitos da pesquisa) ser beneficiada com a teoria construída. O que os participantes da pesquisa estão recebendo para resolverem as situações identificadas como problemáticas, no sentido político, econômico, social, enfim, sua sobrevivência em situações de crise? Resolver teoricamente as manifestações das dificuldades torna-se fácil e não compromete nem o resultado da pesquisa e nem o pesquisador. Acreditamos que isso não basta. É preciso que seja observada a necessidade das práticas a partir da construção teórica. Isso quer dizer que é pertinente viabilizarem as transformações necessárias e cabíveis dentro de um limite que a própria situação permita, tanto da realidade vivencial do homem situado quanto à do pesquisador na academia. E nesse sentido o Serviço Social, por ser também interventivo, poderá contribuir sobremaneira mostrando os caminhos para a viabilização prática da teoria construída na academia.

Diante dessa discussão podemos indicar que o compromisso social do pesquisador se pauta por algumas alternativas que passamos a apresentar: 1. que a formação do pesquisador seja teórica e prática com foco na ética; 2. que a ética não seja apenas uma discussão teórico-filosófica, mas voltada para o foco principal: o homem situado; 3. que as pesquisas tenham como escopo não apenas as questões vinculadas ao financeiro e ao econômico, mas sejam fundamentalmente voltadas para beneficiar o homem em seus aspectos existenciais de sobrevivência pessoal e coletiva; 4. que o resultado das pesquisas como construção de conhecimento possa ser socializado em forma de ação concreta que possibilite uma melhora na condição de vida da população, principalmente aquelas que ofereceram as informações para se elaborar a teoria.

1.1.5.3.1 Formação do pesquisador: teoria e prática com foco na ética

Mencionamos em parágrafos anteriores que a formação do pesquisador é fundamental para que haja um comprometimento social com os resultados de suas pesquisas. Principalmente em se tratando de uma área como Ciências Sociais, porque lida com homens concretos em situações concretas isto é, homens situados. Esse patamar de compreensão da realidade favorece a visualização do caminho para a formação teórico-prática do pesquisador desta área. Significa que a academia, na formação do pesquisador, deve abrir-se para as alternativas apontadas pela própria realidade estudada. A realidade social.

Além dos conteúdos necessários à formação dos intelectuais que estarão com a responsabilidade de produção de novos conhecimentos, é fundamental também inserir discussões de cunho ético. Ou seja, não basta apenas conhecer os clássicos de cada área específica, mas avançar na direção do entendimento da realidade concreta. Esta realidade, não é apenas aquela, estudada pela academia, em seus projetos pedagógicos, seus planos de ensino, nas aulas ministradas pelos professores ou mesmo encontradas nos livros. São importantes, sem sombra de dúvida, para uma compreensão intelectual. Uma das responsabilidades do intelectual é o compromisso de levar junto de si os homens que não tiveram oportunidade de inserir-se na academia e compreenderem de forma teórica a realidade; estes homens, na maioria das vezes, vivem a realidade que a academia estuda. Esse ponto de vista remete nosso raciocínio para a formação do pesquisador.

Algumas áreas do conhecimento na formação de seus intelectuais promovem alternativas para que eles possam se desenvolver ao máximo na teoria. Outras se preocupam com objetivo de formar o profissional que vai trabalhar na prática cotidiana da comunidade. Outras ainda, fazem as duas projeções, a teoria e a prática em perfeita sintonia.

Ao olharmos para o processo educacional brasileiro e especificamente nas áreas que estamos discutindo, isto é, Ciências Sociais, encontramos instituições de ensino, tanto públicas quanto particulares, que estão planejando o ensino, a pesquisa e a extensão preocupadas com a qualidade da formação dos seus alunos.

Quanto à formação para a pesquisa é possível observar que as universidades se preocupam em organizar na formação de seus alunos, desde a

iniciação científica, condições para que seja realizado o exercício da pesquisa. José Filho (2006) descreve como esse processo acontece desde a graduação, na formação teórica e técnica para a pesquisa, em direção à pós-graduação, de maneira que o aluno possa desenvolver os aspectos necessários à formação para a pesquisa. Este autor destaca ainda que:

[...] nesse sentido a pesquisa assume imprescindível papel na universidade, pois esta como instituição social tem um compromisso com a comunidade a qual faz parte, constitui-se em espaço possível para o diálogo, para a troca de diferentes, para a criação do novo (JOSÉ FILHO, 2006, p.65).

Os alunos estão inseridos nesse processo de formação e são encaminhados desde a graduação pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão. Assim sendo, podem chegar a ser pesquisadores de alto nível na produção intelectual e científica. Isto porque lhe foi possibilitada a necessária perspectiva de investigação.

Entretanto, há algumas instituições que primam apenas pelo ensino, desconsiderando a pesquisa e a extensão. Estes são os princípios que norteiam a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. Formam técnicos para executarem tarefas, não para pensarem as razões de tais tarefas. Infelizmente, não estão preocupadas com a qualidade do ensino voltado para a extensão e para a pesquisa.

Nas instituições que primam pela qualidade da formação do pesquisador cabe destacar uma interrogação: até que ponto esta formação também leva em conta a questão da formação ética na pesquisa? Para responder a esta pergunta precisaríamos fazer uma outra pesquisa e verificar especificamente em quais instituições, nos currículos dos cursos como são abordadas tais questões a respeito da ética³. Se a formação do pesquisador pressupõe conteúdo teórico, prático, metodológico e ético, então cabe verificar em que medida estão sendo veiculados na prática, estes conteúdos.

Uma discussão que caberia abordarmos nesse momento além da formação teórica, prática e metodológica, é a formação ética dos pesquisadores. Uma vez que se pauta pelas questões indicadas anteriormente a formação ética fica a desejar visto que não é uma preocupação fundamental, pelo menos ainda, na academia.

³ Esclarecemos que isso poderá ser feito em outro momento, não a faremos aqui porque escapa aos nossos objetivos nesta pesquisa.

O tecnicismo e a profissionalização são incentivados por alguns órgãos do governo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece:

CAPÍTULO III

Da Educação Profissional

Art. 39º. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40º. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41º. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42º. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Assim, com esta lei fica estabelecida a preocupação do governo brasileiro em não priorizar a formação de teóricos, mas subsidiar o mercado de trabalho também com técnicos especialistas para executarem tarefas muitas vezes de forma mecânica e sem consciência das questões sociais, econômicas, políticas enfim, ideológicas que envolvem tais atividades profissionais.

Mas, voltando ao nosso foco sobre a ética na formação do pesquisador, acreditamos que o olhar para o ser humano em todas as suas dimensões de existencialidade, pode favorecer uma percepção ética porque a vivência em comunidade é pautada pelos valores humanos. Mas também há aqueles valores sociais que se escondem e se manifestam na ideologia dominante. Escondem quando são inseridas, de maneira sutil, normas nas convivências por intermédio das instituições socialmente estabelecidas. A cultura tem um papel imprescindível nesse aspecto. Principalmente, porque ela cria idéias do certo e do errado numa classe hegemônica ou que detém o poder social. Estes valores são implícitos porque nem sempre estão escritos em códigos, mas está na consciência das pessoas.

Por outro lado, os valores se manifestam quando são criados códigos deontológicos para cada grupo que exerce uma função social em um determinado trabalho. Este vínculo profissional é regido por comportamentos deontológicos de determinadas profissões. Neste caso são manifestos e explícitos. Tais códigos

determinam o cumprimento das ações consideradas éticas dentro do conjunto de ações específicas de algumas profissões.

Diante disso expomos as nossas indagações com relação à formação ética dos pesquisadores: qual ética eles devem seguir? Quais parâmetros devem ser norteadores de suas ações? Há um conjunto de valores que regem a função de pesquisador social? Parece que para os pesquisadores em algumas áreas, como a saúde, por exemplo, há um conjunto de normas éticas que fornecem um patamar de direção das ações e da formação dos profissionais e, conseqüentemente, das pesquisas que realizam. Mas e na pesquisa social, na formação do pesquisador social, há normas?

Verificamos que há pouca discussão sobre as questões relativas à ética durante a formação dos alunos nas Ciências Sociais. A contradição básica está estabelecida, pois, a ação do cientista social, nas diversas áreas que citamos anteriormente, está intimamente vinculada à compreensão da vivencialidade humana dos cidadãos, enquanto em sua formação pouca discussão se faz sobre as questões éticas. Como ele pode ser um agente com embasamento ético em suas ações e pesquisas? Para responder a esta dificuldade buscamos apoio em Aristóteles, quando nos diz que

[...] as virtudes intelectuais envolvem as capacidades necessárias para a compreensão do universo no qual vivemos – essencialmente a habilidade para fazer ciência e matemática. A sabedoria prática também é uma virtude intelectual. A sabedoria prática é a habilidade para avaliar o que é bom e mau para os seres humanos e a habilidade de aplicar este conhecimento em circunstâncias particulares a fim de dirigir nossas ações em direção ao alcance de nossa felicidade. As virtudes morais são hábitos de caráter que se expressam na resposta emocional correta a qualquer situação que possamos confrontar. A resposta emocional correta visa o meio termo entre dois extremos, um extremo envolvendo emoção em demasia, o outro extremo envolvendo falta de emoções. Nossa sabedoria prática identifica qual é o ponto central adequado. (ARISTÓTELES, 1987, p. 63).

É nesse sentido que destacamos a pouco, a formação do pesquisador enquanto busca de uma sabedoria não apenas teórica, mas prática, pois as duas juntas dão o suporte necessário para desvendar os enigmas da realidade investigada. Esta formação, pautada na ética do ponto de vista teórico, (entendido aqui como a formação acadêmica com sustentação nos grandes pensadores que elaboraram conceitos fundados na realidade humana e social) e do ponto de vista da prática (entendida aqui como aplicação da teoria na existencialidade social do homem situado em contextos de vivência cotidiana), favorece o caminho de

ultrapassagem do senso comum à ciência. Este é o grande desafio do pesquisador e da academia, principalmente na formação para a pesquisa social.

1.1.5.3.2 A ética e os entraves da discussão teórico-filosófica voltada para a formação do pesquisador social

As definições da ética, da moral e do papel do investigador enquanto aquele que necessita de um aparato filosófico para compreensão das questões que envolvem o homem e sua realidade são indispensáveis, principalmente em se tratando da formação do pesquisador. Não basta fazer discussões estando longe da realidade para satisfazer aos anseios acadêmicos. É necessário lançar mão de reflexões amparadas na filosofia para compreender de maneira radical, crítica e global, as questões que se referem ao humano situado em um contexto real.

Tendo como foco o homem na sua globalidade e também na sua individualidade é possível visualizar a importância do compromisso do pesquisador. Uma vez formado nesse patamar de percepção e discussão pode contribuir para que o humano seja um pouco mais humano em todas as suas necessidades essenciais.

O conteúdo específico da filosofia é pouco trabalhado na formulação dos programas de Pós-graduação em Ciências Sociais⁴. O que podemos depreender disso é que dentro das disciplinas oferecidas, alguns professores discutem ou mencionam aspectos relacionados à filosofia. Entretanto, o conteúdo específico da filosofia não se configura como aspecto fundamental na formação do pesquisador nesta área. Ela, a filosofia, sem sombra de dúvida, faz parte implicitamente das discussões e conteúdos programados, mas não recebem o nome de filosofia, e nem é configurada como disciplina filosófica.

Outro aspecto importante também é aquele que se refere à ética. Podemos entender que ética pressupõe reflexão filosófica para compreender a moralidade. Nesse sentido, cabe uma discussão pertinente à formação do pesquisador: se a filosofia é pouco trabalhada ou inexistente enquanto disciplina, há uma dificuldade de compreendermos a formação filosófica do pesquisador para

⁴ Verificando as disciplinas oferecidas nos programas de mestrado e doutorado em Ciências Sociais constatamos que não existe em nenhum desses programas de pós-graduação uma disciplina específica de filosofia. Consultamos na PUC/SP, UFSCar, UNESP campus de Marília, na UFMG, na UFRJ. Somente na UNESP, campus de Franca há uma disciplina de ética.

perceber e viver a ética. Pois, se para entender de forma profunda as questões éticas é necessário ter fundamentação filosófica, e se na academia estes pesquisadores não estão tendo de forma sistemática a fundamentação filosófica, então, fica um hiato entre o que se espera da ação de pesquisar e a construção teórica (ou prática) dessas pesquisas.

Diante desse impasse, é fundamental entendermos que a investigação sendo sustentada por um aparato filosófico pode-se compreender com mais clareza as dimensões humanas. Assim, haverá uma compreensão eficaz da ética enquanto reflexão das ações humanas na busca dos princípios norteadores de tais comportamentos. Explicando melhor, o pesquisador estando subsidiado pela reflexão filosófica poderá distinguir com menos dificuldade os aspectos fundantes da realidade moral e, então, consubstanciar a ética como princípios gerais que regem os comportamentos humanos em sociedade.

Assim, a formação ética e filosófica do pesquisador nas ciências sociais são dois pontos importantes a serem destacados. Visto que vão trabalhar tanto na pesquisa quanto na ação interventiva, em alguns casos, é necessário, segundo o nosso juízo, que estes embasamentos possam ser sustentáculos de suas leituras de mundo e de realidade. Desta maneira é imprescindível que a academia possa proporcionar tais conhecimentos na formação do pesquisador. E que o pesquisador possa, ao organizar suas pesquisas, realçar os aspectos do humano em detrimento do econômico ou do ideológico. Esta é uma questão de honra para a qualidade ética e filosófica da pesquisa.

1.1.5.3.3 O pesquisador e a pesquisa: benefício para o homem em seus aspectos existenciais de sobrevivência pessoal e coletiva

Estamos apresentando algumas idéias pertinentes à formação do pesquisador nas ciências sociais, por isso destacamos, especificamente nesse item, as considerações sobre os benefícios que o homem possa ter tanto em sentido pessoal quanto coletivo do resultado das pesquisas realizadas. Defendemos em parágrafos anteriores que a formação do pesquisador precisa estar pautada pela teoria e pela prática sustentadas na filosofia e na ética. Para verificarmos estas características no pesquisador, ou na pesquisa social, é necessário olharmos para a realidade existencial e social do homem. Em outras palavras, como ele tem recebido

os resultados de tais pesquisas em forma de mudanças concretas na sua maneira de viver.

O que constatamos freqüentemente na academia é que o resultado das pesquisas geralmente fica nas prateleiras das bibliotecas, cada vez mais repletas de dissertações e teses com qualidades científicas cada vez mais abrangentes. Entretanto, a população está à deriva, à margem desse conhecimento produzido e necessitado de solução das situações de variadas ordens. Isso significa que os pesquisadores que elaboram conhecimentos na academia não estão direcionando tais resultados para quem efetivamente precisa deles. Há, com certeza, solução para, se não todos, quase todos os problemas que a população vivencia no dia-a-dia. Cabe rever a importância, então, dos aspectos éticos que demonstram o compromisso da academia em reverter tais resultados de pesquisas para a população de homens que está fora da academia. Este deve ser um princípio fundamental para a pesquisa social.

José Filho (2006, p.64) indica que “[...] o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos.” Isto significa que o diálogo da academia com a realidade pressupõe não só buscar informações, mas levar os resultados obtidos a quem de direito. Isto significa assumir uma postura ética de compromisso com a realidade humana nas diversas circunstâncias sociais. Para isso, este autor sugere ainda duas espécies de pesquisa: a teórica que tem por objetivo ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos e a pesquisa aplicada cujos objetivos se estabelecem por uma compreensão e reversibilidade dos resultados imediatamente à elaboração, ou seja, visam a utilização prática da construção teórica. Este vínculo parece-nos imprescindível para obtermos uma interação ética entre a produção de conhecimento e a utilização de tal conhecimento, evidentemente na inserção social da academia.

1.1.5.4 Reversão dos resultados da pesquisa aos sujeitos da pesquisa: desafios do pesquisador

Estamos discutindo acerca da questão básica: os pesquisadores reverterem os resultados das pesquisas para a comunidade? E se reverterem, qual é o benefício

real e concreto dessa ação? Para responder a estas indagações tentaremos fazer um percurso apontando os desafios teóricos e práticos que o pesquisador enfrenta ao executar esta tarefa.

O primeiro e efetivamente importante desafio é o da formação acadêmica, que mostra as teorias de forma ideal, no sentido de perfeito, muitas vezes sem vínculo real com as necessidades da população humana. O que queremos dizer é que esses pesquisadores estudam, durante a sua formação, as várias teorias criadas, na maioria das vezes, por intelectuais de gabinetes que estão longe da realidade concreta das pessoas em seus ambientes naturais, ou sociais. Por causa disso, há uma dificuldade implantada. Como trazer a teoria para a realidade?

Outro desafio importante é a ligação que a universidade, de onde está instalada, tem com a realidade social. Historicamente verificamos que os motivos para se criar ou se instalar uma instituição de ensino superior estão intimamente ligados à formação de profissionais capazes de atender às necessidades locais, regionais e, em alguns casos, nacionais. Estando, portanto, localizada numa situação privilegiada de produção de conhecimento e que a região lhe proporcionará subsídios para a teorização, cabe como compromisso social da própria universidade trazer benefícios para tal região. É este benefício que nos inquieta sobremaneira, visto que as instituições de ensino produzem conhecimento científico cujo escopo se manifesta em relação à melhoria de condição de vida humana. Cabe aqui verificarmos como isto acontece efetivamente.

As instituições sociais, não acadêmicas, oferecem um montante de possibilidades para que a universidade possa presenciar *in loco* a realidade, mediante os estágios acadêmicos, ou mesmo a extensão que falamos anteriormente. É esse o ponto chave que traz os alunos da academia e os insere na realidade. São eles os futuros profissionais e os futuros pesquisadores. À universidade cabe a tarefa da formação teórico-prática dos alunos, preparando-os para suas funções futuras. Se estiverem conjugadas as três dimensões: ensino, pesquisa e extensão na formação dos alunos universitários, com certeza a pesquisa receberá conseqüentemente suas parcelas de componentes filosóficos e éticos. Dessa maneira, os pesquisadores terão não apenas uma visão idealista da realidade, mas prática. Isso fará a diferença da qualidade e da quantidade de produção teórica elaborada pelos pesquisadores de formação social.

Outro desafio que podemos destacar é aquele que se refere ao tipo de pesquisa realizada para obter informações da comunidade na qual a universidade está instalada. Cabe aqui uma indagação: a universidade está preocupada com as condições de vida da população circundante a ela? Quais as contribuições efetivas que os intelectuais de dentro da universidade oferecem como possibilidade de melhoria de condição de vida aos seus vizinhos? Vizinhos aqui estão sendo entendidos como micro ou macrorregião circundante à universidade.

Estas indagações nos remetem a algumas respostas ao nosso principal problema de investigação. Verificando que os pesquisadores estão inseridos na instituição acadêmica circundada por uma população local e/ou regional (micro ou macrorregião). Constatando que sua formação é ou deveria ser pautada pelo ensino, a pesquisa e a extensão. E que suas pesquisas são para atender às exigências teóricas da própria academia. Chegamos a uma postura de compreensão das questões éticas envolvidas dessas ações. Ou seja, o pesquisador social tem o compromisso de reverter esta situação trazendo para a academia, aqueles que não lhe pertencem e levando à comunidade aquilo que ela não tem. Esse desafio se configura como compromisso ético da pesquisa social. Mas para isso, o pesquisador precisa ser ousado e muitas vezes romper com o arcabouço instalado pela ideologia de que - quem sabe mais pode mais - e inverter a ordem das coisas e pensar - quem tem menos pode ter mais -, graças a reviravolta que se manifesta na junção das duas realidades: academia e situação social externa.

Para ultrapassar essa visão superficial é necessário instalar mudanças radicais no comportamento. Significa estar consciente das possibilidades reais de transformação da condição de vida das pessoas na sociedade. Este é o grande desafio e o maior compromisso do pesquisador e da academia com a população humana. Portanto, o teórico ir ao encontro do prático e favorecer uma compreensão dos meandros ideológicos que o sustentam como prático.

Mas também, podemos verificar na maneira como são realizadas as pesquisas, no próprio processo de obtenção dos dados, caso entrevista, ou aplicação de questionário, pode evidentemente já trazer algum benefício. Pelo fato de apenas responder as perguntas feitas pelo pesquisador, já provoca uma reação proporcionando mudanças de postura no serviço. Então, precisamos verificar com cautela esta questão e analisar também com cuidado para afirmar categoricamente que os investigadores não oferecem contribuição nenhuma para a comunidade. Isso

não é de toda verdade. O certo é que uma parcela, não sabemos precisar exatamente quanto, não traz contribuições como devolutiva para a comunidade pesquisada. Entretanto, podemos verificar que alguns trabalhos teóricos realizados pelos alunos nos programas de pós-graduação cuja informação foi buscada na comunidade, não saíram das prateleiras das bibliotecas.

Finalizando este capítulo podemos dizer que o compromisso do pesquisador social se estabelece a partir do momento em que ele sai a campo para fazer as suas pesquisas. Toda a construção elaborada traz em si uma gama de elementos teóricos e práticos que poderão ser socializados com a comunidade tanto aquela investigada quanto aquela que não tenha participado efetivamente na pesquisa. Também demonstramos que a formação filosófica, ética, teórica e prática do pesquisador é ponto fundamental para que a pesquisa tenha o seu resultado divulgado e entregue de maneira prática ao homem em todas as suas dimensões existenciais. Portanto, o homem situado é o que deve nortear todo o aparato das pesquisas realizadas na academia. Pois este homem situado requer ações práticas para problemas práticos. Em outras palavras, instalar efetivamente a cidadania e com ela a dignidade real do ser humano. Esse é o escopo dessa discussão que fizemos neste capítulo.

CAPÍTULO 2
ÉTICA, PESQUISA E COMPROMISSO SOCIAL

O homem é um ser de relações que acontecem cotidianamente. Esta obviedade nos impulsiona a responder algumas indagações a respeito do processo de pesquisa social, visto que ele trata fundamentalmente de interação entre homens na sociedade. Assim, o que é a ética e a moral nas interações humanas em sociedade? O que se entende por moral em consonância com as reflexões filosóficas? Como podemos entender a pesquisa social sob a égide da moral e da ética? Qual(is) ideologia(s) sustenta(m) a pesquisa social? Qual fundamentação teórica sustenta a prática da moral na pesquisa social? Quais as contribuições, em sentido teórico e prático, a pesquisa social apresenta?

Diante destas indagações seguiremos um caminho: partindo das definições sobre ética e moral, discutiremos a questão fundante da pesquisa e da pesquisa social. E por fim, adentraremos nas concepções da Resolução 196/1996, CNS destacando seus aspectos sociais.

2.1 - Ética e Filosofia. Moral e Filosofia. Aproximações

Na história humana, através da antropologia, podemos observar que ao se organizarem em clãs, os homens criaram mecanismos para vivenciar a realidade social. Esses mecanismos foram sendo identificados como hábitos, porque se repetiam na convivência cotidiana. Os mesmos homens inventavam maneiras de se comportarem e de relacionarem entre si, para se protegerem dos predadores, para reproduzirem e cuidarem da prole, para se manterem vivos, para criarem condições de evitar a morte e preservar a vida. A força do grupo era sobreposta ao indivíduo de maneira que ele era o grupo e o grupo se responsabilizava por exigir comportamentos adequados à convivência.

A respeito do surgimento da moral e como ela influencia o comportamento do homem em grupo, Vazquez (2006, p.39) confirma sua importância quando diz que...

[...] a moral só pode surgir – e efetivamente surge – quando o homem supera a sua natureza puramente natural, instintiva, e possui já uma natureza social: isto é, quando já é membro de uma coletividade (gens, várias famílias aparentadas entre si, ou tribo, constituída por várias gens). Como regulamentação do comportamento dos indivíduos entre si e destes com a comunidade, a moral exige necessariamente não só que o homem esteja em relação com os demais, mas também certa consciência – por limitada e imprecisa que seja – desta relação para que se possa comportar de acordo com as normas ou prescrições que o governam.

Tais hábitos, inicialmente foram construídos instintivamente cujas pretensões eram apenas para preservar a vida. Com a aceitação e vivencialidade cotidiana de tais situações, os relacionamentos passaram a ser normas de conduta comportamental. Em cada etapa na qual o homem passa nesse momento, ele vai se socializando e aprendendo normas de socialização. Por causa disso, destaca-se as comunidade primitivas com características próprias, especificamente manifesta nas relações humanas.

Na medida em que nasciam outros membros e incorporavam essas maneiras de comportamento, em razão do conhecimento pessoal e do grupo sobre as intempéries ambientais, os próprios grupos se organizavam para criarem outros mecanismos de vivência e de convivência. Esse processo de incorporação e criação de vivências pode ser facilmente compreendido. Principalmente, porque cada grupo humano elabora, com base em sua própria realidade e necessidades, comportamentos específicos para conviver. Dessa maneira, estabelecem os seus hábitos, seus costumes, sua linguagem, seus símbolos, seus mitos, suas crenças, suas performances existenciais. Criam, portanto, segundo Aristóteles, um “caráter” grupal para nortear a convivência entre os seus membros. E que, ao longo da história, sofre modificações por causa das novas exigências de sobrevivência.

Estas modificações ocorridas exigiram que fossem compreendidos os fenômenos que circundavam o homem tanto individualmente quanto em grupo. Por isso, surge a necessidade de desenvolver mecanismos racionais para essa nova empreitada. Aparecem então alguns homens despontando e avançando nessa tentativa de explicar a realidade. Os gregos foram os mais destacados no Ocidente.

Os pensadores, ainda na Grécia antiga, tinham uma percepção singular sobre a realidade. Isso porque, estavam naquele momento, enquanto leitores dos fenômenos naturais, muito próximos de uma realidade primária. Significa, portanto, que sua vivência cotidiana era pautada pela interação com a natureza e esse fato os instigavam à busca de explicação dos fenômenos externos. A preocupação básica estava em elucidar fundamentalmente as duas características essenciais: a vida e a morte.

Nesse aspecto, cada um construía argumentos segundo as suas características existenciais de interpretação desses fenômenos. Seus raciocínios pautavam-se em descortinar, por intermédio da reflexão e da organização lógica, tais realidades. Mas a preocupação ainda era explicitar racionalmente as razões

pelas quais aconteciam estes fenômenos. Com essa tentativa de explicitação, foram utilizados os mitos para direcionar a interpretação que o homem fazia de suas circunstâncias existenciais. Os mitos davam certo conforto porque proporcionavam um entendimento das origens e fins da vida e da morte. E, portanto, davam uma sensação de conhecimento satisfatório sobre a realidade, diminuindo a angústia do incerto.

Verificando a maneira pela qual estes homens tentavam explicitar a sua realidade, tendo como parâmetro os mitos, podemos inserir nessa discussão a convergencialidade para o centro das atenções: o ser humano. Não mais a explicitação dos acontecimentos fora do homem era o foco das atenções, mas principalmente o que acontecia dentro do homem, não somente em sentido biológico, anatômico ou fisiológico, mas principalmente de conhecimento de si mesmo, de racionalidade. O homem passa a ser o foco das investigações e das discussões. Houve, na história da filosofia ocidental, vários personagens importantes que tentaram explicitar a realidade apontada em linhas anteriores. Sócrates, um dos maiores filósofos antigos, sistematizou procedimentos metódicos para conhecer e explicar a realidade humana. Assim, poderiam explicitar as maneira de ver, compreender e julgar a realidade humana e social. Ele estabelece como métodos filosóficos a maiêutica⁵ e a ironia⁶ para explicitar de maneira argumentativa o conhecimento ou a forma estruturada de conhecimento dos seus interlocutores dizendo dos equívocos de compreensão que eles possuíam. Diante disso, Sócrates instigava os seus interlocutores a verificarem a verdade daquilo que se dizia por conhecimento verdadeiro. Colocava o sujeito diante de si mesmo, daquilo que pensava que sabia sobre si mesmo e sobre a sua própria realidade.

A realidade humana, não apenas pessoal, mas fundamentalmente por ser de característica social, passa a ser objeto de investigação e de explicitação. Levava-se em conta, nesse processo de compreensão, a inserção do homem num contexto social de interação entre seres com percepções semelhantes. Esse

⁵ Maiêutica – a arte da parteira à qual Sócrates, no Teeteto platônico, compara seu ensinamento, enquanto consiste em dar à luz os conhecimentos que se formam na mente de seus alunos (ABBAGNANO, 1982, p.610).

⁶ Ironia socrática - é a subestimação que Sócrates faz de si mesmo em paralelo com os adversários com quem discute. “Sócrates freqüentemente na discussão desmerecia a si mesmo e elevava aqueles que desejavam confutar; e assim, falando diferentemente de como pensava, empregava com muito gosto aquela simulação que os gregos denominavam de Ironia” (ABBAGNANO, 1982, p.555).

contexto consistia em certa organização, segundo padrão valorativo dos comportamentos estabelecidos e aceitos.

Essa primeira sistematização do raciocínio mediante métodos nos proporcionam condições de inserir uma discussão para verificar as questões éticas e morais porque agora se pensa e se discute as razões da cultura, dos mitos, dos valores, da construção das verdades, enfim sociabilidade do homem.

2.1.1 Definições de ética e de moral

Diante do exposto sentimos a necessidade de evidenciarmos por agora, algumas definições de ética e de moral. Pois, somente a partir delas é que podemos continuar nossa investigação.

No dicionário de filosofia, encontramos que “[...] ética (do grego *ethos*, costumes), ciência dos princípios da moral – A moral designa, mais especificamente, a aplicação desses princípios nos atos particulares da vida.” (JULIA, 1969, p.100).

Esta concepção deixa bastante clara a idéia de como a ética estuda e orienta os princípios da moral. Ética está sendo entendida por “[...] ciência do bem e das regras da ação humana [...]” (JULIA, 1969, p. 208). Ainda nesse mesmo verbete, continua o autor francês, discorrendo sobre os vários conceitos desde a filosofia antiga, na Grécia, apresentando vários pensadores que abordaram esta mesma temática. Mas as definições⁷ e/ou conceitos que apresentam estão direcionados por esta interpretação: ação humana enquanto busca do bem e elaboração das regras desta ação. Podemos, então, dizer que, segundo este autor a ética diz sobre princípios, portanto teóricos, enquanto a moral diz da ação humana, portanto prática.

Há outra concepção de ética segundo Marcondes (2007) na qual apresenta três dimensões distintas entendidas por ética:

[...] em primeiro lugar, temos o que pode ser considerado o *sentido básico ou descritivo* da ética, bastante próximo da acepção originária de *ethos* que designa o conjunto de costumes, hábitos e práticas de um povo. (...) Temos em seguida, a ética como sistema em um sentido *prescritivo ou normativo*; isto é, como um conjunto de preceitos que estabelecem e justificam valores e deveres, desde os mais genéricos, tais como as éticas cristãs ou estoicas, até os mais específicos, como o código de ética de uma categoria profissional, do qual talvez o mais famoso e tradicional seja o da prática médica. Em terceiro lugar, temos o sentido *reflexivo ou filosófico*, que diz respeito às teorias ou concepções filosóficas da ética, como a ética da

⁷ Por definição estamos entendendo, segundo a lógica aristotélica, a capacidade lingüística de dizer aquilo que é. Por conceito estamos entendendo aquilo que pode ser interpretado de cada manifestação, ou seja, enquanto na definição dizemos que “algo é o que é”, no conceito, dizemos que “algo é aquilo que pode ser”.

responsabilidade, a dos princípios, o utilitarismo e outras, visando examinar e discutir a natureza e os fundamentos dos sistemas e das práticas, analisando os conceitos e valores que lhes pretendem dar fundamento. (MARCONDES, 2007, p.10 – grifo nosso).

Nesta concepção o autor enfatiza que não há diferença entre ética e moral, mas utiliza apenas a palavra ética para designar as duas situações – tanto a moral quanto a ética. Isso significa que com esta percepção podemos explicar a dimensão humana de maneira clara e objetiva. Assim, a ética em sentido original (descritiva) explicita a maneira pela qual o homem se comporta em sociedade levando em conta valores construídos socialmente. A ética em sentido prescritivo ou normativo estabelece o comportamento do homem pelo registro das leis que prescrevem os seus atos com punições caso seja infringida alguma norma de conduta. A ética em sentido reflexivo é aquela que busca explicitar os princípios que norteiam a convivência humana. Portanto, para este autor, a concepção de moral está vinculada à ética original, enquanto a concepção de ética está para a prescritiva e a normativa. Embora aceitemos a idéia de que moral também esteja vinculada à prescrição de normas. Estas podem estar escritas ou não. Isso porque muitos comportamentos são guiados pelas normas do Estado (Constituições, por exemplo), e outros são guiados pelo bom senso de cada homem.

Outra concepção também importante para podermos elucidar as várias possibilidades de entendimento do tema é aquela na qual o cardeal italiano, Carlo Maria Martini, apresenta sua concepção de ética. Ele explicita quatro significados cabíveis para a palavra ética. Segundo este autor,

1 - Etimologicamente, a palavra 'ética' alude àquilo que se costuma fazer, àquilo que normalmente se faz. A palavra grega 'ethos' significa efetivamente o costume de uma determinada sociedade; 2 – para os gregos, trata-se de uma sociedade bem ordenada, de uma sociedade boa. A ética, por conseguinte, indica os comportamentos que uma sociedade, na sua sabedoria e experiência, considera positivos para a paz e a ordem social, para o progresso dos cidadãos e para o aumento do bem-estar de todos. Tais comportamentos são precisamente 'éticos', ou seja, eticamente honestos; 3 – a palavra é usada em sentido absoluto: ético não é apenas aquilo que se costuma fazer numa sociedade boa, mas, sobretudo: aquilo que é bom em si mesmo, aquilo que deve ser feito ou evitado a todo o custo e em todo o caso, independentemente das vantagens pessoais ou sociais e daí se extraíam, aquilo que é absolutamente digno do homem ou que se opõe àquilo que é indigno, aquilo que não é negociável, algo que não se pode discutir nem transigir; 4 - a ética como reflexão filosófica sobre os comportamentos humanos e sobre o seu sentido último (MARTINI, 1993, p. 9).

Vazquez define a ética como sendo “[...] a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.” (VAZQUES, 2006, p.23) e por moral,

[...] um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal (VAZQUEZ, 2006, p. 84).

Esta última concepção de ética e de moral parece mais compatível com o que acreditamos. Estamos convictos de que o homem é constituído de várias dimensões que convergem para duas: o intelectual e o corpóreo. Por causa disto podemos observar que tais dimensões estão intimamente ligadas e inseparáveis, quando falamos de comportamento humano. Com base na percepção sobre o tema em questão, temos a idéia de que no aspecto intelectual há tentativas de compreensão dos fundamentos e princípios que regem os hábitos, costumes, enfim, o comportamento humano socialmente estabelecido. No aspecto físico a preocupação é tão-somente a de vivenciar os valores assimilados culturalmente. Isto é, através da manifestação corpórea o homem vivencia os valores que acreditam serem válidos (DALBERIO, 2006). Por isso, ética é reflexão e moral é a prática cotidiana.

Dessa maneira, a Moral enquanto ciência dos objetivos da vida, dos princípios da ação se subdivide em moral do bem e moral do dever.

Enquanto *moral do bem*, o objetivo último do homem é a felicidade. A felicidade para Aristóteles se caracteriza como algo absoluto e auto-suficiente e está vinculada à virtude, portanto, tem como escopo a finalidade da ação passando a ser uma busca humana contínua e incessante. A felicidade nesse aspecto é colocada na dimensão de teleologia da vida humana. Dessa maneira, no hedonismo que indica tanto a procura indiscriminada do prazer, quanto a doutrina filosófica que considera o prazer como o único bem possível e, portanto, como o fundamento da vida moral, a felicidade tem um aspecto fundamentalmente físico, os prazeres corporais devem ser os mais importantes em todo e qualquer modo de vida humana. Pois, o prazer é a satisfação plena ou quase plena do corpo e, conseqüentemente, do homem. É, assim, a exploração das potencialidades e necessidades básicas e fundamentais da existência humana.

Na doutrina do epicurismo a felicidade é resultado do exercício das faculdades espirituais. Ou seja, quanto mais o homem utiliza a capacidade intelectual e espiritual, mais próximo estará da felicidade. Tais faculdades, no epicurismo, consistem, em um exercício de abstração da realidade da vivência cotidiana. Assim, o prazer é o supremo bem. Entendendo dessa maneira, que o homem não deva abandonar-se apenas às voluptuosidades fáceis, mas ao contrário, que a felicidade é a recompensa da sabedoria, da cultura do espírito e também da prática da virtude.

Na doutrina do estoicismo a felicidade resulta da prática do bem, particularmente da justiça e da temperança. Nesse aspecto, é fundamental observar que estoicismo está vinculado à moral, enquanto forma de viver em comunidade⁸, em sociedade⁹. Diferentemente das outras interpretações anteriormente expostas, que dizem respeito às características pessoais, na busca da felicidade pessoal, o estoicismo prima pela felicidade dos outros, às vezes até em detrimento das pessoais.

As teorias colocadas - o hedonismo, o epicurismo e o estoicismo estão ambos ligados aos objetivos de felicidade como teleologia. O importante, nestas teorias, é buscar a todo custo a felicidade, segundo os princípios de ordem pessoal ou coletiva. A moral, diante dessas teorias se manifesta como vivência cotidiana na qual o importante é viver a felicidade, não importa se no próprio corpo, no espírito ou na transposição do divino para a matéria. A moral, portanto, consiste em ser fundamento da felicidade humana.

Outro ponto de vista sobre a moral é a *moral do dever* cujo objetivo último do homem é a virtude. Aristóteles em *Ética a Nicômaco* faz brilhante discussão sobre a felicidade (mencionada anteriormente), sobre a virtude e os outros atributos humanos que caracterizam a moral. Ele classifica a virtude como intelectual e moral. Segundo ele, nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, mas por

⁸ Comunidade pode ser entendida como um conjunto de seres vivos inter-relacionados que habita um mesmo lugar. Do ponto de vista sociológico uma comunidade é um conjunto de pessoas com interesses mútuos que vivem no mesmo local e se organizam dentro dum conjunto de normas. A partir do Romantismo (esp. Schleiermacher), o termo comunidade foi usado para indicar a forma de vida social caracterizada por um liame orgânico, intrínseco e perfeito entre os seus membros. (ABBAGNANO, 1982); Segundo o dicionário do Aurélio, comunidade (...) é (...) "qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, têm um mesmo governo e estão emanados por uma mesma herança cultural e histórica; qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, económicos e/ou culturais comuns"

⁹ A palavra *sociedade* vem do latim *societas*, uma "associação amistosa com outros". *Societas* é derivado de *socius*, que significa "companheiro", e assim o significado de *sociedade* é intimamente relacionado àquilo que é *social*. *Sociedade* é muitas vezes usado como sinônimo para o coletivo de cidadãos. Assim, uma *sociedade* é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade.

hábitos e costumes, ou seja, por exercícios. E continua dizendo que pelos atos que praticamos em nossas relações com os homens nos tornamos justos ou injustos. A virtude assim, torna-se a atitude de julgarmos, pela sensibilidade racional (sabedoria filosófica), o que é justo ou injusto nos nossos atos e nos atos dos outros homens a partir da sabedoria prática. Isso depende segundo Aristóteles, da disposição do caráter, isto é, as coisas em virtude das quais nossa posição com referência às paixões é boa ou má. Assim, [...] a virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática (ARISTÓTELES, 1987, p. 33).

A Moral está sendo entendida como busca de um bem para o homem e isso consiste em primeiro lugar na vivência pessoal de cada um consigo mesmo e, depois (ou concomitantemente), com os outros. É nisso que consiste o entendimento de moral. Para o autor Julia (1969), a ética consiste em compreender todos estes elementos da vivencialidade e elevá-los em nível de compreensão dos princípios que norteiam tais comportamentos humanos. É, assim, um processo de percepção de que em cada ato executado pelo homem há um conjunto de princípios presentes nesse ato. Sejam conscientes ou inconscientes. Conscientes, é precisamente quando o homem sabe por que faz e o faz com intuito de felicidade. Inconsciente é quando a ação é realizada para atender aos ditames do dever social imposto como norma de tal ato. Tais ditames podem servir como controle do comportamento. Isso significa que ética se estabelece como diferente de moral, mas ambas estão intimamente ligadas. Poderíamos dizer então que são as duas faces da mesma moeda. Explicando, o homem vive com os outros e juntos se formam e formam mecanismos de convivência que pode ser boa ou má. Boa enquanto aquela que proporciona bem estar físico, psíquico e intelectual. Má enquanto ações que prejudicam a convivência harmônica entre os humanos.

Diante do exposto podemos dizer que enquanto a ética está voltada para compreender e explicar os princípios¹⁰ dos atos humanos, a moral está preocupada em estabelecer maneiras de se viver em um determinado grupo. Esta distinção é feita por Vazquez (2006). Para ele ainda, os problemas éticos fundamentais estão

¹⁰ Princípio está entendido aqui como ponto de partida do entendimento que se estabelece entre a idéia que se tem da realidade e a maneira pela qual se vive a realidade. Pode se entender que são os fundamentos de um processo seja ele teórico ou prático. Em filosofia, princípio é aquilo que está subjacente ao fenômeno e que o motiva e o explicita de forma racional a partir da percepção dele na realidade.

para definirem a essência ou os traços essenciais do comportamento moral, enquanto os problemas de ordem moral estão para estabelecerem a prática do comportamento a partir de normas aceitas. Isto implica que há de um lado, atos e formas de comportamento dos homens em face de determinados problemas, que chamamos morais, e, de outro lado, juízos que aprovam ou desaprovam moralmente os mesmos atos. Mas, tanto os atos quanto os juízos pressupõem normas que apontam o que se pode ou não fazer. Daí se insere a idéia de que, “[...] os problemas éticos caracterizam-se pela sua generalidade e isto os distingue dos problemas morais da vida cotidiana, que são os que se nos apresentam nas situações concretas.” (VAZQUEZ, 2006, p.19).

Assim, se moral está vinculada à realidade cotidiana e a ética está para a compreensão dessa realidade então podemos dizer que moral designa hábitos, costumes, regras, condutas, organização, maneiras de vivenciar o cotidiano que se modifica historicamente e que, por causa disso, o homem busca a felicidade pessoal e/ou coletiva. Por outro lado, a ética se pauta na reflexão sobre tais atitudes explicitando por quais caminhos a humanidade trilhou e trilhará para visualizar melhor a felicidade. Assim sendo, a ética é abstrata no sentido de indicar caminhos a partir da inserção na realidade. Explicando melhor, a partir da percepção que o eticista tem da realidade moral é que ele elabora reflexões, indicando as possibilidades da felicidade humana.

Também, não podemos nos prender na ingenuidade de que a ética explica todos os atos humanos em busca da felicidade. Isso significa que há várias maneiras de se buscar e de se entender a felicidade. Generalizá-la seria um equívoco metodológico e epistemológico. Cada homem, por causa da singularidade¹¹ que lhe é característica, estabelece o que é bom e o que é ruim para si. Dessa maneira, cada homem é resultado de um tempo e de um espaço históricos. E a partir daí ele tem “[...] o princípio da autonomia da vontade.” (KANT, 2002, p.63) para perceber o que lhe é fundamental para a vida. Nesse aspecto, a ética dinamiza as reflexões sobre as possibilidades do encontro do homem com a sua felicidade, tendo como base, para esta reflexão, as suas vivências concretas e pessoais.

¹¹ Singularidade é o que a pessoa é internamente para ela mesma, como ela se vê, como ela se estruturou a partir das outras pessoas. Em filosofia clínica, segundo Lúcio Packter (2004), podemos chamá-la de malha intelectual própria de cada pessoa, o que é pessoal, único, singular.

Ética está sendo entendida pelo processo no qual a razão explícita de forma clara os princípios norteadores do comportamento humano em comunidade para definir os caminhos do homem na busca do bem e do mau.

Moral é a maneira pela qual o homem viabiliza esta busca no cotidiano mediante a vivência impregnada de valores pessoais e/ou coletivos (VALORES, 2007, *On-line*), organizada de maneira tal que os hábitos, os costumes, as regras de conduta, as normas de comportamento, o caráter da convivência vão estabelecendo os requisitos necessários no sentido pessoal e coletivo. Assim, enquanto moral é a maneira de se viver, a ética é compreensão desse ato. Significa que, para compreender estes meandros sociais faz-se necessário buscar na história humana e social, a compreensão também da história da moral. Pois ela, conforme dito anteriormente, se estabelece e se modifica, conforme modificam as regras culturais em cada época. É ponto pacífico entre os pensadores, desde Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, (dentre outros no período medieval), Kant, Weber, Marx, Vazquez, Comparato e tantos outros, de que a moral se estrutura segundo as exigências de cada momento histórico e social do homem. Daí termos a moral grega, a moral medieval, a moral dos homens livres, a moral dos escravos, a moral cavalheiresca, a moral burguesa, dentre outras.

Em seguida faremos uma discussão breve sobre a moral burguesa tendo em vista que nossa investigação aborda manifestações da questão social e que nesse sentido o homem é um ser localizado, inserido, situado num contexto econômico, político, ideologicamente denominado de burguês.

2.1.2 Moral burguesa e suas conseqüências para o homem do século XXI

Vivemos nos últimos séculos sob a égide da moral burguesa. Consiste, todavia, em entendê-la como a que

[...] trata de justificar e regular as relações entre os indivíduos¹² numa sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, do mesmo modo se lança mão da moral para justificar e regular as relações de opressão e de exploração no âmbito de uma política colonial e neocolonialista, hoje, neoliberal e globalista (VAZQUES, 2006, p. 50).

¹² Indivíduo é “[...] a pessoa humana considerada quanto às suas características particulares, físicas e psíquicas” (FERREIRA, 1986) em relação com o coletivo. Não podemos entender o indivíduo humano sem relacioná-lo ao coletivo, ao social, ao cultural. Todo indivíduo é um coletivo necessariamente. Nele está o social ou pelo menos a manifestação do social onde ele se fez e se faz.

O homem do século XXI está vivendo uma realidade cujos valores mais íntimos, bem como os comportamentos morais, estão se modificando e, por causa disto, novos procedimentos sociais de relacionamento também estão surgindo. Isso significa que nova moral está sendo construída a partir das circunstâncias sociais nas quais o homem está inserido.

A sociedade humana constituída em seus pressupostos históricos manifesta a interação e/ou contradição entre duas forças: o poder do governo hegemônico e a força da cultura estabelecida. Isso significa que houve nas comunidades humanas antagonismo característico e manifesto de forma clara. Essa idéia, por ser de cunho dialético, nos coloca em um patamar de reflexão filosófica, impulsionando a busca de entendimento desses meandros do poder.

Queremos refletir primeiramente sobre a manifestação da aparência do poder, principalmente na moral burguesa. Esta aparência se manifesta concretamente entre os homens em sociedade com implicações comportamentais que têm sustentação na ideologia dominante.

Nesse aspecto, a interação entre os homens se estabelece pela busca do poder. Primeiramente, o poder do físico através da força. Para isso, foram criados mecanismos de competição. Quem vencida era condecorado com troféus. Criaram-se assim, as olimpíadas. A partir daí eram selecionados os mais hábeis em provar a destreza no manuseio de armas e a capacidade física de superar o outro nas lutas corporais. O vencedor tinha privilégios e benefícios irrestritos, principalmente porque promovia espetáculos aos outros. A consequência dessa atividade foi criar cidadãos para os exércitos. Desde a tenra idade eram preparados para esta tarefa junto ao Estado.

Mas também, encontramos na história outra forma de se manifestar o poder através da capacidade racional. Basta dar uma olhada para os gregos antigos e vamos encontrar vários pensadores, filósofos, matemáticos - Sócrates, Platão, Aristóteles para citar apenas alguns.

Outra forma de manifestação expressa na história humana é a força do raciocínio e do interesse em usufruir os benefícios em relação aos outros. Explicando melhor, no feudalismo os senhores e escravos promoveram em seus relacionamentos a estruturação da suserania, as feiras livres, os artesãos e seus respectivos aprendizes. Esta atitude social era caracterizada como formas de exploração do trabalho do outro para obter benefícios graças à arquitetura social,

aceita como fato social normal. Alguém trabalhava e outro alguém usufruía desse trabalho (pelo uso da força física e intelectual se subjugava).

Esse processo se solidificou com o surgimento da burguesia incipiente ainda, mas com força de raciocínio e capacidade de acumulação de bens materiais não perecíveis. Vamos encontrar vários eventos na história que demonstram a crescente acumulação e a força disso transformada em poder. A independência dos EUA, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial apenas para citar algumas, manifestam a ascensão da burguesia, tanto econômica quanto politicamente. Com isso, a sociedade passou também por momentos de transformação e conseqüente submissão ao poder ideológico veiculado, implantado e solidificado através das classes sociais. Criando conseqüentemente uma moral burguesa onde os homens aprenderam a conviver com valores (transitórios) que iam sendo estabelecidos socialmente, culturalmente.

Com o surgimento do Estado enquanto representante do poder, as classes sociais foram se solidificando consistentemente. O Estado surgiu para organizar o poder social, mas foi definindo-se como aquele que detém o poder de estabelecer e fazer cumprir as leis. Com o surgimento, ascensão e conquistas políticas e econômicas da burguesia, o Estado foi se caracterizando com outro viés: a serviço da burguesia. Fica claro que o Estado, detendo o poder de gerir a política social bem como os recursos econômicos e o poder advindo deles, está aberto à burguesia interessada em seus benefícios. Por causa disto pode injetar montantes significativos de recursos financeiros no Estado de forma que a burocracia estatal funcione. Obviamente este fato de injetar dinheiro no Estado dá à classe burguesa o direito de estar no poder, mesmo que indiretamente devido ao compromisso dos governantes para com ela. Assim sendo, o Estado, necessariamente, desvia-se do seu papel precípua que é representar a vontade do cidadão (DALLARI, 2004), e fica submetido à vontade de quem faz a injeção de recursos vultosos. Dessa forma, o Estado se descaracteriza de suas funções básicas e mais importantes que é a de atender à população, aos cidadãos em suas necessidades básicas essenciais.

Todo esse panorama revela que o poder e sua manifestação perpassam a força física, e se sustenta nas forças da ideologia dominante. Para fazer valer os

recursos do controle social¹³ mediante lei, são determinados os comportamentos dos homens. Assim, a moral burguesa se implanta não só nos mecanismos políticos vinculados ao poder e à ideologia dominante, mas principalmente na consciência do indivíduo. Isso tem implicações na criação de novas maneiras de comportamentos em sociedade.

Estamos vivenciando nos últimos séculos a grande corrida pelo poder político, econômico. Não o poder centrado no Estado, mas centrado no mercado internacional, denominado de globalização. Quem tiver maior infiltração no comércio mais poder terá. Nessa corrida pelo domínio internacional além de colocar a moral estabelecida em crise, promove a necessária criação de novos patamares de valores humanos. Diante desse fato o homem vai tentando compreender quais valores são válidos para si e para a comunidade onde vive. Esta situação de crise de valores essenciais implantada para o homem provoca corrida desesperada pela identidade do homem, na busca de sua singularidade, sua personalidade, sua sociabilidade, seus hábitos, seu modo de viver, enfim sua moral pessoal e coletiva.

Com essa idéia podemos entender os processos que se registram na história em benefício de alguns e em detrimento de uma maioria. Isso significa que a questão social, enquanto desarticulação da relação humana vai se afirmando na crise política, econômica, ética, dentre outras. A força ideológica manifesta-se como procedimento no qual o valor do homem se deteriora gradativamente. O viés econômico provoca uma busca de outros paradigmas (KUHN,1996) sociais: a exploração total e absoluta do homem sobre outro homem faz uso do disfarce do bom cidadão porque lhe implanta a idéia de que há a oportunidade ainda de trabalho. No viés político se afigura a implantação da idéia do bom cidadão como aquele que segue as normas da empresa e até ganha o título de “operário padrão”. Ambas são equivocadas por razões de estrutura conceitual.

Explicando melhor. No viés econômico o que predomina é a força física do homem sendo vendida e comprada. Portanto, transformada em mercadoria tanto

¹³ O controle social é um dos meios mais utilizados por uma sociedade para ‘enquadrar’ seus membros recalcitrantes. Os métodos de controle variam de acordo com a finalidade e o caráter do grupo. O indivíduo ao situar-se na sociedade situa-se em relação a muitas forças repressoras e coercitivas. Os mecanismos sociais funcionam de maneira a eliminar membros indesejáveis ou para estimular os outros a viverem as normas estabelecidas. Berger (1986) faz uma brilhante explicitação sobre os vários tipos de controle social existentes. Assim, segundo ele, há como controle social: a violência física ou psicológica, as sanções econômicas, a persuasão, o ridículo, a difamação, o opróbrio e o ostracismo, a afirmação fraudulenta, a moralidade, os costumes e convenções, o desemprego e a solidão, a burocracia esclarecida (demissão ou tratamento psiquiátrico), a assistência, a orientação e a terapia, dentre outros.

quanto os outros aspectos inerentes ao humano que não são valorizados, ou melhor, esquecidos pelo sistema econômico propositadamente. Significa que vendendo sua força física e transformando-se em mercadoria é concomitantemente visualizado como quem está exercendo um papel relevante. Entretanto, a relevância disso está arraigada na perspectiva ideológica de submissão ao fator econômico. Assim, o homem se vê a partir dos olhos dos dirigentes da sociedade capitalista, ou melhor, com o olhar para si do ponto de vista do capitalista que lhe atribui valores construídos nesta idéia. Portanto, são incorporadas idéias de que estão exercendo um papel digno social e economicamente: fazem o Estado crescer e melhorar a condição de vida humana. Estão contribuindo para seu crescimento, bem como o dos outros. Desta maneira, é implantada a ideologia, como “falsa idéia de mundo”.

Sob o viés político, pelo qual são implantadas, na consciência social dos homens, as idéias de cidadania, há vários estigmas que necessitam de discussão. O primeiro e mais importante deles é a participação do cidadão enquanto eleitor que escolhe o dirigente. Nesse aspecto há algumas e importantes contradições: obrigatoriedade¹⁴ do voto com escolha. Se se é obrigado a votar, pode-se inserir a pergunta básica: como há liberdade de escolha? Principalmente porque o cidadão escolhe uma ou algumas pessoas dentre as possibilidades que lhe são apresentadas, portanto escolhidas para ele. É uma contradição clara porque por um lado ele é chamado a participar sob coação (obrigatoriedade) e por outro, são apontadas alternativas a serem escolhidas a partir de escolhas prévias, mediante as convenções partidárias regionais, estaduais e nacional. Assim, podemos entender que a cidadania pelo voto é falsa e extremamente contraditória e falaciosa.

Outro aspecto do estigma é o cidadão que participa dos destinos do Estado. Esse é o aspecto pelo qual se desenvolve a outra contradição também bastante instigante: inserção e determinação, por exemplo, de impostos¹⁵ sem ser discutidos com quem paga. Isso significa que o Estado define quais são as fontes de arrecadação de fundos para se manter. Aqui se pode perceber que a cada momento são criados novos mecanismos de arrecadação. Os “representantes” do “povo” têm

¹⁴ Art. 70 O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o Juiz Eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o *salário mínimo* da região, imposta pelo Juiz Eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367. LEI n. 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Art. 231. Todo aquele que, estando obrigado a votar, não o fizer, fica sujeito, além das penalidades previstas para o eleitor que não vota no território nacional, à proibição de requerer qualquer documento perante a repartição diplomática a que estiver subordinado, enquanto não se justificar.

¹⁵ Recentemente no Brasil, o fim da CPMF justifica bem esta idéia.

o direito de definir quais são as formas e as cifras, a percentagem que se deve cobrar. Assim, se no voto não há efetiva escolha do seu representante e no estabelecimento de impostos não há participação na decisão, então estamos diante de uma crise de identidade social do homem.

Acreditamos que seja fundamental para manutenção do Estado o pagamento dos impostos. Mas, ao mesmo tempo, enquanto cidadãos, temos o direito de saber quais são os destinos do montante arrecadado pelo governo. Estamos visualizando freqüentemente os desvios de verbas por alguns dirigentes, sonegação de impostos por outra parte governante da sociedade, corrupção instalada desmedidamente. O cidadão participa involuntariamente desse esquema. Às vezes, os consumidores não têm consciência de quanto imposto está embutido nos produtos consumidos. Isto, por causa dos meios ideológicos de divulgação dos produtos bem como a criação da necessidade do consumo destes. Estes meios estão encarregados de criar uma idéia de comportamento econômico e, portanto, valorativo nos cidadãos. A consequência disto é que o comportamento econômico tem como escopo também o comportamento moral.

Outro estigma político é aquele que diz respeito aos deveres do Estado: saúde, educação, moradia, emprego, dentre tantos. São de responsabilidade do Estado as políticas públicas para atender a cada um destes aspectos sociais (DALLARI, 2004). Mas também pode ser efetivado o incentivo a novas iniciativas civis de maneira que aquilo que o Estado não conseguir atender, os setores sociais podem fazer a sua parte. Dessa maneira, o cumprimento das ações do governo se estabelece quando repassa para a sociedade aquilo que não pode fazer. Todavia acreditamos que os governantes possam e devam gerir o público de maneira séria, isenta e objetiva, com competência ética.

Esses três aspectos mostram que as questões políticas são sérias. Primeiramente o Estado exige que o cidadão participe efetivamente votando, pagando impostos e dando a sua contribuição social. Por outro lado, faz pouco ou quase nada para este mesmo cidadão que o sustenta economicamente. Assim, não cumpre com o seu maior e mais importante papel: fazer política a serviço do cidadão.

Diante desse espectro social queremos dizer que o Estado, a serviço do poder econômico, exerce uma força ideológica de maneira que estabelece comportamento através das leis. Portanto, uma ética normativa. E em função do

poder político e do poder econômico exerce o direito de também normalizar o comportamento social do homem através dos meios de comunicação de massa.

Outro aspecto também importante são os meios de comunicação apoiados e instalados pelo Estado para divulgar a ideologia capitalista, fazendo valer a idéia de que ser cidadão é participar do governo, direta ou indiretamente.

Assim, os comportamentos vão sendo construídos segundo as informações que as pessoas ouvem e as imagens que vêem estampadas nos diversos meios de comunicação de massa, além daquelas que passam de pai para filho, de geração para geração. Segundo Dupas “[...] a comunicação e as mídias, os comunicadores e os publicitários, selecionam as imagens daquilo que querem que o mundo venha a ser, especialmente ornadas de artifícios sedutores e, por isso mesmo, mais vulneráveis.” (DUPAS, 2001, p.51). Dessa maneira, vão sendo estipulados procedimentos de caráter moral porque novos costumes, hábitos e regras comportamentais passam a ser estabelecidos. Diante disso, cabe, portanto, algumas indagações para serem pensadas: as mudanças culturais que acontecem, proporcionam ao homem a busca da felicidade? Os impactos das informações que o homem recebe diariamente contribuem para que ele possa ter mais conhecimento de si? Ou ainda, em que circunstâncias esta nova cultura, impregnada de novos valores, conduzem o homem ao encontro de si mesmo enquanto um ser social de relações interpessoais?

Da mesma maneira como os meios de comunicação têm este peso na elaboração de novos comportamentos sociais, eles também divulgam os resultados das pesquisas e vão estabelecendo sorrateiramente uma verdade que as ciências dizem ser “a verdade”. Obviamente que as ciências também estão a serviço do econômico e do financeiro e por esta razão detém certo poder de dizer sobre tais verdades. Mais que isso, estabelece, de forma categórica, quais as verdades válidas e quais as refutadas e refutáveis. Nesse panorama, é fundamental e necessário que busquemos nessas verdades, quais as ideologias estão sendo atendidas. O desafio não é simples, porque para isso temos que nos subsidiar de conhecimentos produzidos por elas (diga-se pelas ciências). Daí o grande empreendimento dos intelectuais no mundo do conhecimento. Não nos é possível ter acesso a todas elas, mas é possível termos, a partir de uma indagação filosófica séria, comprometida e isenta, compreensão de quais as ideologias subjacentes às verdades estabelecidas

como tais. Também não é um trabalho para todos. Apenas alguns podem fazer esta tarefa.

E, para isso, faz-se necessário embrenhar-se nos labirintos metodológicos das ciências e aí, nesse ínterim, descortinar seus significados e seus procedimentos formadores da verdade. É uma tarefa árdua porque o conhecimento específico da área deve estar em evidência nesse momento. E quem se propor a fazer tal tarefa precisa ter pelo menos algum conhecimento sobre esta área específica, além dos procedimentos metodológicos utilizados para tal fim. Assim sendo, esse inserir-se nessa dimensão de conhecimento pode trazer contribuições incalculáveis para a humanidade. Por causa disso, é também cabível nesse trabalho de garimpagem, posturas éticas para ser verdadeiro quanto à manifestação da verdade descortinada em cada ciência específica.

Enquanto as ciências buscam explicações para os fenômenos naturais ou sociais o desafio é posto de forma evidente, para a humanidade que espera os resultados efetivos desse procedimento. Dupas (2001, p.46) afirma que

[...] as revoluções da ciência acumuladas até a metade do século passado – e transformadas em novas tecnologias – têm provocado enormes mudanças no modo como bens e serviços são produzidos e, especialmente, no modo como eles são distribuídos ao consumidor.

Todavia, para fazer ciência(s) temos que nos valer da pesquisa em diversas instâncias do conhecimento humano. Os procedimentos pelos quais as pesquisas, atendendo às exigências científicas e apoiadas pelo aparato financeiro e econômico, tendem a estabelecer a verdade como determinante e, por isso mesmo, passa a ser cultural. Esse processo de aculturação¹⁶ das ciências e suas verdades atingem, em última instância, a população menos esclarecida sobre os meandros científicos. Explicando melhor, os resultados obtidos por intermédio das pesquisas, a serviço de uma ciência burguesa, vão à direção de quem pode consumir tais produtos. A ciência, com o poder de estabelecer a verdade; os meios de comunicação de massa, com o poder de divulgar tais verdades; a moral burguesa, com o poder econômico e financeiro detêm conseqüentemente, o poder da ciência e dos meios de comunicação de massa e, por esta razão, diz sobre a maneira de comportar dos homens. Esse dizer não é explícito, mas histórico e cultural, ou seja,

¹⁶ Trata-se de *aculturação* quando duas culturas distintas ou parecidas são absorvidas uma pela outra formando uma nova cultura diferente. Além disso *aculturação* pode ser também a absorção de uma cultura pela outra, onde essa nova cultura terá aspectos da cultura inicial e da cultura absorvida. Esse tipo de fenômeno acontece graças à convivência com outras culturas.

vai sendo incorporado lentamente e passando de uma geração a outra, de um grupo a outro, de um indivíduo a outro.

A ética então assume um papel imprescindível quando busca explicação para esse fato social – termo criado por Durkheim - visto que o homem, em cada momento histórico incorpora em seus atos o que é socialmente aceito. Obviamente que isto não acontece como que num passe de mágica, mas gradativamente, mediante a linguagem, os costumes, os hábitos, os valores, os significados que são divulgados entre os homens. Nesse momento a moral vai sendo estabelecida porque é juntamente com a formação da consciência pessoal e coletiva que ela adentra na consciência¹⁷ humana e governa os comportamentos sociais. Aí também, nesse processo, são estabelecidas as regras de convivência entre os homens.

Por sua vez, a ética explicita os meandros dos comportamentos e as ideologias nas quais estão ligadas. Por seu turno, a moral vai sendo construída com a vivência cotidiana de cada pessoa integrada no grupo que representa a ideologia vigente e hegemônica. Assim, entendemos que é necessário compreender tanto os meandros das ideologias quanto os meandros dos comportamentos, pois é a partir deles que conseguiremos ter uma percepção real do que o homem vive em seu dia-a-dia, em seu mundo pessoal e coletivo, na sua cultura regional, nacional e até mesmo internacional.

Esse desafio também assume dimensões teóricas fundamentais por causa da necessidade humana de viver os seus valores. Os valores não são compreendidos segundo Vazquez como “[...] propriedade dos objetos em si, mas propriedade adquirida graças à sua relação com o homem como ser social. Mas, por sua vez, os objetos podem ter valor somente quando dotados realmente de certas prosperidades objetivas.” (VAZQUES, 2006, p.141).

Isso significa que valor em si mesmo existe apenas na abstração da filosofia, mas os valores morais estão intimamente ligados ao relacionamento entre indivíduos num contexto social. Ou seja, a significação que os próprios homens atribuem aos seus relacionamentos. Os objetos têm valor em si, como valor dos

¹⁷ Consciência, no aspecto moral, é a capacidade que o homem tem de conhecer não apenas valores e mandamentos morais e aplicá-los nas diferentes situações. A consciência moral tem alguns pressupostos que a consciência psicológica que tem dentro de si, o outro, a realidade, a transcendência e a si mesmo. A consciência moral supõe uma hierarquia de valores, e também de uma finalidade do acto seja ele bem ou mal. Temos também a consciência social e pessoal que vem formar a consciência moral, dentro de uma tensão nas dimensões do ser humano.

próprios objetos e não valor moral. Somente quando ele proporciona a relação entre humanos é que ele passa a ter sentido de valor moral. Dessa maneira há os valores éticos, estéticos e religiosos, conforme comentado anteriormente.

Diante do exposto podemos definir a ética por reflexão sobre os princípios humanos em suas vivências cotidianas, e por moral a efetiva vivência desses princípios através de hábitos, costumes, comportamentos manifestos no conjunto de valores criados pelo próprio homem. Ambos pautados pelos valores construídos culturalmente.

2.2 Analisando a resolução 196/1996-CNS sob a égide da pesquisa social

Os aspectos destacados nesta resolução têm como principal foco de discussão a bioética. Para entender o fundamento destas questões faz-se necessário compreender a autonomia com seus elementos essenciais: princípio do respeito à pessoa, privacidade, a veracidade. Outro aspecto é a não maleficência que significa deixar de causar o mal intencional a uma pessoa. Isso já é fazer o bem para este indivíduo. Também a beneficência que é fazer o bem aos outros, independentemente de desejá-lo ou não. Por fim, a justiça que é normalmente interpretado através da visão da justiça distributiva¹⁸. Por causa disso, é necessária uma discussão de quais aspectos são voltados para a questão da pesquisa social, uma vez que o objeto (sujeito) de pesquisa são os mesmos, o foco investigativo pode ser diferente. Isto quer dizer que na área da saúde a preocupação volta-se para as questões internas do homem no sentido físico (biológico, anatômico, fisiológico que culminam com a preocupação sobre a saúde e/ou a doença) enquanto que na pesquisa social as questões são externas (instituições sociais, cultura, política, economia, interação humana em sociedade, dentre outros). Significa que na pesquisa social primeiramente são estudados os aspectos de relacionamento social do homem e depois, ou concomitantemente, as influências que este fato provoca na maneira de ver, viver, julgar e agir humanos.

Esta resolução define como pesquisa

¹⁸ Muitas pessoas confundem o significado dos termos Justiça e Direito. A Justiça é um princípio moral enquanto que o Direito o realiza no convívio social. A justiça moral é individual e a justiça jurídica é social. A Justiça é mais ampla que o Direito. A perspectiva da justiça compensatória não é muito utilizada pelos diferentes autores da área da Bioética. (GONDIN, 1998, On-line).

[...] classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável. O conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre os quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência (BRASIL, 2007, online)

Compreendendo melhor esta assertiva, podemos dizer que o foco está na direção da experimentação, portanto com embasamento na vertente teórico-metodológico positivista da pesquisa.

Em seu preâmbulo, a Resolução n. 196/1996 demonstra que as inspirações para sua construção, foram baseadas nos documentos:

[...] o Código de Nuremberg (1947), a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964 e suas versões posteriores de 1975, 1983 e 1989), o Acordo Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (ONU, 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992), as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS 1982 e 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS, 1991). Cumpre as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Legislação brasileira correlata: Código de Direitos do Consumidor, Código Civil e Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Saúde 8.080, de 19/09/90 (dispõe sobre as condições de atenção à saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes), Lei 8.142, de 28/12/90 (participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde), Decreto 99.438, de 07/08/90 (organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde), Decreto 98.830, de 15/01/90 (coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos no Brasil), Lei 8.489, de 18/11/92, e Decreto 879, de 22/07/93 (dispõem sobre retirada de tecidos, órgãos e outras partes do corpo humano com fins humanitários e científicos), Lei 8.501, de 30/11/92 (utilização de cadáver), Lei 8.974, de 05/01/95 (uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados), Lei 9.279, de 14/05/96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), e outras. (BRASIL, 2007, *online*).

Indica que foram utilizados na discussão e elaboração do texto final, os principais documentos oficiais internacionais e nacionais no que se refere à pesquisa com seres humanos. O documento final é outorgado pelo Conselho Nacional de Saúde através do Decreto n. 93933, de 14 de janeiro de 1987. Tal documento indica uma orientação precisa sobre as pesquisas realizadas com seres humanos. É uma contribuição de expressivo valor ético para os pesquisadores e cientistas envolvidos com a pesquisa.

Como discutimos, no item 1 deste capítulo, os valores, principalmente os éticos, são fundamentais para entendermos os comportamentos humanos e seus produtos de pesquisas. A resolução em destaque mostra esta direção para que os cientistas e pesquisadores possam ser norteados quanto ao processo e o resultado de suas investigações. Em outros termos, tudo que envolve a ação relativa ao homem é pautada por preocupação estrutural cujas conseqüências devem ser previstas. Antes da resolução essa idéia não era foco de discussão. O que se visualizava era o resultado. Embora, tenhamos todos os requisitos necessários para

sabermos das vantagens e prejuízos para a humanidade, com o produto de nossas pesquisas nas ciências, ainda assim, carecemos de posturas éticas durante o processo de pesquisa e o uso dos resultados advindos de tais procedimentos. É nesse sentido que destacamos a importância sem medida da Resolução 196/1996, CNS.

A intenção aqui é a de explicitar, com base nesta discussão, as contribuições que esta Resolução apresenta para a pesquisa social. Observamos que sendo o foco dela voltado para as questões da saúde, faz-se necessário refletirmos com outro olhar: o olhar das ciências sociais. E de posse dessas informações, fazer a transposição ou adaptação, ou melhor, observar e destacar as contribuições que esta resolução oferece para a pesquisa social. Para tanto, faremos uma garimpagem na Resolução n.196/1996, CNS para verificarmos alguns itens que consideramos fundamentais para a discussão em pauta.

Ainda, nos termos e definições da citada resolução, são apresentadas algumas diretrizes a serem observadas porque podem trazer prejuízos à população investigada. Assim, ao pesquisador cabe observar o “Risco da pesquisa, [ou seja], possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente” (Resolução n.196/1996, item II. 9). Significa que a responsabilidade com as questões envolvendo seres humanos é efetivamente séria. Isto é, quando a pesquisa ao ser realizada acenar para qualquer tipo de risco ao homem, o pesquisador precisa tomar a decisão responsável e competente de reverter o caminho a seguir ou até mesmo interromper a pesquisa. Sob pena de prejudicar todo o investimento feito até aquele momento. Portanto, os resultados obtidos só serão válidos eticamente se, e somente se, levar em conta o homem em primeira e última instância.

Destaca a resolução que “o sujeito da pesquisa - é o (a) participante pesquisado (a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário”. Nesse aspecto está demonstrando que o homem é o sujeito direta ou indiretamente. Quando a pesquisa requerer que os dados sejam obtidos diretamente no sujeito, ou seja, através de experimentação, cabe ao pesquisador muito mais cautela, pois o que foi dito no parágrafo anterior expressa a necessidade de competência em efetivar uma pesquisa, tendo como parâmetro a ética. No caso de pesquisas sociais, ao se obter informação do pesquisado sobre a sua realidade, a aplicação da mesma norma é

válida visto que o sujeito da pesquisa, também e principalmente, é o homem. Portanto, em ambos os casos o pesquisador é forçado, por exigência da resolução, a visualizar não só o sujeito que lhe oferece as informações, mas também, a utilização dos resultados em benefício destes sujeitos. Esta é a principal questão nessa discussão.

Outro destaque feito pela mesma resolução é a do consentimento livre e esclarecido. Estabelece que haja

[...] anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa (BRASIL, 2007, online).

Este procedimento evita que haja qualquer tipo de coação por parte do pesquisador para obter informações de qualquer natureza e nas várias situações nas quais estejam os sujeitos pesquisados. Caracteriza-se não apenas no contato com o sujeito, mas nas formas como serão visualizadas as intenções para obter informações. No aspecto ético é revelada a maneira de resguardar os direitos humanos fundamentais da liberdade do indivíduo, segundo Dallari (2004). Para ele, “[...] a pessoa, por suas características naturais, por ser dotada de inteligência, consciência e vontade, por ser mais do que uma simples porção de matéria, tem uma dignidade que a coloca acima de todas as coisas da natureza” (DALLARI, 2004, p.15). E, por essa razão, é preciso que sejam respeitadas as suas vontades e suas escolhas, bem como as suas decisões em participar ou não de uma pesquisa.

A resolução em debate apresenta como eticidade da pesquisa a observância dos aspectos:

- a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como (sic) potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);
- d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade). BRASIL, 2007, *online*).

Significa que a autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade são fundamentais para a pesquisa. Em relação à pesquisa social podemos dizer que estes aspectos também são válidos, uma vez que o objetivo deles é preservar a dignidade da pessoa humana. Ao efetivar o consentimento livre e esclarecido o pesquisador adquire maior segurança no desenvolvimento e obtenção dos dados. Isso porque há por um lado, segurança e compromisso de proteção do pesquisado quanto ao sigilo das informações e, por outro lado, há para o pesquisador uma confiabilidade das informações observadas na interação com o pesquisado. Esse trato, ou contrato entre eles, favorece a fidelidade das informações uma vez que há a aceitação de fazer parte da investigação como partícipes da pesquisa. Cabe ao pesquisador buscar, junto ao pesquisado, o que é essencial para seu trabalho investigativo. Respeitar, obviamente as questões éticas prementes nessa ação de investigar.

O aspecto referente à “[...] ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como (sic) potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos” (BRASIL, 2007, *online*) parece ser o foco principal de nossa pesquisa. O que estamos procurando desde o início de nossa investigação é saber quais benefícios são revertidos, nas pesquisas sociais, para os partícipes da pesquisa. Aqui está a chave com a qual aprofundaremos nossa discussão de maneira mais incisiva porque nos preocupa, sobremaneira, a questão da reversibilidade dos benefícios da pesquisa. Esta questão será retomada em muitos momentos de nosso trabalho, principalmente nas considerações finais. Embora, nesse momento de nossa discussão, não caiba o devido aprofundamento que merece este ponto, mas apontamos como essencial porque é fundamental para o nosso trabalho.

Outro aspecto importante é aquele que diz respeito à

[...] relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade). BRASIL, 2007, *online*).

Este aspecto demonstra que a resolução deixa bastante solta a questão da relevância social. O que significa efetivamente para a Resolução, relevância social? Parece-nos que quando se menciona essa questão faz-se necessário buscar efetivamente, os conceitos reais daquilo que se entende por social. Foi feita uma

apresentação anteriormente de que social pressupõe interação entre homens, levando-se em conta que todas as dimensões humanas, desde o nascimento, a cultura, a política, a educação, a religião, o trabalho, até a morte humana estão intimamente ligadas à questão social de sobrevivência material e intelectual do homem. Aristóteles (384-322 a.C.), Agostinho (354-430), Tomás de Aquino (1225-1274), Descartes (1596-1650), Hegel (1770-1831), Marx (1818-1883), Durkheim (1858-1917), Weber (1864-1920), e tantos outros já fizeram discussões profundas sobre esse tema. Salientamos que em todos, o ponto fundamental da discussão social é o homem.

Embora cada um destes pensadores tenha dado um foco particular de reflexão sobre o homem e o social, mas ao final todos convergem às dimensões: o homem na sociedade e a sociedade no homem, a formação do homem social e a sociedade humana. Enfim, social se refere à rede de fatos efetivamente ocorrentes ao redor do homem tanto quanto no seu espírito. Mais que isso, qual o impacto existente entre o que o homem faz de si mesmo e a sociedade faz do homem, ou o faz perceber dele mesmo tanto quanto da própria realidade social. Anteriormente apontamos a importância disso quando falamos do processo de conhecimento, destacamos aquele que é realizado pela interconexão de idéias, formando uma rede de conhecimentos.

Outro aspecto fundamental colocado nesta resolução se manifesta em “[...] respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades” (BRASIL, 2007, *online*). A amplitude de cada termo apontado deixa aberta a possibilidade de que cada pesquisador interprete segundo sua consciência o que seja, para ele, cada um destes termos. Portanto, até que ponto os pesquisadores realmente entendem a dimensão filosófica e social de cada palavra mencionada? Diante dessa reflexão podemos inferir a idéia de que cada pesquisador pode entender de maneira própria e efetivar sua pesquisa segundo sua formação e seu conhecimento. É nesse sentido que o comitê de ética em pesquisa passa a ser fundamental. Pois, por ser constituído de componentes multiprofissionais pode apontar, na análise dos projetos bem como os protocolos de pesquisas, quais são exatamente essas dimensões de valores culturais, sociais, morais, religiosos, éticos, hábitos e costumes. Enfim, a resolução apenas aponta as diretrizes a serem

observadas, mas não explicita o que é cada uma delas. Isso cabe, portanto, ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Anteriormente fizemos reflexões sobre as várias dimensões sociais e pessoais dos termos apontados neste item, pela Resolução n.196/1996, CNS. O que chama a atenção aqui é a dimensão social na qual e pela qual se estabelece a pesquisa. Mais que isso, quais os impactos para o homem, em sentido pessoal e social as pesquisas evidenciam. Se as preocupações com as pesquisas têm estas dimensões, implica necessariamente em verificar onde está o homem nesse patamar e quais os benefícios ele obterá. Acreditamos que este seja o ponto nevrálgico de nossa discussão sobre a ética e a pesquisa.

Assim sendo, é fundamental que haja uma preocupação com a possibilidade de,

[...] garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão. O projeto deve analisar as necessidades de cada um dos membros da comunidade e analisar as diferenças presentes entre eles, explicitando como será assegurado o respeito às mesmas;

- garantir o retorno dos benefícios obtidos através das pesquisas para as pessoas e as comunidades onde as mesmas forem realizadas (BRASIL, 2007, *online*).

Uma discussão sobre a resolução, que vem diretamente ao encontro da preocupação desta discussão é aquela em que o projeto de pesquisa tanto quanto o pesquisador e o comitê de ética em pesquisa pressupõem “assegurar aos sujeitos da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa”. Alguns aspectos da Resolução, como este, indicam a responsabilidade dos agentes da pesquisa em assegurar um retorno satisfatório dos projetos executados. Embora seja apontado como “retorno social” fica ainda uma indagação mencionada em parágrafos anteriores, o que se entende por social? Esta é uma tarefa para o comitê de ética em pesquisa, visto que ele é o centro de discussão para aprovar ou não a realização das pesquisas e quais os caminhos para os resultados construídos com as pesquisas. Entendendo que o papel de tal comitê faz-se premente em todo e qualquer tipo de pesquisa que envolva ser humano. Por isso, é necessário que se estabeleçam nas universidades consideradas pólos de pesquisa, essas instâncias julgadoras e avaliadores dos aspectos éticos nas pesquisas.

Quanto aos riscos e benefícios da pesquisa a Resolução estabelece que,

Não obstante os riscos potenciais, as pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando:

- A) oferecerem elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos;
- B) o risco se justifique pela importância do benefício esperado;
- C) o benefício seja maior, ou no mínimo igual, a outras alternativas já estabelecidas para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento (BRASIL, 2007, *online*).

Significa que estes aspectos apontados são fundamentais. Toda pesquisa pode trazer riscos para a população pesquisada. Cabe ao pesquisador estar atento para a realidade dela de maneira que caso haja possibilidade de riscos de qualquer ordem, ele tem a responsabilidade de fazer julgamentos morais, segundo Kant (2002), para tornar claros quais os benefícios e se são maiores do que os riscos. A lei em questão deixa bastante claro que os benefícios devem ser maiores do que os riscos. Caso o pesquisador não consiga visualizar esta idéia, a responsabilidade passa para o comitê de ética em pesquisa para, a partir de uma discussão e avaliação ética, mostrar ao pesquisador quais são os riscos e os benefícios. Ao pensarmos sobre o social ou mais precisamente sobre a pesquisa social e seus impactos, visualizando as várias dimensões humanas, atentamos para a realidade social onde política, economia, religião, enfim, a ideologia define o comportamento social do homem. E nesse comportamento, se o visualizarmos o texto da Resolução, entende-se que os riscos e benefícios são situações evidentemente complexas. O pesquisador, em determinados casos, não possui competência pessoal para solucionar os problemas sociais detectados. Cabe, todavia ao pesquisador, por força da Resolução 196/96, se não a solução definitiva dos problemas detectados pelo menos efetivar a busca, juntos aos órgãos competentes, das alternativas de soluções possíveis. Aí é que se destaca o compromisso do pesquisador em sentido ético. A devolutiva dos resultados da pesquisa direta ou indiretamente.

A Resolução descreve detalhadamente os aspectos referentes à estrutura do projeto e aos cuidados que o pesquisador precisa atentar para a apresentação, ao comitê de ética em pesquisa, do projeto. Nesse aspecto há formulários específicos e com detalhes suficientemente importantes para serem apresentados como protocolo de pesquisa.

Quando a resolução descreve sobre o sujeito da pesquisa, aponta que no projeto de pesquisa é necessário atentar para

- a) descrever as características da população a estudar: tamanho, faixa etária, sexo, cor (classificação do IBGE), estado geral de saúde, classes e grupos sociais, etc. Expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis;

- b) descrever os métodos que afetem diretamente os sujeitos da pesquisa;
- c) identificar as fontes de material de pesquisa, tais como espécimens, registros e dados a serem obtidos de seres humanos. Indicar se esse material será obtido especificamente para os propósitos da pesquisa ou se será usado para outros fins;
- d) descrever os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos. Fornecer critérios de inclusão e exclusão;
- e) apresentar o formulário ou termo de consentimento, específico para a pesquisa, para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa;
- f) descrever qualquer risco, avaliando sua possibilidade e gravidade;
- g) descrever as medidas para proteção ou minimização de qualquer risco eventual. Quando apropriado, descrever as medidas para assegurar os necessários cuidados à saúde, no caso de danos aos indivíduos. Descrever também os procedimentos para monitoramento da coleta de dados para prover a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de proteção à confidencialidade (BRASIL, 2007, *online*)

Diante desses aspectos é importante destacar que no projeto de pesquisa faz-se necessária a apresentação detalhada dos procedimentos metodológicos a serem utilizados no processo de pesquisa. Mas também, apontar outros requisitos essenciais à valorização do ser humano na totalidade física, racional, espiritual, social.

Portanto, a Resolução n.196/1996 - CNS, apesar de estar com uma lógica positivista e voltada para a questão da saúde, indica em seus meandros, vertentes que podem ser trabalhadas com propriedade pela pesquisa social. Ou seja, a pesquisa social pode estar amparada em várias diretrizes da referida Resolução e assim, fundamentar suas pesquisas nas questões éticas viabilizando os procedimentos de pesquisa sob a égide da ética na pesquisa. Mas para tanto, é fundamental que os comitês de ética em pesquisa tenham a sua especificidade nas várias áreas da pesquisa social, conforme indicadas em páginas anteriores. A pesquisa sociológica tem características próprias, tanto na fundamentação teórica quanto nos aparatos metodológicos, que podem perfeitamente estar sustentadas em uma ética cujos resultados podem ser revertidos aos sujeitos investigados. A pesquisa antropológica também pode ter os mesmos patamares éticos para sustentarem tanto as pesquisas quanto os resultados obtidos. As pesquisas desenvolvidas no serviço social, com suas especificidades, seguem o mesmo esquema destas duas. Isso porque ambas estão dentro da classificação feita como pesquisa nas ciências sociais.

A partir das definições sobre ética, moral, sociedade, indivíduo, fato social, dentre outros termos mencionados até aqui, intentamos para uma reflexão cujas respostas vêm ao encontro das perguntas básicas: O que pode ser entendido

por ética e por moral do ponto de vista da filosofia? O que é a pesquisa social e como são especificados os conceitos e os impactos deles para a ciência? Quais mecanismos ideológicos são veiculados a partir do conceito de moral social e de pesquisa social? Qual (is) a(s) ideologia(s) sustenta(m) tal pesquisa tendo como parâmetro a Resolução n.196/1996?

As respostas elaboradas para estas perguntas são de grande profundidade, por isso seria muito difícil abarcar toda a dimensão de cada uma delas. Entretanto, ao longo deste capítulo buscamos seguir um raciocínio cujo objetivo é o de descrever aspectos da pesquisa social, tendo como parâmetro a ética, a moral e a resolução citada. Mais especificamente, apresentar as características da ética na pesquisa social destacando suas implicações teóricas e práticas. Nesse sentido, focalizamos vários aspectos concernentes à discussão travada ao longo destas páginas convergindo para a questão ética na pesquisa.

Quanto ao impacto que a ética e a moral têm no contexto da formação do cidadão, discutimos que se inicia no conhecimento e incorporação pessoal e coletiva das normas reguladoras do comportamento humano. Para isso, o papel dos meios de comunicação de massa é imprescindível, visto que mediado por sua ação o homem tem acesso direto ou indireto à ideologia subjacente à linguagem utilizada nestes meios. Também discutimos que o comportamento humano é pautado pelos valores inculcados gradativamente na consciência pessoal e coletiva. Diante disso, o homem está colocado em uma rede de valores que se estabelece entre as várias dimensões humanas desde o físico, o mental, o hábito, o costume, as normas explícitas ou implícitas, o aparato econômico e financeiro da sociedade hodierna, até as várias dimensões da política, desde o domínio social até a coerção.

Esse panorama nos remete à idéia de que as ciências têm um papel também importante porque elas têm o poder de dizer qual é a verdade. E para isto a pesquisa vem auxiliá-las sobremaneira. Entretanto, faz-se necessário observar que ao falarmos em ciências temos que tomar os devidos cuidados para não colocar todos os tipos de ciências em único patamar. Há ciências puras, ciências aplicadas e ciências tecnológicas, segundo Fourez (1995).

Diante dessa discussão vimos que é importante apresentar como ilustração algumas teses realizadas pela PUC/SP e pela UNESP- campus de Franca. Primeiramente para demonstrar como as pesquisas são realizadas no serviço social, segundo para ilustrar o percurso da pesquisa social envolvendo seres

humanos e quais as suas implicações teóricas e práticas. Faremos, no próximo capítulo, uma apresentação de cada uma delas e, em seguida, demonstraremos seus elementos específicos em uma tabela.

CAPÍTULO 3
PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL

As teses defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, na PUC/SP e na UNESP/Campus de Franca foram escolhidas para esta investigação porque estão vinculadas à temática Ética e Pesquisa Social que é a preocupação que nos acompanha há anos. Outro fator importante dessa escolha é que estamos inscritos como aluno regular no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, na UNESP, campus de Franca. Essas razões facilitariam o acesso às pesquisas realizadas no Serviço Social.

Iniciamos o curso em 2005 e, na medida em que avançamos nos estudos e na pesquisa, definimos por realizar esta investigação com as teses produzidas no período de 2004-2006, principalmente porque este foi o período de avaliação pela CAPES dos programas de pós-graduação brasileiros. E, estando inseridos no contexto da formação do pesquisador social optamos por conhecer, compreender e discutir como são feitas as pesquisas nos Programas de Pós-graduações em Serviço Social. Fizemos seleção de dez teses, sendo cinco da PUC/SP e cinco da UNESP, porque estas obtiveram informações dos sujeitos que estão envolvidos na realidade social. Dessa forma, com a leitura destas teses poderíamos verificar como as pesquisas foram e são feitas nos referidos cursos destas duas grandes Universidades. E mais que isto, responder ao nosso problema de pesquisa e discutir as questões da Ética na Pesquisa Social.

3.1 Sobre as teses da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Primeiramente, para estabelecer a seleção das teses, foi feito um levantamento da quantidade de teses defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP desde a criação do doutorado, ou seja, a partir do ano de 1981, até o ano de 2006. Constatamos que foram 1127 teses defendidas neste período. Dada à quantidade de teses produzidas neste período, definimos como um dos critérios o recorte temporal compreendendo o período entre 2004-2006. Neste triênio os Programas de Pós-graduação em Serviço Social brasileiros foram avaliados pelo MEC – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES). O Programa da PUC/SP, na avaliação desse órgão, obteve nota 06 (seis). Acreditamos que estabelecido este período temos um recorte temporal viável ao processo de seleção das teses a serem trabalhadas. Mesmo assim, ainda temos um número

bastante grande de teses das quais faremos uma seleção criteriosa evitando escolha aleatória. Todavia, diante dessa constatação verificamos que há 71 teses defendidas nesse período (2004 - 2006), e que, por conseqüência, devemos estabelecer outro critério de seleção, uma vez que ainda há um número excessivo de teses.

Teses período 1981-2006	Teses período 2004-2006
1127	71

Quadro 01 – teses produzidas na PUC/SP

Em seguida, verificamos se todos os pesquisadores estavam cadastrados na Plataforma Lattes. Este critério é importante visto que nos direciona para uma seleção com a qual poderíamos identificar alguns pontos facilitadores em nossa seleção: formação, atividades profissionais, tempo de formado dentre outros. Após consultarmos o cadastro dos doutores na Plataforma Lattes encontramos um dado importante: dos 71 pesquisadores que estão registrados no site da PUC – SP, com teses defendidas no período de 2004 a 2006, verificamos que 24 não estão registrados na Plataforma Lattes.

Outro dado importante é que dos 47 doutores cadastrados na Plataforma Lattes, 40 têm graduação na área de Serviço Social em diversas instituições de ensino brasileiras e 35 têm mestrados na área de Serviço Social. Portanto, constatamos que com formação na área de Serviço Social realizada na PUC - SP são 08 graduações. Assim, temos então, 08 graduações, 31 mestrados e 47 doutorados todos realizados na PUC/SP. Isso nos possibilitou estabelecer como critério de escolha aqueles que tinham toda a sua formação desde a graduação, mestrado e doutorado na PUC - SP.

Pesquisadores registrados na Plataforma Lattes	Graduação em Serviço Social	Graduação em Serviço Social na PUC/SP	Pesquisa com envolvimento de comunidades
47	40	08	05

Quadro 02 – critério de seleção das teses

Portanto, os 08 pesquisadores registrados na Plataforma Lattes, com graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social cursados na PUC – SP foram selecionados para serem nossos sujeitos de investigação. E desses oito

pesquisadores tivemos que estabelecer outro critério para selecionarmos nossos sujeitos, tendo em vista o objetivo de nosso trabalho: tese cuja pesquisa realizou-se com envolvimento de comunidades. Ou seja, para realização da pesquisa e efetivação da escrita da tese foi necessário buscar informações com pessoas inseridas em um contexto existencial, social, coletivo. Para viabilizar este critério verificamos no site da PUC/SP os resumos das teses selecionadas. Desta maneira, ficou estabelecida a escolha de cinco teses cujos resumos nos forneceram os dados sobre o tema e os procedimentos metodológicos utilizados pelos autores.

Chegamos com estes critérios a um número razoável de teses para serem estudadas e apresentadas como ilustrações das pesquisas realizadas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Portanto escolhemos:

- 1 - TORRES, Andréa Almeida. **Para além da prisão:** experiências significativas do Serviço Social na Penitenciária Feminina da Capital/SP (1978-1983). 2005, 248 f. Tese (Doutorado em serviço social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de serviço social, 2005.
- 2 - BOURGUIGON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social.** 2005, 340 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- 3 - NOGUEIRA, Claudia Maria França Mazzei. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing. 2004, 226 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de serviço social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- 4 - BLANES, Denise Neri. **Mitos e apostas no enfrentamento da pobreza brasileira.** 2004, 207 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- 5 - BRITO, Maria Argenice de Sousa. **Platão social:** de prática institucional para serviço público de direito; contribuições para a gestão do SUAS Sistema Único de Assistência Social. 2005, 258 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de serviço social, 2005.

Assim sendo, nossos sujeitos de pesquisa estão escolhidos de forma criteriosa. Este exercício de seleção dos sujeitos tem um objetivo claro, as informações que buscamos vêm ao encontro dos objetivos da nossa pesquisa que

podem ser resumidos em verificar a devolutiva dos pesquisadores à população investigada por eles. E também para responder ao nosso problema de investigação cujo escopo é investigar os Desafios Éticos na Pesquisa Social. Pois, acreditamos que é uma postura ética do pesquisador, também na pesquisa social, fazer a devolutiva dos resultados alcançados e das teorias construídas a partir de informações obtidas na comunidade consultada.

Seguimos um esquema mental no trabalho com estas teses caracterizado em etapas: primeiro momento foi o estabelecimento dos critérios para seleção das cinco teses na PUC/SP, segundo momento localizá-las e conseguir uma cópia e em seguida lê-las. Esta leitura consistiu em fazer uma busca criteriosa e atenta das principais idéias que revelavam informações dos pesquisadores sobre as comunidades pesquisadas. O resultado de nosso estudo sobre as cinco teses estudadas é apresentado no apêndice “A”.

Tentamos ser o mais fiel possível às informações contidas nas teses. Para isso preferimos fazer uma resenha descritiva de cada uma delas. Acreditamos ter alcançado a fidedignidade em relação às idéias dos autores expressos nos seus trabalhos de pesquisa e apresentados em forma de teses. Após a leitura integral das referidas teses, elaboramos uma tabela demonstrativa indicando os principais elementos: autor, título, ano, tema, objetivo principal, método/técnica de obtenção dos dados, objeto de estudo e população investigada.

Apresentamos a seguir o resultado de nosso trabalho com as teses elaboradas pelos pesquisadores na PUC/SP. Acreditamos que esta tabela demonstre de maneira explícita a realidade investigada e apontada nas referidas teses.

**Quadro demonstrativo das teses construídas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social entre 2004 e 2006**

Autor	Título	Ano	tema	Objetivo principal	Método/Técnica de obtenção de dados	Objeto de Estudo	População investigada
Andréa Almeida Torres	Para além da prisão: experiências significativas do serviço social na penitenciária feminina da capital/SP (1978-1983).	2005	O Papel do serviço social na realidade da penitenciária feminina da Capital/SP	Apresentar as experiências significativas, críticas e inovadoras, realizadas pelo Serviço Social, entre 1978 e 1983, na Penitenciária Feminina da Capital/SP	Trabalho fundamentado na vertente teórico-metodológica hegemônica no Serviço Social : Método materialista histórico marxista Entrevistas com uma abordagem analítica e crítica no confronto entre a realidade prisional, a teoria estudada e as informações. Roteiro com 12 questões abertas para obter as informações com os três sujeitos da pesquisa.	Experiência na Penitenciária Feminina da Capital, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980	Três Assistentes Sociais: Elisabete Borgiani, Márcia Calhes Paixão e Neide Vianna Castanha
Jussara Ayres Bourguigon	A Particularidade histórica da pesquisa no serviço social	2005	Pesquisa e serviço social	Refletir sobre a particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social, bem como sobre os desafios, decorrentes desta particularidade, que se apresentam ao Serviço Social no contexto brasileiro contemporâneo	Método dialético, Entrevistas semi-estruturada	Construção do conhecimento com a pesquisa e a intervenção na realidade	Sete Assistentes Sociais pesquisadoras: Lúcia Cortes da Costa, Jussara Maria Rosa Mendes, Ana Elizabete Mota, Eunice Teresinha Fávero, Elaine Rossetti Behring, Aglair Alencar Setúbal, Aldaíza Sposati.
Cláudia Maria França Mazzei Nogueira	O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing	2005	Divisão sexual do trabalho no espaço produtivo e reprodutivo da mulher	Compreender como as mulheres têm vivenciado a dimensão dúplice de trabalho, prioritariamente no que tange a divisão sexual do trabalho no seu espaço produtivo e reprodutivo	Fundamentação teórico-metodológica na vertente Marxista. Entrevista com roteiro semi-estruturado	Papel da mulher no espaço produtivo e reprodutivo	Treze trabalhadoras de telemarketing

Autor	Título	Ano	tema	Objetivo principal	Método/Técnica de obtenção de dados	Objeto de Estudo	População investigada
Denise Neri Blanes	Mitos e apostas no enfrentamento da pobreza brasileira	2005	Enfrentamento da pobreza: transferência de renda	Analisar o grau de inclusividade das necessidades das famílias no desenvolvimento de programas de transferência de renda	O método consiste em analisar entrevistas realizadas pelos professores da pós-graduação da PUC/SP que estavam nos arquivos do programa.	Implementação dos programas de transferência de renda	Diana, Jenifer, Maria e Stefânia (zona rural) O universo de pesquisa é o conjunto de entrevistas comentadas e realizadas em 2003 pelos pesquisadores do curso de pós-graduação de Serviço Social e seus professores
Maria Argenice de Sousa Brito	Plantão social: de prática institucional para serviço público de direito: contribuições para a gestão do SUAS sistema único de assistência social	2005	Enfrentamento da pobreza no Brasil no plantão social	Analisar as características do plantão social de modo a reconhecer as rupturas e continuidades que serão exigidas para fazer a transição dessa prática talvez mais organizacional do que institucional na dinâmica do Sistema Único de Assistências Social – SUAS	Os procedimentos consistiram em investigação de caráter exploratório e qualitativo, observação participante, entrevista semi-estruturada, registro fotográfico dos locais e ambientes.	Plantão social	Profissionais envolvidos com 15 municípios: Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapevi, Itapeçerica da Serra, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista Mas também compara com uma cidade francesa Grenoble

Quadro 03 = teses da PUC/SP

3.2 Teses da universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca

3.2.1 Procedimento para seleção e escolha das teses na UNESP, campus de Franca, SP

Para estabelecer a seleção das teses elaboradas pelos pesquisadores na UNESP/campus de Franca, fizemos uma verificação da quantidade de trabalhos acadêmicos defendidos no Programa de Pós-graduação em serviço social na UNESP, campus de Franca, desde a criação do doutorado, ou seja, a partir do ano de 1992. Constatamos que foram 69 teses defendidas no período entre 1992 e 2006. Dada à quantidade de teses ser relativamente grande, definimos como critério o recorte temporal no período entre 2004-2006, visto que este é um triênio no qual o Programa de Pós-graduação no Serviço Social na UNESP, foi avaliado pelo MEC-CAPES com nota 4. Acreditamos que este período nos proporciona um recorte temporal para facilitar nosso trabalho de seleção, uma vez que são muitas teses e nas quais faríamos uma escolha criteriosa evitando assim, uma seleção de caráter aleatório. Diante dessa definição constatamos que há nesse período (2004-2006) 29 teses defendidas e que, por conseqüência, deveríamos estabelecer outro critério de seleção, uma vez que ainda temos muita tese para trabalharmos.

Teses período 1992-2006	Teses período 2004-2006
69	29

Quadro 04 – teses produzidas na UNESP/Franca

Em seguida, verificamos se os 29 pesquisadores estão cadastrados na Plataforma Lattes. Este critério nos direciona para uma seleção também criteriosa e com ela podemos identificar alguns pontos facilitadores para nossa seleção: formação, atividades profissionais, tempo de formado, dentre outros. Após verificarmos o cadastro dos doutores na Plataforma Lattes encontramos um dado significativo: dos 29 pesquisadores que estão registrados no site da UNESP, 19 têm os dados completos na Plataforma Lattes, um está com os dados incompletos e nove não estão cadastrados.

Outro dado importante é que dos 20 doutores cadastrados na Plataforma Lattes, formados pela UNESP campus de Franca, 12 têm graduação no Serviço Social e oito têm sua formação em outras áreas: direito, psicologia, ciências sociais, geografia, letras, pedagogia, administração e ciências econômicas.

Dos 19 pesquisadores cujos dados estão completos e registrados na Plataforma Lattes foram selecionados 12. Verificamos se todos eles têm formação no Serviço Social isto é, têm graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social.

Destes 12 pesquisadores, com dados completos: no período 2004-2006, cadastrados na Plataforma Lattes, com formação em Serviço Social na UNESP, campus de Franca, verificamos quais pesquisas foram realizadas com envolvimento da comunidade. Ou seja, quais pesquisas buscaram informações em comunidades e que a população contribuiu com informações para realização da tese. Diante disso, a partir de consulta nas teses que estão na biblioteca da UNESP e com a leitura dos resumos de cada uma delas, chegamos a um número de cinco pesquisadores que correspondem a todos os critérios estabelecidos.

Pesquisadores registrados na Plataforma Lattes	Pesquisadores com registros completos na Plataforma Lattes	Graduação em Serviço Social na UNESP/Franca	Pesquisa com envolvimento de comunidades
20	19	12	05

Quadro 05 – critério de seleção das teses

São eles:

- 1 - OLIVEIRA, Josiani Julião Alves de. **O Trabalho do Professor Universitário: percepções e sentimentos de assistentes sociais.** 2004. 100 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista. 2004.
- 2 - PACHECO, Edna Aparecida de Carvalho. **Movimento Social Urbano Estrela da Vitória: percepções e interpretações – 2002 – 2003.** 2004. 152 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista. 2004.
- 3 - REZENDE, Regina Maura. **Mulher, Cuidado e Felicidade: fragmentos de Autobiografia?** Franca, 2004. 240 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista. 2004.
- 4 - GIAQUETO. Adriana. **Caminhos para a Proteção Integral da Criança e do Adolescente: o caso de Franca.** 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Serviço Social).

Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista, 2004.207p.

5 – MUSTAFA, Patrícia Soraya. **Política Social:** um estudo dos programas de transferência de renda no município de são José do Rio Preto. 2005. 268 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista. 2005.

Seguindo a mesma orientação que aplicamos para a seleção das teses que utilizamos para a da PUC/SP, bem assim a mesma metodologia – o resultado de nosso estudo sobre as cinco teses estudadas é apresentado no apêndice “B”.

Apresentamos a seguir o resultado de nosso trabalho com as teses elaboradas pelos pesquisadores na UNESP/Franca. Acreditamos que esta tabela demonstre de maneira explícita a realidade investigada e apontada nas referidas teses.

Quadro demonstrativo das teses construídas na Universidade Estadual Paulista - UNESP- campus de Franca, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social entre 2004 e 2006

Autor	Título	Ano	tema	Objetivo principal	Método/Técnica de obtenção de dados	Objeto de Estudo	População investigada
Josiani Julião Alves de Oliveira	O Trabalho do professor universitário: percepções e sentimentos de assistentes sociais.	2004	O papel do professor na formação do assistente social	Identificar os elementos que permitissem mostrar, através dos relatos das assistentes sociais a importância dos professores em suas vidas	A pesquisa de campo foi realizada com assistentes sociais da região de São José do Rio Preto, através de entrevistas semi-estruturadas e avaliadas pela análise temática de conteúdo	Formação do assistente social	14 assistentes sociais todas do sexo feminino da região de São José do Rio Preto, São Paulo, que no momento da realização da coleta de dados estavam freqüentando um curso de especialização (pós-graduação, <i>lato sensu</i>) em Políticas Públicas numa instituição de ensino superior de São José do Rio Preto, a União das Faculdades dos Grandes Lagos-UNILAGO"
Edna Aparecida de Carvalho Pacheco	Movimento Social Urbano Estrela da Vitória: percepções e interpretações.,- 2002 – 2003	2004	Movimento Social	Conhecer, demonstrar, apresentar e avaliar a realidade social manifesta pelo movimento social do assentamento Estrela da Vitória na cidade de Uberaba MG.	Materialismo Histórico. Entrevistas semi-estruturadas, com gravação das falas, análise e discussão das categorias teóricas evidenciadas na trajetória da investigação e, por fim, confronto com a literatura. Categorias de análise: movimentos sociais, exclusão social, qualidade de vida, experiência de vida	Dinâmica de luta do movimento social urbano em Uberaba, MG	Três moradores: Joel, Mário e Ana Três personalidades das instâncias sociais do município de Uberaba, MG: Anderson Adauto-representante do seguimento político partidário, Pe. Alvimar Santana Bhering – representando a igreja católica de Uberaba, José Carlos Faim Bezzon – representante do curso de Arquitetura da UNIUBE. Três membros para reconstituição da história do movimento

Autor	Título	Ano	tema	Objetivo principal	Método/Técnica de obtenção de dados	Objeto de Estudo	População investigada
Regina Maura Rezende	Mulher, Cuidado e Felicidade: fragmentos de Autobiografia?	2004	O cuidador	Descortinar a realidade vivenciada pelo cuidador domiciliar, representado por familiares, em especial mulheres cuidadoras, mães, esposas e filhas de doentes mentais inseridos em processo terapêutico no Ambulatório; Buscar entender esse universo das mulheres cuidadoras, em especial, mulheres que conseguem transpor a barreira do sofrimento e adentrar nas nuances da felicidade e do prazer em estar no exercício de cuidadoras	Enfoques qualitativos "levantamento das famílias" cujas mulheres apresentam "grau de parentesco com pacientes do Ambulatório de Saúde Mental de Franca Técnica do grupo focal Entrevistas com roteiro semi-estruturado Gravador para registrar os depoimentos Análise de conteúdo Visita a uma livraria	Felicidade da cuidadora em exercer esta função	Oito cuidadoras para as entrevistas: Roberta, Sônia, Alessandra, Carolina, Renata, Patrícia, Cláudia, Márcia.
Adriana Giaqueto	Caminhos para a proteção integral da criança e do adolescente: o caso de Franca	2004	Proteção integral da criança e do adolescente	Desvelar alguns dos maiores desafios na implementação do conteúdo preconizado pelo ECA na proteção integral da criança e do adolescente em Franca, entre eles, a questão da cultura organizacional fragmentada e autoritária e a conseqüente desarticulação dos serviços; interpretações equivocadas a respeito do ECA; a escassez e recursos; a falta de exercício e experiência em avaliação de programas e projetos sociais, tanto por parte do poder público, como da sociedade civil.	Perspectiva marxista. Entrevistas semi-estruturadas gravadas e transcritas para análise.	A política de atendimento à criança e adolescente em Franca a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	Doze sujeitos: o secretário da Secretaria responsável pela área da Assistência Social; dois representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (um da sociedade civil e outro do poder público); um conselheiro Tutelar; um profissional do Fórum; com o Promotor da Infância e Juventude, com cinco representantes dos órgãos relacionados à construção e execução da política de atendimento às crianças e adolescentes de Franca.

Autor	Título	Ano	tema	Objetivo principal	Método/Técnica de obtenção de dados	Objeto de Estudo	População investigada
Patrícia Soraya Mustafa	Política Social: um estudo dos programas de transferência de renda no município de São José do Rio Preto	2005	Programas de Transferência de Renda	Realizar um estudo acerca dos Programas de Transferência de Renda elegendo especificamente o Programa Bolsa-Escola, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Agente Jovem, na cidade de São José do Rio Preto, SP.	Pesquisa bibliográfica no Brasil e na Espanha. Foram realizadas pesquisas denominadas de pesquisa quantitativa e qualitativa.	Realidade das famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda.	31 sujeitos situados no município de São José do Rio Preto.

Quadro 06 = teses da UNESP

3.3 Considerações sobre as teses

3.3.1 Retomando algumas idéias das teses da PUC/SP e das teses da UNESP/campus de Franca

Verificamos, lendo e resenhando as dez teses, que o foco principal de todas elas foi investigar situações reais vividas por sujeitos inseridos em um dado contexto social. Fizemos uma sistematização das informações a partir destas teses, de maneira que as manifestações da questão social fossem destacadas. Embora os temas sejam diversos e específicos, todos estão em sintonia quando falam de sujeitos em determinados contextos, portanto, inseridos, situados. As indagações que gostaríamos de tentar responder tendo o nosso foco da devolutividade são: quais impactos as teses trouxeram para a realidade investigada? Que contribuições teóricas e práticas foram observadas nas teses da UNESP e da PUC/SP? Qual a possibilidade de transformação da realidade objetiva está expressa nas teses?

3.3.2 Impactos das pesquisas manifestos nas teses da PUC-SP/UNESP na realidade investigada

Observamos que alguns trabalhos fizeram o caminho de buscar na teoria (bibliografia) sustentação para, depois, manter contato com a realidade onde os sujeitos estavam inseridos. Outros, com base na realidade observada na prática profissional suscitaram questões que precisavam ser respondidas; por causa disso buscaram-se as teorias para compreender e explicitar a realidade. Com isso, podemos dizer que ambas basearam-se tanto na fundamentação teórica quanto na realidade para construir o conhecimento.

Temas das teses da PUC/SP	Temas das teses da UNESP
O Papel do Serviço social na realidade da Penitenciária Feminina da Capital/SP	O papel do professor na formação do assistente social
Pesquisa e Serviço Social	Movimento Social
Divisão sexual do trabalho no espaço produtivo e reprodutivo da mulher	O cuidador
Enfrentamento da pobreza no Brasil: Transferência de renda	Proteção integral da criança e do adolescente
Enfrentamento da pobreza no Brasil no plantão social	Programas de Transferência de Renda.

Quadro 07 – Temas de pesquisa nas teses da PUC/SP e da UNESP/Franca

Podemos observar na tabela 3 que as pesquisas realizadas nesses dois programas de pós-graduação convergem para a manifestação da questão social. Dessa maneira estão vinculadas aos temas principais das Ciências Sociais. As abordagens investigativas apontam como ponto de referência o foco na situação em que o homem está inserido, ou seja, vivendo uma realidade sóciopolítica-econômica-ideológica. Por causa disso, os temas investigados têm o seu foco principal no Serviço Social visto que esta é a área escolhida nesta investigação. Nesse aspecto os temas indicam que “o papel” do assistente social está diretamente ligado ao homem nos vários contextos. As teses apontam dez temas importantes no que se refere à atuação do assistente social e descrevem os mecanismos próprios em cada atividade. Faz, por assim dizer, discussões fundadas em teorias que sustentam tais trabalhos. Mais precisamente as teses indicam nestes temas os aspectos que devem fundamentar a formação do profissional do Serviço Social: fundamentação teórica, metodológica e ética.

Analisando o impacto que as teses tiveram sobre a realidade investigada constatamos que aparentemente não houve impactos significativos no sentido de transformar a realidade investigada. A não ser aquelas em que as próprias perguntas fizeram os sujeitos pensarem e repensarem a sua realidade. Efetivamente não foi possível verificarmos, com a leitura, transformação da realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Houve, podemos dizer, uma análise consistente de todas as realidades estudadas. Nesse sentido, o impacto aconteceu principalmente para a academia porque ofereceu subsídio para a compreensão da realidade.

Cada trabalho trouxe suas implicações enquanto propostas concretas para visualizar aspectos da realidade vivida pelos sujeitos. Assim sendo, não houve uma efetiva transformação desta realidade estudada. Foram elaboradas propostas para a academia e não para a realidade objetiva dos sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, corrobora o que dissemos anteriormente que a academia, via de regra, observa a realidade, busca informações e amplia o conhecimento da realidade, mas a devolutiva geralmente não acontece. Há impactos? Sem sombra de dúvidas. O que podemos indagar é se houve efetivamente avanço na melhoria de vida dos sujeitos investigados. Para verificarmos isto deveríamos ir ao encontro dos sujeitos investigados e fazer novamente a pesquisa sobre outro foco: o que mudou em suas vidas a partir das pesquisas realizadas? Teríamos que, para responder a esta indagação, realizar outra pesquisa com objetivos outros, com foco também diferente

ao que estamos fazendo. Enfim, teríamos que fazer outra tese. Acreditamos ser possível num outro momento, quem sabe num pós-doutorado!

Assim sendo, e voltando ao nosso foco do impacto, acreditamos que houve sugestões como foi dito acima, para a academia. Entretanto, acreditamos na possibilidade de contribuição até mesmo no sentido de verificar os caminhos que os sujeitos estavam percorrendo para melhorar sua condição de vida. Algumas pesquisas, nas quais o pesquisador seguindo o caminho da vivência da realidade indo em direção a teoria para compreendê-la melhor, pode oferecer contribuições. Por exemplo, na pesquisa realizada em Uberaba, MG onde a pesquisadora enquanto orientadora de estágio fazia um trabalho no assentamento denominado “Estrela da Vitória”, houve uma contribuição efetiva com a organização de alguns aspectos de assistência aos sujeitos, juntamente com os alunos da Universidade de Uberaba enquanto estágio, não enquanto resultado de pesquisa. O problema de pesquisa surgiu na vivência dessa atividade enquanto professora e orientadora dos estagiários. A partir daí se buscou subsídios na literatura para efetivar uma compreensão mais profunda desta realidade e, conseqüentemente, realizarem uma investigação tendo como escopo a tese de doutorado.

Portanto, com a leitura cuidadosa que fizemos das teses não foi possível perceber impactos efetivos no sentido de transformação da realidade, pelos pesquisadores. Acreditamos nas possíveis hipóteses: não houve interesse por parte dos pesquisadores em efetivar a devolutiva para a comunidade investigada; mas também, podemos intentar a idéia de que não houve possibilidade de intervenção dada a exigência de construir uma tese para cumprir os requisitos da academia nos referidos cursos. Por outro lado, também, podemos aventar a idéia de que havia interesses dos pesquisadores em retornar à realidade investigada num outro momento, após a conclusão da pesquisa, para realizar a devolutiva. Podemos insinuar a idéia de que houve uma devolutiva imediata quando no momento das entrevistas, considerando o fato de que fazer as perguntas já proporciona um repensar da realidade vivida pelos sujeitos. São apenas hipóteses que pensamos, mas nada sugere a concretização de nenhuma delas. Entretanto, nenhuma delas justifica uma postura concreta e consciente do pesquisador em efetivar uma devolutiva para os sujeitos investigados no que tange a transformação da realidade observada e descrita nas referidas teses. Há, isto sim, uma questão ética

constatada: que benefícios efetivos as comunidades investigadas receberam ao fornecerem informações para a construção destas teses?

3.3.3 Contribuições teóricas e práticas verificadas nas teses da PUC/SP e da UNESP

Os objetivos das 10 teses definem quais são as contribuições teóricas e práticas manifestadas.

Objetivos nas teses da PUC/SP	Objetivos nas teses da UNESP/Franca
Apresentar as experiências significativas, críticas e inovadoras, realizadas pelo Serviço Social, entre 1978 e 1983, na Penitenciária Feminina da Capital/SP.	Identificar os elementos que permitissem mostrar, através dos relatos das assistentes sociais a importância dos professores em suas vidas.
Refletir sobre a particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social, bem como sobre os desafios, decorrentes desta particularidade, que se apresentam ao Serviço Social no contexto brasileiro contemporâneo.	Conhecer, demonstrar, apresentar e avaliar a realidade social manifesta pelo movimento social do assentamento “Estrela da Vitória” na cidade de Uberaba MG.
Compreender como as mulheres têm vivenciado a dimensão dúplice de trabalho, prioritariamente no que tange a divisão sexual do trabalho no seu espaço produtivo e reprodutivo.	- Descortinar a realidade vivenciada pelo cuidador domiciliar, representado por familiares, em especial mulheres cuidadoras, mães, esposas e filhas de doentes mentais inseridos em processo terapêutico no Ambulatório. - Buscar entender esse universo das mulheres cuidadoras, em especial, mulheres que conseguem transpor a barreira do sofrimento e adentrar nas nuances da felicidade e do prazer em estar no exercício de cuidadora.
Analisar o grau de inclusividade das necessidades das famílias no desenvolvimento de programas de transferência de renda.	Desvelar alguns dos maiores desafios relacionados à implementação do conteúdo preconizado pelo ECA quanto à proteção integral da criança e do adolescente em Franca, entre eles, a questão da cultura organizacional fragmentada e autoritária e a conseqüente desarticulação dos serviços; interpretações equivocadas a respeito do ECA; a escassez e recursos; a falta de exercício e experiência em avaliação de programas e projetos sociais, tanto por parte do poder público, como da sociedade civil.
Analisar as características do plantão social de modo a reconhecer as rupturas e continuidades que serão exigidas para fazer a transição dessa prática talvez mais organizacional do que institucional na dinâmica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	Realizar um estudo acerca dos Programas de Transferência de Renda elegendo especificamente o Programa Bolsa-Escola, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Agente Jovem, na cidade de São José do Rio Preto, SP.

Quadro 08 – Objetivos nas teses da PUC/SP e da UNESP/Franca

Observando o rol de objetivos indicados nessas pesquisas, podemos constatar que todos eles estão voltados para a academia no sentido teórico. Em nenhum deles percebemos a preocupação em oferecer algo como devolutividade. Basta observar os verbos utilizados: apresentar, refletir, compreender, analisar, identificar, conhecer, demonstrar, avaliar, descortinar, desvelar, realizar um estudo, dentre outros, para percebermos que a preocupação nas pesquisas realizadas, neste período de 2004 a 2006, tanto na UNESP – campus de Franca quanto na PUC/SP, converge efetivamente para a academia. Em outras palavras, atendem às exigências estabelecidas pela academia, apenas.

As contribuições são claras. Cada trabalho traz as suas especificidades de maneira profunda como compreensão da realidade estudada. Todas estão conforme ao padrão acadêmico exigido cientificamente numa pesquisa. Atendem às expectativas que se tem com referência a um trabalho em nível de doutorado. São profundos nas análises, consistentes nos embasamentos teóricos, claros e coerentes nos argumentos e no alcance dos objetivos. Enfim, as teses atendem ao esperado pela academia.

3.3.4 possibilidade de transformação da realidade objetiva expressas nas teses

Nas análises feitas pelos autores detectamos que todos eles são unânimes em dizer que é necessário um investimento para transformar a realidade humana e social estudada. Investimento político e econômico. É imprescindível que as políticas públicas estejam voltadas para as necessidades humanas mais prementes: sobrevivência pessoal e coletiva.

Objeto de pesquisa nas teses da PUC/SP	Objeto de pesquisa nas teses da UNESP/Franca
Experiência na Penitenciária Feminina da Capital, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980	Formação do assistente social
Construção do conhecimento com a pesquisa e a intervenção na realidade.	Dinâmica de luta do movimento social urbano na cidade de Uberaba, MG
Papel da mulher no espaço produtivo e reprodutivo	Felicidade da cuidadora em exercer esta função
Implementação dos programas de transferência de renda	A política de atendimento à criança e adolescente em Franca a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Plantão social	Realidade das famílias beneficiárias dos Programas Transferência de Renda

Quadro 09 – Objeto de pesquisa nas teses da PUC/SP e da UNESP/Franca

Estes focos demonstram que há uma preocupação do Serviço Social com a compreensão da realidade. Acreditamos que havendo esta preocupação as atividades do assistente social podem ser coroadas com a intervenção. É importante a compreensão dos meandros que constituem a realidade, a fim de programar alternativas para a classe de profissionais desta área. As contribuições podem ser explícitas nesse sentido. Compreensão das realidades para formar profissionais capazes de efetivar intervenções reais a favor do homem situado.

Acreditamos que o fato de se estudar estes temas com suas respectivas especificidades, e com os seus focos claros, pode advir daí uma preocupação em qualificar de maneira incisiva os profissionais, tanto aqueles que estão no processo

de formação quanto aqueles que efetivamente estão na atividade com a comunidade. Nesse sentido, pode haver contribuições para transformação da realidade, desde que haja um conhecimento das teorias construídas pela academia. Esta, acreditamos, é uma das tantas maneiras de fazer a devolutiva, uma vez que estabelecido o compromisso social do profissional, principalmente no Serviço Social, cujo escopo pode ser o de oferecer alternativa para a mudança da realidade de como está para melhor. Ou seja, oferecer possibilidade para o homem situado ser mais digno de viver e de sobreviver.

Portanto, as teses demonstram que é preciso repensar a ação dos agentes do serviço social bem como a sua formação profissional. Indicam os caminhos que poderiam ser efetivados para melhorar as condições dos sujeitos pesquisados. Entretanto, as teses não demonstram de maneira clara, o que os pesquisadores fizeram ou fariam no sentido de devolutividade tanto no processo de investigação quanto com os resultados destes trabalhos, uma vez que envolveram sujeitos situados em determinados contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos sobre as questões relativas às Ciências Sociais destacando alguns aspectos concernentes à Ciência Política, à Antropologia, à Sociologia e ao Serviço Social. Nosso objetivo foi o de apresentar alguns pontos dessas áreas que poderiam nos ajudar a compreender melhor a pesquisa social, dando suporte para discutirmos as questões voltadas para a ética na pesquisa social, foco desta tese. Nesse panorama de compreensão verificamos como acontece a interpretação da realidade do ponto de vista de cada uma destas faces das Ciências Sociais. Enfim, nossa intenção foi a de apresentar como acontece a pesquisa e a produção do conhecimento em cada uma das áreas específicas no trato da realidade social.

Proposição que nos deu condições de buscar nos meandros dessa compreensão os vínculos da pesquisa com as questões éticas. Este é o foco principal de nossa investigação. Acreditamos que conhecendo cada uma destas faces das Ciências Sociais podemos compreender com maior clareza as concepções da ética nelas inseridas. Para tanto, é fundamental que conheçamos o processo de formação do homem na sociedade e a concepção de sociedade inserida na consciência do homem. Pois, já afirmamos em vários parágrafos que o homem é um ser social e, por isso, suas ações são constituídas de valores elaborados socialmente. O homem constrói valores se estiver num contexto que o impulsiona a tal realização. Já se disse que o homem não é uma ilha. Ou seja, ele se humaniza na medida em que for construindo socialmente suas percepções de mundo expressas na linguagem utilizada para se comunicar. A própria linguagem é definida como sistema de símbolos convencionalmente aceito pelo grupo no qual foi criada. Assim, então, o homem é um ser social por natureza. Significa que nasce de outros humanos e cresce por causa dos outros humanos, adquire valores humanos, se constrói como humano no mundo humano. Concomitantemente a isto a sociedade vai se elaborando e se solidificando a partir de tal relacionamento.

Verificamos que nas Ciências Políticas a preocupação é compreender as interações entre os homens no contexto social e como são criados mecanismos de convivência. Nesse processo, a moral vai sendo estabelecida gradativamente porque, na própria interação humana os valores são construídos a partir de significações à realidade pessoal e coletiva, de maneira que o homem pode viver em grupo, diga-se em sociedade. Sociedade entendida como conjunto de seres humanos que se relacionam em todos os sentidos: biológico (físico) para reprodução da espécie; espiritual (racional) para preservar e construir significados e valores

essenciais à sobrevivência; político (interação) para criar mecanismos de organização para convivência entre homens; histórico (cultura) para registrar acontecimentos realizados pela interação humana como manifestação cultural impregnada de valores. Assim, o homem se manifesta nas ações realizadas no conjunto. Portanto, a preocupação nesse sentido é a de que haja uma organização social para que o homem possa viver em grupo, no grupo e para o grupo. Afinal, ele é um ser de grupo.

Com os estudos antropológicos podemos compreender o homem e suas características para diferenciá-lo dos outros seres. Afirmamos no capítulo primeiro que Antropologia é uma ciência que estuda o homem, suas produções e seu comportamento. O seu interesse está no homem como um todo - o ser biológico e o ser cultural -, preocupando-se em revelar os fatos da natureza e da cultura. Dessa maneira, é possível compreender que o homem em si mesmo é algo a ser conhecido. Suas interações, suas criações, costumes, hábitos, enfim as manifestações culturais que estão impregnadas de valores atribuídos aos objetos de sua produção.

Há também a possibilidade de compreender a dimensão humana pela Antropologia Filosófica. Esta nos proporciona condições de conhecê-lo de maneira profunda, ou seja, o que é, como vive, que significado ele atribui a si mesmo, ao outro e ao mundo. Enfim, é uma maneira de perceber o homem por dentro, não no sentido biológico, anatômico, ou fisiológico, mas no sentido racional, intelectivamente. A partir daí pode-se depreender, nas suas ações e relacionamentos, a existência das questões pertinentes aos valores orientadores das suas ações.

Com as teorias sociológicas é possível entender o homem inserido nas instituições. Como advém daí sua constituição social. São as instituições construídas historicamente pelo próprio homem que o define como ser no contexto social. Há várias instituições pelas quais ele passa e através delas vai se constituindo. A primeira delas é a família (JOSÉ FILHO; DALBERIO, 2007), depois e às vezes concomitantemente, vêm as outras: igrejas, escolas, convivência social, trabalho dentre outras. Enfim, são muitas as instituições pelas quais o homem vai efetivando relacionamentos e adquirindo valores, mecanismos de vivência e de convivência. No interior de cada uma delas há organizações próprias que definem os procedimentos para o comportamento dos seus membros. Assim, o homem se torna humano

graças às instituições constituídas ao longo da história da humanidade. Podemos então afirmar: o homem está para as instituições tanto quanto elas estão para ele no sentido de socializá-lo.

O Serviço Social nos oferece mecanismos para constatarmos a maneira pela qual o homem vê, julga e age no seu mundo social. Somente esta área nos possibilita conhecer a realidade humana nas diversas maneiras de sobrevivência. Isto porque é uma atividade que está também junto da população, conhecendo-a, na sua interação social. O Serviço Social, além de construir conhecimento teórico sobre a realidade social, freqüentemente está intervindo a favor do homem. É uma área de conhecimento que tenta compreender as dimensões e as manifestações da questão social. Por isso, está habilitada, não apenas para construir conhecimento, mas, e principalmente, para intervir nela.

Afirmamos, anteriormente, que ao Serviço Social cabe a tarefa de investigar as supostas manifestações da questão social para conhecê-la e, com esse conhecimento estabelecer mecanismos de ação. É uma das áreas que permite ver o homem situado, em suas mais profundas relações com as necessidades essenciais à sua existência e sobrevivência. O Serviço Social capacita para compreensão do homem na relação com as instituições bem como integrado num contexto sóciopolítico-econômico-cultural.

Na atuação do pesquisador do Serviço Social é fundamental observarmos que ele tem o compromisso, tanto quanto os das outras áreas das Ciências Sociais, de levar os resultados das pesquisas em favor dos homens no seu contexto existencial, portanto social. Como dissemos em vários momentos do nosso texto, é uma questão de ética. Mais precisamente, de compromisso com o humano no sentido de favorecer a compreensão da significação da realidade social e para buscar alternativas para solucionar as dificuldades vividas por eles. Assim, queremos dizer que o pesquisador tem necessariamente uma visão mais ampla sobre as dificuldades vividas pelos homens no seu cotidiano. Por esta razão, ele pode ter conhecimento dos mecanismos ideológicos, políticos, econômicos. De maneira mais precisa, saber porque a realidade está dessa ou daquela maneira e como o homem pode superar o patamar de dificuldade. Então, cabe ao pesquisador mostrar os caminhos. É responsabilidade social.

Para que o resultado das pesquisas seja revertido de maneira incisiva é necessário que o pesquisador seja formado para tal. Apontamos também no capítulo

primeiro que a construção do conhecimento nas Ciências Sociais tem uma direção: a academia. Esta percepção nos impulsiona a pensar que há necessidade de melhorar a formação dos pesquisadores para que eles possam se preocupar em reverter os resultados das pesquisas para o homem que vivencia aquele contexto de onde se obteve as informações. E que também, nessa formação haja preocupações com as questões relacionadas à ética na pesquisa. Ou seja, não há formação filosófica específica para compreender as questões da ética. Acreditamos que a Filosofia possa dar, e nos dá, subsídios amplos para percebermos as reais interpretações da moral e da ética. Evidentemente que sem Filosofia torna-se um pouco mais difícil compreender as questões éticas de forma precisa. Em outras palavras, com a filosofia é possível ultrapassar o entendimento que a ideologia divulga como ético e entender a essência precisa da ética tanto quanto da ideologia. Uma pergunta fica latente: se não há preocupação com a formação filosófica do pesquisador, como exigir dele uma postura de compreensão das implicações éticas com o resultado de suas pesquisas? Por isso, é fundamental que na formação do pesquisador social seja propiciada de maneira incisiva a formação filosófica e, conseqüentemente, discussões amplas e radicais sobre os parâmetros da ética na pesquisa.

Acreditamos que compreendendo as Ciências Sociais podemos verificar as suas contribuições de maneira significativa para o conhecimento da realidade na qual o homem está inserido. Ou seja, o que caracteriza esse contexto e quais aspectos podem apreender dele, para identificar as questões morais e fazermos incursões reflexivas sobre a moral. Principalmente, porque sem conhecer e compreender primeiramente a realidade explicitada por essas ciências não é possível fazer uma reflexão séria, levando em conta o aspecto valorativo da moral e da ética no comportamento humano. Acreditamos que somente é possível fazer um trabalho de maneira completa se o pesquisador debruçar-se na compreensão da realidade humana no contexto social. Por isso, fizemos a apresentação, no primeiro capítulo, das percepções de algumas faces das ciências sociais, na tentativa de encontrar subsídios para analisarmos de maneira mais profunda a questão básica de nossa investigação: desafios éticos da pesquisa social.

Fizemos algumas reflexões sobre os principais conceitos de ética e de moral. Com eles podemos entender que o homem é um ser de relações cotidianas. Esta obviedade nos impulsiona a responder algumas indagações a respeito do

processo de pesquisa social, visto que ele trata fundamentalmente de interação entre homens na sociedade. Assim, o que é a ética e a moral nas interações humanas em sociedade? Como podemos entender a pesquisa social sob a égide da moral e da ética? Qual (is) ideologia(s) sustenta(m) a pesquisa social? Qual fundamentação teórica sustenta a prática da moral na pesquisa social? Quais as contribuições, em sentido teórico e prático, a pesquisa social apresenta? Passaremos a discutir cada uma destas indagações, porque acreditamos que elas sejam importantes para demonstrarmos nossa percepção.

Tentamos entender que a moral se estabelece quando as normas de comportamento são manifestas para o homem viver em sua comunidade. As normas, como dissemos no capítulo dois, podem ser explícitas ou implícitas de maneira que a relação entre humanos vai sendo estabelecida para melhor viver na sua realidade existencial e social. Cada comportamento é norteado por valores construídos e aceitos de maneira passiva ou ativa. Passiva, quando não se tem consciência da existência e da presença deles, mas vive-se como se eles estivessem norteando as ações e as interações. Ativa, quando se tem consciência da presença dos atos e sabe-se com clareza julgar quais são os direitos e as responsabilidades pessoais e coletivas. Assim, moral é entendida como manifestação nos costumes, hábitos, crenças, mitos, linguagem. Enfim, o comportamento está eivado de valores constituídos durante a vida humana. Não há como definir um momento preciso em que eles foram incorporados ao pensamento e ao julgamento humanos.

Por outro lado, a ética pode ser entendida como preocupação em explicitar as razões dos comportamentos morais. A reflexão ética proporciona condições para que se possam compreender as razões que impulsionam a ação humana de uma determinada maneira. Ou seja, quais as conseqüências de cada ato tendo como escopo o social. Em outros termos, explicitar o impacto que tem a relação do homem com a sociedade e a sociedade com o homem.

Para visualizarmos de maneira clara e precisa quais valores estão presentes nos atos humanos é necessário que busquemos subsídio no aparato filosófico. Ele oferece caminhos através da reflexão ampla, profunda e radical para compreensão da sociedade e nela, o homem com o conjunto de valores manifestando as ideologias presentes nas suas interações. Assim, com a reflexão filosófica pode-se ter percepção clara dos aspectos que compõem a ética e em

decorrência disso, compreender qual o papel do homem na formação da sociedade e da sociedade na solidificação de valores para o homem.

Portanto, compreendendo os mecanismos sociais pelos quais a moral se estabelece na interação humana é possível observar, através da reflexão filosófica, os meandros da ética como ponto de partida e de chegada para a humanização. Em outras palavras, conhecer os princípios norteadores de cada ação individual com rebatimento no coletivo.

Dissemos em vários momentos desta tese que a pesquisa social é fundamental para a produção do conhecimento. E que este conhecimento tem impactos na compreensão da realidade humana. Especificamente quando este homem está na realidade social interagindo com as dimensões políticos, econômicos, ideológicos. Principalmente quando ele está sob a égide de uma ideologia capitalista que o considera um elemento na conjuntura social. Nesse sentido, é necessário fazer uma reflexão profunda sobre quais caminhos devem ser seguidos. Diante disso, é fundamental que percebamos o homem como um ser pertencente de uma vida social com conflitos de toda ordem.

Tais conflitos podem ser expressos na realidade diária de cada ser humano em sua situação real. Por um lado, há aqueles que têm todos os benefícios que o poder econômico e político lhe proporcionam. Usam dele para permanecer no posto onde está e em detrimento da maioria. Organiza mecanismos para preservarem os benéficos conseguidos a custa dos interesses próprios. Não medem esforços para preservarem as vantagens em todos os sentidos. Forjam políticas, organizam métodos de comunicação de massa, impõem suas verdades particulares como verdades definitivas. Criam e recriam ideologias para dominar.

Mas há aqueles, por outro lado, que não têm casas para habitarem, não têm comida para alimentarem-se e alimentar os filhos, não têm emprego que lhe proporciona ganhar o mínimo necessário para sua sobrevivência e a dos seus. Não têm forças suficientes para lutar pelos seus direitos, principalmente porque lhes faltam conhecimentos dos meandros do poder. Aí está instalada a crise humana e os conflitos entre aqueles que têm e aqueles que não tem. São dois lados da mesma moeda que damos o nome de sociedade.

As Ciências Sociais compreendem e sistematizam as percepções desses conflitos com suas pesquisas. Cabe ultrapassar esta produção de conhecimento. Responsabilizar-se por denunciar as desigualdades entre classes sociais, mas

também buscar alternativas para solucionar o máximo possível este problema. E se não conseguir solucionar, pelo menos amenizar as dificuldades encontradas. Este nos parece que é o grande avanço que as Ciências Sociais podem e devem fazer. Isto é uma questão de compreensão ética do ser humano na sociedade.

Entendendo ideologia como concepção de homem, de mundo e de sociedade é possível compreender que na pesquisa social ela está presente definitivamente. Mas ao mesmo tempo em que as pesquisas produzem conhecimentos baseadas em tais concepções, elas também, e freqüentemente nas Ciências Sociais, estabelecem uma crítica sobre a ideologia hegemônica. Para compreender as vertentes ideológicas que perpassam as pesquisas é necessário buscar apoio na reflexão filosófica porque ela proporciona aparato crítico. A crítica é fundamental para apontar o objetivo ou objetivos da ou das ideologias subjacentes aos interesses das pesquisas. Por isso, a importância da formação filosófica especificamente do pesquisador social demonstrada em páginas anteriores. Principalmente porque ela oferece subsídio para criticar a si mesma. E isso pode desvelar as ideologias subjacentes à produção do conhecimento.

Muito já se divulgou sobre a idéia de que as pesquisas são subsidiadas pelo poder econômico, diga-se sistema capitalista, entretanto é fundamental que compreendamos que se pode fazer uma crítica profunda e ampla sobre o destino dos resultados de tais pesquisas. É certo que há benefícios, mesmo que pouco, para a humanidade, mas há também prejuízos consideráveis para o homem em muitos aspectos. Ao falarmos em pesquisa social é fundamental que entendamos que os resultados das pesquisas nem sempre são revertidos em forma de benefícios. Por que acontece isto? Basicamente porque quem patrocina tais pesquisas tem interesses específicos e às vezes não manifestos na contratação de pesquisadores. Outras vezes, não há interesses pelos órgãos fomentadores de pesquisa porque o resultado não lhe traz, segundo o julgamento deles, contribuições financeiras e econômicas. Pelo contrário, vai instigar questões que podem demonstrar a falta de políticas sociais e públicas. Diante disso, é possível perceber quando há interesses explícitos ou implícitos nos financiamentos das pesquisas sociais.

Com esta reflexão é possível constatar que o desafio se torna maior ainda, quando tentamos explicitar as ideologias que sustentam as pesquisas nas Ciências Sociais. Visto que, se não há interesses financeiros para patrocinar as pesquisas o desafio do pesquisador nesta área vai se tornando cada vez mais

complexo. Isto manifesta que há um esforço maior para realização das pesquisas sociais quando não há interesses pelos órgãos oficiais em financiá-las.

Também não podemos nos omitir de dizer que em algumas universidades há uma preocupação importante quanto à produção de conhecimentos nesta área. Haja vista as teses produzidas nas mais diversas instituições de ensino dentro e fora do Brasil. Nas universidades há certo investimento, mesmo que pouco comparado ao que é disponibilizado às outras áreas tecnológicas. Mas independentemente da ideologia que exige produção de conhecimento, é fundamental que nas Ciências Sociais ocorra a crítica de maneira séria e contundente a esta realidade.

Portanto, há concepções de que as pesquisas sociais não trazem contribuições efetivas para o social, mas por outro lado, há concepções de que as pesquisas sociais são fundamentais para compreender os mecanismos políticos, econômicos, históricos, antropológicos, humanos enfim, sociais. E isto basta para ser motivo de investimento nesta área de produção de conhecimento, pois não se pode fazer política de Estado se não tiver conhecimento de como é a realidade social. É uma outra vertente ideológica que pode sustentar as pesquisas. Naturalmente que há interesses também aí. Cabe então ao cientista social divulgar não somente como a realidade social é, mas mostrar, e mais que isto, convencer com argumentos contundentes os patrocinadores das pesquisas, da necessidade de medidas a serem tomadas em benefício do homem inserido no contexto existencial e social. O papel do cientista social demonstra uma responsabilidade grande quando efetivamente produz conhecimento da realidade social, patrocinada ou não pelos órgãos oficiais, com interesses ou não. Cabe a ele, porque detém o conhecimento da realidade, não somente mostrar caminhos, mas principalmente, exigir das autoridades ações efetivas para minimizar as deficiências administrativas de maneira que possa satisfazer as carências humanas de sobrevivência. Tornamos a dizer, é uma questão de ética.

Assim, no aparato ideológico que sustenta e financia as pesquisas sociais, o cientista social pode intervir com as suas contribuições no sentido de melhorar as condições humanas detectadas como possibilidade de melhoria da cidadania.

É possível observar que há várias vertentes teórico-metodológicas nas diversas áreas das Ciências Sociais. Mas, todas elas buscam apoio fundamentalmente nas três grandes vertentes teóricas: o positivismo, a

fenomenologia e o materialismo histórico dialético. Acreditamos que estas dão subsídios necessários à pesquisa nas Ciências Sociais, bem como para as suas respectivas subdivisões.

O Positivismo é uma corrente sociológica cujo precursor foi o francês Augusto Comte (1798-1857). Surgiu como desenvolvimento sociológico do Iluminismo, a que se associou a afirmação social das ciências experimentais. Propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia ou a metafísica. Assim, o Positivismo, em sua versão comteana, pelo menos - associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana. Nessa perspectiva, a teoria positivista, como orientadora da ciência, elege como critério único da verdade, aquilo que pode ser comprovado através da experiência, dos fatos visíveis e positivos. Nessa concepção, surge a necessidade da prova concreta, objetiva, clara, mensurável ou quantificável para que a academia científica aprove algo como uma descoberta científica. Dessa forma, o paradigma positivista conta com o apoio da estatística para que as variáveis sejam objetivamente medidas. Contudo, a sua característica mais marcante é a visão estática, fixa e fotográfica da realidade.

A fenomenologia como estudo dos fenômenos em si mesmos, independentemente dos condicionamentos exteriores a eles, tem como finalidade apreender sua essência que é a estrutura íntima de sua significação. Na perspectiva da fenomenologia, segundo Merleau-Ponty (1971, p.5-6), tudo o que se sabe do mundo, mesmo dentro da ciência, conhece-se a partir da visão pessoal ou de uma experiência com o mundo, sem a qual os símbolos da ciência nada significariam. Assim, toda a verdade científica é construída sobre o mundo vivido, e para fazer ciência com sentido e com rigor, deve-se considerar a experiência do mundo, da qual ela é expressão. O método fenomenológico desvela o fenômeno, colocando-o a descoberto. Tal método não se limita à enumeração dos fenômenos, ou medição, como no positivismo, mas busca a interpretação para significar os sentidos menos aparentes.

Para o pesquisador fenomenológico não há fechamentos e nem sistemas concluídos, pois estar no mundo é sempre interrogá-lo. Colocam-se em destaque as percepções dos sujeitos e, sobretudo, salienta o significado que os fenômenos têm para as pessoas. Assim, “[...] o mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que vivo, sou aberto ao mundo, me comunico indubitavelmente com ele, mas não o

posso, ele é inesgotável.” (PONTY apud MASINI, 1997, p. 66). Pode-se afirmar que a fenomenologia eleva a importância do sujeito no processo de construção de conhecimentos, esclarecendo elementos culturais e os valores que explicitam o mundo vivido pelos sujeitos.

O materialismo histórico é a aplicação da teoria de Karl Marx ao estudo da evolução histórica das sociedades humanas, pela qual o modo de produção dos bens materiais condiciona a vida social, política e intelectual que, por sua vez, interage com a base material. Marx e Engels afirmam que a história de todas as sociedades do passado é a história da luta de classes. Nesse sentido, no decorrer do processo histórico, as relações econômicas evoluíram segundo uma contínua luta dialética entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores espoliados e explorados.

O pesquisador que adere à matriz epistêmica do materialismo histórico dialético deve ter presente, na sua visão de mundo, uma concepção dialética da realidade natural, social. Seu pensamento está direcionado para a materialidade dos fenômenos que são possíveis de se conhecer. Deve estar convencido de que existe uma realidade objetiva fora da consciência e que esta consciência é um produto resultado da evolução do material, o que significa que para o marxismo a matéria é o princípio primeiro e a consciência é o aspecto secundário, o derivado.

As pesquisas orientadas pelo método dialético revelam a historicidade do fenômeno e suas relações. Em nível mais amplo situam o problema dentro de um contexto complexo, e, ao mesmo tempo, estabelece e aponta as contradições possíveis dentre os fenômenos investigados. Assim, aguça-se o vigor analítico das teorias críticas, denunciando as desigualdades subjacentes a essa ilusão igualitária. No materialismo histórico o pesquisador está marcado pela realidade social. Pode-se dizer que toda observação está subsidiada por uma teoria e o texto (relatório final da pesquisa) não escapa a uma posição no contexto social, político, econômico e ideológico. Significa que a objetividade está delimitada pelo comprometimento do sujeito com sua realidade circundante.

Diante do exposto, podemos enfim dizer que estas três vertentes trazem suas contribuições para a compreensão da realidade. Os cientistas sociais fazem uso delas em conjunto ou separadamente para adentrar na essência da realidade social. Cada olhar sobre a realidade social pode fazer uso de uma delas para observar alguns pontos fundamentais da manifestação social. É verdade que alguns

cientistas definem uma delas como maneira de ver, julgar e agir na realidade e tenta rechaçar as outras. Entretanto, acreditamos que independe do procedimento teórico-metodológico para ler a realidade, o que importa mesmo é que a realidade seja lida, interpretada e transformada em benefício do homem, considerando-o cidadão.

Retomando o perfil de discussão que fizemos até este momento, podemos afirmar que as pesquisas nas Ciências Sociais, sob o apoio da Filosofia podem demonstrar que o resultado tem uma direção: o cidadão situado em sua realidade existencial e social. Esta é a principal contribuição que as pesquisas podem oferecer. Entretanto, é fundamental que indiquemos pontualmente em quais situações podem contribuir. É isso que tentaremos fazer nos próximos parágrafos.

Quando entendemos por moral o conjunto de valores que definem o comportamento das pessoas em grupo (denominado de comunidade, sociedade) queremos dizer que tais valores podem estar vinculados a uma ou a várias ideologias. As pesquisas sociais podem demonstrar ou mais precisamente, desvelar o significado desta realidade onde o homem está, apontando caminhos para as possíveis melhoras das condições de vida do cidadão. As pesquisas sociais, portanto, têm o poder da crítica quando amparadas na filosofia e por isto está apta para uma análise mais abrangente sobre as contribuições que podem ser socializadas.

As contribuições perpassam o emaranhado de idéias que as ideologias divulgam, porque há possibilidade através da pesquisa social de desfazer os nós da alienação da consciência que ofusca a percepção da realidade, oferecendo uma visão de maneira ingênua como se fosse uma visão revolucionária. Este papel de despertar nos homens a sua busca por melhores condições de sobrevivência é ponto fundamental que a ética exige. É, por consequência, responsabilidade do pesquisador ter esta visão como compromisso social.

Quando indicamos que o destino do resultado das pesquisas deve estar a serviço da humanidade, tentamos dizer que a produção científica nem sempre está cumprindo esta tarefa. Principalmente nas Ciências Sociais, nas quais as pesquisas tratam da realidade social como ponto de referência para elaboração das teorias, a devolutiva é mais premente. Qual devolutiva pode ser efetiva? Se entendermos que as pesquisas detectam uma dificuldade de sobrevivência do homem, numa determinada realidade, é responsabilidade e, mais que isso, compromisso social do pesquisador oferecer alternativas de solução. Estamos entendendo essa ação como

postura ética porque há valores humanos em jogo nessa constatação. São princípios que orientam a vida da pessoa individual e social. Estes princípios devem ser preservados a todo custo. Ou seja, o princípio do direito à vida digna. Nesse sentido, cabe ao pesquisador, porque é detentor do conhecimento das possíveis alternativas para a mudança da realidade, buscar mecanismos imprescindíveis à vida real do homem (ou comunidade) em situação de risco. Também é uma postura ética oferecer os possíveis caminhos.

A devolutiva pode acontecer em várias situações, dependendo o tipo de realidade social estudada. O importante neste caso é que o pesquisador esteja atento de que é seu dever e compromisso fazer algo de transformador da realidade detectada como problemática. Em cada situação investigada há alternativas com possibilidades de devolutividade dos resultados das pesquisas. Acreditamos que este ponto é nevrálgico quando pensamos nas pesquisas de caráter social. A ética deve perpassar o entendimento teórico-metodológico nas pesquisas. Dessa maneira, manifestar quais as possibilidades de soluções para problemas reais. Enfim, demonstrar melhorias cabíveis nas condições de vida do homem inserido na realidade social.

Constatamos, com fundamento no trabalho exaustivo que fizemos nas leituras das teses produzidas nos programas de pós-graduação nessas instituições, que as pesquisas estão representando aspectos da questão social investigada nas Ciências Sociais. Isso demonstra que cada uma com suas especificidades, suas fundamentações teóricas, seus focos, seus objetivos, seus métodos e procedimentos para obtenção dos dados atende às exigências científicas. E por isto, os seus resultados revelam produção científica significativa da realidade estudada.

Os temas debatidos nas teses revelam facetas da expressão da questão social. Nesse sentido, demonstram que há uma necessidade premente de efetivação de direitos humanos. Se olharmos os títulos delas, teremos um panorama que nos indica as principais atividades que o profissional do Serviço Social realiza, bem como revela a preocupação em produzir conhecimentos nas pesquisas dessa área.

Títulos das teses da PUC/SP	Títulos das teses da UNESP/Franca
Para além da prisão: experiências significativas do serviço social na penitenciária feminina da capital/SP (1978-1983)	O trabalho do professor universitário: percepções e sentimentos de assistentes sociais.
Particularidade histórica da pesquisa no serviço social	Movimento social urbano Estrela da Vitória: percepções e interpretações – 2002 – 2003.
O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing	Mulher, cuidado e felicidade: fragmentos de autobiografia?
Mitos e apostas no enfrentamento da pobreza brasileira	Caminhos para a proteção integral da criança e do adolescente: o caso de Franca.
Platão social: de prática institucional para serviço público de direito; contribuições para a gestão do SUAS Sistema Único de Assistência Social	Política social: um estudo dos programas de transferência de renda no município de São José do Rio Preto

Quadro 10 – Títulos das teses da PUC/SP e da UNESP/Franca

Os títulos revelam a preocupação do profissional do Serviço Social com a expressão da questão social. Isto se justifica pelo fato de que todos os pesquisadores selecionados, para esta investigação, têm sua formação no Serviço Social. Esse fato demonstra que as pesquisas discutem aspectos relevantes do cotidiano do homem no seu contexto. Isto é, na PUC/SP destacam-se: realidade da prisão, pesquisa no Serviço Social, trabalho feminino duplicado, enfrentamento da pobreza, plantão social. Enquanto que na UNESP a preocupação está voltada para: trabalho do professor universitário, movimentos social e urbano, a realidade da mulher, proteção integral da criança e do adolescente e política social. Embora haja conhecimentos de que cada programa de pós-graduação tenha as suas especificidades, ambos discutem a questão social envolvendo o homem. Daí a nossa preocupação em saber como os pesquisadores, dado o resultado das pesquisas, efetivaram devolutividade.

Nas teses não é apresentada de maneira explícita a preocupação com a devolutividade dos resultados das pesquisas. Seguiram os trâmites e as exigências acadêmicas. Constatamos na resolução 196/1996-CNS, que as pesquisas devem comportar uma socialização dos resultados e isso não aparece nas teses. Os objetivos nelas expressos demonstram claramente a postura dos pesquisadores, a direção bem como a preocupação com os resultados das pesquisas. Os pressupostos da resolução citada, em linhas anteriores, dizem que a postura ética a ser assumida pelo pesquisador é a de que haja benefícios para os sujeitos partícipes da pesquisa.

Constatamos a inexistência dessa preocupação nas teses. Por isso, podemos pensar que não houve por parte desses pesquisadores, interesse em devolutividade, que também não houve tempo hábil para efetivar a devolutiva, mas

por outro lado, podemos pensar que houve interesse em retornar à população investigada para socialização dos resultados, após a conclusão da pesquisa. Efetivamente não pudemos através da leitura das teses constatar nenhuma dessas conjecturas. O certo é que não houve sinalização nesse sentido.

Para validar nossas preocupações entramos em contato com os pesquisadores por intermédio da internet e solicitamos informações sobre a devolutividade do resultado das pesquisas. Alguns nos informaram que houve uma devolutiva, no momento mesmo da entrevista, no sentido de orientação profissional com esclarecimentos de alternativas para melhorar a condição de vida. Um dos pesquisador realizou a devolutiva escrita, em forma de livro. A tese foi editada e cada sujeito partícipe da pesquisa recebeu um exemplar para conhecer o resultado da pesquisa. Ele nos diz:

No caso do meu trabalho houve sim uma devolutiva às teleoperadoras que ainda estavam na empresa. Como consta na minha tese a rotatividade (turnover) é muito acentuada. Não foi realizado nenhum encontro formal, mas como a tese foi publicada (O Trabalho Duplicado - Editora Expressão Popular, SP, 2006), eu enviei um exemplar para cada uma das entrevistadas. Obtendo o retorno delas por e-mail. (mensagem recebida por e-mail em 22 out. 2008)

Houve, por parte de outro pesquisador, uma devolutiva organizada, isto é, um encontro de uma manhã com uma palestra e logo em seguida, conversa com os sujeitos que participaram da pesquisa. Compareceram cerca de 30 pessoas para essa reunião. Este pesquisador nos informou:

Eu realizei um reunião de uma manhã toda em Rio Preto, a fim de dar uma devolutiva da pesquisa aos profissionais da Secretaria da Assistência Social de lá, uma vez que os mesmos trabalhavam com os programas de transferência de renda analisados e, me pareceu importante que eles soubessem do resultado. Convidei algumas famílias pesquisadas, também, mas elas não puderam participar. Os dados quantitativos foram colhidos nesta secretaria, também, com autorização da secretária responsável. A apresentação foi interessante e houve um debate profícuo. Havia mais ou menos 30 pessoas. (mensagem recebida por e-mail em 22 out. 2008)

Outro ainda, manifesta que houve uma devolutiva dos resultados como sugestão de manutenção do espaço de pesquisa como espaço de intervenção profissional e, sugere também, a manutenção do estágio para formação dos futuros profissionais. Ele nos diz que

[...] a devolutiva pretendida estabeleceu o informe dos resultados para a instituição (a universidade) sugerindo a manutenção do espaço de pesquisa (o movimento social) como espaço de intervenção profissional e conseqüentemente, espaço privilegiado de estágio obrigatório para os

discentes do curso de serviço social. No entanto, não se materializou. (Mensagem recebida por e-mail em 24 out. 2008).

Outro pesquisador nos enviou resposta a nossa indagação sobre a devolutividade do resultado da pesquisa para a comunidade investigada, dizendo que: “[...] em resposta a sua mensagem, gostaria de informar que em relação a minha Tese de Doutorado, dei uma devolutiva de seus resultados, através de reunião realizada com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.” (Mensagem recebida por e-mail em 31 out. 2008)

Diante dessas informações verificamos que houve sim, uma preocupação pessoal dos pesquisadores com a devolutividade, embora não estejam explícitas nas teses.

Constatamos que as teses são compostas de fundamentação teórica e aparato metodológico consistentes. As pesquisas utilizaram na sua maioria, do procedimento metodológico na vertente materialista-histórico-dialética. (Quadros 03 e 06). Isso se justifica pelo fato de que esta vertente é hegemônica no Serviço Social. Mas também, há utilização de métodos qualitativos e quantitativos com entrevistas gravadas para análise de discurso. Assim, nos parece que houve na utilização dos métodos uma diversificação de procedimentos por alguns pesquisadores, um ecletismo metodológico. Embora haja uma predominância teórica do marxismo, a utilização dos procedimentos para obtenção dos dados foi diversificada e às vezes contraditória. Ou seja, fazendo uso do método fenomenológico e do positivista ao mesmo tempo para obtenção e análise dos dados (apêndice B.5). Algumas pesquisas acionaram fundamentação teórica, métodos e procedimentos que parecem contraditórios para obtenção e análise dos dados. Entretanto, produziram um conhecimento científico para atender às exigências acadêmicas dos Programas de Pós-graduação nas respectivas instituições.

As teses demonstram que os temas investigados estão em sintonia com a questão social também estudada pelas Ciências Sociais. Significa que as pesquisas atendem aos parâmetros teóricos e metodológicos desta área e que produzem conhecimentos efetivos. Estão alinhados com as principais preocupações da academia manifestas na PUC/SP e na UNESP/Franca. Nesse sentido, os programas de pós-graduação nestas instituições têm a mesma direção. Eles formam os seus

pesquisadores cada um com foco diverso, mas convergindo para o principal ponto de referência: compreensão do homem no social e do social no homem.

As teses trazem contribuições imprescindíveis para a compreensão da realidade humana e social do ponto de vista teórico e prático. Por causa disso revelam que a formação do pesquisador social está efetivada e que é significativa. Em outros termos, há uma formação acadêmica para atender as demandas sociais.

Acreditamos ter atendido plenamente ao nosso intuito de descrever de maneira precisa as implicações éticas para a pesquisa social. Isto se justifica pelo fato de que, na pesquisa social, a questão ética é fundamental porque trata de refletir aspectos morais vividos pelo homem no seu cotidiano.

Constatamos que a concepção de ética ainda precisa ser efetivamente trabalhada na academia, principalmente na formação do pesquisador social. Esta concepção pode ser entendida enquanto compromisso social do pesquisador pela socialização do resultado da sua investigação. O resultado das pesquisas não pode ficar apenas nas prateleiras das bibliotecas, mas retornar em forma de realizações para a comunidade. Não necessariamente aquela que ofereceu informações para a efetivação da pesquisa, mas para o homem inserido num contexto social de maneira que possa melhorar sua condição de vida, como cidadão. É uma questão de observar os princípios filosóficos que sustentam a concepção de homem, de mundo e de sociedade que se trabalha nas academias. A ética, portanto, pode ser entendida enquanto aquela que proporciona conhecer, analisar e sugerir alternativas possíveis de transformação da realidade social contribuindo para a melhoria de existência e de sobrevivência humana.

Enfim, o grande desafio da ética na pesquisa social implica em valorizar o homem singular, individualmente, tendo em vista o coletivo em sua genericidade. Isso implica em demonstrar de maneira clara e precisa que o homem situado é um ser de relações e que estas relações podem facilitar a melhoria da sua dinâmica existencial. Demonstrar que a vida do homem pode ser melhor e que suas expectativas revelam um patamar de valores pessoais e coletivos adscritos na humanidade. Portanto, o desafio é mostrar como o homem pode em essência, ser e viver melhor, bem como desvelar a realidade na qual se insere, revelando as possíveis manifestações morais vividas pela sociedade.

Para tanto, é fundamental que o pesquisador social esteja atento às orientações do Conselho Nacional de Pesquisa, e principalmente, que os Comitês

de Ética em Pesquisa sejam avivados de maneira a avaliarem os impactos das pesquisas envolvendo seres humanos. Diante disso, afirmamos que ao pesquisador cabe fazer as ponderações cabíveis entre os riscos e os benefícios, tanto atuais quanto potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos. O que estamos defendendo desde o início de nossa investigação é que os resultados das pesquisas sociais sejam revertidos em benefícios reais para situações reais principalmente, para os partícipes da pesquisa. Aqui está a chave de nossa discussão porque nos preocupa, sobremaneira, a questão da devolutividade dos benefícios da pesquisa.

Outro aspecto fundamental, inspirados na Resolução 196/1996-CNS, se expressa como compromisso do pesquisador, principalmente o pesquisador social. Nesse aspecto ele deve “respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades”.

Finalmente, esta tese demonstra que o compromisso do pesquisador social foi destacado de maneira clara, precisa e incisiva, sob vários aspectos em muitos momentos deste texto. Assim sendo, acreditamos ter explicitado de maneira objetiva que permanecem ainda **Os desafios éticos da pesquisa social**.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Maurice Cunio. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ALTHRUSSEER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ÁREAS de estudo em antropologia. Online. Wikipédia, a biblioteca livre. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81reas_de_estudo_em_Antropologia>. Acesso em 12 set. 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro; Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Pensadores. V.II).

ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. A Perspectiva Sociológica: O homem na sociedade. In: BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 7.ed. Petrópolis:Vozes, 1986. (Antropologia 1).

BITTAR, E.C.B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social**. Barueri, SP:Manole, 2004.

BLANES, D. N. **Mitos e Apostas no Enfrentamento da Pobreza Brasileira**. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de serviço social. Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2004.

BOFF, L. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURGUIGON, J. A. **A Particularidade Histórica da Pesquisa no Serviço Social**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.

BRASIL . MINISTÉRIO DA SAÚDE – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). **Manual Operacional para Comitê de Ética em Pesquisa**. 2002.

_____. Ministério da educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da educação. resolução n. 15, 13 mar. 2002. Disponível em <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2007.

_____. Ministério da saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196/96. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/comissao/eticapesq.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

_____. Ministério do trabalho e da ação social. Código de Brasileiro de Ocupações – CBO/2002. Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=2511-15>>. Acesso em: 13/06/2007.

_____. Ministério do trabalho e emprego. cbo. Online. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=2511-15>>. Acesso em: 13 jun. 2007.

BRITO, M. A. S. **Platão social**: de prática institucional para serviço público de direito; contribuições para a gestão do SUAS Sistema Único de Assistência Social. 2005. 258 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005. 258 p.

CAPORALI, R. **Ética e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999. (Educação em Diálogo, v. 1).

CARNEIRO, F. (Org.). A moralidade dos atos científicos: questões emergentes da experiência dos comitês de ética em pesquisa envolvendo seres humanos. In: **I Seminário**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

CARVALHO, M. C. M. (Org.). **Metodologia Científica** : fundamentos e técnicas – construindo o saber. 3.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

CASSIRER, E. **Antropologia filosófica**. Tradução de Dr. Vicente Felix de Queiroz. 2. ed. SP: Mestre Jou, 1977.

CFESS, Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social resolução nº 15, de 13 de março de 2002. online. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2007).

CHALMERS, A. **A Fabricação da ciência**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: UNESP, 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CIÊNCIAS, online. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciencias>>. Acesso em 25 mai. 2007.

COMPARATO, F.K. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

COSTA, J. F. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DALBERIO, O. Incursão reflexiva sobre filosofia. Home Page Filosofia Clínica, disponível em < www.filosofiaclinica.com.br>. Porto Alegre, RS, v. 01, n. 01, p. 01-06, 2005.

DALBERIO, O. ; JOSÉ FILHO, Mario . Sobre o corpo é o próprio corpo que deve falar. **Información filosófica**, ITALIA, v. III, n. 1, p. 59-65, 2006.

_____. Existencialidade e essencialidade do homem. Online 2003. disponível em <www.filosofiaclinica.com.br>. Acesso em: 10 mar.2007.

_____. Método ou metodologia? uma discussão epistemológica nos percalços das ciências. Rev. **Serviço social e realidade**. Franca 13(2) p.29-53. 2004 (a). ISSN 1413-4233.

_____. **Metodologia científica**: construção e apresentação de trabalhos acadêmicos, científicos e de projeto de pesquisa. 3. ed. Uberaba:Vitória, 2004 (b).

DALL'AGNOL, D. **Bioética**: princípios morais e aplicações. Rio de Janeiro: DP7A, 2004.

DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Direitos humanos e cidadania**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DAMIANO, E. **L'Insegnante Etico**: saggio sull'insegnamento come professione morale. Assisi, Italia: Cittadella Editrice, 2007.

DEJOURS, C. **A Banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Manjardim. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DEMO, P. **Éticas multiculturais**: sobre convivência humana possível. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Introdução à metodologia da ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Pesquisa e informação qualitativa**. Aportes metodológicos. Campinas: Papyrus, 2001.

DINIZ, D.; GUILHEM, D.; SCHUKLENK, U. (Orgs). **Ética na pesquisa**: experiência de treinamento em países sul-africanos. Tradução de Ana Terra Mejia, Débora Diniz e Lara de Paula. Brasília: Editora UnB; Letras e livros, 2005.

CFESS - Diretrizes curriculares para os cursos de serviço social. resolução nº 15, de 13 mar. 2002. Online. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2007.

DRANE, J.; PESSINI, L. **Bioética, medicina e tecnologia**: desafios éticos na fronteira do conhecimento humano. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Centro Universitário São Camilo; Loyola, 2005.

DUARTE JUNIOR, J-F. **O Que é realidade**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense,1989. (Primeiros Passos, 115).

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DURKHEIM, É. **Ética e sociologia da moral**. Tradução de Paulo Castanheira. 2.ed. São Paulo: Landy, 2006.

DUSSEL, E. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M.E. Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ECO, U. **Cinco escritos morais**. Trad. Eliana Aguiar. 7.ed. Rio de Janeiro; São Paulo, Record, 2006.

FATO social. Online. Wikipedia, a biblioteca livre. Online. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fato_social>. Acesso em: 03 jun. 2007.

FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez,1997.

FERREIRA, A. B.H. **Novo aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

FOUREZ, G. **A Construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: UNESP,1995.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FURROW, D. **Ética**: conceitos-chave em filosofia. Tradução de Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GALLIANO, A. G. **Introdução à sociologia**. São Paulo : Harper & Row do Brasil, 1981.

GAMBOA, S.S. **Epistemologia da pesquisa em educação**. 1996. 180 f. Dissertação (dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de educação. Universidade estadual de Campinas (UNICAMP). 1996.

GIAQUETO, Adriana. **Caminhos para a Proteção Integral da Criança e do Adolescente**: o caso de Franca. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista, 2004.207p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GRUPO. Wikipedia, a biblioteca livre. Online. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_%28Sociologia%29>. Acesso em 26 mai. 2007

GONDIN, J.R. Bioética/beneficência. 1998. Online. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/bioetica/benefic.htm>> . Acesso em: 15 jun. 2007

_____. Bioética/justiça. 1998. Online. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/bioetica/justica.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2007

HEGENBERG, L. **Saber de e saber que**: alicerces da racionalidade. Petrópolis: Vozes, 2002.

HERMANN, N. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Tradução de Dr. Antonio Correia. 8.ed. Coimbra-Portugal: Armênio amado, 1987.

HUBERMAN, L. **Historia da riqueza do homem**. 21.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1987. 340 p.

HUME, D. Investigação acerca do entendimento humano. tradução de Anoar Aiex. Edição ACRÓPOLIS. Versão para e-Book disponível em: <<http://www.eBooksBrasil.com.br.egroups.com/group/acropolis>>. Acesso em: 18 fev. 2007

ITALIA, geografia. Online. Wikipedia, a biblioteca livre. Disponível em:
<<http://www.wikipedia.org/wiki/Italia#Geografia>>. Acesso em: 28 jun. 2008.

JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. SP: Martins Fontes, 2001.

JAPIASSU, H. **O Mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

JOSÉ FILHO, M; DALBERIO, O. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca, SP: UNES-FHDSS, 2006. 144 p.

_____. **Família**: conjuntura, organização e desenvolvimento. Franca: ed. UNESP, 2007. 160 p.

JULIA, D. **Dicionário da filosofia**. Tradução de José Américo da Motta Pessanha. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1969.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. Tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Claret, 2002. (Obra Prima de Cada Autor).

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento científico**. Tradução de Márico Ramalho. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva. 1996.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artimed, 2006.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito Antropológico. 11.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LASTÓRIA, L. A. C. N.; COSTA, B.C.G.da; PUCCI, B. (Orgs). **Teoria crítica, ética e educação**. Piracicaba: Editora UNIMEP; Campinas: Autores associados, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

LECALDIO, E. **Un'etica senza dio**. Bari, Italia:Laterza, 2008.

LEHFELD, N. A.S. Introdução in: JOSÉ FILHO,M.; DALBERIO,O. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: UNESP, 2004.

LISTA de sociólogos. Online. Wikipedia, a biblioteca livre. Online. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_sociologos>. Acesso em: 05 out. 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EDU, 1986.

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARTINI, C. M. **Viagem pelo vocabulário da ética**. Tradução de Mário Santos. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. **Viaggio nel vocabolario dell'etica**. Roma, Itália: Edizioni Piemme, 1993.

MARTINO, N. **Antropologia culturale**: evoluzione storica, tradizioni nazionali, correnti e protagonisti, pratica etnografica e ricerche sul campo, antropologia culturale e sociale, individuo e società, statica e dinamica sociale, antropologia della contemporaneità. Milano, Itália: AVALLARDI, 2008.

MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. **A Pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. SP: Moraes; EDUC-Editora da PUC-SP:1989.

MARTINS, L. H.S. **Sociedade, Estado e organizações não governamentais**. FRANCA/SP, 2004. 360 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista, 2004.

MASINI, E.F.S. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MERLEAU-PONTY, R. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MINAYO, M. C.S. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

_____. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. (Col. Temas Sociais).

MORAIS, R. **Estudos de filosofia da cultura**. São Paulo: Loyola, 1992.

MULLER, M. Epistemologia e dialética, in: **cadernos de história e filosofia da ciência**. Campinas: CLE-UNICAMP, 7 (1984), 5-19.

MUSTAFA, O. S. **Construindo a cidadania**: uma análise do programa resgatando a cidadania. São José do Rio Preto; Franca: Editora da UNESP, 2003.

MUSTAFA, Patrícia Soraya. **Política social**: um estudo dos programas de transferência de renda no município de São José do Rio Preto. 2005. 268 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de história, direito e serviço social, universidade estadual paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2005.

NOGUEIRA, C. M. F. M. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing. 2005. 226 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de serviço social, pontifícia universidade católica de São Paulo. 2005.

NOVAES, A. (Org.). **Ética**. São Paulo: Cia das Letras; Secretaria municipal de cultura de São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, A. O. **Ética e práxis histórica**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, J. J. A. **O trabalho do professor universitário**: percepções e sentimentos de assistentes sociais. 2004. 101 f. Tese (Doutorado em serviço social) faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista "Júlio de Mesquita Filho". 2004.

OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PACHECO, Edna Aparecida de Carvalho. **Movimentos sociais urbanos, estrela da Vitória**: percepções e interpretações (2002 -2003). 2004. 152 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade estadual paulista "Julio de Mesquita Filho", 2004.

PACKTER, L. **Semiouse**: aspectos traduzíveis em clínica. Fortaleza: Gráfica e Editora Fortaleza, 2004. 100p.

PAGANI, A. **Teoria e ricerca nella scienza sociale**: antologia di scienza sociali. Bologna, Italia: Società Editrice il Mulino, 1960.

PEGORARO, O. **Ética**: dos maiores mestres através da história. Petrópolis: Vozes, 2006.

PINTO, Á. V. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RACHELS, J. **Os elementos da filosofia moral**. Trad. Roberto Cavallari Filho. 4.ed. Barueri,SP: Manole, 2006.

REZENDE, R. M. **Mulher, cuidado e felicidade: fragmentos de autobiografias?**. 2004. 240 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2004.

RICOEUR, P. **Ética e morale**. trad. Ilario Bertonletti. Breschia, Itália: Marcelliana, 2007.

RONCA, P.A.; TERZI, C.A. **A prova operatória**: contribuições da psicologia do desenvolvimento. 10. ed. São Paulo: Editora do Instituto Esplan, 1991.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RUARO, G. **Guida illustrata della città pianta del centro storico e della provincia Trieste**. Trieste, Italia: Edizione Italo Svevo, 2008.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SCALFARI, E. **Alla ricerca della morale perduta**. Milano, Italia: Viola, 1995.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, V. G. Antropologia. Disponível em:
<<http://www.fflch.usp.br/da/vagner/index.html>>. Acesso em: 12 set. 2007.

STATISTICA. Online. Disponível em: <<http://www.governo.it/statistica>>. Acesso em: 28 jun. 2008.

STATERA, G. **Problemi della sociologia**. Palermo, Itália: Palumbo, 1978.

STATERA, G.; BENTIVEGNA, S.; MORCELLINI, M. **Crescere com lo spot**: pubblicità televisiva e socializzazione infantile. Torino, Itália: Nuova Eri, 1992.

TORRES, A. A. **Para além da prisão**: experiências significativas do Serviço Social na Penitenciária Feminina da Capital/SP (1978-1983). 2005. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2005.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências social**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Tradução de doutorandos do programa de pós-graduação em filosofia da universidade do Rio Grande do Sul. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

UNIVERSITÀ degli studio di Trieste. Disponível em:
<<http://scfor2s.univ.trieste.it/scfor/docwww/>>. Acesso em: 28 jun. 2008

VALORES, Wikipedia, a biblioteca livre. Online. Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Valores>>. Acesso em: 03 jun. 2007.

VALASCO. **Ética do discurso Apel Habermas**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2001.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. tradução de João Dell'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: 2006.

VEGA, S. **Ética e política**: i dilemmi del pluralismo:democrazia reale e democrazia possibile. Milano, Italia: Garzanti, 1989.

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidades**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2005. 2v.

WILLIAMS, B. **Moral**: uma introdução à ética. Tradução de Remo Mannarino Filho, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZAJDSZNAJDER, L. **Ética, estratégia e comunicação**: na passagem da modernidade à pós-modernidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

APÊNDICE “A”

TESES DA PONTIFÍCIA UNIVESIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC/SP)

**TESES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE SÃO PAULO (PUC/SP)**

A.1 Primeira tese

TORRES, Andréa Almeida. **Para além da prisão: experiências significativas do Serviço Social na Penitenciária Feminina da Capital/SP (1978-1983)**. 2005, 248 f. Tese (Doutorado em serviço social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de serviço social, 2005.

Na Introdução a autora descreve os objetivos, o tema e os procedimentos metodológicos do trabalho. Indica que o principal objetivo a ser alcançado é: “apresentar as experiências significativas, críticas e inovadoras, realizadas pelo Serviço Social, entre 1978 e 1983, na Penitenciária Feminina da Capital/SP”. Em seguida, explicita as razões e o percurso da problemática de investigação, quando surgiu, porque surgiu e como se desenvolveu tomando corpo de projeto de tese. Indica também que, “como objeto de estudo e pesquisa deste doutorado, buscou-se na história do Serviço Social brasileiro a experiência construída na Penitenciária Feminina da Capital, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980”. Em seguida, ela vai definindo prisão, presídio, caracterizando a situação dos presídios como surgiram e quais as suas instâncias internas e externas. Apresenta o tema norteador da sua pesquisa dizendo que “este estudo abordará o Serviço Social na execução penal, a partir de um marco sócio-histórico específico no sistema penitenciário paulista: os finais dos anos 1970, início dos anos 1980, e as propostas significativas de intervenção na Penitenciária Feminina da Capital à época”.

A autora também apresenta o objetivo de cada um dos capítulos a serem desenvolvidos: no primeiro capítulo tratará brevemente sobre as bases da prisão, principalmente na sociedade moderna, a partir do discurso disciplinar e de ressocialização, via tratamento penitenciário, destas instituições de controle social das classes pobres; no segundo capítulo tratará as origens históricas do sistema prisional brasileiro, e o poder de punição do Estado frente à exclusão social ainda como uma questão contemporânea da sociedade brasileira; no terceiro capítulo tratará do objeto de estudo desta pesquisa: o Serviço social na Penitenciária

Feminina da Capital nos marcos da abertura política brasileira nos finais dos anos 1970 e início dos 1980, quando do processo de construção do projeto profissional de ruptura; o quarto capítulo será dedicado ao relato das experiências significativas das profissionais entrevistadas para esta pesquisa: Elisabete Borgiani, Márcia Paixão e Neide Castanho.

Enfim, Torres propõe fazer um trabalho fundamentado na vertente teórico-metodológica hegemônica no Serviço Social – marxista -, acoplada às entrevistas com uma abordagem analítica e crítica no confronto entre a realidade prisional, a teoria estudada e as informações advindas das entrevistas.

No primeiro capítulo intitulado “Prisões e tratamento penitenciário” a autora discute primeiramente as concepções históricas sobre a penitenciária, destacando o papel punitivo para o qual foi criada. Afirma que “As prisões historicamente constituem-se como espaços para causar aos indivíduos, privações, crueldades, humilhações, castigos e diversas outras formas de punição, além da supremacia da disciplina, vigilância e segurança sobre seus corpos”. Citando Foucault ela diz: “o aparelho do poder que é a prisão, encontra nos indivíduos - em seus corpos, em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem – sua vida cotidiana”. Ela destaca também que o aprisionamento de pobres, que na Europa foi a principal característica das instituições prisionais, asilares e manicomiais modernas, esteve vinculado desde sua origem ao esforço de enfrentamento dos criminosos chamados vadios, vagabundos e ladrões, ou, no caso das mulheres, as prostitutas e mendigas. A autora discute o papel do Estado capitalista no controle social em consideração as instituições prisionais. Destaca que ao Estado moderno caberá encarar a pobreza e a miséria, que a sociedade capitalista excluiu.

Afirma ainda que “na modernidade, o sistema prisional fica caracterizado como um instrumento do controle social, objetivando-se pelo tratamento penal ou penitenciário reformar, recuperar, reeducar ou reabilitar o indivíduo delituoso”. Também discute aspectos jurídicos que foram se estabelecendo ao longo da história, principalmente a partir dos romanos, onde as leis foram criadas para controle social. Uma das conseqüências desse fato foi a criação de prisões para tirar do convívio social as pessoas que estavam fora do padrão de comportamento tido como normal. Por isso, a prisão assumiu “as dimensões: custódia, vigilância, confinamento, manutenção da ordem e da lei, são os meios que melhor

correspondem aos anseios da opinião pública e da vingança social, funcionando como uma intimidação coletiva e um símbolo das sanções sociais”.

Descreve como é a organização do sistema prisional atual e quais as atribuições das pessoas que trabalham ou que estão nesse ambiente. É um ambiente investido de poder totalitário, onde a determinação da ordem disciplinar interna deve assegurar que não fracassem os objetivos da punição, intimidação e regeneração.

Há um debate crítico contemporâneo sobre a eficácia da prisão e nesse item a autora apresenta os principais autores e as principais correntes de pensamento sobre essa questão. A autora afirma que “o encarceramento em massa sob a égide da penalização da miséria, pertence, portanto, à liberalização da intervenção punitiva e intolerante do Estado frente ao recuo do seu papel de intervenção social, no que diz respeito à proteção e garantia de mínimos sociais para as classes trabalhadoras e pobres”. Por causa disso, é mais fácil incentivar a criação de presídios para excluir os tidos desocupados e considerados marginais. Graças ao alto custo para manutenção dos presídios pelo governo, criaram-se as alternativas de reeducação, ressocialização, reintegração. Esta é uma forma de incentivar as organizações particulares a investirem nesse processo, liberando o governo dessa responsabilidade. A ideologia penal do tratamento ressocializador, cujo objetivo é a ‘mudança interior’ e a ‘reabilitação social’, reforça os pressupostos da pena como instrumento curativo ou re-educativo, pressupondo ser o delito uma patologia do individual social.

Neste capítulo, a autora aborda de maneira clara e precisa as teorias e as várias contradições dos conceitos existentes a partir o Estado, das instituições, das pessoas e da sociedade. Ela é incisiva em dizer que o sistema penal atende ao sistema capitalista e, conseqüentemente, o estatal. Ambos são entendidos como mecanismos de controle social e que não reintegra como deveria, mas fica apenas como ideologia da falácia governamental a serviço do capitalismo.

No segundo capítulo intitulado “Prisões e tratamento penitenciário no Brasil” a autora descreve a realidade das prisões, a partir de uma teoria elaborada por vários autores sobre a situação das penitenciárias brasileiras. Faz uma retrospectiva histórica apontando o início e as causas da criação e implantação de instituições com esse objetivo. Afirma que “até o século XIX, a repressão penal não distinguia os crimes de ordem moral, religiosa, política ou econômica; heresia,

apostasia, feitiçaria, falsificação de moedas, roubos e furtos significavam um desrespeito ao poder soberano. Isso não era diferente no Brasil”.

No Brasil existiram inúmeras construções prisionais que confinavam os indivíduos, porém eram sempre locais desprovidos de uma finalidade ressocializadora. Não havia uma preocupação com oferecer trabalho aos presos e a ociosidade passou a ser um ponto de aperfeiçoamento dos mecanismos de violência pelos quais os presos eram submetidos. Isto é, o preso aperfeiçoava sua maneira de fazer violência, em todos os sentidos.

No início do século XIX começaram a se formular as primeiras sugestões de um novo tipo de prisão – as casas de correção – para substituir as cadeias existentes para o cumprimento de penas. Surgiram em São Paulo e Rio de Janeiro as casas de correção. Assim, a “prisão como meio de punição, instrumento destinado a garantir o controle sobre os indivíduos que deveriam ser julgados, banidos, açoitados ou ainda que devessem pagar multas, possui agora a tarefa de requalificação dos criminosos, ou seja, ocupa um novo papel no cenário das penas”.

Ao final do século XIX no Brasil, o discurso em torno do crime e do encarceramento aponta para o criminoso como aquele que rompe, de seu livre arbítrio, por questões de caráter, o pacto legal e, portanto supõe-se ser portador de uma enfermidade, sendo necessário identificar as deficiências biológicas, psicológicas e sociais deste indivíduo: “uma visão determinista do criminoso, de cunho biológico e hereditário e outra mais de ordem social onde os crimes são originados dos maus exemplos, a falta de educação e instrução”. Para tanto, foram estabelecidas ‘técnicas científicas’ de abordagem e regeneração moral, buscando apoio nos profissionais médicos, psicólogos e a terapia criminal. “A penitenciária encarava o criminoso como um doente, a pena como um remédio e a prisão como um hospital (...) de atendimento à patologia sociológica”. Os autores estudados demonstram que essa era a maneira de se recuperar o indivíduo e recolocá-lo no meio social.

Alguns pontos cruciais que dificultaram a implantação dessa nova proposta foram apontados pela pesquisadora: superlotação, morosidade da justiça, más condições de trabalho para os agentes penitenciários, más condições internas nas celas para os presos. Isso incita a violência. Historicamente o tratamento prisional no Brasil é de forma generalizada, desumana, violenta, degradante e corrompida.

Segundo a autora “o Brasil adentra o século XXI como portador de um dos sistemas prisionais mais cruéis do mundo. Faz parte dessa realidade: as torturas, os espancamentos, a corrupção e o abuso de poder por parte dos agentes do Estado, acrescidas das inúmeras desassistências na área judiciária, social e material, à saúde, à educação, ainda que previstas na Lei de Execução Penal”.

Quanto à idéia de que a recuperação do preso é possível através de mecanismos diversos, a autora expressa que “apoiados na insegurança social frente aos índices de criminalidade, e na crença nas penas privativas de liberdade, os governos, o judiciário e a sociedade em geral, vem demonstrando que acreditam nas prisões como possibilidade de ‘recuperação’ daqueles que ameaçam ou violam normas sociais”. Por causa disso está criado um imaginário sobre a missão recuperadora da prisão. Embora pouco se conheça sobre o seu funcionamento e os problemas vinculados a uma questão de política social do governo.

Assim, segundo a autora, “mantendo a missão ideológica das prisões modernas, o Brasil mantém a política de aprisionamento, politicamente interessante, para responder ao imaginário social de que estas instituições de contenção servirão como reparação social ao mal cometido pelos sujeitos ‘fora-da-lei’”.

Para concluir o capítulo a autora afirma que “a prisão como uma das manifestações da questão social no sistema capitalista é, como outras, uma questão política”. Por isto, é necessário repensar de maneira séria a questão social porque se ela for pelo menos amenizada, as questões que envolvem o sistema prisional brasileiro, também são minimizadas, evitando a desumanização instalada como está. É possível, segundo a autora repensar por dentro o sistema prisional brasileiro.

No terceiro capítulo intitulado “O serviço social na penitenciária feminina da capital (PFC/SP)”, a autora indica os objetivos: contextualizar o serviço social em atuação na penitenciária feminina da capital, no período de 1978 – 1983; historiar os registros sobre o serviço social brasileiro no campo da justiça, interações coletivas e correccionais, desde a gênese da profissão e sua institucionalização, com inserção nas grandes instituições públicas e privadas; contextualizar o momento histórico da distensão da ditadura militar brasileira pós-1964 e o processo de abertura política para a redemocratização do país (1964-1985)”.

A autora descreve a situação na qual o serviço social atua. Indica quais são as suas atribuições dentro do sistema prisional brasileiro. Isto é, além de acompanhar o preso no presídio, também entra em contato com a família para fazer

primeiro uma “modificação do indivíduo internado”. Em seguida atua junto aos pais e irmãos, buscando “compreender e modificar o ambiente do qual provém este indivíduo e também no trabalho de aceitação ao retorno à família”. Apresenta alguns autores que trabalharam a questão do serviço social na atuação junto ao sistema presidiário. Ela afirma, a partir desses autores, que “a finalidade do serviço social nas instituições correcionais era, nas décadas iniciais de institucionalização da profissão no Brasil, a reeducação e ressocialização de infratores da lei penal como parte da execução das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança detentivas em estabelecimentos penais e penitenciários partindo-se do pressuposto que a finalidade pena é o reajustamento social e a moldagem do indivíduo aos padrões estabelecidos pela sociedade”. E, continua, “a atuação do assistente social no trabalho de tutela e orientação, acompanhava o homem ao sair da prisão [...] o serviço social acompanhava os casos individualmente, enxergando-os como um processo pelo qual se desenvolve a personalidade, através do ajustamento conscientemente do indivíduo (um processo de regulação do indivíduo – homem e meio social). Ao profissional cabia também atuar sobre os grupos e comunidades...”.

A partir dessas primeiras concepções foi se estabelecendo novos paradigmas para a atuação do Assistente Social nos presídios. A autora faz um histórico dessas atuações no período selecionado para a pesquisa.

Faz um breve, mas consistente histórico do período militar no Brasil e em seguida faz a apresentação das características e das condições das penitenciárias femininas da capital de São Paulo no período de 1978 – 1983. Ela indica que “a organização das penitenciárias femininas seguia o padrão dos conventos: grandes refeitórios, sala para aconselhamento, promoção de trabalhos manuais artesanais além de alfabetização e, como uma instituição que não deixava de ser disciplinar-punitiva, as celas de castigo”.

Em seguida a autora apresenta a responsabilidade do serviço social e faz uma retrospectiva das questões inerentes a ideologia sustentadora. Afirma que “as experiências significativas do serviço social na penitenciária feminina da capital SP, pesquisadas neste estudo entre os anos de 1978-1983, estão circunstanciadas nos marcos da abertura política e no processo de redemocratização da sociedade brasileira”. Continua, ainda, dizendo que se trata de um período de inserção sócio-política dos assistentes sociais nas entidades representativas da categoria, no bojo

do movimento dos trabalhadores e na chamada era do novo sindicalismo no Brasil, de fortíssima expressividade na sociedade paulista.

A autora também aponta o processo de reconceituação do serviço social dizendo que “no interior dos debates da reconceituação brasileira, a vertente modernizadora-conservadora atualiza a perspectiva positivista do tecnicismo funcionalista, objetivando maior eficiência e eficácia na prática profissional, para corresponder aos interesses e valores das classes dominantes. Surgem também neste movimento, outras vertentes positivistas de intervenção prático-profissional: a incorporação da teoria sistêmica e da fenomenologia, também houve uma possibilidade real de adesão à outra perspectiva crítica e ao marxismo. Este último ficou definido como parâmetro para compreender a atuação do serviço social”. Torres, afirma que “no Brasil, a incorporação da perspectivas marxista neste período acontece pela militância nos partidos de esquerda; nos movimentos sociais de esquerda nos movimentos organizados pela ala progressista da Igreja Católica, sob a Teologia da Libertação, atuando nas comunidades eclesiais de base (CEBES), nas áreas rurais e urbanas; nas associações comunitárias das periferias, favelas e movimentos organizados”. Para justificar a sua colocação ela busca apoio nos pensadores mais importantes do serviço social: Neto, Imamoto, Barroco, Iazbek, Martinelli, dentre outros.

Diante desse panorama histórico a autora busca Iazbek e diz “desde os anos 80 vem se construindo um projeto profissional que representam uma nova identidade da profissão, que elege valores e princípios; escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas e éticas”.

A autora conclui o capítulo dizendo que “a partir dos anos de 1980, as reformas curriculares proporcionam à categoria (novos e veteranos profissionais), nova capacitação e comprometimento ideopolítico, para atuarem na prestação de serviços sócioassistenciais no cotidiano da população usuária, em diversos contextos organizacionais, públicos e privados voltando-se para a melhoria das condições de vida e para a emancipação dos indivíduos na sociedade. A construção do novo projeto profissional, com bases ético-políticas, vem sendo, desde então, processualmente uma conquista hegemônica na categoria, não sem grandes desafios para o enfrentamento da ofensiva neoliberal”.

No quarto capítulo intitulado “Experiências significativas do serviço social na PFC/SP (1978-1983)”, a autora descreve aspectos referentes ao tema proposto

nesta pesquisa. Indica que sua preocupação com o tema iniciou em 1984 quando aconteceu o V Congresso brasileiro de serviço social e neste evento foi apresentada a “12ª tese: A prisão, o serviço social e as relações sociais”. Esta comunicação, segundo a autora, afirmava em seu conteúdo, uma influência da perspectiva teórico-metodológica crítica e de bases marxistas para uma análise da sociedade, da questão social e da inserção do serviço social na reprodução das relações, inserido nos conflitos de classes e contradições inerentes ao sistema capitalista. Nos parágrafos seguintes são apontadas as principais reflexões feitas nesta comunicação: forma de trabalhar do assistente social; os principais estudos sobre penitenciárias brasileiras; as gerações de assistentes sociais envolvidos com o trabalho nos presídios, principalmente feminino. A partir dessas colocações a autora indica o seu objetivo: conhecer o trabalho profissional da geração de assistentes sociais no que diz respeito à ruptura e à defesa dos direitos humanos. Os dados serão obtidos através de registros de um conjunto de experiências inovadoras no sistema penitenciário paulista, localizadas entre 1978-1983, cujas propostas foram construídas, de forma interdisciplinar, por um núcleo de profissionais voltados para as transformações necessárias no sistema penitenciário brasileiro. E especificamente, as três principais assistentes sociais nesse período que trabalhavam com a penitenciária feminina de São Paulo: Elisabete Borgiani, Márcia Calhes Paixão e Neide Vianna Castanha. A autora diz que fez uso de um roteiro com 12 questões abertas para obter as informações com as três sujeitas da pesquisa.

Com essas perguntas obteve algumas reflexões importantes tais como: “A abordagem do serviço social junto aos familiares e colaterais da população carcerária feminina da PFC/SP era compreendido como uma fonte de informações capazes de contribuir para a compreensão da dinâmica social desta população, inserindo estes indivíduos em seus contextos, seus respectivos grupos sociais e as condições de vida a que estão submetidos; o serviço social buscava intervir profissionalmente trabalhando junto às relações entre os parentes e amigos das presas, o que contribuiria diretamente como um instrumento da manutenção de vínculos e relações sociais futuras, para quando do retorno à liberdade, tendo em vista que as relações mantidas por intermédio das visitas semanais refletiam automaticamente no cotidiano de cada presa e na construção de projetos futuros; contribuição expressiva do serviço social sobre as visitas, foi o debate sobre as

questões disciplinares e de segurança que envolvia este momento, não devendo ser caráter impeditivo ou discriminatório, a relação de parentesco indireta, bastando que estes visitantes constassem do universo de convivência das presas” e mais ainda, “o serviço social intervinha nas questões de segurança na instituição, baseando-se nas necessidades sociais das presas, seriamente fundamentadas pelo trabalho realizado no serviço social”.

A autora afirma que “o diferencial da proposta do serviço social na penitenciária feminina da capital nos anos 1980 foi a compreensão, por parte das profissionais, que a criminalidade e conseqüentemente o sistema penitenciário, expressam a questão social e a produção das desigualdades sociais produzidas nos marcos do capitalismo”. Com a contribuição historicamente importante indicada pelas três assistentes sociais pesquisadas destaca-se que “a atuação do serviço social buscou ultrapassar o conceito da abordagem biopsicossocial, no atendimento individual das presas, familiares [...]”

Nesse sentido, uma das iniciativas realizadas foi a criação de alternativas de socialização, e até mesmo terapêutica com a utilização do teatro. As presas eram autoras e atrizes das peças que apresentavam para o público interno num primeiro momento e depois o público externo vinha até o presídio para conhecer o trabalho e assistir as peças apresentadas. Assim, a autora afirma, “a princípio, a proposta de trabalho estava voltada para a questão da readaptação. Porém, com o decorrer do tempo, percebeu-se que o conceito inicial era incompatível com a ação efetiva do trabalho que se dava pelo desenvolvimento do espírito crítico. Foram criadas algumas peças que posteriormente foram transformados em filmes. Na fala de algumas presas observou-se que “a atividade não só divertiu e descontraíu, confrontou a cadeia e combateu a solidão, como ajudou a dar liberdade ao pensamento”. O teatro facilitou o auto-conhecimento daquelas mulheres e possibilitou uma maior compreensão das suas necessidades sociais: as questões conflituosas do convívio social e a retomada das relações com as pessoas de fora. Em conseqüência “a experiência do teatro na PFC/SP foi um espaço conquistado. No entanto, as reivindicações das presas são históricas, como já declaradas no Seminário: o respeito à assistência judiciária, médica e hospitalar; a promoção da educação, do trabalho e da profissionalização; o questionamento sobre as medidas disciplinares; o investimento em lazer, esporte e cultura; a flexibilização da censura”.

Enfim, com o teatro colocou-se em pauta a discussão sobre a concepção de homem, mundo e de sociedade que é a grande preocupação do Serviço Social.

A autora descreve como era a realidade no presídio feminino no que se refere à censura e ao sigilo. Aponta as várias etapas, pelas quais, esse tema foi se desenvolvendo até chegar à ação do Serviço Social. “A censura nos presídios era realizada indiscriminadamente, sem quaisquer critérios ou competência devida, ficando ao arbítrio dos funcionários”.

Relata também uma experiência fundamental: o regime semi-aberto. Nesse regime foi constituída uma casa onde as presas moravam juntamente com a assistente social e a diretora do presídio. Nesta casa eram realizadas ações de preparação das presas para enfrentar a realidade externa. Elas trabalhavam fora o dia todo e as noites voltavam para casa. Havia sempre discussão para se tomar qualquer decisão importante que envolvia a todas as presas.

Outra experiência importante foi a criação de uma Associação Mantenedora de Recursos Assistenciais – AMARÁS, onde se davam apoio às ex-presidiárias. Assim, “a AMARÁS, como organização da sociedade civil, através da união de seus membros, objetivou o processo de inserção social do egresso prisional; a prestação de assistência social às suas necessidades sócio-econômicas, desenvolvendo para tal, projetos, atividades sócio-culturais, num espaço de participação, organização e decisões coletivas”.

A autora discute vários assuntos pertinentes ao tema proposto neste capítulo, entretanto não conclui a sua discussão.

Nas considerações finais a autora destaca os pontos chaves da sua tese. Primeiramente aponta que “o diferencial da proposta do serviço social na PFC/SP nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi a compreensão, por parte das profissionais, que a criminalidade e conseqüentemente o sistema penitenciário, expressam a questão social e a produção das desigualdades sociais produzidas nos marcos do capitalismo”. A autora também apresenta que “este estudo proporcionou também o desvendamento das demandas sociais e instituições que exigem uma solução para o problema da criminalidade. Com o aprisionamento do indivíduo delituoso, a sociedade espera a ‘justiça’ pelo ‘ato anti-social’ cometido”.

A autora indica que “os assistentes sociais brasileiros que aderem a um novo projeto profissional, podem responder às velhas e novas demandas sócio-institucionais, com competência teórica e técnica e mais além, de novos

compromissos éticos e políticos, em direção aos interesses da população usuária dos serviços, capazes de negociar, propor e implantar novas políticas e programas de qualidade nas organizações”.

Ela constata também que o serviço social no sistema penitenciário é pouco discutido na categoria dos assistentes sociais. Ela explica que “são ínfimas as contribuições teórico-práticas sobre a intervenção profissional nesta área, como também, são muito localizadas no país, as oportunidades de debates no interior da categoria, expressando a falta de articulação dos profissionais que atuam nestas instituições – limites que contribuem para a falta de clareza e questionamento dos profissionais sobre seu papel profissional numa instituição punitiva como é a prisão”.

As experiências inovadoras das assistentes sociais, desenvolvidas na PFC/SP, foram, sem dúvida, capazes de contribuir com uma nova visão sobre aqueles que passam pelas prisões. Superou a visão estigmatizante ou estereotipada da mulher presa, apenas como a bandida, criminosa. O trabalho profissional buscou enxergar as mães, filhas, companheiras, amigas - todas mulheres. Assim, expressou o compromisso político com as classes trabalhadoras e subalternas, em suas necessidades e lutas, analisando criticamente as relações sociais capitalistas e a produção da questão social como o conflito de classes e mecanismo de produção e reprodução da desigualdade social.

Por fim, aponta que “aos assistentes sociais neste campo de intervenção, cabe ocupá-lo com responsabilidade ética e política, colaborando com as transformações necessárias, inserindo ‘o novo no fazer profissional’, que para tanto, necessita negar a base tradicional e conservadora, afirmando um novo perfil profissional”.

Assim, a autora faz uma discussão sobre a realidade da penitenciária feminina da capital/SP onde apresenta além dos autores estudados, os depoimentos das entrevistadas, comentários sobre o papel interventivo do serviço social nesta instituição. Portanto, é uma contribuição importante para que possamos ter claras quais as alternativas de ação do serviço social enquanto profissão que lida com as questões manifestas pela vida humana em sociedade.

A.2 Segunda Tese

BOURGUIGON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia universidade católica de São Paulo. 2005.

Na introdução a autora demonstra de maneira clara e objetiva o tema proposto e as razões que a levaram a escolher e selecionar o tema pesquisa e serviço social. Propõe o objetivo principal da tese como possibilidade de “refletir sobre a particularidade histórica da pesquisa no serviço social, bem como sobre os desafios, decorrentes desta particularidade, que se apresentam ao serviço social no contexto brasileiro contemporâneo” (p.10/1). Para tanto pretende buscar, junto com as participantes desta tese, (sete pesquisadores) compreender nuances que pudessem retratar a complexidade do processo de produção de conhecimento objetivando através de uma forma de fazer pesquisa que tem no equacionamento das expressões da questão social e, por conseqüência, nas demandas sociais concretas que chegam cotidianamente à profissão sua razão de ser” (p.248).

Aponta que o objeto desta tese não é acidental, foi cunhado e cultivado no cotidiano da experiência docente, sendo constitutivo da prática profissional.

A proposta metodológica é definida como “método dialético”, pois, acredita que é o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição do todo através de aproximações sucessivas sem a pretensão de esgotar a complexidade e dinamicidade do real.

Ela apresenta os pilares norteadores de sua pesquisa que consubstanciou em uma tese: 1 – a particularidade da pesquisa para o serviço social, 2 – a centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do serviço social e 3 – o retorno e alcance social das pesquisas desenvolvidas pelo serviço social.

No primeiro capítulo, intitulado “A produção do conhecimento como expressão do trabalho humano” autora propõe fazer uma trajetória histórica tanto da pesquisa quanto suas implicações teóricas e prática no serviço social. Para tanto ela faz uma subdivisão para facilitar o seu raciocínio: 1 – a objetivação do trabalho humano através da produção de conhecimento, 2 – a particularidade da pesquisa em sua expressão do trabalho humano. Assim, propõe “analisar a trajetória do serviço social, como profissão reconhecida e inscrita na divisão sócio-técnica do

trabalho, afirmando que a mesma tem uma história de avanços e conquistas no sentido de consolidar uma produção de conhecimento que lhe dá sustentação teórica e metodológica para intervir na realidade social de forma crítica e criativa, e que este processo de intervenção se faz respaldado em projeto ético e político comprometido com os interesses coletivos dos cidadãos e com a construção de uma sociedade justa” (p.32). Diante dessa proposta analítica a autora discorre de maneira profunda e ampla buscando o papel do serviço social no contexto social e, em decorrência da ação humana, enquanto trabalha a pesquisa na produção do conhecimento.

Nas páginas seguintes a autora apresenta um breve histórico da profissão de assistente social, sua evolução, seus impactos, suas teorias, o processo de reconceituação. Ela afirma que “durante a década de 80, este processo de rompimento com o conservadorismo gerou no interior da profissão uma cultura que reconhece pluralidade teórico-metodológica, no entanto fortalece a orientação marxista como direção hegemônica para o projeto ético-político profissional. Esta orientação coloca como valor central os princípios de democracia, liberdade, justiça social e dignidade humana, definidos e explicitados no código de ética de 1993, marco significativo para a profissão nos anos de 1990” (p.35). Afirma também, segundo alguns autores, tais como Yamamoto, José Paulo Neto, dentre outros que há dois grandes eixos: crítica teórico-metodológica ao conservadorismo e a vulgarização do marxismo, colocando a polêmica em relação à história, teoria e método; resgate da historicidade de sua trajetória histórica brasileira para explicação e compreensão de suas particularidades históricas e inserção na divisão sócio-técnica do trabalho.

Em continuação a esta discussão ela afirma que “na década de 1980, o serviço social enfrenta questões sobre as políticas sociais, em especial quanto a consolidação de políticas públicas na área de seguridade social (abarcando o tripé saúde, assistência e previdência social), família, criança e adolescente, terceira idade e trabalho” (p.38). Indica que com esse novo desafio a profissão consegue um espaço na Constituição Federal de 1988, onde a assistência social passa a ser reconhecida como política pública no mesmo patamar da saúde e previdência social. Vários desafios foram enfrentados: o “caldo cultural”, a “iniciativa privada”, “consolidar um controle social”, “enfrentamento da pobreza”, a “intersectorização da assistência” dentre outros.

Para atender a todos estes desafios foram necessários procedimentos de pesquisas. A PUC/SP iniciou suas discussões em programas de pós-graduação fomentando a discussão sobre a assistência social em seus espaços de núcleos de pesquisa, na fomentação da produção acadêmica nas teses e dissertações, artigos científicos, livros de referência nacional.

A partir disso “a política de assistência social ganha um espaço relevante de reflexão e pesquisa na profissão devido ser campo privilegiado de intervenção profissional e ter vinculação histórica com a natureza e constituição da profissão” (p. 42). Da mesma forma ganham maior visibilidade as expressões da questão social.

Uma outra discussão é sobre a “reforma curricular”. Há uma preocupação em aprofundar a reflexão sobre a dimensão técnica-operativa do serviço social de forma coerente com a dinâmica societária e capaz de apreender esta dinâmica em sua totalidade e processualidade histórica.

Nesse debate surge a pesquisa como uma preocupação formativa sob a ótica pluralista. “A pesquisa tem sido privilegiada, em alguns contextos, no âmbito da profissão, estimulando a atitude investigativa na postura e exercício profissional (...) a pesquisa continua sendo uma exigência que as vicissitudes do mundo contemporâneo colocam à profissão” (p.45). Obviamente que nesse momento a pesquisa está subjugada à universidade e mais especificamente circunscrita à pós-graduação. Assim, “a pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional do serviço social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela sua inserção histórica na divisão sócio-técnica do trabalho” (p. 49). A autora afirma que a pesquisa se destina não só a compreender as questões estruturais, mas numa perspectiva de totalidade o processo de reprodução material e espiritual de existência do ser social.

Nos parágrafos seguintes a autora apresenta de maneira bastante profunda e clara a teoria marxista da realidade social. Para isso, baseia-se em alguns autores marxistas, como Lefebvre, Pinto, Kosik, Ianni, Florestan Fernandes, Vazquez e no próprio pensamento de Marx e de Engels.

Para ela “a produção de conhecimento via pesquisa é condição ontológica da existência humana, isto é, faz parte da natureza humana produzir conhecimento para responder às suas necessidades através da pesquisa” (p.54). Na atividade científica se produz conhecimento através da investigação. Se a práxis é condição humana que se objetiva através do trabalho e a pesquisa é um trabalho intelectual

que tem rebatimento na realidade social do homem então “a produção de conhecimento através da pesquisa é uma modalidade de práxis humana” (p.77). Todavia, “produzir conhecimento através da pesquisa é uma das dimensões da práxis humana e sendo assim, é uma forma de trabalho cuja finalidade última é desvendar o processo de constituição da realidade natural e social, possibilitando ao homem enfrentar os desafios presentes no seu cotidiano e existência” (p. 79). Para ela, “o conhecimento científico é um dos caminhos que abre a possibilidade de desenvolver o pensamento crítico, capaz de atacar na raiz os determinantes da alienação e recuperar ao homem a condição de sujeito, capaz de romper com estes determinantes” (p.83).

Nas páginas seguintes, a autora discute a particularidade da pesquisa em sua expressão do trabalho humano e parte da ontologia do ser social e suas expressões enquanto práxis existencial. A autora diz que “a pesquisa ganha significado ontológico, ou seja, existencial e laborativo, pois faz parte da natureza humana se perguntar pelo desconhecido e através das possibilidades de respostas atenderem as necessidades do homem em suas dimensões individual e coletiva, produzindo e reproduzindo sua própria existência, não de forma mecânica, mas de forma complexa, processual, contraditória e histórica.” (p.85).

No conhecimento da realidade o pesquisador, por ser um trabalhador com ações críticas e criativas, transforma a realidade, ou pelo menos tem a responsabilidade de fazê-lo, construindo novas possibilidades de modos de vida para o homem. Suas ações e criações correspondem a finalidades determinadas pelo modo de existência de um ser que pertence a um contexto social e histórico, portanto correspondem à etapa concreta em que se encontra o processo de evolução humana. “O pesquisador é, na verdade, um trabalhador especializado que em relação ao seu grupo social está sujeito às contradições sociais, às desigualdades quanto a distribuição de renda e conhecimento na sociedade e enquanto tal ocupa um espaço significativo no modo de produção” (p.89). Ainda sobre o pesquisador, a autora é incisiva em dizer que é fundamental pensar sobre a formação do pesquisador, porque ele exerce um papel socialmente fundamental e com uma responsabilidade social também relevante. Para a autora “cabe ao pesquisador manter-se vigilante quanto à sua produção e quanto às repercussões de seu trabalho no contexto em que se insere, avaliando suas contribuições tanto

para o seu desenvolvimento pessoal e profissional quanto para a emancipação humana” (p. 93).

Para efetivar uma avaliação do saber científico é importante observar suas repercussões na vida cotidiana e nos desdobramentos que possam gerar em termos de incorporação ao comportamento, atividades, experiências e outros conhecimentos já adquiridos pelas pessoas. Em outras palavras, o aspecto ético. Nesse processo a definição dos instrumentos de investigação se faz em função do objeto de estudo, sendo que este é identificado em função da intencionalidade da consciência e da compreensão que o pesquisador tenha do mundo em que vive. Este objeto, segundo a autora, possui duplo significado: “por um lado tem aspectos e dimensões conhecidos; por outro lado àquilo que é conhecido cumpre o papel de mediação, possibilitando ao pesquisador estabelecer relações com o desconhecido, e reconstruir o objeto em todas as suas dimensões” (p.99). Para ela, a particularidade da pesquisa científica está em apreender o ‘não dado’, ‘o desconhecido’, justamente através da mediação ‘do dado’. Do que ‘é conhecido’, revelando uma dinâmica dialética capaz de gerar conhecimento novo, apoiado em instrumentos de pesquisa que propiciem a apreensão desta dinâmica na forma como o objeto se constitui no real/concreto.

Finalizando este capítulo a autora diz que “o conhecimento – resultado do processo de investigação permanente da realidade deve ter como critério de verdade os seus frutos, materializados na prática social humana e nas alterações que geram nas condições da vida do homem, nos seus comportamentos, nas suas atitudes e relações que estabelecem entre si e com a natureza e nas determinações sociais que impedem processos de rompimento com as condições de subalternidade em que se encontram” (p. 100/1). Enfim, a pesquisa é, portanto, trabalho humano objetivado.

No capítulo II, intitulado “pesquisa em serviço social: expressões da sua particularidade” a autora subdivide este conteúdo em quatro partes que convergem em uma justificativa plausível e coerente com o título do capítulo. Ou seja, 1 – A compreensão da realidade social e o enfrentamento das demandas postas à prática profissional através da pesquisa, 2 – A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do serviço social; 3 – O retorno e alcance social das pesquisas desenvolvidas pelo serviço social; 4 - A particularidade da pesquisa para o serviço social. O objetivo deste capítulo está estabelecido pela autora como

“apreendermos a pesquisa em sua íntima relação com a prática profissional e no contexto sócio-histórico em que a profissão se constrói, se consolida e se reconstrói, num movimento em que as contradições e desafios presentes neste contexto instigam a profissão permanentemente à sua superação” (p.102). A autora parte da assertiva de que “a categoria particularidade, em sua complexidade e riqueza ontológica nos possibilita compreender a pesquisa em sua vinculação orgânica com a prática profissional” (p.102). Neste capítulo demonstra, a partir de depoimentos de pesquisadores entrevistados, que há uma discussão bastante contundente em relação à pesquisa, à prática e ao retorno do conhecimento construído na academia.

Em um primeiro momento, ela aborda a questão fundamental da pesquisa, o objeto, o sujeito, o método, os procedimentos de coleta de análise dos dados. Enfim, todos os quesitos necessários à pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa. Dando ênfase na pesquisa social e dentro dela especifica o papel do serviço social, enquanto pesquisa arraigada na realidade onde o assistente social atua efetivamente. Para ela “é imperativo regatar a pesquisa enquanto concepção teórica no contexto da profissão, enquanto uma das possibilidades de objetivação da prática profissional e como consolidação de seus avanços recentes em relação às discussões sobre formação profissional e exercício da prática profissional” (p.106). Assim sendo, a pesquisa deve articular o processo educativo, estimulando a atitude crítica e investigativa, ao comprometimento com uma prática interventiva capaz de inovar. Desta maneira, a complexidade do real e de sua processualidade histórica, o processo de investigação de um objeto determinado se dá de forma aproximativa.

Nas páginas posteriores, a autora faz uma discussão sobre os vários pontos de vista de autores renomados no serviço social, tais como Martinelli, Iamamoto, Fazenda, José Paulo Neto e outros, além de tomar os depoimentos dos pesquisadores entrevistados, quais sejam: Lúcia Cortes da Costa, Jussara Maria Rosa Mendes, Ana Elizabete Mota, Eunice Teresinha Fávero, Elaine Rossetti Behring, Aglair Alencar Setúbal, Aldáiza Sposati. Apresenta os conceitos dos autores e, logo em seguida, ilustra com os depoimentos fazendo comentários críticos sobre as idéias indicadas. Para facilitar a sua apresentação, que é extensa, faz as colocações em forma de categorias pontuais que tem implicações na pesquisa e na ação profissional do assistente social.

A autora indica em vários momentos de sua tese que o serviço social intevém na trama das relações sociais e que este é o lugar onde a pesquisa pode se

sustentar de maneira profunda e profícua. Neste lugar social, onde estão os homens concretos, configura-se o processo de exclusão social e empobrecimento crescente da população, gerando um segmento populacional carente e submetido a uma classe dominante, é por assim dizer, subalterna. Pensar a pobreza “exige abordar aspectos múltiplos (objetivos e subjetivos): econômicos, sociais, culturais, históricos, políticos e suas expressões nas condições de vida de um povo, em um determinado contexto sócio-histórico” (p.127). A pesquisa nesse ínterim está preocupada em responder objetivamente à complexidade dos problemas sociais que afetam sujeitos concretos.

“A pesquisa é enfatizada e incentivada, não como atividade em si, mas como recurso de desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da difusão da cultura e, desse modo, do desenvolvimento do homem e do ambiente em que vive” (p.135). Isso significa que a pesquisa no serviço social deve estar vinculada ao exercício da prática profissional. As pesquisas não dão conta de enraizar o sujeito à sua cultura, à sua realidade social, às formas pelas quais ele busca se expressar e criar alternativas de sobrevivência. Uma vez tendo esse papel ela, a pesquisa, “é possibilidade de catarse, ou seja, forma de enfrentamento dos impasses e limites da profissão e compreensão do campo de atuação do serviço social, oportunizando ao profissional posicionar-se e localizar-se como sujeito do processo de intervenção e de conhecimento sobre a dinâmica do contexto em que se movimenta.” (p.146).

Baseando nos depoimentos e nos autores é apresentada a questão da formação acadêmica no que se refere à preparação para a pesquisa e para a ação profissional do assistente social. “Em relação à pesquisa, o projeto de formação articula intervenção e investigação, colocando estes processos como seu eixo de qualificação profissional” (p.188).

Quanto ao sujeito da pesquisa a autora entende que “trata-se do sujeito que antes de ser participante de nossas pesquisas é usuário, beneficiário e/ou destinatário das políticas públicas e dos serviços sociais, através de nossa intervenção nos diferentes campos que ocupamos” (p.164). Ela insiste em dizer que este sujeito é sempre coletivo e que a centralidade desse sujeito refere-se a sua condição ontológica e não a uma condição metodológica pertinente à pesquisa. Compreender o sujeito, dessa maneira, supõe situá-lo em ‘uma dimensão espaço/tempo’, ou seja, situá-lo em um contexto sócio-histórico, cuja materialidade está na própria realidade em que se insere. A compreensão do seu pertencimento a

um lugar social é fundamental para a pesquisa científica, principalmente à pesquisa social. Isso porque, a subjetividade se revela através das fontes orais e oportuniza ao sujeito dar a sua versão dos fatos – como entende, como vive, sente e enfrenta em seu cotidiano as seqüelas do desenvolvimento sócio-econômico capitalista. É fundamental, segundo a autora, que as posturas éticas sejam evidenciadas no trato do sujeito durante e após a pesquisa, cujos resultados devem estar em sintonia com a intervenção característica da profissão.

Desta maneira “o reconhecimento do fazer profissional em consonância com os valores e princípios legitimados no código de ética e, sobretudo no enfrentamento das demandas concretas dos cidadãos supõe um processo permanente de capacitação ético-política e teórico-metodológico” (p.172). Assim, “a pesquisa emerge como mediação necessária, pois através dela poderemos decifrar a realidade contemporânea através da apreensão de seus nexos constitutivos, sua incidência nas condições de vida do cidadão, nas exigências que o mercado de trabalho faz ao Serviço Social, bem como construir alternativas teórico-metodológicas sustentada no movimento contraditório do próprio real.” (p.174). Garantir isto depende de uma pesquisa comprometida ética e politicamente com mudanças sociais, e um conhecimento que em seu processo de construção subsidie políticas públicas. “Uma questão crucial na pesquisa social é o compromisso ético de construir uma relação em que o participante da pesquisa não se transforme em objeto.” (p.201).

A idéia básica que a autora defende daqui por diante é que “a preocupação com o retorno social e alcance social de nossas produções refere-se a uma intenção de fazer o caminho de volta, isto é retornar à realidade que sustentou a produção de conhecimento e mobilizar ações que transformem esta realidade, seus sujeitos e a própria profissão, alargando seus horizontes e potencializando seus objetivos, suas competências e habilidades profissionais” (p.213). Para tanto, é necessário que haja atualização permanente dos assistentes sociais, tanto na prática profissional quanto na preparação teórica e no exercício da pesquisa. A autora descreve a situação incipiente ainda da divulgação dos resultados produzidos em forma de conhecimento tanto na própria classe profissional quanto nos veículos de divulgação de pesquisas.

A relevância social de uma pesquisa está em sua capacidade de apreender a realidade e ser referência para os profissionais da categoria e de outras

áreas do conhecimento, bem como alimentadoras de práticas críticas. Decorre disso, a importância do nível de envolvimento e de pertencimento dos sujeitos em relação à pesquisa e seus resultados. A autora diz que “a tendência em produzir conhecimentos fundamentados em uma experiência combativa no contexto da luta pelos direitos sociais é um traço da particularidade da pesquisa em serviço social” (p.247).

Nossa pesquisa retrata uma ‘inquietação’ própria de profissionais que estão inconformados com as relações sociais no contexto do capitalismo contemporâneo (p.251).

A preocupação com a particularidade não deve restringir a compreensão da pesquisa, nem limitar diálogos entre áreas de conhecimento ou cercear potencialidades presentes no processo de produção de conhecimento da profissão ao investigar realidades e temáticas de natureza social. Nossa intenção é afirmar que a pesquisa que se faz na profissão tem subjacente, a própria prática profissional e os seus ‘objetos de intervenção’ (p.254). O cariz da particularidade é o ‘acesso privilegiado’ à realidade social da classe subalterna, em especial à sua forma de ver e compreender esta realidade. Este trabalho de colocar a centralidade no sujeito situado pressupõe uma compreensão da perspectiva de totalidade. Esse é o diferencial na pesquisa em serviço social.

“O profissional inquieto com a sua intervenção tem buscado na pesquisa alternativa para sistematizar conhecimentos que lhe faz falta no ‘cotidiano de trabalho’ (p.274)”. Dessa maneira, então, a pesquisa tem sido requisição da prática profissional. A autora reafirma em vários momentos da sua tese que “a prática profissional é o campo empírico fértil para a pesquisa, enquanto a academia precisa fomentar a formação de pesquisadores comprometidos com esta prática” (p.276). Mas, para ela, também, articular pesquisa e prática profissional ainda é desafio a ser conquistado e que deve ser iniciado na academia no momento da formação teórica dos profissionais. Para isso, deve evidenciar o ensino, a extensão e a pesquisa de maneira integrada à realidade social onde está o homem concreto vivenciando a sua própria realidade.

Para a autora, a pesquisa e o aprendizado são condições para o desenvolvimento da perspectiva crítica tão necessária a uma ‘prática comprometida’. A pesquisa nesta perspectiva é elemento central de formação, pois possibilita não reproduzir conhecimentos já acumulados pela profissão, mas, sobretudo reconstruí-

los tendo como base material a própria dinâmica da profissão e as relações estabelecidas com os objetos de intervenção.

O profissional requisitado no contexto contemporâneo precisa dominar o conjunto dos instrumentos necessários ao desenvolvimento das pesquisas e que estejam articulados aos avanços obtidos pela ciência em relação ao arcabouço teórico-metodológico que orienta a formação e o processo de construção de conhecimento na área.

Finalizando este capítulo a autora entende “que, em se tratando da particularidade histórica da pesquisa em serviço social, consolidá-la como constitutiva e constituinte da prática profissional é tarefa que não se cumpre, apenas, individualmente, pelo contrário, é desafio coletivo que deve ser enfrentado pelo conjunto da categoria em todas as dimensões do exercício profissional e inclusive na perspectiva da formação profissional” (p.298)

Em forma de apêndice a autora apresenta dois quadros: um demonstrativo de artigos científicos, teses e dissertações sobre pesquisa e Serviço Social e em outro, a sistematização dos depoimentos dos sujeitos participantes da pesquisa.

A.3 Terceira Tese

NOGUEIRA, Cláudia Maria França Mazzei. **O Trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing. 2005. 226 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2005.

Na introdução a autora apresenta como objetivos da pesquisa: “tratar a questão da divisão sexual do trabalho [...], daremos ênfase à questão da divisão sexual do trabalho tanto no espaço produtivo quanto no espaço reprodutivo, tentando entender a relação que existe entre a divisão de tarefas na esfera doméstica das trabalhadoras e as suas funções no mundo assalariado no ramo do telemarketing” (p.16).

O principal problema a ser respondido através da pesquisa, assim está exposto: “[...] se a mulher contemporânea é uma trabalhadora assalariada como os homens, inclusive inserindo-se em novos postos de trabalho (até mesmo aqueles que anteriormente eram reservados para os trabalhadores), repartindo a responsabilidade do sustento familiar ou mesmo sendo a provedora principal da

família, as suas atividades domésticas não deveriam também sofrer uma substancial transformação da divisão sexual do trabalho?” (p.17).

A autora aponta que no capítulo I vai discorrer sobre o espaço do trabalho apresentando a pesquisa empírica realizada junto ao setor de telemarketing com mulheres trabalhadoras, em uma empresa do Estado de São Paulo, mostrando como essa profissão tão contemporânea precariza profundamente a força de trabalho que atua neste segmento.

A proposta da autora, no capítulo dois, é a de trabalhar a esfera reprodutiva onde disserta sobre as tarefas, ditas de responsabilidade feminina, tentando mostrar que uma divisão sexual do trabalho mais justa no espaço reprodutivo ainda se encontra muito embrionária, apesar de já ter tido certo avanço.

Nos capítulos três e quatro a autora trata de maneira teórica a questão e estabelece que tratará “centralmente da sociedade capitalista destacando os elementos particulares da esfera da produção e reprodução, contemplando prioritariamente o universo feminino” (p.18). No capítulo três aborda fundamentalmente o trabalho como categoria fundante do ser social. No capítulo quatro aborda a esfera da reprodução, mostrando que esta categoria é uma dimensão essencial no processo de sociabilidade humana.

“Enfim, o eixo central que foi objeto da nossa pesquisa é o questionamento acerca da existência ou da inexistência de uma divisão mais igualitária do trabalho na sociedade capitalista. Este nosso estudo pretende oferecer elementos para responder essa questão e, desse modo, apresentar um panorama de como a divisão sexual do trabalho, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, das mulheres trabalhadoras no ramo do telemarketing vem ocorrendo” (p.19).

No capítulo I intitulado “A divisão sexual do trabalho no telemarketing: o espaço produtivo”, a autora desenvolve alguns aspectos referentes à feminização do trabalho no telemarketing; o telemarketing; um breve histórico; por que o telemarketing?; a empresa segundo o ideário patronal; retratos da precarização e exploração no telemarketing e a percepção das mulheres trabalhadoras do telemarketing.

A autora faz em um primeiro momento contextualização histórica da realidade da ocupação masculina e feminina pelo mercado de trabalho formal no período de 1992 - 2002. Afirma que “o setor de telemarketing é um dos segmentos que mais

emprega no Brasil” (p.35). Segundo ela, a utilização do gênero feminino não é um mero acaso já que no setor de *call center* aproximadamente 70% da força de trabalho existente é feminina e 45% é constituída de jovens dentre 18 e 25 anos, sendo que os salários variam de R\$ 400,00 a R\$ 1.200,00 para uma jornada de trabalho de 6 horas diárias por semana tendo uma folga intercalada no final de semana – ora sábado, ora domingo.

A autora define telemarketing como sendo “toda e qualquer atividade desenvolvida através de sistemas de telemática e múltiplas mídias, tendo como objetivo as ações padronizadas e contínuas de marketing” (p.37). Menciona que o telefone é o principal instrumento utilizado nesse procedimento. Como a expansão está em alta faz-se necessário programar a ação dos funcionários com qualificação bilíngüe. Por isso, há uma seleção cada vez maior desse profissional.

Nogueira explica a razão da escolha deste tema para a sua pesquisa. “A escolha de realizar esta pesquisa em uma empresa da área de telemarketing foi definida pelo caráter estratégico que essa infra-estrutura apresenta, ou seja, na era da mundialização do capital, esse seguimento do mundo do trabalho é uma das chaves para que se possa garantir a concorrência, ou em termos contemporâneos, a competitividade das empresas no mercado de trabalho” (p.41). Justifica ela que, nesse tipo de trabalho, é exigido como perfil profissional idade acima de 18 anos, boa dicção, fluência verbal, conhecimentos de informática e no mínimo o ensino médio completo, por ser desmembramento da atividade de telefonista. Esta atividade é exaustiva e pesada e, por causa disso, há alguns fatores predispostos ao adoecimento do funcionário. São eles: ritmo alucinante de trabalho; ausência de pausas para recuperar o organismo; metas de produtividade desgastantes (tempo médio de atendimento TMA); movimentos repetitivos; pressão constante de supervisores com controle rígido do trabalho; insalubridade do ambiente de trabalho; inadequação do mobiliário e dos equipamentos; postura estática, dentre outros.

Tais condições provocam diversas doenças: auditivas; a voz – fadiga vocal, calos, rouquidão, perda da voz; saúde mental provocando: alcoolismo, depressões, stresse, neurastenia, fadiga, neurose profissional; LER/Dort dentre outras.

A autora indica que “o objetivo desta pesquisa foi procurar compreender melhor a discussão que estou fazendo nesta tese sobre a existência (ou não) de uma nova divisão sexual do trabalho no espaço reprodutivo na sociedade de classes” (p.52). Em outros termos, “compreender como elas têm vivenciado essa

dimensão dúplice de trabalho, prioritariamente no que tange a divisão sexual do trabalho no seu espaço reprodutivo”.

“Nessa pesquisa, diz a autora, segui um roteiro de questões composta por duas partes, na primeira delas, foram elaboradas algumas perguntas com o intuito de entender como se efetivam as relações de trabalho das entrevistadas dentro da esfera produtiva. Na segunda parte, de que modo as atividades desenvolvidas no espaço reprodutivo expressam dimensões, também fortemente marcadas por uma divisão sexual do trabalho” (p.52).

Na primeira parte a autora procura explorar as questões relativas às funções, os direitos, a consciência (ou não) da exploração, das múltiplas formas de controle, do adoecimento, enfim, da precarização da força de trabalho, em particular a feminina. Para obter respostas a estas perguntas foram entrevistadas treze trabalhadoras de telemarketing em uma empresa brasileira que a autora chama de MARK-BRASIL. Nomeia as funcionárias com nomes fictícios. Primeiramente caracteriza em um breve resumo cada uma delas destacando: idade, estado civil, tempo de atividade na empresa pesquisada, onde vive e com quem, formação, se tem filhos, função. Em um segundo momento, descreve quais as percepções que elas têm do serviço que presta a empresa de telemarketing. Cada uma das entrevistadas apresenta situações relacionadas às categorias apontadas pela autora: controle do TMO ou TMA (tempo médio de operacional ou tempo médio de atendimento), quanto a este quesito, há uma reclamação por todas as entrevistadas de que é um controle exagerado sobre a ação de cada uma delas. O controle do trabalho é intenso, bem como o controle do tempo gasto ao exercer tal trabalho. O controle das emoções, a linguagem utilizada pelas funcionárias, a robotização e rotinização dos sujeitos no trabalho. Controle do tempo: são quinze minutos para lanchar e cinco para usar o banheiro. Dez segundos para atendimento de cada ligação recebida com vigilância efetiva através de aparelhos em outra sala que registra através de gráficos o tempo médio de atendimento de cada uma das funcionárias. Outro controle é o que se refere aos atrasos e absenteísmos das funcionárias. São punidas de diversas formas quando acontece um atraso, mesmo que seja por uma questão de saúde. Outro controle é a pressão psicológica, com a possibilidade de perda do emprego. Estímulo à competitividade entre as funcionárias com estímulos a produtividade, com campanhas de qualidade e melhor produtividade por causa da certificação que a empresa recebe a cada ano.

Em conseqüência, a autora aponta outro aspecto: a saúde das trabalhadoras. Praticamente todas as funcionárias reclamaram de algum sintoma relacionado à sua saúde, agravado ou surgido pela atuação como telemarketing: LER, cansaço, stresse, fadiga, dores nas costas, dores nos braços, nas mãos, nos olhos, de cabeça por causa da tela do computador, da iluminação, do barulho, da poeira, do ar condicionado que ora fica quente e ora fica frio dentre outras reclamações. A autora apresenta nas páginas 85 a 88 uma tabela sobre a reclamação das entrevistadas a respeito da freqüência de algum desconforto físico e ambiental onde elas trabalhavam. A autora constata que “a fragilidade na saúde da trabalhadora nos parece muito plausível em um ambiente de trabalho com tanto desconforto como o apresentado nestas páginas” (p.89).

Concluindo o capítulo a autora nos diz: “Tudo indica que o nível da precarização é realmente muito acentuado, os mecanismos de controle do trabalho apresentados no decorrer desse capítulo, ou seja, o controle do tempo de trabalho, das pausas para descanso, do comportamento emocional, do esforço mental e afetivo para que haja o cumprimento das metas de produtividade dentro do tempo imposto, facilitam sobremaneira o adoecimento das trabalhadoras” (p.89).

Enfim, este capítulo expressa de maneira bastante contundente, os aspectos de exploração que a referida empresa faz sobre as funcionárias, fazendo-as produzir no limite de seu esforço físico, psíquico, racional, emocional para uma evidente precarização da força de trabalho feminina no setor de teleatendimento.

No capítulo II, intitulado “A divisão sexual do tTrabalho no espaço da reprodução das trabalhadoras do telemarketing” a autora propõe “analisar a divisão sexual do trabalho no espaço reprodutivo da mulher trabalhadora do segmento da telefonia, mais especificamente do setor do telemarketing” (p.95). Indica também os objetivos: mostrar como se desenvolve a divisão sexual do trabalho na esfera reprodutiva da teleoperadora, trazendo alguns elementos que indicam as formas pelas quais o trabalho feminino se encontra presente no espaço doméstico. Estes objetivos vêm ao encontro do objetivo maior que é “mostrar que existe uma forte inter-relação entre a precarização da força de trabalho feminino e a opressão masculina existente na família patriarcal” (p.95).

Para atender a estes objetivos a autora vai ao encontro de treze trabalhadoras e as entrevistam sob alguns aspectos que dizem respeito a sua atuação como trabalhadora assalariada e trabalhadora doméstica, sem salário.

Discute a dupla e às vezes tripla jornada de trabalho, os cuidados com os filhos, com o marido, com os afazeres domésticos, além da perspectiva de gostar de ser mulher e a visão que a mulher tem dela mesma enquanto ser feminino. Nesse prisma discute o papel do homem enquanto alguém que está convivendo com ela e quais suas atuações nas obrigações domésticas. As respostas às entrevistas demonstram que a maioria dos homens ajuda nos serviços domésticos, entretanto não assumem como responsabilidades suas, deixando essa responsabilidade para a mulher. Afirma a autora “a participação dos homens no trabalho doméstico se encontra limitada a uma ajuda pontual, ou até mesmo, a uma atuação eventual” (p.105).

A autora enfatiza que essa percepção que a mulher tem dela mesma e do homem é fruto de construção social historicamente estabelecida. Para justificar esta idéia ela busca apoio em Simone de Beauvoir.

A autora diz que “tudo indica que o padrão em atribuir tarefas domésticas e também as familiares, como veremos mais a seguir, ao sexo feminino, compõe uma das principais convergências da experiência feminina independentemente de variações ou das especificidades da situação familiar ou do trabalho feminino no espaço produtivo” (p.102). Por exemplo, o cuidar dos filhos, do marido, do lar..

Quanto ao tempo livre das entrevistadas a pesquisa demonstra que a mulher ocupa sempre com outras atividades domésticas, ou mesmo traz para casa atividades do seu trabalho produtivo. Dessa maneira, a maioria das mulheres não possui tempo livre para si mesma. “Assim, podemos afirmar que essa apropriação pelo capital do ‘tempo livre’, ou seja, do não-trabalho no espaço reprodutivo levam em grande medida, a uma exploração ainda mais intensificada” (p.114).

O salário na maioria das vezes não é complemento, mas consiste em uma peça imprescindível e primordial para a subsistência da família. A autora afirma que “a questão da inserção da mulher no mundo do trabalho produtivo não se dá unicamente pela sua necessidade de emancipação, mas também pelo primado da necessidade, para a busca da sobrevivência e reprodução” (p.116).

As respostas às perguntas na entrevista realizada pela autora demonstram que “uma divisão sexual do trabalho tida como ‘natural’ é, portanto, um produto da história da relação entre o espaço reprodutivo e o produtivo, que seleciona e organiza as diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando essas diferenças, como base para a organização social” (p.128). Ainda sobre essa questão, a autora indica que “a divisão sexual

existente no trabalho e na reprodução é responsável pela situação de desigualdade da mulher no decorrer da história”. Diz ainda: esta análise confirma que a divisão sexual do trabalho está presente não só no espaço produtivo, como também no espaço reprodutivo, sendo representada, de certa forma, por uma relação de opressão existente na conformação da família patriarcal.

Assim, a autora é incisiva ao afirmar que há efetivamente uma exploração e ao mesmo tempo uma precarização do trabalho da mulher tanto no espaço da reprodução quanto no da produção capitalista.

No capítulo III, intitulado “O trabalho”, a autora faz uma discussão teórica sobre o trabalho buscando apoio nos grandes pensadores: Engels, Marx, Luckács, Gramsci dentre outros para apontar o histórico e a solidificação desta ação humana bem como suas conseqüências para a socialização.

Indica como objetivo deste capítulo: “análise sobre a categoria trabalho, uma vez que isso nos permitirá desenvolver as várias determinações presentes neste processo” (p.131). Para atender a este objetivo inicia o seu texto definindo o trabalho como ação humana de transformação da natureza para benefício próprio e conseqüentemente transformação da natureza para a socialização. A autora nos diz inspirada em Engels que “inserido o homem na sociedade, o trabalho foi se tornando cada vez mais central para sua sobrevivência e convivência” (p.132). Discute a questão da teleologia do trabalho, a objetivação da idéia humana sobre a realidade, a práxis humana através do labor. “O trabalho como posição teleológica primária, tem em sua origem e até mesmo em seu transcorrer, uma intencionalidade voltada para o desenvolvimento da condição do homem, em seu sentido mais abrangente e profundo” (p.139).

A autora afirma também segundo Luckács que no exercício de transformação da natureza o homem se transforma também e isso o socializa. Por isso, o homem se torna um ser social, graças ao papel ontológico do trabalho.

Para ela, “a divisão do trabalho, mediada e posta em ação pelo valor de troca, produz o princípio do controle do tempo através de uma melhor otimização dele” (p.149). Aponta ainda que é através do trabalho que o ser social busca a produção e a reprodução da sua vida societal, que ele cria e renova as próprias condições da sua reprodução.

Ao final do capítulo, a autora faz uma abordagem do desenvolvimento da ocupação da mão de obra masculina e feminina e conseqüentemente uma divisão

sexual do trabalho. Nesse sentido apresenta a subjugação da mulher à dupla jornada de trabalho e a sua evidente exploração. “Desse modo, além de serem mais exploradas no mundo do trabalho, somavam às cansativas e longas jornadas de trabalho do espaço produtivo com as intermináveis tarefas do espaço reprodutivo” (p.160).

Assim, neste capítulo, denso e profundo, teoricamente bem estruturado a autora demonstra o percurso histórico pelo qual a mulher foi assumindo um papel de atuação no mundo do trabalho produtivo e continuando com a sua responsabilidade do mundo do trabalho reprodutivo. Com isso, a precarização do trabalho feminino contribui para que ela seja explorada duplamente.

No capítulo IV a autora intitula-o como “A reprodução” cujo objetivo é fazer uma análise em um plano de maior concretude sobre os espaços reprodutivos e produtivos presentes na sociedade. Para isso, é necessário desenvolver teoricamente a idéia da reprodução e da reprodução humana pelo contexto social bem como pelo aspecto físico. Qual o papel da mulher nesse processo. Para desenvolver estas idéias ela se baseia no sistema econômico apoiando-se em Marx e fundamentalmente em Luckács. Inicia o seu texto abordando a questão referente à tecnologia, e afirma de que “quanto mais se desenvolve a tecnologia e a própria economia, mais complexa é a estrutura social, ou seja, mais clara se mostra a prioridade ontológica do seu ‘ser-precisamente-assim’ possibilitando a produção e a reprodução do ser social” (p.163).

Para ela, ainda, “em cada indivíduo é próprio um significativo número de possibilidades, mas a sua verdadeira essência surge no seu ser-precisamente-assim, quando se objetiva em ato uma possibilidade específica” (p.165). Isto é, quando o homem está inserido em um contexto e nele se faz. Ontologicamente isso significa que a personalidade humana, aquilo que a sustenta, mantém e reproduz, é a ela imanente, isto é, material, terrena. Justificando essa idéia ela indica que “o trabalho tem a capacidade de fazer emergir no homem novas capacidades e novas necessidades, as conseqüências do trabalho perpassam o quanto nele é imediato e conscientemente posto, acabando por fazer surgir necessidades e capacidades de satisfazê-las e fatalmente ‘no âmbito das possibilidades objetivas de qualquer formação determinada, na natureza humana este crescimento’ não se depara com limites traçados a priori” (p.169). Nesse momento do texto, a autora faz uma distinção entre a reprodução social a partir do trabalho e a reprodução humana para

atender às necessidades de um componente ideológico de mão de obra. Distingue a reprodução biológica para preservação da espécie e a reprodução biológica para atender as necessidades futuras de mão de obra. Mas também discute a reprodução humana no trabalho e o trabalho fazendo a reprodução das condições sociais de sobrevivência humana.

A autora, ainda, explicita as características ontológicas do ser social enquanto singularidade dizendo que “a reprodução humana é tanto individual quanto coletiva” (p.170). E enquanto a genericidade passa a ser a concepção de homem enquanto aquele que está apto a reproduzir o capital pela mão de obra vendida promovendo a mais valia para a burguesia. Justificando esta idéia, ela afirma que a alimentação, a sexualidade, as formas fenomênicas das tendências históricas, entre elas a cosmética, a vestimenta, os aspectos corporais estavam intimamente ligadas aos instintos eróticos-sexuais e que precisavam ser controlados e direcionados para a produção de mercadoria nas fábricas. Daí afirma que “o desenvolvimento do homem como um exemplar autônomo da própria espécie não se resume a sua peculiaridade biológica, mas, prioritariamente ao seu caráter social” (p.178). Assim, para ela, o ser social ao reproduzir a si próprio vai se tornando cada vez mais social, que constitui o próprio ser cada vez mais estruturado, forte e repleto de categorias sociais.

A autora aborda a problemática da família nuclear e patriarcal onde “o espaço doméstico familiar é fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora” (p.185). Nesse panorama ela demonstra como é o papel da mulher nesse contexto familiar de reprodução biológica e social do homem. Para tanto diz “podemos, no âmbito de nosso estudo, dizer que o trabalho realizado diariamente pelas mulheres no espaço reprodutivo possibilita ao capitalista e segurança da reprodução e perpetuação da força de trabalho e desta maneira garante também a reprodução e manutenção da própria lógica do capital” (p.191). Demonstra a sua indignação, afirmando que “a mulher se transforma em uma espécie de ‘exercito de reserva’ de força de trabalho sub-remunerada, permitindo que o modo de produção capitalista tenha ‘argumentos’ suficientes para continuar, em grande medida, seu processo de precarização do proletariado em geral, e da mulher trabalhadora em particular” (p.193).

Finalizando o seu capítulo, retomando as suas principais idéias, ela pode afirmar que o escopo é o de “apreender o objeto em sua complexidade (a

reprodução), indicando alguns elementos componentes da divisão sexual do trabalho tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo; entendemos a esfera reprodutiva como condição para a existência da esfera produtiva e vice-versa” (p.194).

Na conclusão, a autora apresenta algumas idéias a que chegou a partir da discussão realizada ao longo da tese. Uma das grandes idéias que apresenta é a relação entre trabalho no espaço produtivo e reprodutivo, destacando o papel da mulher, especificamente. E para isso ela demonstra através de depoimentos das treze mulheres entrevistadas em uma empresa de telemarketing, a divisão sexual do trabalho como um fenômeno do processo histórico dentro do sistema capitalista.

Esta idéia norteadora de seu trabalho proporciona condições para chegar a algumas afirmações importantes. São elas:

- [...] “podemos afirmar que as relações sociais de gênero, aqui representadas pela desigual divisão sexual do trabalho, baseiam-se na articulação do trabalho assalariado feminino com as suas funções de reprodução, uma vez que as relações de gênero no espaço produtivo e na esfera reprodutiva apresentam relação de exploração e opressão respectivamente” (p.198).

- [...] “podemos afirmar que uma das causas da desigual divisão sexual do trabalho, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, consiste em avaliar as implicações futuras do questionamento da autoridade capital” (p.199).

- [...] “nossa pesquisa constatou que a dependência financeira e o laço afetivo eram os principais fatores que mantinham as mulheres, no caso as teleoperadoras, vinculadas aos seus parceiros ou familiares” (p.202).

- [...] “podemos afirma que a divisão sexual do trabalho está no âmago das relações de poder presentes tanto na opressão que o sexo masculino exerce sobre o feminino, quanto na exploração que o capital exerce sobre a força de trabalho, como vimos na pesquisa que realizamos no universo do telemarketing” (p.205).

- [...] “podemos afirmar que a articulação entre a esfera da produção e esfera da reprodução ocorre baseada na lógica da divisão sexual do trabalho existente tanto no mundo assalariado como na família patriarcal” (p.208).

- [...] “podemos afirmar que as atribuições reservadas para as mulheres no mundo do trabalho estão diretamente articuladas às relações de poder presentes na histórica afirmação que o trabalho feminino tem menos valor que o masculino devido prioritariamente as suas especificidades ‘naturais’ de mãe e de esposa” (p.209).

Diante do exposto a autora descreve de maneira crítica a situação capitalista na qual o trabalho é fundamental para manutenção da sobrevivência humana. Nesse percurso ela apresenta alguns autores importantes que trabalharam de forma contundente a crítica ao sistema capitalista e suas conseqüências para o homem na sociedade. Ao final da conclusão a autora apresenta em poucas palavras a tese fundamental que vem defendendo durante o percurso de seu raciocínio. Assim apresenta:

[...] o modo de produção capitalista associado ao patriarcalismo constitui-se no principal responsável pelas desigualdades de gênero e de classe. A mulher, por sua vez, encontra-se inserida, como constatamos no transcórrer de nossa tese, tanto na esfera produtiva como na reprodutiva, porém, no mundo do trabalho ela se efetiva enquanto força de trabalho subremunerada e mais precarizada, justamente porque existe uma contradição na sua presença neste espaço: ao mesmo tempo em que o capital explora ao limite a sua força de trabalho, rebaixando, em grande medida, o valor do trabalho de toda uma classe, ele também necessita da mulher no espaço reprodutivo para garantir a sua manutenção e reprodução.(p.213).

Assim, a autora conclui o seu trabalho de maneira que possamos visualizar o papel da mulher na esfera produtiva e reprodutiva a partir de uma discussão teórica bem como do levantamento que foi feito junto às treze mulheres trabalhadoras de teleatendimento.

A.4 Quarta Tese

BLANES, Denise Neri. **Mitos e apostas no enfrentamento da pobreza brasileira**. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2004.

Na introdução Blanes faz uma discussão apresentando a origem de suas preocupações com relação à problemática do enfrentamento da pobreza no Brasil. Para isto, estabelece de maneira histórica e breve, a preocupação do governo federal brasileiro e suas iniciativas políticas e sociais na tentativa de enfrentamento da pobreza. Diante deste panorama a autora diz que “o objeto desta investigação é o exame e a análise da implementação dos programas de transferência de renda a partir da voz das famílias beneficiárias” (p. 10). Em seguida indica o objetivo que é “analisar o grau de inclusividade das necessidades das famílias no desenvolvimento de programas de transferência de renda” (p.10).

Para atingir tal objetivo ela elenca os eixos: do trabalho socioassistencial com as famílias; dos processos e estratégias de inclusão das famílias na malha de

serviços e relações sociais existentes no microterritório de pertencimento das mesmas; dos esforços de desenvolvimento local; e dos desenhos, condicionalidades e gestos dos programas.

Quanto à metodologia do trabalho ela escolhe “uma averiguação no âmbito do Serviço Social, cujo pesquisador é um sujeito ativo da investigação e da prática profissional objeto desta pesquisa” (p.11). Assim, o “universo de pesquisa é o conjunto de entrevistas comentadas e realizadas em 2003 pelos pesquisadores do curso de pós-graduação de serviço social e seus professores” (p.12). O testemunho de famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda foi uma forma de dar voz a um outro sujeito, nem sempre considerada. São famílias que compuseram vários estudos desenvolvidos por professores e pesquisadores do programa de pós-graduação em Serviço Social.

Em seguida, a autora faz apresentação das idéias básicas que compõem cada capítulo, cinco no total, chegando a uma idéia central em que expressa seu percurso e sua idéia básica de maneira simples. Diz ela: “a escolha do caminho – tanto para a realização desta tese quanto para delinear as apostas para o enfrentamento da pobreza – revelou que não há uma resposta definitiva, mas muitas e que estas realmente dependem de escolhas, por isso a aposta final é criar oportunidades para que as escolhas sejam feitas de forma consciente e que cada vez mais indivíduos escolham e, portanto, ganhem autonomia e liberdade” (p. 14/15).

No capítulo I, intitulado “O mito do enfrentamento da pobreza via transferência de renda” a autora descreve primeiramente a história de Diana, como representante das famílias beneficiárias do programa renda mínima. Aponta as condições da moradia, a situação econômica, a relação familiar, o trabalho, o legado familiar, as redes e o sistema de trocas, os serviços que ela desempenha, os sonhos, pesadelos, sentimentos... Enfim, detalhadamente indica como é a vida desta personagem real que o principal sonho é ter casa para morar com seus, ter segurança, ter trabalho para manter seus filhos. Dada a sua situação econômica não tem chances de crescer como pessoa. A autora diz “nessa condição de vida, as vulnerabilidades são de médio prazo e não de curto prazo. Portanto, uma transferência monetária por um ano não, supera as demandas para além da subsistência imediata, e por curto tempo. Para que um programa de transferência de renda, neste caso, ganhe efetividade, teria que se projetar por um período não

inferior ao alcance de algumas metas definidas em conjunto com os beneficiários. Estratégia esta, que só poderia se efetivar se as famílias fossem acompanhadas por profissionais que desenvolvessem um trabalho social de forma a permitir, por exemplo, no caso de Diana, construir e realizar um projeto de futuro” (p.22). É um conjunto de ações e investimentos na família que diminuirá o fosso entre a exclusão e a possibilidade de um equilíbrio, mesmo que tênue.

A autora faz algumas intervenções críticas apontando a situação política e social pela qual a política brasileira vem passando nos últimos tempos. É incisiva em dizer que “os programas de transferência de renda devem ser acompanhados de oportunidades de acesso à moradia, ou de melhoria das condições de habitabilidade” (p.23). E que os formuladores de políticas públicas de enfrentamento da pobreza têm um conceito restrito, em sentido de oportunidades para os pobres. Basta a escola para os filhos e profissionalização para os jovens/adultos. Não consideram como essencial que as famílias precisem de apoios sociassistenciais variados (p.23).

A autora faz uma discussão sobre o que os conhecimentos acumulados dizem sobre programas de transferência de renda, indicando os vários autores, e as várias teorias construídas para justificar e solidificar a ideologia que perpassa esta idéia. Inicia a sua discussão com Boaventura de Souza Santos cuja abordagem deste autor diz que “contextualizada a influência internacional no cotidiano do enfrentamento da pobreza, certo é que um dos seus ingredientes é a questão da renda. Mas, a pobreza, no entanto, é também resultante da ausência de oportunidades e usufruto dos serviços públicos. Como apresentado, a ausência de crescimento econômico, os déficits públicos, os ajustes fiscais, a falta de investimento social e econômico, sem dúvida, castigam os mais pobres, imobilizando-os na privação e exclusão” (p.30). Baseada em outros autores ela faz uma referência ao trabalho e as condições sociais, históricas e econômicas sobre a realidade atual. Fala sobre a proposta da abolição do trabalho assalariado. Aponta que a educação tem uma expressão significativa no processo de cidadanização do homem. “É preciso considerar que a cidadania é um atributo de toda a população e não só da elite”(p. 34).

Considera a autora, sobre a transferência de renda “que mesmo com sua distribuição massiva, de cobertura universal, aos que dela necessitam a renda básica e universal não é política de superação da pobreza, pois, em si e por si, não

emancipa; não desenvolvem capacidades substantivas dos pobres, não produz projetos de futuro” (p.41).

Para Blanes, “os programas de transferência de renda contribuem com os processos de enfrentamento da pobreza; têm impactos reais, mas, como estratégia única, não alcança a superação e mudança da situação de pobreza de um grupo, de um município, de um país. Ou melhor, a transferência de renda é instrumento estratégico, mas não suficiente. Precisa estar associada à política social e de desenvolvimento sustentável mais robusta no seu projeto de enfrentamento da pobreza e de um trabalho social de fortalecimento, vocalização e autonomização das famílias” (p.44).

Assevera ainda que “os programas de transferência de renda podem contribuir, e muito, tanto para a dinamização da economia em municípios e regiões brasileiras castigadas pela estagnação econômica, quanto para assegurar acesso a bens e serviços fortalecedores das capacidades dos pobres” (p. 45). Para isso acontecer é necessário que o trabalho social seja efetivo e com responsabilidades para desenvolver autonomia e que também não seja isolado.

Não podemos esquecer de que “no imaginário coletivo, a desigualdade está naturalizada, ou seja, como sempre existiu, sempre existirá. Muitos se consideram impotentes ou mesmo consideram um esforço sem resultados e buscam aliviar suas consciências com proposições compensatórias ou mágicas” (p.48). Esse é outro desafio que o Serviço Social tem de enfrentar.

Quando se fala em transferência de renda temos, segundo a autora, de perceber que “o cidadão não é visto, hoje, sem família” (p.51) e por causa disso, “o cidadão não está solto no mundo, habita em territórios e grupos de pertencimento; vive em pequenos grupos, dos quais um dos mais básicos chama-se família, e hoje, cada vez mais, esses grupos têm as mais diversas configurações” (p.51). A opção por família e não indivíduo é uma distintiva dos programas de transferência de renda no Brasil.

A autora conclui este capítulo afirmando que “a transferência de renda pura e simples, seja para a família, seja para o indivíduo, não é suficiente para desenvolver a autonomia e a liberdade” (p.52). É necessário que este projeto seja efetivado com ‘multi-ações’ e assim, somente assim, é possível travar um enfrentamento da pobreza e de suas múltiplas facetas.

No capítulo II intitulado “O mito da homogeneidade da percepção da pobreza” a autora faz uma reflexão sobre as diversas expressões de pobreza no Brasil. Primeiramente, como no capítulo I, ela toma uma família denominada Jenifer, para demonstrar a situação em que várias famílias brasileiras passam. Para isto, estabelece categorias identificadoras da situação sócio-econômica-existencial desta família. Assim, perfil, condições da moradia, situação econômica, relação familiar, o trabalho, serviço público (transporte, escola...), legados, sonhos, pesadelos, sentimentos... são os aspectos apresentados como fonte de informação caracterizando esta família. A autora é incisiva em dizer que “tanto a família de Diana quando de Jenifer com suas características tão específicas corrobora, mais uma vez, com o discurso teórico que desmistifica a situação de pobreza como apenas falta de renda. Introduce um componente adicional: a vulnerabilidade ou vulnerabilidades que sinalizam para diferentes expressões de pobreza que comportam como qualificantes do grau, intensidade e expressão de pobreza” (p.59).

No sentido de compreender que há pobreza diferentes Blanes diz que “a pobreza revela-se como um fenômeno multidimensional, heterogêneo, comportando várias expressões: pobreza transgeracional, pobreza rural e urbana, nova pobreza, pobreza absoluta, relativa, indigência, miserabilidade, privação. Pobreza é subnutrição, é baixa escolaridade, é falta de oportunidades, falta de participação, ausências de poder” (p.60).

Continuando, a autora faz uma discussão sobre as características evidenciadoras da pobreza no Brasil e afirma que “no Brasil, não há uma linha oficial demarcadora da pobreza e que por causa disso, a pobreza alimenta-se e persiste em função da desigualdade” (p.60/1). Em seus estudos revela que várias investigações têm definido que “os pobres são caracterizados por domicílio, consumo de bens duráveis, acesso à água, número de refeições-dia, grau de escolaridade, composição familiar” (p.64). Ela também faz uma discussão sobre a localização da pobreza urbana e rural. Indica os municípios onde há grande concentração de pessoas pobres, segundo os padrões do IBGE em 2002.

Ela discorre a respeito da pobreza e toma como exercício demonstrativo o Estado do Mato Grosso do Sul para servir como ilustração de como a pobreza tanto rural quanto urbana se estabelece. Ela diz que “o governo do Estado do Mato Grosso do Sul desenvolve o programa de inclusão social visando ao enfrentamento da pobreza e atingindo 76.731 famílias em duas modalidades de atendimento, o

programa Bolsa-Escola e o programa de Segurança Alimentar e Nutricional” (p.69). Para executar estes programas fez parcerias com entidades particulares e universidades. Nas páginas seguintes a autora descreve as características políticas, econômicas, sociais deste estado demonstrando através de tabelas a realidade das famílias.

A autora conclui o capítulo dizendo que os dados demonstrados revelam um avanço expressivo de programas de transferências de renda no país, embora ainda haja uma extensa estrada a percorrer. Os programas de transferências de renda constituem hoje uma política irreversível. “Além de garantir sua continuidade, é preciso aprimorá-los e engajá-los numa compreensão comum” (p.78). E ainda é visível a potencialidade presente nos programas de transferência de renda quando estes ganham abrangência, adesão, visibilidade, mas a efetividade do investimento está na continuidade, intensidade do trabalho e capacidade de garantir diversidade sem perder unidade, de forma a abraçar todas as situações e facetas da pobreza que se apresentam como desafios para o seu enfrentamento.

No capítulo III intitulado “O desenho dos programas de transferência de renda” a autora demonstra os aspectos de que “uma política contém sempre intencionalidades e arquitetura das ações... e que funciona como norma que regula o conjunto de programas daí derivados” (p.81). Em outras palavras, a política regula e o programa realiza. Neste capítulo, é proposto como objetivo debater elementos e características dos programas de transferências de renda imprescindíveis para a composição de seu desenho, de forma a garantir sua efetividade no enfrentamento da pobreza e no ganho de autonomia da população empobrecida do País. A autora também apresenta as diversas concepções de transferência de renda: Bolsa-Família, Peti, Benefício de Prestação Continuada dentre outras. Ela também afirma que “a transferência de renda como política nacional, a principal prática no enfrentamento da pobreza, abriga prioridades programáticas e de público-alvo” (p.81).

Ela tenta discutir fundamentalmente que “os programas de transferência de renda são desconcentrados ou descentralizados e devem ser complementados por ações das demais políticas públicas a critério e responsabilidade do município” (p.82).

Da mesma maneira como nos dois capítulos anteriores ela toma como ponto de referência uma família exemplar da situação social com necessidades e a

denomina de “A Historia de Maria...”. Descreve como esta família é constituída como núcleo familiar e quem são os seus componentes e o papel de cada um nela. Em seguida descreve também as relações familiares anteriores a sua constituição e atualmente como está. Indica outras categorias, como nos capítulos precedentes: os legados familiares; a realidade do trabalho; as redes e o sistema de trocas na interação com vizinhos; os serviços sociais no bairro indicam que há escola, posto de saúde, programa de renda mínima, sistema de transporte dentre outros; sonhos, pesadelos, sentimentos familiares que indicam a realidade atual e as ações que a família executa para se manter.

Em seguida, a autora tenta fazer um desenho da realidade da transferência de renda. Afirma ela que “um programa de transferência de renda deve prever, em seu desenho, situações em que, mais que desenvolvimento de habilidades para o trabalho, por exemplo, deve aliar estratégias de estabilidade e continuidade” (p.88). Também precisa ser apresentado ao seu público-alvo em sua inteireza, isto é, nos seus propósitos, critérios de inclusão, regras e normas de participação; de forma que esses possam se autofocalizar em seu campo programático, aderindo e apostando nos resultados pretendidos.

Um outro aspecto é que “há nos programas de transferência de renda, sobretudo nos de maior cobertura, limites, a priori, do tempo de destinação do benefício e esse padrão temporal de cobertura acaba por produzir um descompromisso com os resultados no enfrentamento da pobreza, assim como homogeneiza suas diversas expressões, graus e tipos de vulnerabilidade apresentados pelas famílias pobres” (p.90). Isso se justifica pelo fato de que o grau de miserabilidade ou de vulnerabilidade que as famílias apresentam, aliado a pouca oferta de serviços e de oportunidades, exigem flexibilidade nos programas sociais.

Outro aspecto importante é aquele referente ao critério de escolha. A autora afirma que, “são poucos os programas sociais que associam ao critério renda, outras variáveis que podem identificar situações de vulnerabilidade e pobreza” (p.92). Isso significa que o mito da sabedoria técnica em contraposição ao saber popular e vivencial não pode impregnar os desenhos dos programas sociais. “Assim, como a pobreza não pode ser restringida à ausência de renda, o desenho dos programas de transferência de renda não pode ser projetado como estratégia compensatória, ou seja, como forma de reparar o ‘mal’ com um ‘bem’ ‘quase’

correspondente” (p.93). Em outras palavras, devem ser assegurados os “mínimos sociais” para a sobrevivência das famílias e, não, do indivíduo particularmente.

A autora nos diz que, “o acompanhamento e monitoramento das ações de transferência de rendas já realizadas ou em andamento, têm permitido apontar os limites e as dificuldades a serem superadas nos desenhos e ações da política social brasileira” (p.97). Nas páginas seguintes, ela apresenta como componentes dessas dificuldades os equívocos a ser sanados: pulverização das iniciativas; fragmentação da gestão/concorrência; isolamento/desarticulação; descontinuidade dos programas; confiabilidade; parcerias com a própria família; metodologia de trabalho com famílias. Em decorrência deste olhar sobre estes equívocos, aparecem outros: eleger a mulher como responsável pelo estabelecimento da relação e parceria com programa, acarretando mais uma atividade para ela; preconceber um padrão de desempenho da família; oferta de assistência para a subsistência cotidiana e desconsiderar a importância do investimento no desenvolvimento da autonomia do grupo familiar.

Apresenta também, neste capítulo, a história de outra Maria para ilustrar como o programa pode reforçar e fortalecer a família. Indica o perfil, as relações familiares, a saúde, os legados, o programa de renda cidadã, as redes e sistemas de trocas entre os vizinhos, sonhos, pesadelos, sentimentos familiares.

Para a autora “o assistente social é um profissional que, em tese, deveria mediar de forma competente a destinação de benefícios, mas nem sempre está preparado para compreender as razões das atitudes aparentemente desconexas da população beneficiária” (p.106). Ela justifica esta assertiva porque constatou que, no caso da outra Maria, houve dificuldade do assistente social em perceber as necessidades existenciais da família, inclusive indicando como deveria ser gasto o dinheiro recebido. Isso implica que “o programa precisa ser visto como direito, como resposta a necessidades, como resposta a condições conjunturais e, em certa medida, estruturais” (p. 107).

Diante disso, a autora afirma, a perspectiva dos programas de transferência de renda deve ser redistributiva, na medida em que sua estreita e necessária articulação com a política econômica, desencadeie a possibilidade de inversão do modelo concentrador de renda e sua possibilidade de articulação com as demais políticas sociais, propicie acesso e garantia de direitos sociais à população em situação de pobreza e, ainda, propicie condições progressivas de inclusão social.

No item “a perspectiva da população beneficiária contribui no desenho de programas sociais” a autora indica algumas questões estratégicas que poderão facilitar o trabalho do programa. Assim, aponta: a família, no geral, expressa suas necessidades, e sabe o que precisa fazer com o recurso recebido; a fixação de tempo de permanência inadequado e desligamento das famílias dos programas de transferência de renda têm se mostrado como um limite para a autonomização dos grupos vulnerabilizados e, de extrema pobreza; a existência de um trabalho de acompanhamento socioassistencial, das famílias, dos grupos, dos indivíduos participantes dos programas de transferência de renda; a necessidade de acessar e melhorar a qualidade da oferta das demais políticas sociais como saúde, educação, transporte, cultura, lazer, entre outras.

A autora conclui o capítulo dizendo, “sem a análise do desenho dos programas de transferência de renda, não é possível examinar a inserção dos interesses e necessidades das famílias em situação de pobreza na implementação desses programas” (p.110). Afirma também que “nossa população em situação de vulnerabilidade social aponta, dá pistas para o sucesso de programas e políticas sociais; cabe ao técnico, ao burocrata, ao formulador de políticas criarem estratégias para essa chamada massa de silenciosos se torne uma massa de parceiros” (p.110). Portanto, são necessários estes dois aspectos conjugados para a eficácia dos programas.

No capítulo IV intitulado: “O trabalho socioassistencial necessário na ‘receita’ da transferência de renda”, a autora aponta que há discussões teóricas sobre o desenvolvimento do trabalho socioassistencial e ela propõe como principal objetivo, neste capítulo, abordar esta questão, tanto na perspectiva da população quanto no enfoque dos limites e possibilidades advindos das ações de intervenção e acompanhamento de famílias em situação de pobreza.

Para iniciar a sua reflexão ela toma “uma família da zona rural: Estefânia” como manifestação da realidade a ser discutida, como fez nos capítulos precedentes. Da mesma maneira ela estabelece como categoria o perfil da família apresentando a realidade e a sua constituição. Em seguida escolhe as relações familiares, os serviços públicos, o legado familiar, os sonhos, pesadelos, sentimentos e desafios.

Na fala de Estefânia a autora detecta a idéia “do imaginário da população em situação de pobreza que se pela reveste pela moradia, bem como da

possibilidade de inclusão social, segurança, melhoria e qualidade de vida, um futuro melhor” (p.116/7). Principalmente os habitantes da zona rural que tem como padrão de comportamento a realidade urbana. Nesse sentido, “as trocas de experiências, valores e necessidades entre o mundo rural e o mundo urbano estão cada vez mais imbricada, determinando os padrões almejavéis de qualidade de vida e perspectivas de futuro” (p.117). A autora também afirma que as famílias consideram a transferência de renda uma estratégia positiva para investir na qualidade de suas vidas, mas não têm ilusões quanto a esta ser a saída da pobreza.

A pouca alternativa de trabalho na zona rural dificulta ainda mais a vida cotidiana das pessoas, principalmente aquelas sem nenhuma instrução escolar. Daí a importância da ação do assistente social em ir ao encontro dessas pessoas e promover alternativas para melhorar as suas condições de vida. Para a autora, “o trabalho socioassistencial é um dos ingredientes [...] de fundamental importância para estar presente no desenho dos programas de transferência de renda” (p.119). Para a autora, toda ação tem uma intenção. Pois, a intenção de ir ao encontro dessas famílias em zona rural pode significar o verdadeiro trabalho do assistente social, ir onde as pessoas estão e fazer valer os seus direitos para atender as suas necessidades como cidadãos. Para ela, “o trabalho socioassistencial é uma possibilidade de assegurar eficácia na produção de mudança, na medida em que incidem sobre valores, posturas e comportamentos” (p.120). Afirma ainda, o resultado deste trabalho não é visto imediatamente e nem sempre são perceptíveis em períodos curtos de tempo.

A autora descreve detalhadamente a característica e o papel socioassistencial com suas implicações no cotidiano das pessoas assistidas. Destacam nessa discussão, as metodologias incidentes “no conhecimento da realidade local, no acolhimento integrador do grupo beneficiário ao programa, no investimento nas relações sociais e ‘espaços’ de convivência, na participação das famílias no micro território, na articulação e integração das diversas intervenções públicas” (p. 123).

A autora conclui o capítulo afirmando, “o trabalho socioassistencial competente pode e deve fazer parte desse esforço de investimento sociotecnológico de busca de efetividade no enfrentamento da pobreza” (p. 128).

No capítulo V intitulado “Apostas e considerações finais” a autora tenta fechar a sua discussão abordando as principais conclusões de cada capítulo da

tese. Ela afirma que “a complexa sociedade contemporânea de que falamos exige um fazer retotalizante do tecido social. Exige um pensamento estratégico necessariamente multisetorial ou polisetorial” (p.130). Para justificar esta assertiva ela discute a municipalização, estadualização e federalização de algumas transferências de renda. Para efetivar essa ação política os “programas multisetoriais de enfrentamento à pobreza implicam transferência/complementação de renda a famílias articuladas a um conjunto mais robusto de ações socioeconômicas voltadas a obter efetividade social” (p.131).

Ela constata, o principal e maior programa de transferência de renda – o Bolsa Família – mantém-se centralizado no governo federal, embora realizado nos municípios. Isso significa que os municípios não aderem efetivamente a este programa, mas apenas o faz cumprir segundo as orientações do governo federal. Não há, todavia, uma efetiva campanha de combate à pobreza. Também “os programas de transferência de renda conformam-se na maioria dos municípios como programas pontuais e de curta duração. Não ganham densidade e auto-sustentabilidade. Permanecem periféricos e compensatórios, mantendo-se apenas enquanto o repasse de recursos federais” (p. 133).

Uma outra observação constatada é em relação ao trato da pobreza. “É possível afirmar a existência de um generalizado desconhecimento no trato direto com os pobres. A desigualdade enraizou-se de tal forma que perverteu o olhar técnico-político” (p. 133). Isto desencadeou dois movimentos de cima para baixo de baixo para cima. Ou seja, o Federal define os programas de transferência de renda para serem assumidos pelo Município e o Município assume uma prática na relação direta com os pobres mediatizada pela tutela, e responde às exigências do Federal.

A autora é incisiva em dizer que “na base dos macroprocessos aqui assinalados – gestão multisetorial descentralizada, capacidade gerencial e operacional dos governos locais para autonomia pró-ativa de governança – é necessário buscar a mudança de paradigmas para sustentarem as metodologias de ação com os pobres, incluindo-se aí a participação e a vocalização da população” (p. 134). Para a realização dessa proposta assevera: em **primeiro lugar**, precisamos operar com agentes da própria comunidade, treinados para atuar com essas famílias, visando o acesso a atividades socioculturais e lúdicas mais próximas e pertinentes, em seu próprio microterritório; **segundo lugar**, usar os recursos tecnológicos próprio da sociedade do conhecimento em que vivemos (o computador,

a Internet..) podem e devem ser utilizados como estratégias de gestão, aprendizado e inclusão social; **terceiro lugar**, assegurar aprendizados pela via da intervenção social na própria comunidade, com base em projetos cívicos, comunitários, de significado coletivo; **quarto lugar**, adensar os programas de transferência de renda com estratégias articuladas de ofertas de serviços, ou melhor, desobstrução dos acessos aos serviços públicos; **quinto lugar**, flexibilizar o trabalho social para responder a uma série de condicionantes como o público alvo, território, cultura, religião, nível de conhecimento e envolvimento dos agentes, dentre outros. Dessa maneira, “a pauta do trabalho social não pode priorizar, tão-somente, o emprego, a renda. Precisa introduzir um rol de oportunidades de desenvolvimento de capacidades substantivas” (p. 137). Em outras palavras, há de se superar a concepção de benefício para a subsistência e transformá-lo em possibilidade de resposta às necessidades básicas, na perspectiva de garantir “saúde física e ganhos de autonomia”.

Encerrando a discussão e apresentação de sua tese a autora diz que “Os programas de transferência de renda são ‘estratégias de urgência’, no enfrentamento à pobreza e à desigualdade socioeconômica no Brasil. E ganham significado moral de um mínimo de justiça social neste país. É lógico que se precisa de mais, para além do proposto, na pauta de enfrentamento da pobreza – crescimento econômico, serviços urbanos e sociais – é necessária vontade coletiva (política) de buscar maior equidade e redução das desigualdades” (p.139).

A.5 Quinta Tese

BRITO, Maria Argenice de Sousa. **Plantão social**: de prática institucional para serviço público de direito; contribuições para a gestão do SUAS: Sistema Único de Assistência Social. 2005. 258f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2005.

Na introdução, a autora indica a fundamentação teórica que utilizou em sua tese e o tema abordado, descrevendo os aspectos pesquisados. Ela aponta inicialmente, “este estudo coloca sob análise uma prática social, o plantão social que permanece presente na maioria dos serviços públicos de assistência social, e até mesmo em organizações privadas de benemerência ou filantropia” (p.17)

A autora apresenta que “no estudo atual a base empírica foi estendida a toda a região da grande São Paulo – oeste, composta por 15 municípios, quais sejam: Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapevi, Itapeçerica da Serra, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista” (p.21). Mas, também, faz comparação com uma cidade francesa Grenoble. Segundo ela, “este estudo busca analisar as características do plantão social de modo a reconhecer as rupturas e continuidades que serão exigidas para fazer a transição dessa prática talvez mais organizacional do que institucional na dinâmica do Sistema Único de Assistências Social – SUAS” (p.21).

Quanto ao aspecto metodológico a autora diz: “para estudar os diferentes locais denominados plantões sociais foi realizada uma investigação de caráter exploratório e qualitativo decorrente da própria natureza do objeto de estudo” (p.35).

Quanto à pesquisa exploratória “percorreu-se preliminarmente a revisão das publicações de trabalhos de conclusão de curso de Serviço Social da PUC-SP – TCCs, dissertações e teses cuja temática tenha sido o plantão social, mas estes se mostraram insuficientes para dar conta da análise pretendida pela pesquisadora sobre o tema e, face ao momento particular atual de implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Assim, a exploração do real para além do documental exigiu o estudo de campo realizado por meio da observação participante, entrevista, o registro fotográfico dos locais e ambientes. O material bibliográfico brasileiro e francês sobre o tema foram recolhidos, analisados de modo a subsidiarem conceitos, diferentes visões e as análises aqui realizadas. O estudo documental incluiu os planos municipais de assistência social dos 15 municípios da região grande São Paulo – oeste, referente ao período de 2001 – 2005 ” (p.49). A técnica para obtenção dos dados foi a utilização de entrevistas semi-estruturadas, nas visitas e no contatos com profissionais, perfazendo um total de 61 sujeitos. O conteúdo transcrito e analisado de maneira qualitativa, fazendo as devidas tabelas, os gráficos e, por fim, elaborando as categorias próprias do tema proposto.

No capítulo primeiro, intitulado “A gestão da assistência social nos municípios da região grande São Paulo – oeste”, o objetivo do estudo é “trazer a realidade da gestão da assistência social nos 15 municípios da região grande São Paulo – oeste, buscando examinar os planos de assistência social nas cidades e os vínculos e informações que trazem sobre o plantão social”. (p. 79). A autora diz que

“no estudo atual a base empírica foi estendida a toda região da grande São Paulo – oeste, composta por 15 municípios, quais sejam: Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Tapevi, Itapeverica da Serra, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista” (p.21). Para atingir o objetivo estabelecido, a autora faz uma caracterização dos municípios escolhidos como foco deste estudo. São destacados alguns aspectos para este trabalho: população total e parcial de cada cidade em particular; situação geográfica urbana correlacionando-os com a extensão territorial brasileira; a história da constituição de cada município; os aspectos do turismo; os aspectos das receitas para os municípios; a classificação do IDH regional e o impacto dele na economia de cada município.

Apresenta os vários aspectos relacionados ao papel do Serviço Social e suas distintas atuações em cada município. Descreve as várias nomenclaturas utilizadas nos serviços sociais municipais. A autora também faz uma comparação entre as ações desenvolvidas nos municípios e o que define a Lei – principalmente a LOAS e o SUAS. Mostrado um quadro onde destaca o município, a nomenclatura e o gestor responsável por este trabalho do Serviço Social.

Quanto à avaliação e monitoramento de assistência social destaca que há divergências nos procedimentos e isso depende dos “instrumentais específicos” e disponíveis em cada município. “Não há uma padronização da avaliação e monitoramento nas regiões em estudo” (p. 83). Aponta que “sete municípios afirmam realizar avaliações periódicas que variam de três a seis meses” (p.83). Há um acompanhamento das ações de necessidades diagnosticadas na avaliação.

As preocupações dos municípios mais evidentes destacados foram: “localização geográfica, crescimento populacional, cidade dormitório, fluxo migratório, problemas sociais, desemprego, desorganização familiar, desestruturação familiar, serviços emergenciais, violência doméstica, maus-tratos, gravidez precoce, desemprego, dentre outros” (p.84).

Os planos municipais de assistência social estudados pela autora, nos municípios, apontam o plantão social como destaque em todos os municípios. A autora descreve cada município, através do plantão social, como executam ações de assistência social. Ela verificou, mediante entrevistas: benefícios emergentes, transporte, solicitação de cestas básicas, fotos, alimento, vestuário, medicação, auxílio funeral, documentação, isenção de impostos, auxílio judiciário, previdenciário,

orteses e próteses, material de higiene e limpeza, gás, aluguéis, enxoval de bebê. Estas são ações emergenciais que atendem às necessidades básicas e urgentes de uma população em situação de vulnerabilidade social.

Em síntese, neste capítulo a autora aponta a amplitude do trabalho que os assistentes sociais executam nos diversos municípios estudados. Chega à conclusão de que, tais cidades fazem este trabalho, embora cada um com sua especificidade e seus planos sociais, regidos por uma política municipal.

No capítulo II, intitulado “O lugar do plantão social e o plantão social como lugar de cidadania” a autora desenvolve uma descrição dos vários municípios sobre “as particularidades da arquitetura e do local onde se realiza o plantão social” (p.89). Primeiramente, ela vai definindo o termo lugar baseando-se em vários autores e em seguida apresenta que “considerando que o lugar faz a diferença, o serviço que a instituição oferece ao usuário define-se por um conjunto de componentes ou de características que enquadram o atendimento em si mesmo: arquitetura dos locais de atendimento, acessibilidade, tempo de espera, condições do tempo de espera (com que a pessoa conta)” (p.92).

Ela define como objetivos deste capítulo: 1 - caracterizar os plantões existentes nos municípios, a descentralização e o quadro de recursos humanos que possuem face à adequação; 2 - examinar o lugar do plantão social em cada uma das 15 cidades da região grande São Paulo – oeste; 3 - fazer breve inserção sobre o serviço de acolhida da cidade de Grenoble (França), que tem algumas similaridades com o plantão social, avaliações e situações especiais e 4 - analisar o plantão social como lugar de cidadania.

Apresenta uma tabela e um gráfico indicando a localização e a correspondente percentagem de cada município no total da região grande São Paulo – oeste. Também apresenta o método de trabalho nesses dizeres: “o estudo aqui desenvolvido foi construído por meio de visitas de campo, tendo viajado a pesquisadora para os 15 municípios da região grande São Paulo – oeste por mais de uma vez” (p.97). Nessas viagens houve o registro das falas por intermédio de entrevistas com agentes do serviço social, usuários e dirigentes, bem como registro fotográfico dos ambientes de atendimento ao público.

Foi feita uma descrição detalhando e identificando a localização de cada município em relação ao marco zero: Praça da Sé, sua fonte de renda, sua população, seus núcleos de atendimento e o que era solicitado aos agentes sociais

pela população usuária. Há fotos registrando cada um dos Postos de Plantão Social. É um capítulo bastante descritivo e detalhadamente elaborado, mostrando as características específicas de cada município.

Após a descrição de cada uma das cidades envolvidas na pesquisa a autora apresenta uma discussão focalizando o plantão social como lugar de cidadania. Primeiramente, ela define seu entendimento sobre essa idéia dizendo: “entende-se aqui como lugar de cidadania as próprias condições do espaço como condições de respeito à dignidade e condições humanas. Destacam-se como objetivadoras dessa a condição cidadã: a privacidade, a acessibilidade do serviço, a prioridade de usuários, a racionalidade na atenção, a capacidade de respostas, o direito ao tempo, a tecnologia de trabalho” (p.145).

Em seguida, a autora continua sua discussão apontando como é realizado cada um destes pontos nos vários municípios, a partir de uma observação in loco, entrevistas com usuários, e técnicos, bem como com assistentes sociais no serviço. Nessa discussão ela indica praticamente todos os municípios que têm dificuldades, de alguma ordem em relação aos pontos em foco nessa investigação. E conclui sua apresentação descrevendo ou pelo menos indicando alternativas para melhorar o atendimento. Assim, diz: “[...] há múltiplos elementos que vêm ao encontro do processo de reordenamento desse serviço, como alguns que são citados a seguir: - a eliminação definitiva do “atestado de pobreza”; - a racional utilização dos impressos, (papéis) como defesa do usuário e não apenas como burocracia, como acesso dos usuários aos seus dados; - as demandas dos usuários e as soluções vinculadas às políticas públicas; - a relação entre tempo de espera e o respeito ao direito do cidadão, a qualidade do serviço prestado; - a garantia de espaço de atendimento condizente com a demanda da população e o respeito aos diferentes graus de privacidade; - oferecimento de espaços de acolhida, com infra-estrutura básica para a espera pelo atendimento; - espaços físicos adequados para o acesso de todas as pessoas com atenção especial para as pessoas com deficiências, tendo localização territorial privilegiada para a população; - a integração dos diversos serviços em rede própria e regional, para obter melhores resultados; - qualificação técnica dos profissionais que atuam na área de acordo com as exigências da demanda e; - o caráter preventivo da proteção social” (p.160).

Assim, a autora faz uma apresentação clara e explícita dos procedimentos no plantão social realizado em cada um dos municípios estudados, destacando as

dificuldades e as atuações consideradas boas. É um capítulo completo quanto à proposta de objetivos para a análise do tema em foco: plantão social.

No terceiro capítulo intitulado “Leituras do plantão social pelos profissionais e pelos usuários” a autora discute, a partir dos depoimentos dos envolvidos na pesquisa, as considerações e as leituras de cada setor depoente. O objetivo ela estabelece como “buscar compreender e analisar as diversas modalidades de plantão social, como foram reunidas dezenas de entrevistas sobre o assunto com usuários e assistentes sociais, e a elas somam minhas próprias experiências profissionais na região” (p.161). A autora expressa com relação à metodologia a seguinte postura: “adotei como metodologia a desconstrução e reconstrução dos discursos para a reincidência dos temas que identificam o plantão social. Isso permitiu identificar quatro grandes temas: 1 – a emergência ou urgência social; 2 – o assistencialismo ou o caráter paliativo imediato; 3 – o sofrimento profissional e o sofrimento da exclusão do usuário; 4 – o contraponto do respeito aos direitos dos usuários na concepção e na operação do serviço” (p.162).

A partir dessa definição a autora faz uma identificação, mediante tabelas, dos assistentes sociais e dos usuários respondentes. Nessa identificação usa letras e números para evitar a identificação pessoal dos participantes. Dentro dos quatro grandes temas discute detalhadamente as leituras feitas pelas entrevistas e estabelece categorias para serem descritas. Dentre elas podemos citar: formação acadêmica, a realidade do trabalho do assistente social como precário, em alguns casos; longa distância entre sua residência e o local de trabalho; preocupação com a solução das necessidades da comunidade onde trabalha; angústia do profissional em não poder atender todas as demandas. Enfim, a autora apresenta que “as justificativas são as mais diversas. A primeira delas é a ausência de recursos ou solução para priorizar as necessidades apresentadas pelos usuários; acúmulo de atribuições; a falta de autonomia; a ausência de capacitação; a baixa remuneração; a precariedade nas condições de trabalho; falta de espaço apropriado para a escuta e para o acolhimento da população; falta de profissionais assistentes sociais na linha de frente, no atendimento da porta de entrada do serviço da população; falta de trabalho interdisciplinar” (p.182).

A autora também apresenta as características dos usuários dos serviços. “Os usuários dos municípios, na sua maioria, vivem numa situação de pobreza e recorrem aos serviços do plantão social, moram nos bairros periféricos e possuem

um histórico de migração” (p.186). Outras características destacadas foram: a faixa etária, desempregados, número de filhos, os arranjos familiares monoparentais dando destaque para as mães, o baixo rendimento das famílias, nível de escolaridade também baixo, ficando entre 4 e 5 séries na sua maioria.

Quando entrevistados os usuários sobre o atendimento no plantão social manifestaram que há: falta de tempo para o assistente social ouvir, a humilhação, um local de ajuda, a demora em ser atendido em suas necessidades básicas urgentes dentre outras reclamações.

Por outro lado, quando os profissionais são entrevistados há uma discussão sobre o conceito que se tem do papel do assistente social enquanto profissão. Pois na maioria das vezes entende-se por assistente social o juiz da exclusão do excluído. A ajuda é insuficiente para atender a todas as necessidades urgentes dos usuários. O plantão é um lugar de primeira acolhida onde as pessoas vêm para buscar apoio para suas necessidades básicas, mas também, para conversar, buscar apoio psicológico, além do material. A autora discute os vários conceitos sobre urgência no atendimento, a hierarquização das situações de urgências como dificultador no atendimento. Em seguida, apresenta os vários aspectos manifestos no Sistema Único da Assistência Social, cujo escopo é atender de forma igualitária, organizada, resolutiva, descentralizada e com competência.

A autora conclui este capítulo informando as providências que a Secretaria da Assistência social de São Paulo, principalmente nestes municípios, adotaram como programas: Programa Defende, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Assim, diz-nos “nesse contexto foi criado um processo diferente, as famílias foram nucleadas não a partir da renda, mudando assim o enfoque, ou seja, quando a família tiver uma situação de vulnerabilidade ela receberá a bolsa como apoio. As equipes técnicas foram divididas de acordo com a Segurança da Assistência Social. Há a equipe do Acolhe e a Equipe do Convívio” (p.231).

Portanto, neste capítulo a autora demonstra a situação de leitura que os envolvidos na pesquisa fazem da realidade do plantão social nas diversas situações, nos diversos pontos de vista. Conclui apontando os caminhos e as ações que a região da grande São Paulo – oeste fez para padronizar alguns atendimentos nestes municípios.

Na última parte da tese, intitulada “*Considerações Finais*” a autora retoma os vários temas propostos durante a construção de seu raciocínio e, de certa forma, tenta fechar a discussão a partir de considerações conclusivas. Nesse sentido, ela indica que “todo este trabalho foi construído com múltiplos diálogos, e considero incompleto e inadequado não constar destas considerações finais algumas das conclusões manifestadas no Brasil e na França.” (p.232).

Algumas considerações feitas pelos depoimentos dos usuários e dos profissionais dizem respeito ao retorno da pesquisa “espero [...] que você volte aqui para dar o retorno” (p.233).

A autora destaca como síntese a necessidade de providências urgentes para solucionar principalmente a ausência de articulação de um mesmo serviço realizado entre os municípios da mesma região. Para isto, propõe: “é necessário forte capacitação para técnicos e gestores para que ocorram as mudanças necessárias (e urgentes) para a implantação do Sistema Único de Assistência Social nos municípios da grande São Paulo – oeste. A permanência do paradigma conservador, de uma prática assistencialista, não introdução de paradigma de política pública de direitos precisa ser rompida” (p.245).

“A investigação sobre o serviço plantão social registra a ocorrência de uma contínua tensão entre os profissionais defensores da qualificação técnica do plantão como serviço e outros que o consideram uma mera atividade emergencial e de pronto-socorro, cuja finalidade é recepção e encaminhamento” (p.246). Para resolver a estes impasses é necessário, segundo a autora, formular uma política onde o centro de referência de assistência social receba força para ser implantado atendendo aos usuários de forma descentralizada nas áreas onde se concentram as populações com maior vulnerabilidade e risco. Por isso, “o papel do plantão social como distribuidor de benefícios deve ser substituído pela gestão de bancos de usuários, não do caso individual, mas da capacidade de leitura da realidade e das vulnerabilidades das famílias, menos entrega de cestas (benefícios) e mais ênfase para a política de proteção social básica de efetivação de serviços continuados. Outra urgência será a substituição do caráter burocrático de funcionamento pela seleção e triagem pela lógica de direitos de cidadania, com presença forte do trabalho social com a perspectiva de trabalho em rede” (p.247). É importante, segundo a autora, pensar nas questões que perpassam o plantão social em termos de resposta duráveis para as situações apresentadas pelos usuários.

A autora conclui dizendo que: “pode-se afirmar que o serviço de plantão social, assim como está hoje, pode ser caracterizado como híbrido e fluido, na medida em que não possui uma especificidade, mas sim uma diversidade de atenções ao usuário, sendo o profissional mais um representante institucional do que um mediador de direitos do cidadão” (p.257). E para resolver a esta situação ela é enfática em dizer que deve haver uma “aproximação entre a academia e as realidades municipais no sentido de inclusão desses profissionais em grupos de estudo e pesquisa que propiciem aos técnicos a reflexão, revisão, atualização e produção de conhecimento e intercâmbio de experiências sobre as diversas realidades” (p.258).

APENDICE “B”

**TESES DA UNIVESIDADE ESTADUAL
PAULISTA (UNESP/CAMPUS DE FRANCA-SP)**

**TESES DA UNIVESIDADE ESTADUAL
PAULISTA (UNESP/CAMPUS DE FRANCA-SP)**

B.1 Primeira Tese

OLIVEIRA, Josiani Julião Alves de. **O trabalho do professor universitário: percepções e sentimentos de assistentes sociais.** 2004. 100 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca. 2004.

Na Introdução é apresentado o tema com algumas considerações de como foi escolhido e selecionado. A autora apresenta um pequeno histórico de sua função de assistente social e de professora universitária como ponto de partida para a pesquisa. Demonstra também que a “proposta de investigar nesta pesquisa o que profissionais formados em diferentes cursos de Serviço Social perceberam e sentiram a cerca do papel de seus professores em sua formação” (p.13).

Apresenta como objetivo principal “procurar entender o elo entre a formação do profissional de Serviço Social e a postura que professores assumem no trabalho” (p. 14). E para atingir este escopo ela indica os objetivos específicos: desvelar os significados atribuídos por assistentes sociais ao professor; investigar os sentimentos e percepções do assistente social sobre o papel do professor na sua formação pessoal e profissional.

Para alcançar a estes objetivos ela estabelece o procedimento metodológico, indicando que “a pesquisa de campo foi realizada com assistentes sociais da região de São José do Rio Preto, através de entrevistas semi-estruturadas e avaliadas pela análise temática de conteúdo” (p.14).

Como questionamentos principais a serem respondidos: como o assistente social percebeu a participação do professor em sua formação?; O professor contribuiu efetivamente para a construção dos conhecimentos essenciais à sua capacitação profissional?; Em que medida foram facilitadores no processo de ensino e aprendizagem?; Os assistentes sociais percebem a interferência dos professores em sua formação pessoal, no sentido de terem contribuído para que se tornassem pessoas melhores e mais felizes?

No Capítulo I denominado “O trabalho do professor” a autora propõe “considerar a influência das novas configurações do trabalho na sociedade

contemporânea da informação e do conhecimento, das tecnologias avançadas e do estado mínimo” (p.16). Para atingir a este objetivo o capítulo é dividido em itens: 1 - um olhar sobre o trabalho; 2 - a docência na universidade; 3 - a educação, substrato do trabalho docente; 4 - o ser humano, o protagonista.

Respondendo à primeira preocupação adscrita no item um, a autora busca em fontes bibliográficas informações para definir trabalho. Assim, indica que “ao mesmo tempo em que o trabalho é o intermediário da relação do homem com a natureza, ele é, também, o intermediário da relação dos homens uns com os outros e para que possamos entender essas relações é necessário considerar as transformações que o capitalismo tem operado na vida econômica, política e cultural das sociedades” (p.16). O trabalho é considerado uma ação humana cujo objetivo principal é o de satisfazer às suas necessidades de sobrevivência.

No segundo item, é apontado o papel da docência na universidade onde a autora destaca a competência dos educadores “que devem ser a educação como um processo global, não dicotomizando teoria e prática, e considerar o aluno sujeito inteiro” (p.18). Em seqüência aponta a necessidade de professores com formação didático-pedagógica para atender aos requisitos específicos de cada curso. Nesse sentido é discutida a qualificação profissional versus a qualificação docente na universidade e especificamente em algumas áreas como a medicina, a engenharia, o serviço social dentre outros. Segundo ela “grande parte dos profissionais que exercem a docência em cursos superiores não teve a chance de aprender a ser professor. Dominam conteúdos específicos das disciplinas integrantes de sua formação profissional” (p.18), entretanto falta-lhe o pedagógico, em outros termos “não dominam a arte de educar” (p. 19). Assim, descreve quais as funções do professor no Serviço Social para atender às exigências de formação desse profissional. É importante destacar que “cada professor, a partir de sua formação, de suas experiências e crenças, acaba desenvolvendo um estilo próprio de interagir com os alunos, de organizar e conduzir o processo de ensino-aprendizagem” (p.19). Esse desafio de formação do docente é um ponto que precisa ser observado no curso de Serviço Social.

No item a Educação, substrato do trabalho docente a autora indica que a finalidade da educação é promover o desenvolvimento dos seres humanos. Outro ponto importante segundo ela, é que há necessidade de uma “educação integral do corpo, dos sentimentos, da mente e do espírito, completa e equilibrada, que oferece

ao mundo pessoas informadas a seu respeito e também dirigidas a ele” (p.21). Citando Delors (2000) ela fala dos pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. Estes são fundamentais para atender ao desenvolvimento integral do ser humano em situação de aprendizagem. Ela destaca também que “os fenômenos educacionais não podem ser compreendidos em si mesmos, pois a educação constitui um setor da prática social humana, cujo espaço e características só se definem em função do contexto global no qual estão inseridas” (p.24). Para tanto, devemos conhecer, segundo ela, o impacto das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na educação e no ensino. Assim, “o trabalho docente não pode ser entendido apenas nessas dimensões, mas também na dimensão de formação de novas gerações, construindo possibilidades de construção de ‘novos homens’” (p. 25).

No quarto item é apresentada discussão sobre o ser humana e principalmente sobre a sua condição humana. A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana. Para a autora é necessário “compreender os fenômenos que permeiam o processo de aprendizagem e do conhecimento, levando-se em consideração que o humano se constitui no entrelaçamento do emocional com o racional, buscando na educação a condição dessa possibilidade” (p.29).

Finalizando este capítulo, a autora é incisiva em dizer que “o trabalho do professor é uma tarefa complexa que envolve o entrelaçamento de questões que precisam ser compreendidas nas suas diferentes dimensões” (p.32).

No capítulo II intitulado “O Professor” a autora descreve o trabalho do professor como sendo fruto de um processo em construção ao longo de uma carreira profissional e de sua própria vida. Ela, por ser professora, diz “nós, professores, quando chegamos à docência na universidade, trazemos conosco inúmeras e variadas experiências do que é ser professor” (p.33). Estabelece como objetivo para este capítulo: entender o trabalho do professor que se constitui no cotidiano, e que vai formando e refletindo no desenvolvimento pessoal de seus alunos.

“A docência implica uma questão de estatuto, que pode ser visto como um conjunto de direitos e obrigações socialmente determinados” (p.34). Significa que os

professores, no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. “O saber do professor é o saber dele e está relacionado à pessoa e a sua experiência de vida e a sua história pessoal e profissional” (p.35).

A identidade do professor “é construída a partir do significado social que ele tem da profissão” (p.36). E para tanto ele deve, segundo a autora, desenvolver os três processos essenciais: pessoal, profissional e institucional. Desta forma, “o professor, ao planejar suas atividades deve ter presente: a legislação de ensino, as características da instituição, as necessidades e as características da população a ser atingida, a realidade concreta, e ter consciência de seus próprios propósitos, de sua visão de homem e de mundo” (p.37).

Quanto ao compromisso político do professor a autora afirma que ele, “ao estabelecer os objetivos do trabalho que desenvolve, os conteúdos a serem trabalhados e a metodologia de trabalho que adota, se posiciona diante da transmissão de conhecimentos e consolidada uma intervenção na realidade, ou seja, o professor sempre estará fazendo um ‘ato’ político, seja ele consciente ou não” (p.40). E que este ato tem implicações éticas, pois todo ato político tem as implicações de caráter ético porque envolve relações entre seres humanos. Por causa disso deve, segundo a autora, pautar-se na ética. Suas ações pedagógicas devem estar submetidas a valores e a regras, que dêem legitimidade moral a sua atuação. O trabalho do professor, mais do que promover a acumulação de conhecimentos pelo aluno, cria condições de desenvolver a capacidade de colocar-se ante a realidade para pensá-la e atuar nela. Isso significa despertar e constituir capacidade de problematizar-se tanto quanto problematizar a realidade.

Quanto ao compromisso pedagógico é importante destacar, conforme Oliveira, que há uma necessidade de capacitação, qualificação, desenvolvimento de habilidades para gerir o ensino em sala de aula na interação com os alunos. Assim, o papel do professor é de um grande mediador entre o individual e o social, entre aluno e a cultura social historicamente acumulada, garantindo o seu acesso ao saber escolar. Nesse sentido o professor deve estar aberto ao aprendizado porque ele não “é o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educando, também se educa” (p.45).

O professor em ação desenvolve em sala de aula características essenciais ao desenvolvimento da atividade pedagógica. Uma das principais é a interação. A

outra também importante é a construção de conhecimento de ambos: professor/aluno. A competência pessoal e profissional e mais que isso a interpessoalidade dá o suporte ao trabalho professoral. Para atingir estas características são fundamentais para a autora: o amor, o cuidado, a linguagem, a ética.

Finalizando o capítulo a autora indica como pontos de destaque o compromisso pessoal, social, cultural, pedagógico enfim, profissional do professor. O trabalho do professor é fundamental para a construção da concepção de homem, de sociedade e de mundo.

No capítulo III a autora propõe discorrer sobre “Percurso metodológico” utilizado na pesquisa que gerou esta tese. Num primeiro momento, ela apresenta discussões sobre os conceitos de ciências, objetos científicos. Também indica os autores que serão suportes de seu trabalho investigativo.

Em seguida ela afirma: “nesta pesquisa compuseram a amostra, 14 assistentes sociais todas do sexo feminino da região de São José do Rio Preto, São Paulo, que no momento da realização da coleta de dados estavam freqüentando um curso de especialização (pós-graduação, *lato sensu*) em Políticas Públicas numa instituição de ensino superior de São José do Rio Preto, a União das Faculdades dos Grandes Lagos-UNILAGO” (p.60). Ela também estabelece os critérios de seleção da amostra: estarem trabalhando como assistentes sociais; terem concluído o curso de graduação há aproximadamente dois anos. Ela estabelece como instrumento para obtenção dos dados a entrevista semi-estruturada seguindo as orientações de Minayo (1994). Nesse instrumento são colocadas quatro perguntas que foram pré-testadas em duas assistentes sociais que não faziam parte da amostra. Seguiram-se os padrões éticos normais de uma pesquisa do tipo desta: autorização escrita e assinada para obter as informações junto aos sujeitos, garantia de sigilo absoluto do nome das entrevistadas, individualização no momento da coleta de informações, apresentação dos objetivos da pesquisa. “Buscando preservar a identificação dos sujeitos optamos pelo uso da sigla A.S. seguida por números de 1 a 14 correspondentes ao número de participantes” (p.64). Para a análise dos dados buscou apoio em Bardin (1977) através da análise de conteúdo destacando unidades de significados, núcleos de sentido e temas recorrentes. Uma vez gravadas as entrevistas e devidamente transcritas procedeu-se a análise do conteúdo. Significa que nesse momento é fundamental seguir os passos desta

análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, incluindo a inferência e a interpretação.

Finalizando este capítulo a autora indica que o objetivo dela é “identificar os elementos que permitissem mostrar, através dos relatos das assistentes sociais a importância dos professores em suas vidas” (p.65).

No capítulo 4, intitulado de “análise e discussão” a autora tem como objetivo verificar que os sujeitos da pesquisa percebem a contribuição dos professores em sua formação tanto pessoalmente quanto para a formação profissional. Em outras palavras, estabelecer diálogo com os dados encontrados e promover uma discussão entre o conteúdo das entrevistas e as elaborações oriundas do referencial teórico. Para tanto estabelece duas categorias de análise: importância do professor para a pessoa do assistente social e contribuição do professor para a formação profissional do assistente social. Para responder a estas duas categorias a autora busca apoio em alguns autores na área educacional bem como nos depoimentos das entrevistadas.

Chega-se a algumas assertivas importantes ao tema proposto: os professores contribuíram para o enriquecimento da vida pessoal e profissional durante o processo de formação das assistentes sociais; os professores, na sua maioria, interagem com os alunos em sala de aula facilitando o aprendizado; há uma preocupação por parte de alguns professores com a atitude de facilitar a associação da teoria à realidade. “As entrevistas apontaram que a dimensão da pessoa do assistente social é explicitamente atendida no processo de formação acadêmica, na medida em que as dificuldades referentes aos seus sentimentos, geralmente, são percebidas pelo professor, discutindo ou relacionadas ao momento em que estão sendo vivenciadas” (p. 69).

Outro ponto importante destacado nas entrevistas é a relação interpessoal entre docente e aluno. Nesse sentido, para a autora, “o cotidiano acadêmico é rico em situações que precisam ser mais bem aproveitadas, uma vez que a mudança na característica das relações docente/discente pode alterar a qualidade do processo ensino-aprendizagem influenciar, direta ou indiretamente, a formação pessoal do assistente social, na medida em que a educação favorece o redimensionamento de valores, conceitos e papéis sociais, como os relatos dos sujeitos da pesquisa estão apontando” (p.70).

Destacou-se também o compromisso político dos professores no sentido de favorecer posturas críticas, possibilidade de conscientização do papel social que o aluno deve assumir orientando-os a conduzirem as suas próprias vidas de maneira crítica e comprometida com a população menos favorecida e com as desigualdades sociais.

Além destas, há também a idéia de que o assistente social encontra na graduação através de seus professores, respaldo para se conhecer e se avaliar, condições que poderão nortear seu próprio comportamento, nos seus relacionamentos pessoais e no trabalho (p. 73). A autora é incisiva em dizer que “os sujeitos da pesquisa mostraram, através das entrevistas, a importância de seus professores na sua formação acadêmica acreditando terem se tornado profissionais competentes e pessoas melhores” (p.75).

A pesquisa permitiu perceber, segundo a autora, que o professor tem uma especial responsabilidade na formação profissional das assistentes sociais. Pois, são eles que darão os subsídios necessários à compreensão teórica e prática da profissão. Também destaca quanto ao papel do professor que “o conhecimento de si mesmo no que é, no que faz, no que pensa e no que diz, é a mola propulsora de uma atitude que irá influenciar a atitude do futuro profissional” (p.76). O que influencia sobremaneira o aluno é a visão do professor sobre o mundo, a sociedade, o homem e a educação que dirige suas ações. É evidente que isso converge para o empenho do professor em auxiliar o aluno a buscar perspectivas críticas dos conteúdos, de forma reflexiva e participativa.

O aprendizado efetuado entre docente e discente é construído não somente pelo discurso teórico, mas também pela assimilação de posturas profissionais que os docentes expressam no decorrer da existência profissional. Isso significa que “os professores devam ter um compromisso pedagógico pautado pela discussão, pelo debate, pelo diálogo e pela ética do conhecimento” (p.80). A relação professor-aluno se constitui em referência para a vida futura das assistentes sociais participantes da pesquisa. A relação interpessoal que ocorre nos momentos de encontro em sala de aula constitui momento significativo na aprendizagem.

Mas também houve relatos em que o professor não proporcionou condições de interação favorecendo o aprendizado do aluno.

Concluindo o capítulo, a autora nos diz que: “as ações dos docentes devem ser norteadas por princípios que privilegiem a experiência que está sendo vivida

num determinado momento pelo aluno, enquanto tempo fértil, para que ele possa compreender sua realidade existencial. O que acontece no presente pode ser a expressão de uma realidade momentânea ou do passado, ou seja, pode representar um modo de ser” (p.87). Para Oliveira, precisamos, enquanto professores reconhecer que os comportamentos dos nossos alunos podem ter significados além daqueles que estamos presenciando, tendo sentido singular em suas existências. “Os alunos devem ter oportunidade para fazer deles, momentos de crescimento pessoal e profissional” (p. 87).

Sob o título de **Considerações Finais** a autora retoma as principais idéias dos capítulos para evidenciar que o trabalho de investigação e a discussão ofereceram condições para entender que “a formação acadêmica deve envolver a dimensão pessoal do desenvolvimento do aluno, assim, também sua formação profissional centrando o ensino em conhecimentos técnico-científicos, especialmente relacionados ao desempenho das atividades próprias da profissão de assistente social” (p.88).

A autora indica de maneira explícita o objetivo da tese: “investigar as percepções e sentimentos de assistentes sociais sobre a importância de seus professores em sua formação” (p.88). E apresenta que a pesquisa mostrou o valor dos professores na facilitação do processo que deve ser bem conduzido, tanto para o desempenho profissional quanto pessoal, ou seja, para o posicionamento do profissional diante da vida, o que ficou evidenciado em diferentes aspectos de análise. Os principais pontos evidenciados nos dados coletados das assistentes sociais são: relação interpessoal efetivo entre professores e alunos; há compromisso pedagógico dos professores no desenvolvimento de seu trabalho; efetivo sentimento de responsabilidade no fazer em sala de aula; afetividade e afinidade pessoal com determinados professores apoiaram a identificação das dificuldades; a diversidade de sentimentos amigáveis ou não dos professores para com os alunos e dos alunos para com os professores. Enfim, “vislumbramos novas possibilidades de desdobramento das idéias aqui apontadas, no sentido de investir na formação profissional do professor universitário, fundamentada em princípios educacionais que ofereçam uma prática pedagógica com visão de totalidade, buscando implementá-la, com vistas a cumprir seu papel na integração da pessoa cada vez mais” (p.90).

B.2 SEGUNDA TESE

PACHECO, Edna Aparecida de Carvalho. **Movimento social urbano Estrela da Vitória: percepções e interpretações – 2002 – 2003**. 2004. 152 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, 2004.

Na introdução a autora faz uma discussão do papel social do serviço social, seus desafios e compromissos com os movimentos sociais em diversos sentidos. Apresenta o perfil de seu trabalho tendo como foco norteador o movimento social denominado de Estrela da Vitória, um assentamento na cidade de Uberaba MG, onde há um envolvimento efetivo de várias instâncias sociais: igreja, partidos políticos e universidade.

A problematização da temática, de forma sintética, pode ser representada pelas seguintes indagações: após o refluxo dos movimentos sociais brasileiros ocorridos principalmente na década de 90, que novos desafios a realidade apresenta para a ação coletiva propositiva dos movimentos? Trata-se de estratégia político-ideológica para a consecução de interesses e necessidades comuns? Quais os novos caminhos que se redefinem para os movimentos sociais brasileiros diante dos processos de exclusão social que atinge a classe trabalhadora?

O objetivo principal dessa tese, resultado de uma investigação pode ser apresentado como sendo: conhecer, demonstrar, apresentar e avaliar a realidade social manifesta pelo movimento social do assentamento Estrela da Vitória na cidade de Uberaba MG.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados por critérios de envolvimento e representatividade do movimento Estrela da Vitória. Foram utilizados nomes fictícios (Joel, Mário e Ana) para evitar constrangimento e implicações éticas em seus depoimentos. Foi feita entrevista com três moradores no primeiro momento, para compreender os aspectos da existência e organização do assentamento. No segundo momento foram entrevistadas personalidades com destaque e representatividade de instâncias sociais do município de Uberaba MG: Anderson Aauto - representante do seguimento político partidário, Pe. Alvimar Santana Bhering – representando a igreja católica de Uberaba, José Carlos Faim Bezzon – representante do curso de Arquitetura da UNIUBE. Posteriormente, foram escolhidos mais três membros do movimento para reconstituição da história do movimento,

visto que eles participaram de todo o percurso histórico desde o início do assentamento.

O método selecionado foi o materialismo histórico porque, segundo a autora, daria conta de explicar o fenômeno social, econômico, político, ideológico, humano que se manifesta no movimento social do assentamento Estrela da Vitória. As técnicas utilizadas para obtenção das informações foram entrevistas semi-estruturadas, com gravação das falas, análise e discussão das categorias teóricas evidenciadas na trajetória da investigação e, por fim, confronto com a literatura.

No Capítulo 1 intitulado “A pesquisa: natureza e processo”, a autora descreve as razões da escolha da fundamentação teórica do materialismo histórico, pois acredita que esta vertente oferece condições para sua análise do fenômeno escolhido. Para ela, “as principais características do método fomentam a reflexão sobre a materialidade da consciência para entender que os agrupamentos humanos, os partidos políticos podem agir para produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais” (p.22). A opção por esta vertente teórico-metodológica vem dar suporte ao seu trabalho, uma vez que sua proposta de estudo é compreender a dinâmica social da realidade dos posseiros no município de Uberaba MG, especificamente no assentamento denominado de “Estrela da Vitória”.

Quanto à descrição da pesquisa a autora demonstra o surgimento da problemática de investigação, evidenciada no exercício docente realizado na Universidade de Uberaba, no Curso de Serviço Social, cuja participação dos alunos em estágio foi decisiva. Afirma ela que “o movimento Estrela da Vitória configurou-se como espaço de intervenção do coletivo do Curso de Serviço Social da UNIUBE mediatizada pela relação teórico-prática, ou seja, conhecimento e intervenção como base da formação profissional...” (p.29). Outra razão justificativa da pesquisa é que “as aproximações com os sujeitos sociais que constituem o movimento pela moradia de Uberaba fortaleceram a intenção da realização da pesquisa” (p.29).

Estabelece como objeto de estudo “o assentamento Estrela da Vitória que qualifica-se como movimento social urbano cujas ações produzem representações simbólicas afirmativas através do discurso e da prática do sujeito coletivo, que constrói uma identidade e organiza suas práticas de modo que seus membros consigam defender seus interesses e expressar suas necessidade através da luta” (p.30).

Quanto ao procedimento de coleta de dados a autora afirma que “para buscar conhecimento a partir da realidade concreta do universo pesquisado adotou-se como caminho metodológico a combinação de técnicas, definidas por representarem formas e fontes para obtenção de dados e materiais, ou seja, todas as informações foram reunidas para estudar o fenômeno” (p.30). Para a autora também, a premissa contundente de que é preciso conhecer para intervir, orientou a prática de estágio dos alunos da UNIUBE e deu suporte à sua investigação.

A seleção dos sujeitos sociais se deu a partir de critérios: participação no movimento desde a sua gênese, a representação interna e externa exercida por eles dos interesses da comunidade; exercer atividades de coordenação de projetos sóciopolíticos desenvolvidos no movimento; ser reconhecidamente sujeito significativo aos olhos da comunidade. Assim, foram entrevistados três integrantes do movimento cujos nomes, respeitando as diretrizes éticas, foram colocados de maneira fictícia para identificar as falas: Joel, Mário e Ana. Mas também foi constituída uma comissão de representação da Igreja, do Poder Público (partido político) e da UNIUBE, para ampliar a discussão sobre as falas dos entrevistados.

No processo de obtenção dos dados foram utilizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado fundamentado nos objetivos da pesquisa. Foram gravadas as entrevistas, com prévia concordância do entrevistado, e em seguida transcritas para análise. Para a realização das entrevistas os sujeitos sociais foram contatos pessoalmente pela pesquisadora para informações sobre a realização de pesquisa, seus propósitos e finalidades e, a partir da anuência, agendamento de datas e locais para a realização das mesmas.

Para a autora “o objetivo proposto neste estudo, circunscreve-se à amplitude do conceito de análise, pois a qualifica como crítica. Ao atribuir ao objeto de estudo a condição de forma de enfrentamento das contradições sociais vividas adotaram-se, para a elaboração das análises, os princípios da análise de conteúdo para interpretar os discursos produzidos pelos sujeitos sociais, na tentativa de dar sentido às palavras, com o intuito de desvendar o significado que a palavra tem para o sujeito que a produz em determinadas condições e dar materialidade as suas idéias e à temática estudada que é produtora de sujeitos sociais concretos, históricos porta-vozes do amplo discurso social revelador das contradições sociais” (p.36).

Ao final do capítulo a autora indica as principais categorias selecionadas para análise em seu trabalho investigativo: movimentos sociais, exclusão social, qualidade de vida, experiência de vida, dentre outras.

No capítulo 2 intitulado “Desafios do Espaço Urbano” a autora descreve a constituição do espaço urbano demonstrando historicamente como aconteceu esse fenômeno social. A categoria principal e decisiva para o encaminhamento desse trabalho é, segundo a autora, “movimento social”. E pensar o espaço das cidades requer uma concentração numa imagem particular de desenvolvimento especial urbano que configura as cidades. (p.43). Estabelece como objetivo “apreensão do significado de sociedades complexas, como se constrói a realidade, da constituição de universos simbólicos e a relevância da teoria da cultura, enquanto rede de significados para orientar a compreensão da temática estudada” (p.72).

Descreve a criação do ministério das cidades pelo governo brasileiro, suas causas, implantação e conseqüências sociais.

“A necessidade básica de moradia vai impulsionar a comunidade a criar formas alternativas de sobrevivência; as invasões, as favelas, gerando a produção ilegal das cidades, temática de investigação na área do conhecimento arquitetônico e urbanístico” (p.45). Com esse argumento, a autora demonstra os movimentos políticos para atender às necessidades do capitalismo e não as necessidades existenciais das pessoas.

Justifica que o espaço de luta e das conquistas por condições de habitabilidade é a cidade. “A cidade é entendida, como uma forma qualitativamente nova de espaço – produto de transformação da organização social – é a representação materializada do desenvolvimento desigual e de injustiças sociais” (p.48). Ela vai demonstrando essa realidade por intermédio dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa: Ana e Mário.

Nos parágrafos seguintes a autora apresenta as discussões feitas pelas perspectivas sociológicas, antropológica, ecológicas, econômicas sobre a questão do espaço ou da disposição espacial na construção das cidades desde a antiguidade até o mundo moderno. Nos grandes centros urbanos, naqueles de porte médio ou com características culturais de interior, essa população fica, de modo geral, entendida como desocupada, vadia, ilegítima para a inserção no modo de produção capitalista por incapacidade. Visto que o “discurso do sujeito social morador do Estrela da Vitória espaço configurado como assentamento clandestino é

palco de demonstração da subcidadania” (p.54), é preciso estudar mais profundamente essa realidade, para buscar nela as contradições teóricas e práticas. Em outros termos, a singularidade dessa realidade. Isso motivou a autora a fazer esta pesquisa e apresentá-la em forma de tese de doutorado.

Uma outra questão a destacar é com relação ao conceito de cidadania. Para a autora desta tese, “a cidadania enquanto categoria teórica só pode ser entendida enquanto condição do sujeito social construtor de sua história, mas para que haja uma história da humanidade, pressupõe a existência de indivíduos vivos, corporal e socialmente organizados, diferenciados dos animais à medida que produzem seus próprios meios de vida” (p.54). O cidadão está na cidade.

A autora faz um brilhante resumo da história social e econômica, destacando politicamente a criação e as razões da criação do Estado. Mas também aponta os principais papéis do Estado. Assim, no mundo contemporâneo o Estado assume diversos papéis. Dentre eles, certifica-se de que “o Estado é mediador a serviço do capital monopolista com suas contradições procura se legitimar através do jogo democrático” (p.56). Isso dificulta a efetivação da condição de cidadania, principalmente dos seres humanos que habitam em condições subumanas nas cidades. Diante dessa realidade é fundamental a postura de “assumir que a cidadania é resultado de luta permanente, implicando historicidade no fazer dos atores sociais e um contínuo processo de capacitação e reflexão”.

É nesse espaço, urbano da cidade, que está organizada a vida cotidiana da família. Ou seja, a casa, a moradia se constitui numa localização onde há movimento, onde se estabelece relação pessoal sistemática e profunda, é um lugar, um espaço. No item “As Cidades: do espaço de convivência dos agrupamentos humanos a palco de políticas e cenário de intervenção” a autora descreve as situações políticas, históricas, sociais, o crescimento das cidades e suas conseqüentes crises principalmente em relação à moradia. Faz um breve e contundente histórico sobre a constituição da cidade desde o período neolítico, passando pela Mesopotâmia, transcorrendo pela Idade Média, o Mercantilismo e ancorando na atual situação das cidades hodiernas.

Em contraposição a esta idéia a autora diz que “as condições de sobrevivência da população pauperizada nos centros urbanos decorrem do processo de acumulação do capital, mas também da capacidade dos vários grupos e camadas sociais em pressionar o Estado e obter os elementos essenciais à

sobrevivência humana” (p.63). Assim, a presença do Estado nessa relação é fundamental, porque o investimento que injeta no tecido urbano é fator de diferencial da terra, pois orienta a especulação imobiliária e a conseqüente segregação social. Em outros termos, os espaços urbanos podem favorecer a uma classe economicamente privilegiada, mas pode ao contrário, alijar os menos favorecidos, os empobrecidos dos centros das cidades, colocando-os à margem e quiçá, sem teto, sem moradia, sem lugar.

As cidades também, segundo a autora, é um espaço urbano configurado que se incorporam as condições favoráveis à formação e ao desenvolvimento do capital industrial. “As cidades, ao concentrarem atividades econômicas, criam um base de serviços necessários a circulação das mercadorias industriais e do capital a ser investido na produção fabril, bem como um sistema comercial e financeiro, além de condições de transporte e infra-estrutura que foram o conjunto indispensável à indústria” (p.67). A autora demonstra a evolução do capitalismo e seus impactos na evolução das cidades.

Essa evolução e desenvolvimento proporcionaram condições para entender o principal papel do Estado. “O Estado não deveria limitar-se a regular questões de ordem socioeconômica e política, ele deveria assumir o papel de planejador responsável pela divulgação das diretrizes, fixar metas, estimular setores diversos da economia de acordo com as conjunturas” (p.70).

Finalizando o capítulo a autora fala das crises pelas quais passam as cidades e a responsabilidade dos administradores políticos para gerir de maneira a valorizar o humano a partir do capital e não o contrário.

No capítulo 3 com o título: Uberaba: espaço urbano contraditório, a autora propõe descrever as características históricas, políticas, geográficas, sociais e econômicas da cidade de Uberaba. O objeto deste estudo pode ser apontado como “movimento representativo dos interesses da classe trabalhadora principalmente no que se refere à moradia” Primeiramente, faz uma descrição detalhada de como surgiu fazendo inclusive apresentação de datas com fatos importantes na história da cidade. A característica principal dela é a agropecuária. É um ponto de referência nacional e internacional no que se refere principalmente ao gado zebu.

Além do que, é um lugar privilegiado por onde passam pessoas que vem de Belo Horizonte, de Brasília, de São Paulo e de Goiás. Por causa da BR 050 e a via Anhangüera. Segundo a autora “a cidade é pólo industrial de fertilizantes produzindo

30% de fertilizante fosfatado do país, corretivos, defensivos e equipamentos. Para a pecuária produz sêmem e embriões, mantém indústrias de laticínios, com penetração significativa no mercado internacional, e curtumes, inclusive com o despontar da fabricação de botinas comercializadas em diversos pontos do país” (p.75).

Em seguida, a autora faz uma discussão bastante extensa sobre a realidade das cidades, seus conceitos e compreensões em sentido político, geográfico, histórico, econômico, ideológico, cultural, buscando apoio na antropologia, na histórica, na sociologia dentre outras áreas de conhecimento. Apresenta que “entende-se nossa sociedade (diga-se cidade) como complexa, industrial, resultado de Revolução que moldou um tipo de sociedade cuja complexidade está fundamentalmente relacionada a uma acentuada divisão social do trabalho, ao aumento da produção e do consumo, à articulação do mercado mundial e a um rápido e espantoso crescimento urbano” (p.79). Por causa disso, também, se evidenciaram as lutas em forma de movimentos sociais. Nesse sentido, os movimentos sociais são ações coletivas que evidenciam o caráter sociopolítico através das práticas sociais dos atores pertencentes a diferentes classes sociais.

A cidade moderna, para a autora, apresenta características precisas como espaço de concentração populacional, de instrumentos de produção, de capital, de necessidades e prazeres. A cidade é lócus privilegiado de produção do conhecimento, de obras, alegrias, prazer e, de coisas, objetos (bens materiais trocáveis), espaço ocupado por todo tipo de gente e atividades, ou seja, uma sociedade.

A identidade comum do movimento urbano uberabense está expressa no fato de seus componentes não terem um teto para morar, questão social que qualifica o grupo de moradores para lutar pelo objetivo comum – conseguir teto para abrigar a família. (p.83). Esclarece que a descrição da gênese do movimento social pela moradia em Uberaba e do seu desdobramento pretende desvelar o pensamento, as emoções, as estratégias, os vínculos, as esperanças e as dúvidas dos atores sociais que o materializam. A identidade atribuída aos moradores está refletida na sua denominação de os sem-teto (Estrela da Vitória).

A autora, com os depoimentos dos moradores, constrói um percurso histórico do movimento da Estrela da Vitória na cidade de Uberaba. Ela também descreve com detalhes, o processo de constituição do movimento no sentido de adquirir um

espaço para se instalarem. Descreve o impacto social e político com suas repercussões no poder público de Uberaba. O papel da imprensa uberabense na cobertura desse movimento. As contendas entre os assentados e o poder público, a intervenção da Comissão dos Direitos Humanos, enfim o movimento e sua história de avanços e retrocessos, conquistas e perdas. Mas, um fato importante constatado foi o de que “a pesquisa da trajetória do movimento uberabense de luta pela moradia (MULPM), revelou que o movimento procurou estabelecer relações de parceria sistematizada na ação mais direta com a Igreja Católica, a ABRASCO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – MG), a Universidade de Uberaba por meio do curso de arquitetura e com o curso de Serviço Social, a Rádio Sociedade de Uberaba, Associação de Bairros (entre elas a do parque das Américas e a do Bairro Ozanan), Instituições espíritas, Igrejas Evangélicas, Partidos Políticos (PT, PMDB, PSTU, PDT) e, ainda, o ministério público entre outros” (p.94). Segundo a autora este movimento com essas parcerias ganhou força e conseguiu se organizar e fazer se instalar o assentamento como moradia e não como favela. Dessa maneira estabeleceu de maneira definitiva a concessão da área para serem instaladas as casas. Há nas páginas 98, 99 e 100 fotos ilustrativas do movimento. Enfim, esse processo só se “materializou porque foi mediado pela atuação dos vários agentes inseridos no movimento que desempenham papéis de assessoria técnica, política e religiosa” (p.108).

A autora desta tese, no papel de orientadora de alunos do curso de serviço social da UNIUBE, fez um trabalho de levantamento de dados junto aos arquivos do movimento. Ela apresenta em forma de quadros alguns dados sobre a idade do chefe de família, a profissão, o número de pessoas que compõe a família, a renda familiar.

Conclui que “a análise, de indicadores numéricos, mas fundamentalmente, a análise das condições reais observadas diretamente no assentamento Estrela da Vitória são reveladoras das contradições manifestas da desigualdade na distribuição de renda, da exclusão social e territorial da escassez de políticas públicas” (p.113).

No capítulo 4 intitulado “Pensar versus viver: aproximações entre experiência vivida e as categorias teóricas” são apresentadas as características dos movimentos sociais e em especial as do assentamento Estrela da Vitória. O objeto de estudo são as relações sociais contextualizadas no espaço urbano. O objetivo é entender a condição de sujeito coletivo, que constrói a sua identidade através da sua

organização e de práticas que objetivam defender os seus interesses e expressar as suas vontades e necessidades pela via da luta cotidiana.

“A ação dos moradores do Estrela da Vitória, em forma de ocupação do solo público, tem como meta primeira dar visibilidade, chamar a atenção das autoridades para a sua necessidade de teto e socializar a disposição de enfrentamento através da mobilização” (p. 116). Portanto, provocar impacto social. A autora é incisiva em dizer que “é no espaço urbano e moldado pela história que as necessidades individuais e coletivas se impõem” e, também, “a realidade urbana concentra no espaço (cidade) e no tempo, os elementos da produção: as empresas, os mercados, as informações e as decisões”.

As condições vividas pelas famílias residentes no “Estrela da Vitória” representam a materialidade da segregação. São trabalhadores excluídos do mercado capitalista e excluídos do território urbano. Nesse sentido, a autora desta tese indica que “na acepção dos moradores a ação coletiva identificada por eles como movimento social de luta pela moradia de Uberaba e publicizada como Movimento Estrela da Vitória é uma estratégia de luta com objetivos definidos: conseguir um lugar para morar; exercer a sua condição individual de representação das suas necessidades, interesses e capacidade de lutar por ela; materialização de ideais de organização e protagonismo no enfrentamento das questões próprias da classe trabalhadora; espaço de fortalecimento e crescimento individual, condicionando o estado de cidadania coletiva” (p.121/2).

O espaço público, conforme a autora, ocupado pelos protagonistas dessa história configura o território objeto de disputas políticas e econômicas, referência espacial e possibilidade de conquista da demanda que os impulsiona. A lógica excludente com que tem vivido essa comunidade expressa o modelo perverso de desigualdade social inerente ao modelo de urbanização adotado no Brasil. A autora afirma isso no seguinte dizer: “a precariedade das condições em que vivem as famílias por absoluta ausência de saneamento básico no local, complexificada pela presença de vestígios de remanescente do que possa ter sido um lixão no passado torna pública a perversidade e, mais ainda, a inércia das autoridades, dos intelectuais, dos agentes comunitários, enfim, de todos que de algum modo trabalham com ou para essa comunidade” (p.129).

Finalizando o capítulo, é indicado que “a expectativa que se impõe à ação do Serviço Social, enquanto parceiro da transformação social; está no papel de

articulador para a elaboração, proposição e a intervenção compactuada com a ação dos diversos profissionais de outras áreas do conhecimento, com a intenção clara de complementação dos saberes. Nesse sentido, a intervenção do Serviço Social se destaca como referencial, à medida que põem em prática as estratégias metodológicas de sua abordagem, pode garantir a participação efetiva dos moradores assentados no processo de construção de espaço urbano digno, objetivando concretamente, o papel interventivo dos parceiros de luta” (p.137).

Com o título de **“Síntese conclusiva e perspectivas”** a autora retoma a discussão realizada nos capítulos precedentes e faz as suas considerações no sentido de fechar a discussão nesta tese. Para isso, ela apresenta algumas definições importantes quanto ao movimento social investigado.

Justificando a escolha do objeto de pesquisa “movimento social urbano” ela insere nesse momento alguns pontos de vista detectados ao longo do texto. “Partiu-se do interesse de estudar a dinâmica de luta do movimento social urbano recortado no universo espacial contextualizado, para reconhecer as novas demandas que se impõe à profissão do assistente social que tem como objetivo a preservação, ampliação e efetivação dos direitos sociais a partir da análise crítica da realidade localizando no contexto sócio-histórico as demandas emergentes no cotidiano” (p.138).

Justifica também a razão pela qual fez opção pelo método materialismo histórico como base teórico-metodológica para analisar a prática social para o desenvolvimento humano. Segundo a autora, “a orientação metodológica levou a compreensão sobre o significado da presença da igreja, dos partidos políticos, da universidade, no agrupamento humano que quer produzir transformações importantes nos fundamentos materiais da sociedade em que estão inseridos” (p.139). Ela diz também que a vertente marxista, com a sua concepção materialista histórica, foi adotada como fonte teórica inspiradora das ações implementadas no assentamento, como possibilidade de entendimento da realidade social e como orientadora da sua prática profissional desenvolvida pelos estagiários de serviço social, que alinhou como principais objetivos o reconhecimento da liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania e a defesa dos ideais democráticos. Afirma ainda, que “essa reflexão está presente nas representações, nas percepções, concepções e juízos que elaboram da realidade objetiva vivida e contextualizada” (p.142).

Finalizando a discussão, desta tese, a autora diz que os movimentos sociais, de qualquer tempo histórico têm como principal desafio desbravar os caminhos para a construção de um novo ideal societário, mobilizando a participação consciente, fixando objetivos mediatos e imediatos, concretizando-os através da definição competente de métodos e parcerias que, em movimento é ação transformadora. E que o grande desafio é a inserção efetiva e reveladora no projeto histórico dos movimentos sociais que provoque a transformação do modelo societário imposto pelo sistema de produção capitalista e suas decorrentes contradições.

B.3 TERCEIRA TESE

REZENDE, Regina Maura. **Mulher, cuidado e felicidade:** fragmentos de autobiografia? Franca, 2004. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, 2004.

Na introdução denominada de “Considerações preliminares” a autora indica o tema principal a ser desenvolvido nesta tese: “o cuidador” e faz uma distinção entre cuidador institucional - profissionais e cuidador domiciliar – famílias. Em seguida, aponta como objetivos: “descortinar a realidade vivenciada pelo cuidador domiciliar, representado por familiares, em especial mulheres cuidadoras, mães, esposas e filhas de doentes mentais inseridos em processo terapêutico no Ambulatório; buscar entender esse universo das mulheres cuidadoras, em especial, mulheres que conseguem transpor a barreira do sofrimento e adentrar nas nuances da felicidade e do prazer” (p.15) em estarem no exercício de cuidadoras.

No capítulo 1 denominado “A família como ‘germe’ de cuidador e ser cuidado” a autora propõe apresentar subsídios capazes de nos fazer entender, mesmo que de forma momentânea, dado ao seu caráter dinâmico a realidade da família. Para isso, mostra a história em que se insere a população cuidadora e como forma de valorizar uma temática que está sempre em pauta nas discussões. Em outros termos, abordar a temática do cuidado, mais ainda, da mulher enquanto cuidadora é o ponto fundamental desta investigação.

É apresentada a história e evolução da família e, dentro dela, o papel da mulher como aquela que se tornou responsável pela sua organização e permanência. No Brasil, segundo a autora, “a família moderna vem acompanhada

por princípios da burguesia, ditando modos usuais de comportamento e mentalidade. Fortemente influenciada pela burguesia européia, a família nuclear definida como pai, mãe e filhos, passa a ‘inventar’ a infantilização da criança e a domesticação da mulher” (p.22). Na família moderna, as relações passam de consangüinidade a patrimoniais, ou seja, a convalidação das relações de matrimônio passa a amparar as divisas econômicas e a manutenção destas. Significa que houve uma mudança paradigmática que reveste as relações familiares, ou seja, passamos a ver a família como forma de manutenção de um status social, amplamente agraciado pela burguesia. Mas apesar das mudanças, ainda permanece a idéia de que “as relações familiares, quase sempre são permeadas por sentimentos básicos de afeto e conflitos intensos, cuja meta principal é a construção do modelo ideal” (p.25) do ponto de vista da burguesia.

Nesse contexto político e social da família aparece a mulher desempenhando um papel fundamental: a responsabilidade de manter a estrutura familiar nesses moldes. Historicamente, há uma divisão de papéis entre os sexos, ficando a mulher ligada à domesticidade, no nível privado da vida social, enquanto que o homem liga-se ao trabalho no âmbito público. A autora diz que “ligada a toda esfera do lar, a mulher controla o orçamento doméstico, relações de parentesco, manutenção e saúde da família, e, não raro, contribui financeiramente através de trabalho assalariado fora do lar” (p.28).

Com o movimento feminista há uma revolução do papel e das responsabilidades da mulher. Entretanto, além de acontecer conquistas importantes no mundo do trabalho, no mundo dito social, houve também acúmulo de trabalho. Pois, além de buscar a manutenção da família ficaram sob sua responsabilidade os afazeres domésticos porque o homem ainda permaneceu com a idéia de que é responsabilidade da mulher administrar as questões do lar. Instalou-se aí uma crise de papéis.

Diante desse panorama, “na saúde e na doença, vê-se a mulher sendo convidada a assumir funções relativas à proteção da família, ao cuidado” (p.28). A mulher ainda tem um papel fundamental na constituição da família.

Finalizando o capítulo são apresentadas algumas indagações que convergem à problematização da pesquisa: caberá à mulher a função de cuidadora? Quem é esta mulher cuidadora? Qual o diferencial dos demais membros familiares que a remetem a tal condição?

No capítulo 2 intitulado “O ser mulher: uma história de ambigüidade e sentimentos” tendo como objetivo: “descortinar o diferencial das diversas formas de cuidar e seus rebatimentos na vida cotidiana do ser humano e principalmente destacar o papel da mulher como cuidadora” é feita uma retrospectiva historicamente bem estruturada e seqüencial retomando a compreensão sobre o papel da mulher em diversos momentos. A autora faz um percurso histórico desde o Egito onde a mulher era respeitada e considerada como pessoa com “certo potencial político de seu sexo”, passando pela Grécia Antiga onde a “mulher aparece como livre, mas não lhe é atribuída a cidadania, vivia confinada e reclusa ao lar”. A autora retoma alguns personagens importantes e suas concepções sobre a mulher: Platão, Aristóteles, o profeta Maomé dentre outros. As concepções de Platão e de Aristóteles proliferaram em todo o período medieval. Também é apresentada a concepção de mulher no Brasil Colônia. Continuando a história sobre as concepções de mulher a autora diz “as mulheres do século XX foram talvez, as mais afetadas, positivamente, durante os séculos XVIII e XIX. Pertencente ao mundo do anticonceptivo, e mais liberta de questões baseadas, sobretudo na religião e na cultura ocidentais, apresentam-se mais livres, o que possibilitou a reivindicação por melhor educação” (p.36).

Notadamente, mesmo nas mais diversificadas culturas, e no mais remoto período, o que se evidencia é a prática da mulher enquanto cuidadora, ora no lar e família, ora nas instituições. É possível observar, conforme Rezende(p.38), a mulher cuidadora tanto no circuito doméstico, enquanto mãe, mulher ou filha, quanto no circuito extra-lar, uma vez que se torna evidente o cuidado ofertado pela mulher. A autora não descarta também o papel cuidador da mulher em todos os sentidos. Para tanto, ela diz que “o ato de cuidar desde aspectos sexuais aos mais complexos traumas da mente, remete a prostituta a uma situação de cuidadora, muitas vezes imediata, tendo em vista a explícita situação de acolhimento que oferta ao ser cuidado, não necessariamente o cliente” (p.39). A autora continua, “vivendo à margem, ora sendo queimada em fogueiras como bruxas, ora ofertando conforto aos desvalidos, não somente sexuais. Essa categoria de pessoas têm uma marca muito forte e precisa dentro do estudo de cuidados” (p.43).

Concluído este capítulo, é citado Bertolote (2002) “uma boa saúde mental para a mulher não é apenas importante para uma sensação subjetiva de bem-estar emocional, mais também é fundamental para todas as mulheres representam um

recurso significativo para as sociedades em que vivem e trabalham. Mais do que qualquer conteúdo específico, é a posição da mulher nas diversas sociedades que chama a atenção no atual momento do processo de civilização” (p.40).

No capítulo 3 intitulado “Uma História de Cuidados e Cuidadores” a proposta da autora é fazer uma conceituação e situar a ação do cuidador numa perspectiva de responsabilidade.

O termo cuidado (ou cuidador) pode apresentar-se como diversas e diferentes definições. Em cada momento histórico, pode mudar o foco, entretanto, a ação continua com as mesmas características. Ou seja, ele pode incorporar uma ação de benemerência, mas também, pode ser uma ação profissional cujo ganho é econômico. Independentemente do foco e da ideologia vigente “o cuidado e a responsabilidade sempre caminham juntos. Cuidar pressupõe solicitude. Cuidar pressupõe afeto, vínculo” (p.43).

Conforme já apontamos anteriormente, mesmo nas mais diversificadas culturas, e nos remotos períodos históricos, o que se manifesta é a prática do cuidado através de diferentes formas, tendo a mulher como cuidadora, ora no lar com membro da família e, por que não dizer também, no trabalho com colega.

O que a autora constata com sua pesquisa é que “o ato de cuidar principia-se pela assistência ao doente” (p.46). Isso porque, a prática de cuidar, da existência do ser cuidador, como não poderia ser diferente, não é recente e, nova é a discussão acerca da função social do cuidar. Para ela também, o cuidador sempre foi importante, sobretudo no que se refere à oferta de afetividade, de possibilidade de afastamento da institucionalização e estigmas decorrentes desta e, principalmente, melhoria na qualidade de vida do ser cuidado, em consequência do ser cuidador.

Nota-se que o cuidador, na atualidade não se limita aos cuidados diretos com a manutenção da saúde da família, mas amplia-se para o cuidado da subsistência do circuito familiar.

Concluindo este capítulo, a autora demonstra que o papel do cuidador não se restringe apenas ao lar, à família, mas expande-se e vai ao encontro da prestação de serviços, da responsabilidade, do compromisso humano para com o humano. Isto ela dá o nome de felicidade em cuidar.

No quarto capítulo intitulado de “Trajetória metodológica” a autora descreve os procedimentos utilizados para execução desta pesquisa. Estabeleceu

como objetivo principal: conhecer o diferencial relacionado às experiências positivas das mulheres cuidadoras de doentes mentais, e nesse momento, qualificando-as de FELIZES.

A escolha metodológica está vinculada aos “enfoques qualitativos” iniciando com um “levantamento das famílias” cujas mulheres apresentam “grau de parentesco com pacientes do Ambulatório de Saúde Mental de Franca” (p.55). O apoderamento do enfoque qualitativo se percebe como referência importantíssima na medida em que lhe é conferida grande flexibilidade, criatividade e ainda a possibilidade de utilização de sensibilidade e intuição científica, não descartando em nenhum momento a experiência da autora.

Foi utilizada a técnica do grupo focal para obter as informações da população selecionada. Segundo a autora, “a utilização do grupo focal propiciou a alteração de análise, por parte das mulheres cuidadoras, uma vez que passaram a ‘olhar’ as relações ocorridas no seio familiar, não somente pelo viés do sofrimento, mas da presença de prazer, e por que não dizer, da felicidade” (p.57).

“Escolhemos aleatoriamente grupos de familiares, a partir das reuniões oferecidas pelo setor de Serviço Social, com freqüência e participação de mulheres com vínculos estabelecidos, ou seja, eram mulheres cuidadoras de doentes mentais que se distribuíam entre as faixas etárias de 26 a 52 anos cuja prevalência se dá em trono de 30 a 38 anos de idade”. “O grupo focal foi formado com o auxílio do serviço social da Instituição, pois esse setor já possuía sistematizado um programa de atendimento grupal a familiares dos pacientes em processo terapêutico no ASMF, no qual todos os participantes eram cuidadoras de familiares de pacientes doentes mentais” (p.62).

Na realização das entrevistas com roteiro semi-estruturado, “não determinamos faixa etária específica, e, sim por sorteio ou ‘escolha aleatória’, corroborando em muito a condição de disponibilidade, pois muitas trabalhavam em período integral e dispunham apenas de horário noturno, o que acreditamos poder ofertar situações de desconforto, e, em nenhum momento, era objetivo desse estudo” (p.61). Nesse processo de seleção foi estabelecida a escolha de oito cuidadoras para as entrevistas: Roberta, Sônia, Alessandra, Carolina, Renata, Patrícia, Cláudia, Márcia. As entrevistas foram agendadas nos domicílios, através de contatos telefônicos, sempre resguardando a ética e respeito à pessoa humana.

Foram destacados os aspectos éticos quanto à utilização do gravador e as questões com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e como preenchê-lo.

Primeiramente, foi usado o gravador para registrar os depoimentos, mas foi descartado porque houve a não concordância da gravação das falas por algumas mulheres participantes das entrevistas. A partir daí o registro foi realizado durante as reuniões, de forma manual. Ao término das reuniões realizavam-se o registro de maneira organizada em forma de textos. “Ao final das reuniões eram feitas discussões com o profissional coordenador do grupo, quando possível” (p.65).

Após a obtenção dos dados foi utilizada a técnica de “análise de conteúdo”. Para tanto, a autora fez um trabalho de visita a uma livraria onde se vende livros de auto-ajuda e com duas horas diárias observou que há uma procura bastante grande deste tipo de literatura. Ela diz “as informações aqui descritas foram colhidas durante seis meses de incursões semanais em livrarias com amplo acervo bibliográfico sobre a temática ‘felicidade’” (p.72).

Finalizando o capítulo, encontramos “vários foram os recursos empreendidos para que o estudo pudesse gerar um conteúdo que ofertasse a possibilidade de conhecer, ou adentrar a uma realidade ainda não descortinada. Entendemos que, ao investirmos nessa temática, poderíamos despertar interesses que frutificariam em outras incursões, o que estaria *a priori* efetivando o objetivo do estudo” (p.72).

No capítulo 5 intitulado “Mulher, cuidado e felicidade: fragmentos de autobiografia?” é discutida a concepção de felicidade enquanto categoria fundante do trabalho de ajuda das mulheres cuidadoras. É feita uma busca histórica do conceito de felicidade em diversos momentos e diversos autores.

Em seguida, a autora demonstra o significado de felicidade para as cuidadoras. Percebe-se que “conforme relatos das mulheres cuidadoras, o principal eixo que conduz à felicidade é a afetividade” (p.77). A autora indica à página 79 que quanto à categoria Felicidade tem referências explícitas de aspectos presentes em todos os casos, como por exemplo, a extrema dedicação. Em muitos casos em que as mulheres cuidadoras “felizes” estão presentes, ocorre a preservação do ser cuidado, dos estigmas da hospitalização e sofrimentos dela resultantes. Isto porque, segundo a autora, as mulheres cuidadoras estabelecem metas e efetivam ações para a melhoria da situação do ser cuidado e preservação de seu próprio eu, ou seja, sua individualidade.

Conclui o capítulo demonstrando que “longe de responder a todas as questões, (sobre o foco em discussão) tenta trazer à tona questionamentos acerca da temática (o cuidador)” com o objetivo de vislumbrar, num futuro próximo, a possibilidade de melhoria para os atores envolvidos nesse processo, que como vemos, não deve limitar-se a sofrimentos, mas, sobretudo à felicidade.

Nas “**Considerações finais**” a autora demonstra que “a felicidade para as mulheres cuidadoras, sujeitos desta pesquisa, vincula-se fortemente à presença de afeto e amor, de expectativas positivas do processo terapêutico, de uma vida melhor no futuro.” (p.84). E, que, isto converge para a relação de desprendimento das mulheres cuidadoras. A felicidade passa a ser algo determinado pelo objetivo de estar bem, acrescido às metas individuais e familiares e passam a constituir uma filosofia de vida, de ações transformadoras que culminam em bem estar, baixos índices de hospitalizações e diminuição de sofrimento do ser cuidado.

B.4 QUARTA TESE

GIAQUETO. Adriana. **Caminhos para a proteção integral da criança e do adolescente: o caso de Franca.** 2004. 207 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista, campus de Franca, 2004.

Na introdução, a autora indica que o objeto desta pesquisa é “a política de atendimento à criança e adolescente em Franca a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”. Isso, significa, investigar sobre determinada política social que por sua vez também implica tratar de temas clássicos das teorias sociais, como a distribuição do poder, o papel do Estado, conflitos sociais, os processos de decisão, a repartição de custos e benefícios. Nesse panorama é necessário fazer uma incursão na globalização, no neoliberalismo para compreender as atuais políticas sociais e econômicas. Para isso, ela afirma que “dentro da perspectiva marxista, só poderemos capturar a complexidade de um fenômeno social se compreender os seus vínculos com a economia e a política, sem descuidar nem de uma nem de outra dimensão da totalidade social”.

Para atender a estes requisitos foi estabelecido como problema de investigação “quais os fatores que os impulsiona a continuar buscando caminhos numa luta de grandes dificuldades, ou seja, a luta pela efetivação dos direitos das

crianças e adolescentes? Existem possibilidades de um trabalho – através das políticas sociais e especificamente, por parte daqueles que tem a oportunidade de participar da elaboração das políticas – que contribuam com a efetivação dos direitos e não, ao contrário, com a legitimação da dominação, atenuando os conflitos sociais decorrentes das precárias condições de vida a que se encontram submetidas as classes subalternas?” (p.19).

O presente estudo procurou desvelar alguns dos maiores desafios relacionados à implementação do conteúdo preconizado pelo ECA quanto à proteção integral da criança e do adolescente em Franca, entre eles, a questão da cultura organizacional fragmentada e autoritária e a conseqüente desarticulação dos serviços; interpretações equivocadas a respeito do ECA; a escassez e recursos; a falta de exercício e experiência em avaliação de programas e projetos sociais, tanto por parte do poder público, quanto da sociedade civil.

Para atingir a este objetivo foi feita uma pesquisa com entrevistas semi-estruturadas aplicada com os doze sujeitos: o secretário da Secretaria responsável pela área da Assistência Social, dois representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (um da sociedade civil e outro do poder público), um conselheiro Tutelar, um profissional do Fórum, com o Promotor da Infância e Juventude, com cinco representantes dos órgãos relacionados à construção e execução da política de atendimento às crianças e adolescentes de Franca. As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise.

No capítulo 1 intitulado “A construção da política de atendimento à criança e ao adolescente em Franca a partir do ECA” a autora propõe demonstrar de maneira clara e precisa como percorreu o processo de implantação dessa política para o atendimento à criança. Primeiramente, ela faz uma apresentação sobre as origens da cidade de Franca, a história, a localização geográfica, a política administrativa, sua população, sua atuação na produção de sapatos, enfim, situa Franca dentro do contexto do tema a ser trabalhado. Depois de fazer esse breve histórico aponta a principal causa com relação à questão da criança e do adolescente. Para ela, “o processo de terceirização acabou por facilitar o aumento do número de crianças e adolescentes na produção de calçados, o que pode ser observado através de uma pesquisa realizada em Franca, em 1993, pelo DIEESE – Departamento Intersindical e Estudos Sócio-Econômicos e Sindicato dos Sapateiros dessa cidade” (p.28).

Em se tratando do papel do município quanto à atenção à criança e ao adolescente a autora diz que “o atendimento à criança e ao adolescente é trazido enquanto uma área de atuação, o Plano (de governo de 1996) não prevê a articulação das áreas, além de o atendimento à família não aparecer em nenhuma área” (p.30). É uma questão política.

Em 2000 o município foi incluído no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e os empresários assumiram a política de combate ao trabalho infantil através de uma organização criada para esse fim. Assim, “com adesões do empresariado, bancos e parcerias com a comunidade, eram realizadas atividades educativas e de sensibilização contra a utilização de mão-de-obra infantil. Para os adolescentes, eram oferecidos cursos de mecânica de automóveis, jovem cidadão, datilografia e atendimento psicológico” (p.34). Para ilustrar esta realidade são apresentados gráficos demonstrativos segundo pesquisa do UNICEF, realizada em 2000.

Em seguida, a autora apresenta historicamente como aconteceu no Brasil a preocupação com a atenção à infância e ao adolescente. Ela afirma que “a criança brasileira vista em sua concepção de sujeito de direitos, ou seja, como um indivíduo que exige respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, merecendo proteção especial da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, é uma verdadeira criança – uma vez que a situação de descaso, abandono, exploração vem de longa data, desde a época do descobrimento do Brasil” (p.42). Continua ela, ainda, no Brasil, os registros da preocupação social com crianças e adolescentes, os chamados ‘menores’ carentes e abandonados, são do final do século XVIII. Eram as Santas Casas de Misericórdia, Confrarias e Irmandades que se ocupavam dos cuidados aos órfãos. A primeira preocupação efetiva como lei aparece na Carta Brasileira de 1934, depois na Constituição de 1937, depois na Constituição de 1988. Para demonstrar os avanços nesse período a autora faz uma longa apresentação da política social brasileira.

A luta empreendida, segundo a autora, por representantes da sociedade civil, reunindo educadores, trabalhadores sociais, voluntários dedicados ao cuidado de crianças e adolescentes, instituições de assistência social, comunidades, escolas, universidades, empresas, igrejas e sindicatos, preparavam o terreno para mudanças significativas e para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No Brasil, o ECA foi, portanto, aprovado em julho de 1990, estabelecendo em

seu artigo primeiro que se trata de uma lei sobre a proteção integral da criança e do adolescente, passando a apresentar um marco doutrinário e conceitual totalmente novo, diferente dos preceitos legais até então em vigor.

Em seqüência, a autora descreve longamente, a partir de depoimentos dos pioneiros na constituição da política de atendimento à criança e ao adolescente, o processo político, social e econômico além de burocrático da composição da equipe responsável pela questão da assistência à criança e ao adolescente na cidade de Franca. São depoimentos importantes e impactantes no que dizem respeito às lutas, conquistas e fracassos para implantação desse trabalho social. São depoimentos de professores, vereadores, promotores, juízes e pessoas envolvidas com a problemática em discussão.

No capítulo 2 – “Reforma do Estado e política social” a autora discute temas convergentes ao Estado. Destaca que “o Estado entendido como ordenamento político de uma comunidade, nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna (o sustento) e externa (a defesa)” (p.92). Em seguida apresenta as várias concepções encontradas na literatura a respeito do entendimento sobre o Estado, sua organização, solidificação, conseqüências para a sociedade. Destaca que o que o Estado e Política têm em comum é a referência ao fenômeno do poder.

Com a industrialização, a regulamentação jurídica das relações entre os membros da sociedade pré-industrial, assim, como as relações de produção, sofrem sensíveis mudanças.

Na seqüência a autora descreve com detalhes como a indústria se solidificou dando suporte ao Estado e à Política, principalmente da América do Norte.

Demonstra o surgimento do Estado de Bem Estar Social. O impacto que essa nova nomenclatura teve e tem na realidade do Estado e da Política Social. Para a autora, “a ascensão da proteção social à condição de direito do cidadão e dever do Estado representou um aperfeiçoamento político-institucional no âmbito da regulação estatal, o que não ocorreu livre de conflitos. Nesses conflitos ganha destaque a histórica participação dos trabalhadores em sua luta contra o despotismo do capital e o poder concentrado do Estado” (p.102).

“Durante a era de ouro do capitalismo, enquanto os compromissos políticos nacionais regulavam o desenvolvimento econômico e os processos internos de integração social, o capitalismo se articulava e expandia para além das fronteiras nacionais, tornando-se transnacionais (no sentido de que conserva a sua matriz nacional, mas o seu movimento e a sua esfera de ação superam a jurisdição estatal)” (p.103).

A conseqüência das mudanças políticas e econômicas no planeta provocou o surgimento do chamado neoliberalismo. “O liberalismo econômico adaptado aos tempos atuais do capitalismo globalizado e da produção flexível passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas (a partir dos anos 80), inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando a reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital” (p.105).

Como resultado dessa nova ordem política e econômica houve alteração também nas relações de trabalho tendo em vista o investimento na tecnologia. Ou seja, surge uma situação de desemprego em conseqüência da instalação dessa política neoliberal. A autora justifica esta realidade dizendo: “paralelo ao processo de mundialização da economia, há também o processo de globalização política, o qual deriva na perda da autonomia e do poder político dos Estados nacionais” (p.109). Esse impacto é maior nos países periféricos.

O neoliberalismo “configura-se o conjunto de valores normativos e procedimentos políticos, que submete os Estados à dinâmica da globalização capitalista, transferindo as responsabilidades do Estado para o mercado, da esfera pública para a iniciativa privada” (p.110). Em se tratando da proteção social, os neoliberais sustentam que o bem-estar social pertence ao âmbito privado e que suas fontes ‘naturais’ são a família, a comunidade e os serviços privados. Por isso, o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir além daqueles que são, a rigor, de apropriação coletiva. A novidade nessa perspectiva é que houve uma pareceria entre Estado, mercado e sociedade, ou esquemas pluralistas.

Efetivamente, as experiências de bem-estar pluralistas que vêm sendo realizadas expressam dois sentidos opostos: um chamado de pluralismo residual e outro de pluralismo institucional.

“O crescimento da pobreza e da desigualdade social, nos últimos vinte anos, tem sido uma das conseqüências mais sérias do modo neoliberal de regular a economia e a sociedade” (p.116). Assim, o neoliberalismo trouxe uma nova organização para o Estado, mas trouxe também a pobreza, a desigualdade social, o desemprego, a miserabilidade, enfim, conseqüências desastrosas para a população.

Um outro tópico abordado pela autora, refere-se à reforma do Estado e políticas sociais no Brasil. Neste tópico, ela descreve historicamente o processo de organização legal das políticas sociais com seus impactos políticos, econômicos, ideológicos, de organização social enfim, social. E nesse processo houve crise no Estado. Assim, “a crise do Estado é parte de uma crise do capital e a necessidade de reforma advém da própria necessidade de expansão do capital” (p.121). Nesse sentido, a política social, tem ligação direta com o movimento do capital e a proposta de Reforma do Estado.

“O Estado do século XXI é o Estado social liberal e para tanto, são necessários os seguintes processos básicos: desregulamentação, mecanismos de controle, governança, governabilidade e delimitação da área de atuação” (p.125). Esses processos consistem, conjuntamente, numa alteração de orientação do Estado. Ou seja, privatização. Isso significa que no contexto de Estado de Bem Estar Social a responsabilidade passa a ser do trabalhador no sentido de responder às suas necessidades e reproduzir-se como força de trabalho.

Ao final do capítulo, a autora aponta que “a produção de serviços públicos vem obedecendo a perspectivas privatistas e excludentes, além de espaço para a reprodução da força de trabalho, as políticas sociais configuram também espaço de expansão de direitos sociais, que de outro modo são direcionados à população que é obrigada a lutar por sua subsistência” (p.131).

No capítulo 3 denominado “Desafios e possibilidades à proteção integral da criança e adolescente em Franca à luz da trajetória percorrida”, primeiramente a autora faz uma apresentação histórica sobre a questão da proteção da criança e do adolescente ocorrida em Franca.

Para situar esta discussão demonstra os impactos do neoliberalismo com conseqüências no programa de proteção. Segundo ela, “contamos com a

minimização estatal, a privatização de empresas públicas, a não intervenção do Estado nos aspectos econômicos, a redução do gasto público principalmente na área social: as políticas sociais e assistenciais” (p.132).

A desigualdade social é expressão e resultado de um processo histórico injusto que, desde os primórdios, desconhecia direitos fundamentais do homem, reduzindo-o a objeto de compra e venda. Por causa disso, a situação a que estão submetidas as crianças e os adolescentes, criam ameaças à dignidade que efetivamente violam os seus direitos básicos. Assim, estas ameaças ou violações dos seus direitos são de natureza social e política.

Segundo a autora, “as crianças e adolescentes em situação de rua situam-se no fim de uma corrente de omissões. Sobre o trabalho que possa vir a ser desenvolvido com eles, recaem as falhas da família, da sociedade e do Estado. A lógica é que deveria ser um dos atendimentos priorizados” (p.136).

Baseando-se nos depoimentos, são apresentadas relevantes reclamações em cada fala dos entrevistados: falta de recursos, que provocam dois conceitos importantes: a **descentralização** que consiste em uma efetiva partilha de poder entre o Estado e a coletividade locais, implica a autogestão e a **desconcentração** que consiste em delegação de competência sem deslocamento de poder decisório ou uma dispersão físico-territorial de instituições governamentais, inicialmente localizadas de forma concentrada. Isso requer uma nova postura quanto à distribuição de recursos. Por causa desse fato, “é consenso que os programas básicos aos cidadãos sejam geridos pelo governo municipal, com ampla participação da comunidade, pois é no município que a indignação cidadão pode, além de se expressar, obter respostas” (p.139).

Outro ponto destacado é a falta de respeito à autonomia e à realidade dos municípios por parte do governo federal. A autora justifica essa assertiva dizendo que “a descentralização e a municipalização, como estratégias de consolidação democrática, estão sempre ligadas á participação e mostram que a força da cidadania está no município, pois é no município que o cidadão nasce, vive, constrói sua história, exercita o controle social” (p.142).

O orçamento participativo é um ponto destacado nos depoimentos dos 12 sujeitos entrevistados.

As lacunas existentes no atendimento como um todo pelo município e em decorrência pelos órgãos competentes no trato da questão da assistência à criança

e ao adolescente. “A situação do atendimento às crianças e adolescentes no município de Franca reflete a falta de integração entre os diversos serviços, o que ocorre tanto dentro das secretarias municipais, como entre estas e as entidades não-governamentais” (p.154).

O Estatuto da Criança e do Adolescente pressupõe uma clara ruptura com a passividade e o alheamento que, historicamente, marcaram a atuação da grande maioria das pessoas e grupos que trabalham em favor da criança. A participação efetiva nos projetos voltados a esse foco deixa de ser um fenômeno à margem da legislação, para passar a constituir um dos pilares institucionais da nova democracia brasileira.

Diante desse panorama de aplicação do ECA no município de Franca a autora diz, a partir dos depoimentos que, “quando os municípios não criam os programas, principalmente em regime de orientação e apoio sócio-familiar, a tendência é os conselheiros passarem a desempenhar funções que seriam de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, advogados ou agentes comunitários” (p.164).

As dificuldades apontadas pelos depoimentos, “constituem apenas algumas no complexo do que é o processo de construção da política de atendimento à criança e adolescente no sentido de efetivação dos direitos e viabilização da proteção integral preconizada pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente” (p.172).

Uma das percepções consiste em que “a questão da proteção integral remete-nos à necessidade de visualizar as políticas sociais não de forma setorial, mas compreendê-las de forma global, conjunta, formando um bloco de ações” (p.177).

Ao final do capítulo a autora é incisiva em dizer que é fundamental levar em conta “a importância dos Conselhos configurando-se em ações que devem se multiplicar, que devem se complementar e que, na medida em que os movimentos populares e movimentos da sociedade forem estimulados e dinamizados, mais eles vão empurrar os conselhos para que assumam seu papel de defensores de uma nova visão do que é direito” (p.180). Para que se efetivem verdadeiramente é necessário que haja a articulação política e econômica com a sociedade, tanto quanto com as diretrizes municipais, estaduais e federal.

Na última parte de seu texto denominado de “Mais Algumas Considerações...” a autora retoma as conclusões apresentadas em cada capítulo na tentativa de concluir a tese. Para ela, “a lei 8.060/90, portanto, mais do que regulamentar as conquistas em favor das crianças e adolescentes expressas na Constituição Federal, veio promover um importante conjunto de revoluções que extrapola o campo jurídico e desdobra-se em outras áreas da realidade política e social no Brasil” (p.181). Esta lei trouxe mudanças de conteúdo, de métodos, de gestão.

Na tentativa de resgatar a história da construção da política de atendimento às crianças e adolescentes em Franca, tentamos também compreender este universo tão amplo e complexo e suas contradições – espaços de lutas, de conquistas, de possibilidades. Este trabalho proporcionou condições para verificar a partir da compreensão da globalização, do neoliberalismo que “contamos com a minimização estatal, a privatização de empresas públicas, a não intervenção do Estado nos aspectos econômicos que devem desenvolver-se no ‘livre’ jogo do mercado, a redução de gasto público, esta última especialmente centrada na diminuição dos recursos destinados à área social: as políticas sociais e assistenciais” (p.184).

Nesse sentido, devemos considerar a política social enquanto espaço e conseqüências das lutas sociais e de classe, e como unidade político-econômico-social, contemplando, assim, uma visão de totalidade constituindo um fenômeno contraditório.

“Podemos apreender também, do conteúdo trazido por este estudo, que a concentração de poder, a estrutura verticalizada, hierarquizada na gestão das políticas, em nível nacional, também ocorre em nível municipal”.

A autora indica as conquistas significativas apontadas pelos entrevistados: “mudança de mentalidade em alguns aspectos, com os novos paradigmas traduzidos pelo ECA e implementados na realidade vivenciada – como em relação à questão do trabalho infantil; apreensão da noção de direitos sociais básicos; da necessidade de participação na elaboração/construção da política social; a compreensão cada vez maior da importância de articulação” (p.187).

Os caminhos e as possibilidades para a proteção integral preconizada pelo ECA, também são indicadas pelos sujeitos da pesquisa: uma atuação diferenciada por parte dos equipamentos destinados ao atendimento das famílias,

para que elas possam, de fato, exercer seus direitos básicos e cuidar de suas crianças e adolescentes com dignidade; que os conselhos assumam uma gestão efetivamente pública, que viabilize a mobilização da sociedade, para que esta possa acompanhar de perto e dinamizar a ação dos mesmos; que cada vez mais haja o exercício da relação dialógica, de troca, para que a articulação seja possível.

Concluindo o seu texto a autora esclarece que seu trabalho não conseguiu discutir todos os senões do tema proposto para esta pesquisa, entretanto fala que há caminhos e possibilidades evidentes para se efetivar uma atenção à criança e ao adolescente.

B.5 QUINTA TESE

MUSTAFA, Patrícia Soraya. **Política social:** um estudo dos programas de transferência de renda no município de São José do Rio Preto. 2005. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de história, direito e serviço social. Universidade estadual paulista, campus de Franca, 2005.

Na introdução, a autora propõe realizar um estudo acerca dos Programas de Transferência de Renda elegendo especificamente o Programa Bolsa-Escola, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Agente Jovem, na cidade de São José do Rio Preto, SP.

O recorte temporal para a investigação foi estabelecido no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

Foi feita uma pesquisa bibliográfica no Brasil e na Espanha – onde a autora fez um período de um ano de Bolsa Sandwich, além de entrevistas gravadas com 31 sujeitos situados no município de São José do Rio Preto. Para completar as informações também foram entrevistados dois estudiosos sobre o tema em pauta.

Foi realizada uma pesquisa denominada pela autora de pesquisa quantitativa e outra denominada de qualitativa. Na primeira, apresenta em forma de gráficos e tabelas dados sobre a realidade brasileira que demonstra a situação das famílias pobres no Brasil. Na segunda, faz entrevistas com sujeitos (mães, pais e crianças, adolescentes) para verificar onde e como vivem. Segundo a autora, “os dados que a pesquisa quantitativa nos ofereceu contribuiu para conhecermos melhor a população estudada, foi uma primeira aproximação. No entanto, é a pesquisa qualitativa que nos permitiu captar o movimento da realidade” (p.15).

Para facilitar a apresentação do trabalho em forma de tese, a autora estrutura em duas partes, sendo que na primeira é problematizado o tema em três capítulos, enquanto que na segunda apresenta os dados da pesquisa empírica, os depoimentos dos sujeitos com as respectivas análises nos capítulos 4 e 5.

O escopo desta tese é estabelecido através dos objetivos: contribuir para o adensamento teórico em torno dos Programas de Transferência de Renda; contribuir para o campo das Políticas Sociais; contribuir com a construção do conhecimento no âmbito do Serviço Social.

No capítulo 1, “Percorrendo os caminhos: da pobreza à exclusão social” a autora propõe discutir as questões referentes à pobreza, suas características, conceitos e mais que isso, como ela acontece efetivamente e de modo particular no Brasil.

Segundo ela, “*a priori*, quando pensamos em pobreza, é muito comum associá-la à ausência de renda ou baixa renda. Seguindo este raciocínio seriam pobres aquelas pessoas desprovidas de renda ou que se encontra abaixo do que se convencionou chamar linha da pobreza”. Afirma que podemos abordar a pobreza a partir de uma perspectiva descritiva e política. Assim, para realizar a análise descritiva da pobreza temos que considerar a privação em uma sociedade e, pode não ser para outra. Portanto, há diferenças culturais que podem influenciar nessa análise.

A relação entre a renda e as capacidades da pessoa pode ser afetada por fatores como a idade, lugar em que vive, ambiente epidemiológico, doenças, pelo fato de ser mulher (relação de gênero), entre outros. Significa que, não podemos ver a pobreza somente como sinônimo de baixa renda.

A economia do Bem-Estar necessita de critérios que estejam fora das preferências subjetivas dos indivíduos. “A saúde e a autonomia são necessidades humanas universais e, portanto, todos, indistintamente precisam satisfazê-las e o Estado assegurá-las”.

Há uma dificuldade para os empobrecidos de se definir as condições de pobreza. “As pessoas muitas vezes não conseguem defini-la, devido às condições de precariedade em que se encontram o que realmente necessitam para atender suas necessidades fundamentais”.

Quanto à autonomia a autora diz “não podemos deixar de possibilitar serviços que proporcionem às pessoas o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas

afim de que possam construir sua autonomia, seus pensamentos, contribuindo para a conquista de sua autonomia”. Significa que privar uma pessoa das suas possibilidades de participação social satisfatória é privá-la da sua condição humana.

Quanto à saúde, “para que as pessoas usufruam da saúde, necessidade básica que tem que ser satisfeita, é preciso que vivam num meio saudável e tenham acesso a uma série de bens e serviços em quantidade e qualidade suficientes, bem como terem acesso a algumas necessidades intermediárias para mantê-la”. Demonstra essa série de bens e serviços dizendo que há necessidade de: 1 – alimentação adequada e água potável; 2 – moradias que proporcionem proteção adequada; 3 – ambiente de trabalho seguro; 4 – entorno físico seguro; 5 – atenção sanitária apropriada; 6 - infância segura com necessidades psicossociais: necessidade de carinho e segurança, experiências que fomentem o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, reconhecimento, de elogios, de uma atenção positiva, estende de forma paulatina a responsabilidade das crianças, começando por coisas simples. Em outros termos: “integridade física e psicológica”; 7 - relações primárias significativas; 8 - seguridade física; 9 – segurança econômica e 10 – ensino adequado. Assim, “atender as necessidades básicas das pessoas significa transpô-las de uma condição de pobreza para uma condição cidadã, em que saúde e autonomia (com toda a complexidade que isto implica) são respeitadas”.

Em seguida, a autora apresenta várias concepções de pobreza dando outros enfoques. Destes infere “o pobre é aquele que per si não consegue satisfazer suas necessidades vitais e que estas variam de acordo com o nível de riqueza da comunidade em que se encontram; o pobre encontra-se numa relação de interdependência dos não considerados pobres; os pobres têm direito a serem assistidos com o mínimo necessário, para manter a coesão social”.

No debate sobre a exclusão social a autora diz “falar em exclusão social é falar de um fenômeno complexo, multifacetado, que contempla características objetivas, subjetivas e éticas”. Citando Lavinias a autora afirma: “são excluídos aqueles que não conseguem apropriar-se dos frutos do crescimento e das ondas de prosperidade, mantendo-se por isso, mesmo, alheios ao que os cerca no plano sócio-econômico”. É, de outra forma, desqualificado socialmente.

Por causa disso, “para poder ter acesso a políticas de inclusão, o pobre é primeiro desqualificado socialmente: é a primeira etapa deste ritual”. É o chamado “não pertencimento social”. Isso gera o pauperismo.

Citando Castel a autora aponta as duas características desse pauperismo: 1 – insegurança social; os trabalhadores não têm segurança de que estarão empregados; 2 – a degradação completa dos modos de vida dos operários e de suas famílias.

Uma outra concepção relaciona a exclusão social com a negação ou a ausência de direitos sociais: são excluídas as pessoas cujos direitos humanos não são respeitados. Neste sentido, a exclusão se coloca como oposta à cidadania.

Com a mudança de foco do sistema capitalista de trabalho-propriedade para trabalho-segurança, forçou-se o surgimento da pobreza e como conseqüências a exclusão social expressando a desigualdade social.

Para a autora, “a exclusão social expressa o problema da desigualdade social, é uma expressão da injustiça social consolidada nas sociedades modernas, em que se garante para alguns o direito a propriedade, restando para os demais a sua força de trabalho, que hoje, não garante o acesso ao mercado de trabalho, exige mão de obra altamente especializada, excluindo milhões de pessoas que constituem um contingente à margem da sociedade e buscam por sua sobrevivência nos mercados informais, executando tarefas que lhes expõem a uma série de riscos e não lhes garantem acesso aos bens necessários para serem portadores do direito do pertencimento social”.

Na história do Brasil encontramos, graças às Ciências Sociais, três enfoques para o entendimento do que seja o pobre: no século XIX – XX, o pobre é visto como vadio, como aquele que não quer trabalhar, é aquele que se recusa a inserir-se na sociedade salarial; posterior a década de 1950/1960, são pobres aqueles que não integram-se aos valores da sociedade urbano-industrial. São os trabalhadores do mercado informal, excluídos, colocados à margem do sistema econômico; na terceira fase, os pobres são os trabalhadores espoliados pelos baixos salários, expropriados dos benefícios do desenvolvimento econômico, expressão da sociedade desigual em que vivemos. Na realidade o que se observa é uma classe trabalhadora polarizada; uma pequena parcela com emprego estável, dotada de uma força de trabalho qualificada, gozando de seus direitos trabalhistas e um

enorme contingente de pessoas desempregadas, ou em trabalhos precários, temporários, sem acesso a nenhum tipo de direitos vinculados ao trabalho.

A pobreza no Brasil, segundo a autora, relaciona-se à concentração da renda que se produz no país e concomitantemente à falta de políticas redistributivas.

Para classificar e mensurar o fenômeno da pobreza é comumente utilizada a linha de pobreza. Esta linha é classificada como sendo: a linha da indigência ou pobreza absoluta, que se caracteriza por acesso a alimentação suficiente – do ponto de vista calórico; a outra, se caracteriza pela posse de bens e serviços. Nesta última “o indivíduo é considerado pobre quando a renda per capita da família encontra-se abaixo do valor definido para suprir necessidades de alimentação, transporte, moradia, vestuário, dentre outras necessidades básicas”. O IDH é uma ferramenta para se medir o índice de pobreza de uma região de uma população.

Ao final do capítulo, a autora diz que para entender melhor o fenômeno da pobreza e da exclusão social é necessário pensar em ações efetivas respeitando as diferenças de cada região. Significa evidenciar investimento nas políticas sociais: de assistência social, de educação e saúde. Para tanto, é preciso que cada esfera de governo – federal, estadual e municipal – assuma o seu papel na responsabilidade da garantia de melhores condições de vida à população. Para tanto, é preciso construir parcerias com a sociedade civil, capazes de impulsionar iniciativas criadoras de cidadania.

No capítulo 2, “As Políticas Sociais nos Países Desenvolvidos”, a autora faz uma apresentação detalhada da realidade em alguns países europeus, principalmente por ter vivido por um período na Espanha, de como é tratada a questão da pobreza, com suas respectivas políticas de inclusão. Partindo da idéia de que “a cidadania social é o centro do Estado de Bem Estar Social” apresenta três enfoques: um Estado é considerado de Bem Estar quando se dedica prioritariamente a atender as necessidades de bem-estar das famílias; diferenciação entre o Estado de Bem Estar residual e institucional; necessidade de criação de critérios para julgar e comparar o Estado de Bem Estar Social com os Estados Reais e Concretos. Assim, é necessário entender o EBES na sua relação com a família e com o mercado.

No mercado podemos observar os programas colocados num limite de rendimento, no valor de subsídios pagos e na consideração do alcance dos direitos humanos.

A autora apresenta os tipos de Estados: “No modelo de Estado de Bem Estar Social liberal a ajuda é dirigida àqueles que não têm maiôs para garantir a sua sobrevivência, pessoas com baixos salários ou desempregadas, que dependem do Estado”, “Estados de Bem Estar conservadores e fortemente corporativistas são os que atendem somente aqueles cujas famílias não foram capazes de provar”, “no Estado de Bem Estar Social democrata, todas as camadas sociais estão incluídas em um sistema de seguro universal, mas os subsídios não são os mesmos para todos”. Há outras classificações e que cada país faz uso de uma nomenclatura para atender aos seus objetivos políticos, econômicos, ideológicos, enfim sociais.

Em seguida a esta classificação a autora apresenta um quadro demonstrativo referente aos países estudados e considerados desenvolvidos destacando os níveis de cambio e o gasto público total e social.

Demonstra os vários conceitos sobre a idéia de política de renda básica e de renda mínima. Faz uma discussão apresentando os vários autores que trabalharam este conceito. A partir dessa discussão chega a uma idéia expressando que “todos têm direito a uma renda para sua sobrevivência, independente do trabalho”.

Em relação à renda básica nos países europeus a autora indica que a Política de Renda Básica tem as seguintes características: “a renda básica deve ser paga em dinheiro; a renda básica é paga de maneira regular e não de uma só vez; deve ser paga por uma comunidade política, com recurso público; é destinada a todos os membros da sociedade; paga a cada um, a cada membro da comunidade, e não destinada ao responsável pela família, e independente do tipo de família que a pessoa pertença; independente de renda”. Enfim, “com a Renda Básica seria possível conciliar as identidades profissionais com as identidades pessoais, de forma que uma pessoa que recebe uma renda básica pode realizar um trabalho do que goste e que lhe dê satisfação”.

Em seguida, a autora apresenta de maneira descritiva, explícita e detalhada as políticas de Transferência de Renda na Europa e na América do Norte. Demonstra em forma de quadros cada realidade individualizada e comparando-a com as outras nas discussões imediatamente posteriores aos quadros. Conclui que “é importante salientar que como Programa de Renda Mínima de Inserção estes programas procuram superar situações de pobreza e, para isto, os recursos financeiros são focalizados. Como vimos, recebem o benefício diferentes

composições de famílias que se encontram em situação de pobreza, seja quase pobreza, moderada, ou severa, ou ainda extrema”.

Conclui o capítulo dizendo que “uma Renda Básica garantida propiciaria uma nova identidade aos pobres: pessoas com mais auto-estima, autônomas para escolher o seu trabalho, para estudar, para viver. Pessoas capazes de sonhar, de terem o direito a construir um projeto de vida”.

No capítulo 3, intitulado “As Políticas Sociais Brasileiras” Mustafá discorre sobre a origem, implantação, solidificação e impactos sociais das políticas sociais no Brasil. Inicia sua fala dizendo que “a Constituição Cidadã consolidou conquistas, ampliou os direitos sociais, introduziu a concepção de seguridade social pela primeira vez no Brasil” (p.68). Esta política deixa de ser uma assistência filantrópica e de benemerência para ser uma política de seguridade social. Implica em superar a cultura do favor, do clientelismo, para constituição de uma cultura do direito; a assistência social passa a ser um direito e deve ser organizada e efetivada como tal. (p.69).

Vários programas são implantados tais como LOAS através do Benefício de Prestação Continuada, Programa de Transferência de Renda, Programa de Renda Mínima. “Atualmente estes programas ocupam um espaço considerável na Política de Assistência Social brasileira” (p.72).

A autora faz também uma discussão a respeito das intenções dos governos Fernando Henrique Cardoso e de Luis Inácio Lula da Silva sobre a política social. O primeiro intentava uma política focalizada, ou seja, “direcionar o gasto social a programas e a públicos específicos, segundo o seu grau de necessidade” (p. 72). Para Lula, a política social é cidadã isto é, “a renda mínima como um primeiro passo na direção à política de renda básica na medida em que houver condições fiscais para tanto” (p.73). Significa que houve um avanço da lógica da focalização para a lógica da universalização.

A aprovação de um Programa de Renda Básica para o Brasil é, segundo a autora, sem dúvida um grande avanço no combate à pobreza. Em seguida são apresentadas experiências de implantação do programa de renda mínima em Campinas SP e Brasília. O objetivo fundamental dessa política é: “criar um programa que incentive as crianças e adolescentes a permanecerem na escola mediante uma transferência de renda às famílias (...) instrumento para combater a miséria e os altos índices de analfabetismo, evasão escolar e baixa escolaridade” (p.76).

“A prioridade de atendimento foi para as crianças com notificação de desnutrição, para crianças e adolescentes em situação de rua, crianças trabalhadoras do setor informal ou em situação de mendicância nas ruas de Campinas” (p.77/8). Um grande problema na execução do programa em Campinas é que as famílias atendidas possuem baixíssima escolaridade, conseqüentemente baixa ou nenhuma qualificação profissional, dificultando a emancipação através da inserção do mercado de trabalho formal.

Tanto em Campinas quanto em Brasília o Programa de Renda Mínima proporcionou impactos positivos: diminuição do trabalho infantil, da evasão e repetência escolar, do número de crianças nas ruas. “No entanto, vimos nos dados que configuraram o perfil dos requerentes o quanto são vulneráveis no que diz respeito à educação, trabalho, moradia e renda, aspectos considerados determinantes da condição de pobreza de acordo com a pesquisa apresentada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

Finalizando este capítulo a autora indica que “além do Bolsa Escola foram criados outros programas, ampliando o número de famílias atendidas, e hoje temos uma proposta de Renda Básica universal aprovada em lei e sancionada pelo presidente Lula, ainda não efetivada” (p.81).

No capítulo 4 intitulado “A Pesquisa Quantitativa: um desenho das famílias incluídas nos programas bolsa escola, agente jovem e peti no município de São José do Rio Preto” a autora descreve a realidade das famílias e dos programas de distribuição de renda brasileira. Demonstra cada situação com gráficos e logo em seguida faz comentários explicativos sobre cada um. Obviamente que ela sempre tem em vista a cidade de São José do Rio Preto, como ponto de destaque, porque é o foco do seu trabalho de pesquisa.

Assim, caracterizando o município ela nos diz “é uma cidade em que predomina o setor industrial, comercial e de prestação de serviços, relações modernas de produção. Têm uma indústria diversificada, com destaque para a moveleira, a alimentícia, a de jóias e folheadas, além de produtos médicos” (p.82).

Nas páginas seguintes a autora apresenta as características de cada um dos programas de Renda Mínima do governo de Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, Programa Bolsa-Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Programa Bolsa-Alimentação, Programa Auxílio-Gás, Programa Cartão-Alimentação, Benefício de

Prestação Continuada (BPC). Caracteriza cada um em particular destacando: os objetivos, as metas, a aplicação, as leis que os sustentam, os impactos sociais e econômicos para a população e para o Brasil.

A autora, ao final do capítulo, demonstra como cada programa teve impacto no município de São José do Rio Preto e quais as vantagens e problemas enfrentados pelo município quanto à implantação de tais programas.

No capítulo 5 “A Pesquisa Qualitativa” a autora demonstra através de depoimentos dos sujeitos da pesquisa as considerações de cada um sobre os Programas de Renda do Governo brasileiro. Indica que “trabalharemos neste capítulo os dados que obtivemos via entrevistas que realizamos: 31 com os beneficiários dos três programas: 10 do Bolsa Escola, 10 do Agente Jovem e 11 do PETI. E duas com estudiosos dos Programas de Renda Mínima brasileiras” (p.139).

A autora indica os aspectos que foram abordados com os sujeitos: o perfil dos sujeitos dos programas, citados acima, impactos dos referidos Programas na renda da família, na educação, a condicionalidade em participar dos programas.

Com relação ao PETI, a autora faz uma discussão com os sujeitos buscando esclarecer e aprofundar alguns pontos importantes: estudar é um direito?, o trabalho infantil, as perspectivas de vida destes jovens. Ao final deste tópico PETI, é apresentada uma avaliação do ponto de vista dos usuários desse programa. A autora diz “o PETI representou para estas famílias a possibilidade de melhoria na renda familiar e conseqüentemente no acesso a bens básicos para a sobrevivência” (p.157).

Da mesma maneira é apresentada a impressão que os sujeitos têm do Programa Agente Jovem. Apresenta o perfil dos sujeitos do Agente Jovem, o impacto do Programa Agente Jovem a partir da expressão dos sujeitos, a socialização dos seus participantes, a prevenção, a educação. Ao final deste tópico apresenta uma avaliação segundo o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa. Também descreve o que dizem os sujeitos sobre as condicionalidades do programa. É apresentada também, a partir da fala dos sujeitos, como eles vêem a perspectiva da vida destes jovens. Para tanto foi indagado a eles sobre seus sonhos, esperança de vida, os projetos para o futuro. Unanimemente disseram que o principal desejo era o de estudar e trabalhar. Quanto à avaliação do programa Agente Jovem foi muito positiva pelos sujeitos entrevistados. Entretanto, sugerem que “deveria ter no

projeto cursos profissionalizantes, preparação para o mercado de trabalho, contatos com empresários, encaminhamento ao trabalho” (p.177).

Pelo que vimos, segundo a autora, a maioria destes jovens não conseguirá romper o ciclo da pobreza, não por suas incapacidades individuais, como parte da sociedade crê, mas pela falta de oportunidades que lhes foram dadas. A sociedade continua a ter uma dívida com estes jovens demandatários de direitos (p.180).

Na discussão sobre o programa Bolsa Escola foi apresentado o perfil dos sujeitos usuários e participantes desta pesquisa. Em seguida, demonstra o impacto provocado na renda familiar. “Todos os sujeitos da pesquisa dizem que o Bolsa Escola ajuda financeiramente as famílias: na alimentação, no vestuário, para pagar contas, comprar materiais escolares, ou seja, bens básicos para a sobrevivência” (p.184). Houve também impacto na educação porque incentivaram as crianças a freqüentarem a escola.

Quanto a condicionalidade da bolsa, “todos os sujeitos da pesquisa concordam com a condicionalidade colocada pelo Programa Bolsa Escola, dizem o que pensam sobre isso e obedecem a esta exigência, pois entendem que a criança e adolescente de fato precisam estudar, quer seja para terem um futuro melhor, quer seja para estarem protegidos de ameaças externas” (p.190).

Na avaliação deste programa as “mães e adolescentes mostram a necessidade de continuidade e extensão do programa porque têm muitas famílias que ainda não têm acesso a este tipo de programa. E evidenciam a importância do mesmo” (p.195).

“As famílias, sujeitos da pesquisa, dizem unanimemente que os programas analisados são importantes para aqueles que o recebem; ainda que apontem os limites dos mesmos, reconhecem que o fato de estarem inseridos nestes Programas de Transferências de Renda possibilita uma contribuição no orçamento familiar, que por vezes até era a única renda da família” (p.197).

A autora diz que “entendemos que os Programas de Transferência de Renda devem ser mais abrangentes, para isto o limite da renda precisa ser aumentado ou, numa perspectiva futura, considerado não para fins de inclusão/exclusão, mas para fins de redistribuição” (p.203).

Finalizando o capítulo a autora diz que os vários Programas de Transferência de Renda deveriam ser unificados, são muitos programas, o que fazia aumentar o risco dos desvios de dinheiro na malha burocrática brasileira, pulveriza os recursos e

conserva um caráter extremamente focalista, além da confusão que isto gera na cabeça das pessoas incluídas: há famílias que recebem um valor de um programa, outro valor de outro programa para outro filho, enfim, as famílias se perdem neste emaranhado. (p.204).

Na última parte do trabalho denominado de “**Considerações Gerais e Perspectivas**”, o texto demonstra as considerações que a autora faz sobre o tema estudado. “Os Programas de Transferência de Renda, objeto deste estudo, propõem-se a atender a população pobre e indigente brasileira de maneira geral, com algumas peculiaridades, como o atendimento a crianças e adolescentes trabalhadores, que se encontra em situação de rua, enfim, priorizam-se algumas situações consideradas de risco” (p.206). Nesta pesquisa procurou-se saber quem eram as famílias, com suas respectivas crianças e adolescentes, incluídas nos três programas em estudo, a fim de verificar se estes programas produzem um impacto na vida das mesmas.

“O conhecimento que este exercício nos possibilitou nos permite revelar quem são estas famílias, onde vivem, o que fazem (dados quantitativos), bem como verificar o alcance dos Programas de Transferência de Renda, do qual faziam parte, em suas vidas (dados qualitativos)” (p.206).

A autora é incisiva em afirmar que “... não é um ou vários Programas de Transferência de Renda que vão fazer frente ao desafio de combate à pobreza no Brasil” (p.206). Para ela, o combate à pobreza precisa ser colocado no centro de um programa de governo, precisa ser entendido como prioridade de governo, e não de um programa.

Também é “importante ressaltar os dados positivos que estes programas produzem para que tanto governo, quanto população se convença do caráter preventivo destas iniciativas e da necessidade da continuidade e ampliação dos investimentos financeiros e humanos” (p.207).

A pesquisa mostrou que a renda recebida é utilizada na compra de materiais que possibilitam o estudo (necessário na garantia da autonomia), na compra de alimentos (fundamental para a garantia da saúde primeiramente), na compra de eletrodomésticos, no pagamento de contas de água, luz (serviços essenciais).

Uma outra observação detectada foi a de que “os sujeitos de todos os programas sugerem que estes devem continuar, que precisam se estender por mais tempo e atender a uma demanda maior; alguns mencionam que o repasse financeiro

também deveria melhorar” (p.208). Para isso, afirma a autora, as políticas sociais brasileiras precisam expandir-se. Na verdade precisamos de políticas sociais mais amplas, menos restritivas. Precisamos de políticas universais se pensamos em alterar a condição de vida da população brasileira. Somente assim, é possível romper com o círculo da pobreza. Continua ainda, se entendemos que uma necessidade básica das pessoas é a autonomia e esta por sua vez se consegue através da inserção no mercado de trabalho, e para tanto, a escolaridade e qualificação profissional são fundamentais, justifica-se a condicionalidade destes programas.

Em seguida, a autora apresenta alguns gráficos demonstrando a realidade social e política tanto quanto a situação de vida da população pobre no Brasil. Ou seja, famílias beneficiadas pelo Bolsa Família – por região; alcance da cobertura Bolsa-Família x Famílias Pobres; Bolsa Família – Estimativa de famílias pobres x Famílias atendidas – por UF.

Dados recentes produzidos pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome demonstram o alcance do Programa Bolsa Família nas regiões, Estados e Municípios brasileiros, o quanto se investe e a cobertura das famílias pobres pelo Programa.

Concluindo, a autora diz que “fica claro o tamanho da dívida social brasileira com as famílias de baixa renda, sendo maior ou menor em cada Estado da Federação. Isso nos aponta que os investimentos na área social precisam continuar e aumentar, se pretendemos dar cobertura a pelo menos 100% das famílias consideradas pobres no nosso país, e caminhar rumo à universalização das políticas sociais brasileiras” (p.215).

ANEXO A

**DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002**

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

O Presidente da Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;
- f) as atividades complementares previstas.

Art. 3º A carga horária do curso de Serviço Social deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de curso de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO

1- Perfil dos Formandos

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

2 - Competências e Habilidades

A) Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e éticopolítica, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos da informática.

B) ESPECÍFICAS

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;

- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

3 - Organização do Curso

- Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- respeito à ética profissional;
- indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

4 - Conteúdos Curriculares

A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional.

Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares .

5 - Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (Tcc)

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

6- Atividades Complementares

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso.

ANEXO B

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 196/96**

Conselho Nacional de Saúde

Resolução 196/96

Sumário

- Pesquisa
- Qualificação do Pesquisador
- Consentimento Informado
- Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
- Riscos e Benefícios
- Projeto de Pesquisa
- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

Texto da Resolução

O Conselho Nacional de Saúde, no uso da competência que lhe é outorgada pelo Decreto nº 93933 de 14 de janeiro de 1987, resolve:

Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos:

I – PREÂMBULO

A presente Resolução fundamenta-se nos principais documentos internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos: o Código de Nuremberg (1947), a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964 e suas versões posteriores de 1975, 1983 e 1989), o Acordo Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (ONU, 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992), as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS 1982 e 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS, 1991). Cumpre as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Legislação brasileira correlata: Código de Direitos do Consumidor, Código Civil e Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Saúde 8.080, de 19/09/90 (dispõe sobre as condições de atenção à saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes), Lei 8.142, de 28/12/90 (participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde), Decreto 99.438, de 07/08/90 (organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde), Decreto 98.830, de 15/01/90 (coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos no Brasil), Lei 8.489, de 18/11/92, e Decreto 879, de 22/07/93 (dispõem sobre retirada de tecidos, órgãos e outras partes do corpo humano com fins humanitários e científicos), Lei 8.501, de 30/11/92 (utilização de cadáver), Lei 8.974, de 05/01/95 (uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados), Lei 9.279, de 14/05/96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), e outras.

Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

O caráter contextual das considerações aqui desenvolvidas implica em revisões periódicas desta Resolução, conforme necessidades nas áreas tecnocientífica e ética.

Ressalta-se, ainda, que cada área temática de investigação e cada modalidade de pesquisa, além de respeitar os princípios emanados deste texto, deve cumprir com as exigências setoriais e regulamentações específicas.

II - TERMOS E DEFINIÇÕES.

A presente Resolução, adota no seu âmbito as seguintes definições:

II.1- Pesquisa - classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável. O conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre as quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência.

II.2 - Pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais.

II.3 - Protocolo de Pesquisa - Documento contemplando a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais, informações relativas ao sujeito da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e à todas as instâncias responsáveis.

II.4 - Pesquisador responsável - pessoa responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

II.5 - Instituição de pesquisa - organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada na qual são realizadas investigações científicas.

II.6 - Promotor - indivíduo ou instituição, responsável pela promoção da pesquisa.

II.7 - Patrocinador - pessoa física ou jurídica que apoia financeiramente a pesquisa.

II.8 - Risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente.

II.9 - Dano associado ou decorrente da pesquisa - agravo imediato ou tardio, ao indivíduo ou à coletividade, com nexos causal comprovado, direto ou indireto, decorrente do estudo científico.

II.10 - Sujeito da pesquisa - é o(a) participante pesquisado (a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração.

II.11- Consentimento livre e esclarecido - anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

II.12 - Indenização - cobertura material, em reparação a dano imediato ou tardio, causado pela pesquisa ao ser humano a ela submetida.

II.13 - Ressarcimento - cobertura, em compensação, exclusiva de despesas decorrentes da participação do sujeito na pesquisa.

II.14 - Comitês de Ética em Pesquisa - CEP - colegiados interdisciplinares e independentes, com “munus público”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

II.15 - Vulnerabilidade - refere-se a estado de pessoas ou grupos, que por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.

II.16 - Incapacidade - Refere-se ao possível sujeito da pesquisa que não tenha capacidade civil para dar o seu consentimento livre e esclarecido, devendo ser assistido ou representado, de acordo com a legislação brasileira vigente.

III - ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

- a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);
- d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade).

III.2 - Todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrada na literatura científica, será considerado como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução. Os procedimentos referidos incluem entre outros, os de natureza instrumental, ambiental, nutricional, educacional, sociológica, econômica, física, psíquica ou biológica, sejam eles farmacológicos, clínicos ou cirúrgicos e de finalidade preventiva, diagnóstica ou terapêutica.

III.3 - A pesquisa em qualquer área do conhecimento, envolvendo seres humanos deverá observar as seguintes exigências:

- a) ser adequada aos princípios científicos que a justifiquem e com possibilidades concretas de responder a incertezas;
- b) estar fundamentada na experimentação prévia realizada em laboratórios, animais ou em outros fatos científicos;
- c) ser realizada somente quando o conhecimento que se pretende obter não possa ser obtido por outro meio;
- d) prevalecer sempre a probabilidade dos benefícios esperados sobre os riscos previsíveis;
- e) obedecer a metodologia adequada. Se houver necessidade de distribuição aleatória dos sujeitos da pesquisa em grupos experimentais e de controle, assegurar que, a priori, não seja possível estabelecer as vantagens de um procedimento sobre outro através de revisão de literatura, métodos observacionais ou métodos que não envolvam seres humanos;
- f) ter plenamente justificada, quando for o caso, a utilização de placebo, em termos de não maleficência e de necessidade metodológica;
- g) contar com o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa e/ou seu representante legal;
- h) contar com os recursos humanos e materiais necessários que garantam o bem-estar do sujeito da pesquisa, devendo ainda haver adequação entre a competência do pesquisador e o projeto proposto;
- i) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico-financeiro;
- j) ser desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena. Indivíduos ou grupos vulneráveis não devem ser sujeitos de pesquisa quando a informação desejada possa ser obtida através de sujeitos com plena autonomia, a menos que a investigação

possa trazer benefícios diretos aos vulneráveis. Nestes casos, o direito dos indivíduos ou grupos que queiram participar da pesquisa deve ser assegurado, desde que seja garantida a proteção à sua vulnerabilidade e incapacidade legalmente definida;

l) respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades;

m) garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão. O projeto deve analisar as necessidades de cada um dos membros da comunidade e analisar as diferenças presentes entre eles, explicitando como será assegurado o respeito às mesmas;

n) garantir o retorno dos benefícios obtidos através das pesquisas para as pessoas e as comunidades onde as mesmas forem realizadas. Quando, no interesse da comunidade, houver benefício real em incentivar ou estimular mudanças de costumes ou comportamentos, o protocolo de pesquisa deve incluir, sempre que possível, disposições para comunicar tal benefício às pessoas e/ou comunidades;

o) comunicar às autoridades sanitárias os resultados da pesquisa sempre que os mesmos puderem contribuir para a melhoria das condições de saúde da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os sujeitos da pesquisa não sejam estigmatizados ou percam a auto-estima;

p) assegurar aos sujeitos da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

q) assegurar aos sujeitos da pesquisa as condições de acompanhamento, tratamento ou de orientação, conforme o caso, nas pesquisas de rastreamento; demonstrar a preponderância de benefícios sobre riscos e custos;

r) assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa ou patrocinador do projeto;

s) comprovar, nas pesquisas conduzidas do exterior ou com cooperação estrangeira, os compromissos e as vantagens, para os sujeitos das pesquisas e para o Brasil, decorrentes de sua realização. Nestes casos deve ser identificado o pesquisador e a instituição nacionais co-responsáveis pela pesquisa. O protocolo deverá observar as exigências da Declaração de Helsinque e incluir documento de aprovação, no país de origem, entre os apresentados para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição brasileira, que exigirá o cumprimento de seus próprios referenciais éticos. Os estudos patrocinados do exterior também devem responder às necessidades de treinamento de pessoal no Brasil, para que o país possa desenvolver projetos similares de forma independente;

t) utilizar o material biológico e os dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo;

u) levar em conta, nas pesquisas realizadas em mulheres em idade fértil ou em mulheres grávidas, a avaliação de riscos e benefícios e as eventuais interferências sobre a fertilidade, a gravidez, o embrião ou o feto, o trabalho de parto, o puerpério, a lactação e o recém-nascido;

v) considerar que as pesquisas em mulheres grávidas devem, ser precedidas de pesquisas em mulheres fora do período gestacional, exceto quando a gravidez for o objetivo fundamental da pesquisa;

x) propiciar, nos estudos multicêntricos, a participação dos pesquisadores que desenvolverão a pesquisa na elaboração do delineamento geral do projeto; e

z) descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que a aprovou.

IV - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

IV.1 - Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos:

- a) a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa;
- b) os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados;
- c) os métodos alternativos existentes;
- d) a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;
- e) a garantia de esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;
- f) a liberdade do sujeito se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;
- g) a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;
- h) as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa; e
- i) as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

IV.2 - O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

IV.3 - Nos casos em que haja qualquer restrição à liberdade ou ao esclarecimento necessários para o adequado consentimento, deve-se ainda observar:

- a) em pesquisas envolvendo crianças e adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e sujeitos em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, deverá haver justificação clara da escolha dos sujeitos da pesquisa, especificada no protocolo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e cumprir as exigências do consentimento livre e esclarecido, através dos representantes legais dos referidos sujeitos, sem suspensão do direito de informação do indivíduo, no limite de sua capacidade;
- b) a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles sujeitos que, embora adultos e capazes, estejam expostos a condicionamentos específicos ou à influência de autoridade, especialmente estudantes, militares, empregados, presidiários, internos em centros de readaptação, casas-abrigo, asilos, associações religiosas e semelhantes, assegurando-lhes a inteira liberdade de participar ou não da pesquisa, sem quaisquer represálias;
- c) nos casos em que seja impossível registrar o consentimento livre e esclarecido, tal fato deve ser devidamente documentado com explicação das causas da impossibilidade e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa;
- d) as pesquisas em pessoas com o diagnóstico de morte encefálica só podem ser realizadas desde que estejam preenchidas as seguintes condições:
 - documento comprobatório da morte encefálica (atestado de óbito);
 - consentimento explícito dos familiares e/ou do responsável legal, ou manifestação prévia da vontade da pessoa;

- respeito total à dignidade do ser humano sem mutilação ou violação do corpo;
 - sem ônus econômico financeiro adicional à família;
 - sem prejuízo para outros pacientes aguardando internação ou tratamento;
 - possibilidade de obter conhecimento científico relevante, novo e que não possa ser obtido de outra maneira;
- e) em comunidades culturalmente diferenciadas, inclusive indígenas, deve-se contar com a anuência antecipada da comunidade através dos seus próprios líderes, não se dispensando, porém, esforços no sentido de obtenção do consentimento individual;
- f) quando o mérito da pesquisa depender de alguma restrição de informações aos sujeitos, tal fato deve ser devidamente explicitado e justificado pelo pesquisador e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados obtidos a partir dos sujeitos da pesquisa não poderão ser usados para outros fins que os não previstos no protocolo e/ou no consentimento.

V - RISCOS E BENEFÍCIOS

Considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. O dano eventual poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade.

V.1 - Não obstante os riscos potenciais, as pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando:

- a) oferecerem elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos;
- b) o risco se justifique pela importância do benefício esperado;
- c) o benefício seja maior, ou no mínimo igual, a outras alternativas já estabelecidas para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento.

V.2 - As pesquisas sem benefício direto ao indivíduo devem prever condições de serem bem suportadas pelos sujeitos da pesquisa, considerando sua situação física, psicológica, social e educacional.

V.3 - O pesquisador responsável é obrigado a suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento. Do mesmo modo, tão logo constatada a superioridade de um método em estudo sobre outro, o projeto deverá ser suspenso, oferecendo-se a todos os sujeitos os benefícios do melhor regime.

V.4 - O Comitê de Ética em Pesquisa da instituição deverá ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

V.5 - O pesquisador, o patrocinador e a instituição devem assumir a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos.

V.6 - Os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

V.7 - Jamais poderá ser exigido do sujeito da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. O formulário do consentimento livre e esclarecido não deve conter nenhuma ressalva que afaste essa responsabilidade ou que implique ao sujeito da pesquisa abrir mão de seus direitos legais, incluindo o direito de procurar obter indenização por danos eventuais.

VI - PROTOCOLO DE PESQUISA

O protocolo a ser submetido à revisão ética somente poderá ser apreciado se estiver instruído com os seguintes documentos, em português:

VI.1 - folha de rosto: título do projeto, nome, número da carteira de identidade, CPF, telefone e endereço para correspondência do pesquisador responsável e do patrocinador, nome e assinaturas dos dirigentes da instituição e/ou organização;

VI.2 - descrição da pesquisa, compreendendo os seguintes itens:

- a) descrição dos propósitos e das hipóteses a serem testadas;
- b) antecedentes científicos e dados que justifiquem a pesquisa. Se o propósito for testar um novo produto ou dispositivo para a saúde, de procedência estrangeira ou não, deverá ser indicada a situação atual de registro junto a agências regulatórias do país de origem;
- c) descrição detalhada e ordenada do projeto de pesquisa (material e métodos, casuística, resultados esperados e bibliografia);
- d) análise crítica de riscos e benefícios;
- e) duração total da pesquisa, a partir da aprovação;
- f) explicação das responsabilidades do pesquisador, da instituição, do promotor e do patrocinador;
- g) explicitação de critérios para suspender ou encerrar a pesquisa;
- h) local da pesquisa: detalhar as instalações dos serviços, centros, comunidades e instituições nas quais se processarão as várias etapas da pesquisa;
- i) demonstrativo da existência de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com a concordância documentada da instituição;
- j) orçamento financeiro detalhado da pesquisa: recursos, fontes e destinação, bem como a forma e o valor da remuneração do pesquisador;
- l) explicitação de acordo preexistente quanto à propriedade das informações geradas, demonstrando a inexistência de qualquer cláusula restritiva quanto à divulgação pública dos resultados, a menos que se trate de caso de obtenção de patenteamento; neste caso, os resultados devem se tornar públicos, tão logo se encerre a etapa de patenteamento;
- m) declaração de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não; e
- n) declaração sobre o uso e destinação do material e/ou dados coletados.

VI.3 - informações relativas ao sujeito da pesquisa:

- a) descrever as características da população a estudar: tamanho, faixa etária, sexo, cor (classificação do IBGE), estado geral de saúde, classes e grupos sociais, etc. Expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis;
- b) descrever os métodos que afetem diretamente os sujeitos da pesquisa;
- c) identificar as fontes de material de pesquisa, tais como espécimens, registros e dados a serem obtidos de seres humanos. Indicar se esse material será obtido especificamente para os propósitos da pesquisa ou se será usado para outros fins;
- d) descrever os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos. Fornecer critérios de inclusão e exclusão;
- e) apresentar o formulário ou termo de consentimento, específico para a pesquisa, para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa;
- f) descrever qualquer risco, avaliando sua possibilidade e gravidade;
- g) descrever as medidas para proteção ou minimização de qualquer risco eventual. Quando apropriado, descrever as medidas para assegurar os necessários cuidados à saúde, no caso de danos aos indivíduos. Descrever também os procedimentos para monitoramento da coleta de dados para prover a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de proteção à confidencialidade; e

h) apresentar previsão de ressarcimento de gastos aos sujeitos da pesquisa. A importância referente não poderá ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo ou responsável de participar ou não da pesquisa.

VI.4 - qualificação dos pesquisadores: “Curriculum Vitae” do pesquisador responsável e dos demais participantes.

VI.5 - termo de compromisso do pesquisador responsável e da instituição de cumprir os termos desta Resolução.

VII - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

VII.1 - As instituições nas quais se realizem pesquisas envolvendo seres humanos deverão constituir um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, conforme suas necessidades.

VII.2 - Na impossibilidade de se constituir CEP, a instituição ou o pesquisador responsável deverá submeter o projeto à apreciação do CEP de outra instituição, preferencialmente entre os indicados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS).

VII.3 - Organização - A organização e criação do CEP será da competência da instituição, respeitadas as normas desta Resolução, assim como o provimento de condições adequadas para o seu funcionamento.

VII.4 - Composição - O CEP deverá ser constituído por colegiado com número não inferior a 7(sete) membros. Sua constituição deverá incluir a participação de profissionais da área de saúde, das ciências exatas, sociais e humanas, incluindo, por exemplo, juristas, teólogos, sociólogos, filósofos, bioeticistas e, pelo menos, um membro da sociedade representando os usuários da instituição. Poderá variar na sua composição, dependendo das especificidades da instituição e das linhas de pesquisa a serem analisadas.

VII.5 - Terá sempre caráter multi e transdisciplinar, não devendo haver mais que metade de seus membros pertencentes à mesma categoria profissional, participando pessoas dos dois sexos. Poderá ainda contar com consultores “ad hoc”, pessoas pertencentes ou não à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

VII.6 - No caso de pesquisas em grupos vulneráveis, comunidades e coletividades, deverá ser convidado um representante, como membro “ad hoc” do CEP, para participar da análise do projeto específico.

VII.7 - Nas pesquisas em população indígena deverá participar um consultor familiarizado com os costumes e tradições da comunidade.

VII.8 - Os membros do CEP deverão se isentar de tomada de decisão, quando diretamente envolvidos na pesquisa em análise.

VII.9 - Mandato e escolha dos membros - A composição de cada CEP deverá ser definida a critério da instituição, sendo pelo menos metade dos membros com experiência em pesquisa, eleitos pelos seus pares. A escolha da coordenação de cada Comitê deverá ser feita pelos membros que compõem o colegiado, durante a primeira reunião de trabalho. Será de três anos a duração do mandato, sendo permitida recondução.

VII.10 - Remuneração - Os membros do CEP não poderão ser remunerados no desempenho desta tarefa, sendo recomendável, porém, que sejam dispensados nos horários de trabalho do Comitê das outras obrigações nas instituições às quais prestam serviço, podendo receber ressarcimento de despesas efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação.

VII.11 - Arquivo - O CEP deverá manter em arquivo o projeto, o protocolo e os relatórios correspondentes, por 5 (cinco) anos após o encerramento do estudo.

VII.12 - Liberdade de trabalho - Os membros dos CEPs deverão ter total independência na tomada das decisões no exercício das suas funções, mantendo sob caráter confidencial as informações recebidas. Deste modo, não podem sofrer qualquer tipo de pressão por parte de

superiores hierárquicos ou pelos interessados em determinada pesquisa, devem isentar-se de envolvimento financeiro e não devem estar submetidos a conflito de interesse.

VII.13 - Atribuições do CEP:

- a) revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas;
- b) emitir parecer consubstanciado por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, identificando com clareza o ensaio, documentos estudados e data de revisão. A revisão de cada protocolo culminará com seu enquadramento em uma das seguintes categorias:
 - aprovado;
 - com pendência: quando o Comitê considera o protocolo como aceitável, porém identifica determinados problemas no protocolo, no formulário do consentimento ou em ambos, e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em 60 (sessenta) dias pelos pesquisadores;
 - retirado: quando, transcorrido o prazo, o protocolo permanece pendente;
 - não aprovado; e
 - aprovado e encaminhado, com o devido parecer, para apreciação pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS, nos casos previstos no capítulo VIII, item 4.c.
- c) manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo, que ficará à disposição das autoridades sanitárias;
- d) acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores;
- e) desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;
- f) receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra parte denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequar o termo de consentimento. Considerar-se como anti-ética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou;
- g) requerer instauração de sindicância à direção da instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP/MS e, no que couber, a outras instâncias; e
- h) manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS.

VII.14 - Atuação do CEP:

- a) a revisão ética de toda e qualquer proposta de pesquisa envolvendo seres humanos não poderá ser dissociada da sua análise científica. Pesquisa que não se faça acompanhar do respectivo protocolo não deve ser analisada pelo Comitê.
- b) Cada CEP deverá elaborar suas normas de funcionamento, contendo metodologia de trabalho, a exemplo de: elaboração das atas; planejamento anual de suas atividades; periodicidade de reuniões; número mínimo de presentes para início das reuniões; prazos para emissão de pareceres; critérios para solicitação de consultas de experts na área em que se desejam informações técnicas; modelo de tomada de decisão, etc.

VIII - COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP/MS)

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

O Ministério da Saúde adotará as medidas necessárias para o funcionamento pleno da Comissão e de sua Secretaria Executiva.

VIII.1 - Composição: A CONEP terá composição multi e transdisciplinar, com pessoas de ambos os sexos e deverá ser composta por 13 (treze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 05 (cinco) deles personalidades destacadas no campo da ética na pesquisa e na saúde e 08 (oito) personalidades com destacada atuação nos campos teológico, jurídico e outros, assegurando-se que pelo menos um seja da área de gestão da saúde. Os membros serão selecionados, a partir de listas indicativas elaboradas pelas instituições que possuem CEP registrados na CONEP, sendo que 07 (sete) serão escolhidos pelo Conselho Nacional de Saúde e 06 (seis) serão definidos por sorteio. Poderá contar também com consultores e membros “ad hoc”, assegurada a representação dos usuários.

VIII.2 - Cada CEP poderá indicar duas personalidades.

VIII.3 - O mandato dos membros da CONEP será de quatro anos com renovação alternada a cada dois anos, de sete ou seis de seus membros.

VIII.4 - Atribuições da CONEP - Compete à CONEP o exame dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, bem como a adequação e atualização das normas atinentes. A CONEP consultará a sociedade sempre que julgar necessário, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) estimular a criação de CEPs institucionais e de outras instâncias;
- b) registrar os CEPs institucionais e de outras instâncias;
- c) aprovar, no prazo de 60 dias, e acompanhar os protocolos de pesquisa em áreas temáticas especiais tais como:

1 - genética humana;

2 - reprodução humana;

3 - fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos novos (fases I, II e III) ou não registrados no país (ainda que fase IV), ou quando a pesquisa for referente a seu uso com modalidades, indicações, doses ou vias de administração diferentes daquelas estabelecidas, incluindo seu emprego em combinações;

4 - equipamentos, insumos e dispositivos para a saúde novos, ou não registrados no país;

5 - novos procedimentos ainda não consagrados na literatura;

6 - populações indígenas;

7 - projetos que envolvam aspectos de biossegurança;

8 - pesquisas coordenadas do exterior ou com participação estrangeira e pesquisas que envolvam remessa de material biológico para o exterior; e

9 - projetos que, a critério do CEP, devidamente justificado, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP;

d) prover normas específicas no campo da ética em pesquisa, inclusive nas áreas temáticas especiais, bem como recomendações para aplicação das mesmas;

e) funcionar como instância final de recursos, a partir de informações fornecidas sistematicamente, em caráter ex-officio ou a partir de denúncias ou de solicitação de partes interessadas, devendo manifestar-se em um prazo não superior a 60 (sessenta) dias;

- f) rever responsabilidades, proibir ou interromper pesquisas, definitiva ou temporariamente, podendo requisitar protocolos para revisão ética inclusive, os já aprovados pelo CEP;
- g) constituir um sistema de informação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos em todo o território nacional, mantendo atualizados os bancos de dados;
- h) informar e assessorar o MS, o CNS e outras instâncias do SUS, bem como do governo e da sociedade, sobre questões éticas relativas à pesquisa em seres humanos;
- i) divulgar esta e outras normas relativas à ética em pesquisa envolvendo seres humanos;
- j) a CONEP juntamente com outros setores do Ministério da Saúde, estabelecerá normas e critérios para o credenciamento de Centros de Pesquisa. Este credenciamento deverá ser proposto pelos setores do Ministério da Saúde, de acordo com suas necessidades, e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde; e

l0) estabelecer suas próprias normas de funcionamento.

VIII.5 - A CONEP submeterá ao CNS para sua deliberação:

- a) propostas de normas gerais a serem aplicadas às pesquisas envolvendo seres humanos, inclusive modificações desta norma;
- b) plano de trabalho anual;
- c) relatório anual de suas atividades, incluindo sumário dos CEP estabelecidos e dos projetos analisados.

IX - OPERACIONALIZAÇÃO

IX.1 - Todo e qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos deverá obedecer às recomendações desta Resolução e dos documentos endossados em seu preâmbulo. A responsabilidade do pesquisador é indelegável. Indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

IX.2 - Ao pesquisador cabe:

- a) apresentar o protocolo, devidamente instruído ao CEP, aguardando o pronunciamento deste, antes de iniciar a pesquisa;
- b) desenvolver o projeto conforme delineado;
- c) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- d) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- e) manter em arquivo, sob sua guarda, por 5 anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP;
- f) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- g) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

IX.3 - O Comitê de Ética em Pesquisa institucional deverá estar registrado junto à CONEP/MS.

IX.4 - Uma vez aprovado o projeto, o CEP passa a ser co-responsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa.

IX.5 - Consideram-se autorizados para execução, os projetos aprovados pelo CEP, exceto os que se enquadrarem nas áreas temáticas especiais, os quais, após aprovação pelo CEP institucional deverão ser enviados à CONEP/MS, que dará o devido encaminhamento.

IX.6 - Pesquisas com novos medicamentos, vacinas, testes diagnósticos, equipamentos e dispositivos para a saúde deverão ser encaminhados do CEP à CONEP/MS e desta, após parecer, à Secretaria de Vigilância Sanitária.

IX.7 - As agências de fomento à pesquisa e o corpo editorial das revista científicas deverão exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo CEP e/ou CONEP, quando for o caso.

IX.8 - Os CEP institucionais deverão encaminhar trimestralmente à CONEP/MS a relação dos projetos de pesquisa analisados, aprovados e concluídos, bem como dos projetos em andamento e, imediatamente, aqueles suspensos.

X. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

X.1 - O Grupo Executivo de Trabalho -GE, constituído através da Resolução CNS 170/95, assumirá as atribuições da CONEP até a sua constituição, responsabilizando-se por:

- a) tomar as medidas necessárias ao processo de criação da CONEP/MS;
- b) estabelecer normas para registro dos CEP institucionais;

X.2 - O GET terá 180 dias para finalizar as suas tarefas.

X.3 - Os CEP das instituições devem proceder, no prazo de 90 (noventa) dias, ao levantamento e análise, se for o caso, dos projetos de pesquisa em seres humanos já em andamento, devendo encaminhar à CONEP/MS, a relação dos mesmos.

ANEXO C

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

**CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS
APROVADO EM 15 DE MARÇO DE 1993 COM AS ALTERAÇÕES
INTRODUZIDAS PELAS RESOLUÇÕES CFESS N.º 290/94 E 293/94**

- Introdução
- Princípios Fundamentais
- Título I - Disposições Gerais
- Título II - Dos Direitos e Das Responsabilidades Gerais do Assistente Social
- Título III - Das Relações Profissionais
- Capítulo I - Das Relações com os Usuários
- Capítulo II - Das Relações com as Instituições Empregadoras e Outras
- Capítulo III - Das Relações com Assistentes Sociais e Outros Profissionais
- Capítulo IV - Das Relações com Entidades da Categoria e Demais Organizações da Sociedade Civil
- Capítulo V - Do Sigilo Profissional
- Capítulo VI - Da Observância, Penalidades, Aplicação e Cumprimento
- Título IV - Da Observância, Penalidades, Aplicação e Cumprimento
-

RESOLUÇÃO CFESS N.º 273/93 DE 13 MARÇO 93

Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com a deliberação do Conselho Pleno, em reunião ordinária, realizada em Brasília, em 13 de março de 1993,

Considerando a avaliação da categoria e das entidades do Serviço Social de que o Código homologado em 1986 apresenta insuficiências;

Considerando as exigências de normatização específicas de um Código de Ética Profissional e sua real operacionalização;

Considerando o compromisso da gestão 90/93 do CFESS quanto à necessidade de revisão do Código de Ética;

Considerando a posição amplamente assumida pela categoria de que as conquistas políticas expressas no Código de 1986 devem ser preservadas;

Considerando os avanços nos últimos anos ocorridos nos debates e produções sobre a questão ética, bem como o acúmulo de reflexões existentes sobre a matéria;

Considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social;

Considerando que o XXI Encontro Nacional CFESS/CRESS referendou a proposta de reformulação apresentada pelo Conselho Federal de Serviço Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Código de Ética Profissional do assistente social em anexo.

Art. 2º - O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, deverá incluir nas Carteiras de Identidade Profissional o inteiro teor do Código de Ética.

Art. 3º - Determinar que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social procedam imediata e ampla divulgação do Código de Ética.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução CFESS nº 195/86, de 09.05.86.

Brasília, 13 de março de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA
A.S. CRESS Nº 3578 7ª Região/RJ
Presidente do CFESS

INTRODUÇÃO

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência ressituiu as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresentava-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

A dinâmica deste processo - que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social - materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a "ética da neutralidade", e afirmação de um novo perfil do técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente.

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicitação do sentido imanente do Código de 1986. Tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional.

A necessidade da revisão do Código de 1986 vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta. Foi agendada na plataforma programática da gestão 1990/1993 do CFESS. Entrou na ordem do dia com o I Seminário Nacional de Ética (agosto de 1991) perpassou o VII CBAS (maio de 1992) e culminou no II Seminário Nacional de Ética (novembro de 1992), envolvendo, além do conjunto CFESS/CRESS, a ABESS, a ANAS e a SESSUNE. O grau de ativa participação de assistentes sociais de todo o País assegura que este novo Código, produzido no marco do mais abrangente debate da categoria, expressa as aspirações coletivas dos profissionais brasileiros.

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a

explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do usuário.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Compete ao Conselho Federal de Serviço Social:

- a) zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;
- b) introduzir alteração neste Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;
- c) como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.

Parágrafo único - Compete aos Conselhos Regionais, nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, e funcionar como órgão julgador de primeira instância.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Art. 2º - Constituem direitos do assistente social:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Art. 3º - São deveres do assistente social:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Art. 4º - É vedado ao assistente social:

- a) transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;

- b) praticar e ser conivente com condutas anti-éticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros profissionais;
- c) acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;
- d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;
- e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário;
- f) assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado pessoal e tecnicamente;
- g) substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- h) pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;
- i) adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento;
- j) assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.

TÍTULO III

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I

Das Relações com os Usuários

Art. 5º - São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Art. 6º - É vedado ao assistente social:

- a) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses;
- b) aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social - usuário, para obter vantagens pessoais ou para terceiros;

c) bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.

CAPÍTULO II

Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras

Art. 7º- Constituem direitos do assistente social:

- a) dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;
- b) ter livre acesso à população usuária;
- c) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais;
- d) integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Art. 8º - São deveres do assistente social:

- a) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;
- b) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;
- c) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;
- d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais;
- e) empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.

Art. 9º- É vedado ao assistente social:

- a) emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;
- b) usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos;
- c) utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

CAPÍTULO III

Das Relações com Assistentes Sociais e outros Profissionais

Art. 10 - São deveres do assistente social:

- a) ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;
- b) repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;
- c) mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos;
- d) incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- e) respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;
- f) ao realizar crítica pública a colega e outros profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.

Art. 11 - É vedado ao assistente social:

- a) intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a pedido desse profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada;
- b) prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;
- c) ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro profissional;
- d) prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional.

CAPÍTULO IV

Das Relações com Entidades da Categoria e demais Organizações da Sociedade Civil

Art.12 - Constituem direitos do assistente social:

- a) participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional;
- b) apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Art. 13 - São deveres do assistente social:

- a) denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais.
- b) denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão;
- c) respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Art. 14 - É vedado ao assistente social valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.

CAPÍTULO V

Do Sigilo Profissional

Art. 15 - Constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 - O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único - Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 - É vedado ao assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 - A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

Parágrafo único - A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

CAPÍTULO VI

Das Relações do Assistente Social com a Justiça

Art. 19 - São deveres do assistente social:

- a) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código.
- b) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

Art. 20 - É vedado ao assistente social:

- a) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado;
- b) aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

TÍTULO IV

Da Observância, Penalidades, Aplicação e Cumprimento Deste Código

Art. 21- São deveres do assistente social:

- a) cumprir e fazer cumprir este Código;
- b) denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional;
- c) informar, esclarecer e orientar os estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 22 - Constituem infrações disciplinares:

- a) exercer a Profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;
- b) não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado;
- c) deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado;
- d) participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional;
- e) fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

Das Penalidades

Art. 23 - As infrações a este Código acarretarão penalidades, desde a multa à cassação do exercício profissional, na forma dos dispositivos legais e/ ou regimentais.

Art. 24 - As penalidades aplicáveis são as seguintes:

- a) multa;
- b) advertência reservada;
- c) advertência pública;
- d) suspensão do exercício profissional;
- e) cassação do registro profissional.

Parágrafo único - Serão eliminados dos quadros dos CRESS, aqueles que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

Art. 25 - A pena de suspensão acarreta ao assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos.

Parágrafo único - A suspensão por falta de pagamento de anuidades e taxas só cessará com a satisfação do débito, podendo ser cassada a inscrição profissional após decorridos três anos da suspensão.

Art. 26 - Serão considerados na aplicação das penas os antecedentes profissionais do infrator e as circunstâncias em que ocorreu a infração.

Art. 27 - Salvo nos casos de gravidade manifesta, que exigem aplicação de penalidades mais rigorosas, a imposição das penas obedecerá à gradação estabelecida pelo artigo 24.

Art. 28 - Para efeito da fixação da pena serão considerados especialmente graves as violações que digam respeito às seguintes disposições:

Art. 3º - alínea c

Art. 4º - alínea a, b, c, g, i, j

Art. 5º - alínea b, f

Art. 6º - alínea a, b, c

Art. 8º - alínea b, e

Art. 9º - alínea a, b, c

Art. 11 - alínea b, c, d

Art. 13 - alínea b

Art. 14

Art. 16

Art. 17

Parágrafo único do art. 18

Art. 19 - alínea b

Art. 20 - alínea a, b

Parágrafo único - As demais violações não previstas no "caput", uma vez consideradas graves, autorizarão aplicação de penalidades mais severas, em conformidade com o art. 26.

Art. 29 - A advertência reservada, ressalvada a hipótese prevista no art. 32 será confidencial, sendo que a advertência pública, suspensão e a cassação do exercício profissional serão efetivadas através de publicação em Diário Oficial e em outro órgão da imprensa, e afixado na sede do Conselho Regional onde estiver inserido o denunciado e na Delegacia Seccional do CRESS da jurisdição de seu domicílio.

Art. 30 - Cumpre ao Conselho Regional a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares.

Art. 31 - Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso com efeito suspensivo ao CFESS.

Art. 32 - A punibilidade do assistente social, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da verificação do fato respectivo.

Art. 33 - Na execução da pena de advertência reservada, não sendo encontrado o penalizado ou se este, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade, será ela tornada pública.

§Parágrafo Primeiro - A pena de multa, ainda que o penalizado compareça para tomar conhecimento da decisão, será publicada nos termos do Art. 29 deste Código, se não for devidamente quitada no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança judicial.

§Parágrafo Segundo - Em caso de cassação do exercício profissional, além dos editais e das comunicações feitas às autoridades competentes interessadas no assunto, proceder-se-á a apreensão da Carteira e Cédula de Identidade Profissional do infrator .

Art. 34 - A pena de multa variará entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo do seu décuplo.

Art. 35 - As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social "ad referendum" do Conselho Federal de Serviço Social, a quem cabe firmar jurisprudência.

Art. 36 - O presente Código entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA Presidente do CFESS

Publicado no Diário Oficial da União N 60, de 30.03.93, Seção I, páginas 4004 a 4007 e alterado pela Resolução CFESS n.º 290, publicada no Diário Oficial da União de 11.02.94.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)